EDUARDO AMANDO DE BARROS FILHO

A FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA: debates, projetos e práticas à produção e difusão de conteúdos tele-educativos na Ditadura Militar, 1964-1981

ASSIS

2017

EDUARDO AMANDO DE BARROS FILHO

A FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA: debates, projetos e práticas à produção e difusão de conteúdos tele-educativos na Ditadura Militar, 1964-1981

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Áureo Busetto

Bolsista: CAPES

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Barros Filho, Eduardo Amando de
B277f A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa: debates, projetos e práticas à produção e difusão de conteúdos tele-educativos na Ditadura Militar, 1964-1981/ Eduardo Amando de Barros Filho. Assis, 2017
301 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr. Áureo Busetto

1. Televisão e política. 2. Televisão na educação. 3. Ditadura militar -- 1964-1985. I. Título.

CDD 791.45

Eduardo Amando de Barros Filho

A TELEVISÃO EDUCATIVA SOB MEDIDA PARA O GOVERNO MILITAR: a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, 1964-1981

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutor em HISTÓRIA. (Área de Conhecimento: HISTÓRIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 17/08/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

PRESIDENTE: PROF. DR. Aureo Busetto - UNESP/ASSIS

MEMBROS:PROF. DR. Edvaldo Corrêa Sotana - UFMS/AQUIDAUANA

PROF. DR. Osmani Ferreira da Costa - UEL/LONDRINA

PROF. DR. Carlos Alberto Sampaio Barbosa - UNESP/ASSIS

PROF. DR. José Luis Bendicho Beired - UNESP/ASSIS

À memória de meus avós, Paulo e Sylvia.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho acadêmico que implica anos de pesquisa acumula débitos com diversas pessoas e instituições e quero, mesmo que de maneira sucinta, registrar os meus sinceros agradecimentos àqueles que de alguma maneira me propiciaram as condições para a elaboração desta tese de doutorado.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor Áureo Busetto pela paciência, competência e dedicação na orientação deste trabalho. Registro aqui um gesto irrestrito de profundo reconhecimento e gratidão, pois foram mais de dez anos de orientações, desde minha primeira iniciação científica em 2006, passando por meu mestrado, defendido em 2010, até este presente trabalho. Participei de diversos projetos e eventos sob sua coordenação que contribuíram de maneira decisiva na minha formação profissional, além de, nesses anos, ter contado com a sua amizade fraternal.

Agradeço a todos os professores do Departamento de História da FCL-UNESP/Assis pela contribuição durante a minha graduação e pós-graduação. Sou especialmente grato a Carlos Alberto Sampaio Barbosa, Célia Reis Camargo, Clodoaldo Bueno, Milton Carlos da Costa, Paulo Henrique Martinez, Ricardo Gião Bortolotti, André Figueiredo, José Luís Beired e Tânia Regina de Luca, pelas sugestões teóricas e historiográficas formuladas em conversas informais e atividades acadêmicas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a formulação desta tese de doutorado e a constante reflexão sobre o trabalho de um historiador. Aos professores Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Edvaldo Correa Sotana, agradeço especialmente pelas generosas contribuições que foram dadas para a elaboração de meu projeto de doutorado e pelas preciosas indicações feitas no Exame de Qualificação, que lançaram novas luzes para esta tese e foram determinantes para a estruturação do texto final desta pesquisa.

Agradeço aos grandes amigos e companheiros de orientação sempre solícitos com este e outros trabalhos acadêmicos, em especial ao Wellington Amarante, Paulo Gustavo da Encarnação, Osmani Ferreira da Costa, Fabiana Alves e Vanessa Milani. Sou grato à CAPES pelo financiamento desta pesquisa. Agradeço ainda à Clarice e Regina, do Departamento de História, e aos funcionários da Biblioteca e do Programa de Pós-Graduação da FCL-UNESP/Assis. Aos funcionários da Empresa Brasil de

Comunicação (EBC-RJ), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), da Biblioteca Nacional (BN) e do Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil (CPDoc JB), agradeço pela paciência e empenho em auxiliar esta pesquisa.

Agradeço a todos os funcionários e professores do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel (IMES-SM), em especial à professora Clara Bonome Zeminian, por quem nutro uma profunda admiração e que foi fundamental para que este trabalho fosse possível. Sou grato ao Departamento de Ciência Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP/Bauru, em especial ao professor Célio Losnak, sempre muito generoso com os meus trabalhos como professor e pesquisador.

Registro minha gratidão especialmente a três mulheres que deram o suporte necessário para que eu pudesse realizar este doutorado, a minha mãe, Maria Lúcia, minha namorada, Nina, e Silvana. Ao Constâncio (in memoriam) e à Silvana serei eternamente grato pelo amor incondicional que sempre tiveram por mim. Agradeço ao meu pai, Eduardo, por todo amor e dedicação dados para a minha formação. Agradeço a pessoas fundamentais na minha vida, Bel, Didi e Patrícia, e aos meus padrinhos Bia, Fátima, Celsão, Romilda e Fernando. Sou grato ao Hélio e a Lígia. Agradeço os meus cachorros, Joaquim e Sofia, pelo amor e companhia.

Agradeço aos meus amigos e irmãos da nossa República Lurde: Farinha, Ameriquinha, Luisão, Riviti, Vitão, Betão, Adilson, Felipe, Hugo, Helton, Natalia Dorini, Natalia Dálio, Carol, Ju, Larissa e Silvana. Em especial, ao Eduardo de Campos Lima, que tanto contribuiu e incentivou minha trajetória de pesquisa. Agradeço aos meus grandes amigos e irmãos de São Manuel, em especial: Danilão, Tiago, Gui, Vitor, Pipo, Claudio, Marquinho, Silvião, Cabeças, Beiçola, Eduardo Caldeira, Má, Dus, Rodrigo, Vitinho, Pardal, Barbo, Bruno, Jota, Rick, Costela, Marcio, Mike, João Pedro, Francisco, Maria Clara, Mariana, Larissa e Tatiana. Agradeço ao Júnior Forti por me acolher durante a pesquisa no Rio de Janeiro. Por fim, agradeço aos bares da vida, em especial ao Ex-Tensão e ao “Seu Luís” (in memoriam), e ao Bar do Deco e ao meu grande amigo Tonho.

“O homem da rua
Fica só por teimosia
Não encontra companhia
Mas pra casa não vai não
Em casa a roda
Já mudou, que a moda muda
A roda é triste, a roda é muda
Em volta lá da televisão
No céu a lua
Surge grande e muito prosa
Dá uma volta graciosa
Pra chamar as atenções
O homem da rua
Que da lua está distante
Por ser nego bem falante
Fala só com seus botões

O homem da rua
Com seu tamborim calado
Já pode esperar sentado
Sua escola não vem não
A sua gente
Está aprendendo humildemente
Um batuque diferente
Que vem lá da televisão
No céu a lua
Que não estava no programa
Cheia e nua, chega e chama
Pra mostrar evoluções
O homem da rua
Não percebe o seu chamego
E por falta doutro nego
Samba só com seus botões

Os namorados
Já dispensam seu namoro
Quem quer riso, quem quer choro
Não faz mais esforço não
E a própria vida
Ainda vai sentar sentida
Vendo a vida mais vivida
Que vem lá da televisão
O homem da rua
Por ser nego conformado
Deixa a lua ali de lado
E vai ligar os seus botões
No céu a lua
Encabulada e já minguando
Numa nuvem se ocultando
Vai de volta pros sertões”

(Chico Buarque, **A Televisão,** 1967)

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa:** debates, projetos e práticas à produção e difusão de conteúdos tele-educativos na Ditadura Militar, 1964-1981. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

RESUMO

Esta tese é pautada pelo objetivo central de analisar historicamente a encampação das medidas relacionadas ao uso educativo da televisão brasileira, promovidas, principalmente após 1964, com a instauração do regime militar no Brasil, tomando como eixo norteador as relações sociais e políticas que tornaram possível a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE). Dessa forma, este trabalho tem como intento trazer a lume dados e análises que permitam defender a tese de que a televisão educativa foi estabelecida de maneira complementar ao modelo televisivo comercial vigente desde a década de 1950 no Brasil, promovida como solução para os diversos problemas educacionais brasileiros e até usada como justificativa para uma série de projetos e investimentos no setor, mas com resultados limitados, pois não pôde contar com uma organização sólida, fértil e coerente para tal feito. As emissoras e programas educativos foram estabelecidos de maneira complementar em função de se restringirem a preencher lacunas deixadas pelas emissoras comercias, em termos de programação, apesar dos compromissos legais dessas emissoras com o interesse público e de seu papel educativo. Conforme foi propagandeado, a principal incumbência da televisão educativa era a de suprir a fragilidade do sistema educacional brasileiro. No entanto, o governo militar não estabeleceu políticas sólidas e bem coordenadas para o desenvolvimento da televisão educativa, gerando resultados e ganhos bastante limitados.

Palavras-chave: Televisão Brasileira. Ditadura Militar. Televisão Educativa. FCBTVE.

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **The Brazilian Center for Educational TV Foundation**: debates, projects and practices to the production and dissemination of tele-educational contents in the Military Dictatorship, 1964-1981. 2017. 301 p. Thesis (PhD in History). São Paulo State University (UNESP), College of Sciences and Languages, Assis, 2017.

ABSTRACT

The main purpose of this thesis was to historically analyze the expropriation of standards related to the educational use of Brazilian television. It was primarily promoted after 1964 with the establishment of the military regime in Brazil that used as guiding axis the social and political relations that made possible the creation of the Brazilian Center for Educational TV Foundation (FCBTVE). Thus, this work aimed to enlighten data and analyzes that defends the thesis that educational television was established as complementary to the commercial television model in force since the 1950s in Brazil. This actual model was promoted as a solution to many brazilian educational problems and were even used as justification for a several projects and investments in the sector that presented limited results since it did not have a solid, prolific and coherent organization. Broadcasters and educational shows were established in complementary manner, as they were restricted to filling gaps left by commercial broadcasters in terms of programming, despite the legal commitments to the public interest and their educational role. As advertised, the main role of educational television was to overcome the fragility of the brazilian educational system. However, the military government did not establish solid and well-coordinated policies for the development of educational television generating rather limited results and gains.

KEYWORDS: Brazilian Television. Military Dictatorship. Educational Television. FCBTVE.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ABT - Associação Brasileira de Teleducação

ACERP - Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas

AESP - Associação de Emissoras do Estado de São Paulo

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

ARP - Assessoria de Relações Públicas

AT&T - *American Telephone and Telegrafh*

BID - Banco Internacional de Desenvolvimento

BN - Biblioteca Nacional

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BBC - *British Broadcasting Corporation*

CBT - Código Brasileiro de Telecomunicações

CEBRACE - Coordenação para Melhoria do Ensino Básico

CEDATE - Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação

CEMA - Centro Educacional do Maranhão

CISE - Conselho Interministerial de Salário das Estatais

CITEL - Comissão Interamericana de Telecomunicações

CNAE - Companhia Nacional de Alimentação Escolar

CNAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais

COMSAT - *Communications Satellite Corporation*

CONTEL - Conselho Nacional de Telecomunicações

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPDocJB - Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil

CTR - Comissão Técnica de Rádio

CTT - Comissão Técnica de Televisão

CTEU - Centro de Televisão Educativa para o Ultramar

DAP - Daniel Azulay Produções

DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações

DER - Departamento de Estradas e Rodagens

DF - Distrito Federal

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

EMBRAFILME – Empresa Brasileira de Filme

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

ESG - Escola Superior de Guerra

FCBTVE - Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

FKA - Fundação Konrad Adenauer

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPA - Fundação Padre Anchieta

FRM - Fundação Roberto Marinho

FRP - Fundação Roquette-Pinto (FRP)

FUBRAE - Fundação Brasileira de Radiodifusão Educacional

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

FUNARTE - Fundação Nacional de Artes

FUNTEVÊ - Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa

GPHME - Grupo de Pesquisa História e Mídias Eletrônicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IMTEC - Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional

INACEN - Instituto Nacional de Artes Cênicas

INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo

INEP- Instituto Nacional de Pesquisa

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INTELSAT - *International Telecommunications Satellite Organization*

ISI - Instituto de Solidariedade Internacional

LDN - Liga de Defesa Nacional

MASP - Museu de Arte de São Paulo

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MINICOM - Ministério das Comunicações

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

NASA - *National Aeronautics and Space Administration*

NUPIMIL - Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Mídia e Linguagem

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

OVC - Organizações Victor Costa

PBS - *Public Broadcasting Service*

PIB - Produto Interno Bruto

PLANATE - Plano Nacional de Tecnologias Educacionais

PREMEN - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

PREMESU - Programa de Melhoria e Expansão de Escolas de Ensino Superior

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PRONTEL - Programa Nacional de Teleducação

RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Radiodifusão

RCA - Radio Corporation of America

SACI - Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares

SEAT - Secretaria de Aplicações Tecnológicas

SEFORT - Serviço de Educação e Formação de Base pelo Rádio e Televisão

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SER - Serviço de Radiodifusão Educativa

SEST - Secretaria de Controle das Estatais

SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa

SNT - Serviço Nacional de Teatro

SINTED - Sistema Nacional de Televisão Educativa

Sirta - Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados

SNT - Serviço Nacional de Teatro

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDN - União Democrática Nacional

UHF - *Ultra High Frequency*

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

VHF - *Very High Frequency*

USAID - *United States Agency for International Development*

VT - Videoteipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14

1 DEBATES E INICIATIVAS ACERCA DO USO EDUCATIVO DA TELEVISÃO PRÉ-DITADURA MILITAR

1.1 Primeiras iniciativas para uma televisão educativa.....37
1.2 Emissoras privadas e programas educativos.....47
1.3 A televisão como escola.....80

2 A CRIAÇÃO DA FCBTVE E OS ESTÍMULOS FEDERAIS PARA A TELEVISÃO EDUCATIVA

2.1 A comissão para criação de um centro brasileiro de TV educativa.....95
2.2 Projetos e medidas federais para televisão educativa.....104
2.3 A instituição da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.....136

3 A FCBTVE E A COORDENAÇÃO NACIONAL DA TELEVISÃO EDUCATIVA

3.1 O sistema nacional de televisão educativa.....156
3.2 Conflitos e sobreposição de funções na coordenação da televisão educativa no Brasil.....182
3.3 A reestruturação da FCBTVE.....201

4 A FCBTVE E A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

4.1 O Centro Nacional de Televisão Educativa – TELECENTRO.....217
4.2 Produções do TELECENTRO.....242
4.3 A TVE do Rio de Janeiro.....274

CONCLUSÃO.....283

FONTES.....289

BIBLIOGRAFIA.....294

INTRODUÇÃO

Há muito tempo a televisão tem se constituído em um dos principais meios de comunicação social no mundo ocidental. No Brasil, a partir da década de 1970, a televisão se posicionou como o principal veículo de entretenimento e informação da maioria da população. Apesar de nos dias atuais a televisão brasileira aparentar não possuir a mesma hegemonia de pouco tempo atrás, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento das redes sociais eletrônicas, sua ampla abrangência social continua a formar e influir em questões nacionais e internacionais bem como tem colaborado para alterar comportamentos.

No início de sua trajetória, a televisão dispôs de três modelos de operação: o público, notadamente da Grã-Bretanha, França e Alemanha; o estatal ou de governo, da União Soviética; e o comercial, adotado primeiramente nos Estados Unidos. No Brasil, desde a sua inauguração oficial, em 1950, a televisão se desenvolveu em grande medida a partir da iniciativa privada e tendo a predominância do modelo comercial até os dias de hoje.

Em sua primeira fase, a televisão brasileira sofreu com improvisos provindos de limitações técnicas, falta de profissionais qualificados, altos custos e de uma estrutura empresarial por parte das emissoras. Posteriormente, no início da década de 1960, o setor televisivo vai se profissionalizando e expandido, começando a fazer frente para o rádio, até então o meio de maior audiência no Brasil. A década seguinte é o momento de consolidação da televisão como principal meio de comunicação brasileiro. Muito desse desenvolvimento se deve a ascensão dos militares ao poder, investindo estrategicamente no setor das comunicações, notadamente por questões de segurança nacional e propaganda do próprio regime.

Com adoção do modelo comercial, a televisão brasileira se estabeleceu com uma programação baseada na lógica de mercado. As grades de programação das emissoras privadas são compostas de acordo com os índices das pesquisas de audiência, buscando atingir um número maior de telespectadores e visando as receitas com publicidades decorrentes daqueles índices, resultando em uma programação calcada principalmente no entretenimento, apoiada nas telenovelas, programas de auditório, seriados e filmes estadunidenses. Sendo assim, a televisão brasileira convive desde o seu surgimento com debates, que vão se aprofundando gradativamente, acerca de seu papel social.

Com a televisão ocupando um considerável espaço na vida cotidiana, paulatinamente, o modelo comercial televisivo brasileiro começou a ser mais discutido, principalmente por segmentos sociais envolvidos com a cultura, educação, ciência e agentes com experiências com o rádio e o cinema educativo. Ademais, alguns periódicos de grande circulação se ocuparam em apresentar experiências televisivas internacionais, contribuindo para esse debate, principalmente as efetivadas na Grã-Bretanha, sem, contudo, deixar de compará-las à carência ou inconsistência de iniciativas nacionais com relação à utilização da televisão brasileira com propósitos educativos.

Não por acaso, no Brasil, desde o início da década de 1950, existiram iniciativas para criação de emissoras e programas educativos. Expediente que se ampliou na década seguinte, principalmente com parcerias entre o poder público e emissoras comerciais para exibição de telecursos alinhados aos currículos escolares nacionais. No final da década de 1960, os debates, iniciativas e realizações em busca do uso educativo dos meios de comunicação no Brasil concretizaram-se com a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e com as emissoras educativas: TV Universitária do Recife e TV Cultura de São Paulo. A encampação das iniciativas para o uso educativo da televisão pelo poder público, notadamente durante o período militar, vai buscar uma sistemática e incentivará a implementação de outras emissoras educativas em diversos estados federativos, tendo as mais distintas vinculações e razão social, comandadas tanto pelo governo federal quanto por governos estaduais, bem como, em alguns casos, por universidades.

Criada em 1967, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, após seis anos de operação como centro produtor e distribuidor de programas educativos, recebeu a autorização para o estabelecimento de uma emissora televisiva utilizando o canal 2, do Rio de Janeiro. A TVE funcionou de maneira experimental até 1977, quando foram iniciadas as transmissões em caráter definitivo. A FCBTVE produziu e distribuiu programação para as emissoras integrantes do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED) e respectivas retransmissoras. Em 1981, com a reforma administrativa efetuada pelo MEC, a FCBTVE incorporou a Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT) e o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), dando origem ao FUNTEVÊ. Na década seguinte, novas alterações no órgão foram implementadas, as quais, somadas a outras em 2000, modificaram a instituição por completo. Em 1990, surgiu mais uma alteração na razão social da instituição, transformando a FUNTEVÊ

em Fundação Roquette-Pinto (FRP). Entretanto, as finalidades e objetivos foram preservados. A partir de 1993, a FRP e suas emissoras, a TVE do Rio de Janeiro e a Rádio MEC, enfrentaram uma séria crise econômica, resultando no declínio de sua programação e numa diminuição significativa do apoio técnico e financeiro que prestavam às emissoras coirmãs. Em 1997, iniciaram-se as negociações, no âmbito do Governo Federal, para a extinção da Fundação Roquette-Pinto e sua substituição por uma Organização Social, fato que se concretizou, em janeiro de 1998, com a implantação da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP). Em 2007, a ACERP repassou suas concessões para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a TV Educativa do Rio de Janeiro, mais tarde TV Educativa do Brasil (ou simplesmente TVE Brasil) foi extinta para dar lugar à TV Brasil.

A iniciativa privada e a ação estatal complementaram-se na consolidação da televisão no Brasil. A televisão educativa nasceu com a incumbência de suprir duas carências: a falta de programas educativos nas emissoras comerciais e a fragilidade do sistema educacional brasileiro. Tratando-se de um país com gigantescas dimensões territoriais, com graves problemas educacionais, além de mobilizar instrumentos convencionais, o governo brasileiro buscou a utilização de um meio de comunicação que se encontrava em pleno vapor e com marcante penetração entre os cidadãos para vencer o dramático quadro educacional. A presença direta do Estado foi complementar também pela instalação de emissoras televisivas em regiões críticas por questão de segurança nacional e desinteressantes comercialmente.

Portanto, esta tese é pautada pelo objetivo central de analisar historicamente a encampação das medidas relacionadas ao uso educativo da televisão brasileira, promovidas, principalmente após 1964, com a instauração do regime militar no Brasil, tomando como eixo norteador as relações sociais e políticas que tornaram possível a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE). Dessa forma, este trabalho tem como intento trazer a lume dados e análises que permitam defender a tese de que a televisão educativa foi estabelecida de maneira complementar ao modelo televisivo comercial vigente desde a década de 1950 no Brasil, promovida como solução para os diversos problemas educacionais brasileiros e até usada como justificativa para uma série de projetos e investimentos no setor, mas com resultados limitados, pois não pôde contar com uma organização sólida, fértil e coerente para tal feito.

As emissoras e programas educativos foram estabelecidos de maneira complementar em função de se restringirem a preencher lacunas deixadas pelas emissoras comerciais, em termos de programação, apesar dos compromissos legais dessas emissoras com o interesse público e de seu papel educativo. Conforme foi propagandeado, a principal incumbência da televisão educativa era a de suprir a fragilidade do sistema educacional brasileiro. No entanto o governo militar não estabeleceu políticas sólidas e bem coordenadas para o desenvolvimento da televisão educativa, gerando resultados e ganhos bastante limitados.

Nessa direção, este trabalho se pautou por quatro objetivos pontuais. Primeiramente, identificar e historiar o debate e as iniciativas voltadas para elaboração de representações e práticas ocupadas com o uso educativo da televisão no Brasil e anteriores ao regime militar. Em segundo lugar, buscar entender as concepções que nortearam a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e consequentemente a encampação das iniciativas em relação à televisão educativa por parte do governo federal. Em seguida, analisar as práticas da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, de sua criação, em 1967, até a instituição de sua sucedânea, a FUNTEVÊ, em 1981, como centro coordenador dos esforços relativos ao desenvolvimento da televisão educativa no Brasil e suas relações com a sucessão de organismos criados pelo governo federal, visando a racionalização do sistema, mas que geraram conflitos de atribuições, promovendo mudanças e reestruturações. Por fim, analisar a FCBTVE como centro produtor de programas educativos alinhados às diretrizes educacionais do Ministério da Educação e Cultura, que foram transmitidos por emissoras educativas e comerciais, e como responsável pela programação da TV Educativa, canal 2, do Rio de Janeiro.

Apesar de as mudanças historiográficas terem possibilitado tomar os meios de comunicação, além de fontes, como objeto de estudo, a história política ainda caminha a passos lentos no que diz respeito ao tratamento dos produtos midiáticos. A história política renovada possibilitou que temas já tradicionais, como partidos, eleições, guerras ou biografias pudessem ser trabalhados sob novas perspectivas, assim como a análise de novos objetos, como opinião pública, a mídia ou o discurso. Por meio do convívio da história política com outras disciplinas ficou estabelecido que, como afirma Rémond:

> se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por

> mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva.[1]

Mesmo com a televisão tendo enorme presença no cotidiano dos brasileiros, poucos foram os historiadores que se debruçaram sobre esse tema. A historiografia política brasileira apresenta, ainda hoje, um número pouco expressivo de trabalhos que tomam o rádio, a TV, o cinema e a internet como objetos de análise.

A dificuldade de acesso às produções televisivas no Brasil e em boa parte do mundo é uma das causas que explicam esse quadro. Não é por acaso a preponderância de estudos históricos sobre os meios de comunicação impressos. Esse descompasso é decorrente da facilidade de acesso e do volume de material impresso arquivado, como jornais e revistas, constante para consulta tanto em arquivos públicos, como Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Biblioteca Nacional, como em acervos dos próprios periódicos, sendo que alguns se encontram disponíveis para pesquisa nos sites das próprias empresas jornalísticas, como os do *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. A produção televisiva não conta com arquivos públicos no Brasil, sendo, geralmente, arquivada pelas próprias emissoras, o que acaba gerando uma série de obstáculos ou impedimentos ao seu acesso. Na França, por exemplo, houve um sensível aumento nas pesquisas acadêmicas que tiveram como objeto de estudo a televisão a partir do estabelecimento de uma política pública para conservação e consulta das produções televisivas, consolidadas com a abertura, em 1995, da *Inathèque*, local de pesquisa de arquivos audiovisuais, nas dependências da *Bibliothèque Nationale de France*, em Paris.[2]

A bibliografia sobre a televisão, no Brasil e no mundo, é ainda majoritariamente produzida por profissionais das áreas de comunicação e ciências sociais. Esses trabalhos trazem, geralmente, análises acerca da programação televisiva, dos avanços tecnológicos televisivos e efeitos do meio no mundo da comunicação social, de um setor social específico (economia, educação, religião, esporte etc.) ou da sociedade como um todo. Em geral, tal bibliografia tem sido produzida, como ressalta o historiador Áureo Busetto:

> deixando de lado procedimentos de pesquisas que invistam mais detidamente em uma análise pautada pela historicização do meio, e, dessa

[1] RÉMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 35.
[2] BARROS FILHO, Eduardo Amando; OLIVEIRA, Wellington Amarante. Entrevista com Évelyne Cohen. In: **Faces da História**, v.3, nº 1, p. 106-111, jan-jun. Assis: FCL-UNESP/Assis, 2016.

> forma, acaba apenas por destacar o meio dentro de um "contexto histórico" ou "panorama histórico", longe de pautar-se pela busca de pensar e analisar a TV como resultante de um feixe de relações sócio-históricas que a tornam possível de ser o que foi e o que tem sido.[3]

Com tais ressalvas, destacamos alguns expoentes dessa vertente de estudo que, de uma maneira ou de outra, estão relacionados à temática desta pesquisa de doutorado. Em *História da Televisão Brasileira*: uma visão econômica, política e social (2002), o jornalista Sérgio Mattos busca mostrar uma certa coerência entre as alterações político e econômicas do país a partir de 1950 e o desenvolvimento da televisão. Os livros *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* (2007) e *A TV no Brasil no século XX* (2002), de autoria de, respectivamente, César Ricardo Siqueira Bolaño e Othon Jambeiro, contribuem, entre outros aspectos, notadamente para questões relativas à regulamentação dos meios de comunicação no Brasil e da função social e caráter educativo presente na legislação televisiva brasileira. O jornalista Inimá Simões, em *A nossa TV brasileira*: por um controle social da televisão (2004) traça um panorama da história da televisão brasileira, centrado na importância social que o meio alcança com o passar dos anos como "principal formadora da opinião pública" no Brasil, mas mantendo-se acima dos controles institucionais. Portanto, o autor milita por um controle público da televisão brasileira. E, a coletânea *História da Televisão no Brasil* (2010), organizada por Ana Paula Goulart Ribeiro, Igor Sacramento e Marco Roxo, cujo enfoque está em analisar a importância da TV na estruturação política, econômica e cultural, década a década, desde o início do meio no Brasil em 1950 até sua crescente relação com a internet, destacando a programação de cada período.

Algumas pesquisas sobre a educação no período militar também balizaram esta pesquisa, principalmente os trabalhos de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes, *O Golpe na Educação*, de Alexandre Tavares Lira do Nascimento, *A Legislação de Educação no Brasil Durante a Ditadura Militar (1964-1985)*: um espaço de disputas, e de Sérgio Haddad, *Estado e Educação de Adultos*. O último, além de importantes contribuições para essa temática, como os demais citados, dedicou um capítulo específico para a educação de adultos por meio do rádio e da televisão no Brasil,

[3] BUSETTO, Áureo. A Mídia Brasileira como Objeto da História Política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et alii. **Dimensões da Política na Historiografia**. Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 11.

durante o regime militar. Portanto, servindo como fonte de dados e análises para esta pesquisa.

Com relação às pesquisas ocupadas com os usos educativos da televisão no Brasil, podemos destacar dois trabalhos de Laurindo Leal Filho como referência obrigatória. No primeiro, *Atrás das câmeras*: relações entre cultura, Estado e televisão (1988), o jornalista busca traçar um histórico da TV Cultura de São Paulo, desde sua fundação até o ano de 1986. Por conta de sua experiência como funcionário da emissora entre 1974 e 1982, ressalta as peculiaridades e a forma como se organizou a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, notadamente as contradições existentes no projeto da primeira emissora educativa paulista, por meio de uma entidade de direito privado, porém mantida com verbas públicas. Este estudo, além de tratar de um momento histórico contemporâneo, a temática desta pesquisa de doutorado, ajuda a pensar a intensificação do debate e de iniciativas com relação ao uso educativo da televisão no Brasil, que possibilitaram que, no mesmo ano, em 1967, a TV Cultura fosse comprada pelo governo do estado de São Paulo e abrigada pela Fundação Padre Anchieta e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa fosse criada.

O segundo trabalho de Leal Filho é sobre o modelo britânico de televisão, intitulado *A melhor TV do mundo*: o modelo britânico de televisão (1997). Nele, a BBC (*British Broadcasting Corporation*) é abordada desde sua fundação, em 1936, até a década de 1990. Como essa emissora é reconhecida por muitos como o maior exemplo de emissora pública, notadamente pela qualidade de sua programação e por sua autonomia administrativa, ainda que tenha passado por algumas intervenções ao longo de sua história, é fundamental o seu entendimento, pois muitos dos projetos e debates no Brasil sobre outras possibilidades para a televisão brasileira, notadamente com relação à criação de emissoras públicas e de uma programação educativa, tiveram como referência a britânica BBC.

Com relação aos estudos históricos ocupados com a televisão e que convergem com a temática desta pesquisa, destacamos alguns trabalhos da produção acadêmica recente na área de História que visa à construção de uma história social da televisão brasileira. Esses trabalhos são ligados ao Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Mídia e Linguagem (NUPIMIL), criado em 2005, e desde 2014, como Grupo de Pesquisa História e Mídias Eletrônicas (GPHME), credenciado junto ao CNPq, idealizado pelo historiador Áureo Busetto, vinculado à Universidade

Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Ele, além de se destacar no esforço para a formação de pesquisadores e de grupos de pesquisa dedicados a estudos históricos sobre a TV, realizou pesquisas e publicações sobre a televisão, como, entre outras: *Em busca da caixa mágica*: o Estado Novo e a televisão (2007), *Relações entre TV e poder político* (2007) e *Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar*: um episódio sobre a relação regime militar e televisão (2009). Tais estudos ocupados com as relações entre a televisão e o poder político são fundamentais para posicionarmos a FCBTVE no campo televisivo brasileiro, para pensarmos, entre outras coisas, a visão dos profissionais da televisão e dos agentes políticos no momento em que o uso educativo de meio televisivo tem seu debate ampliado e, posteriormente, quando o modelo comercial, então único, passa conviver com emissoras educativas, assim como os possíveis interesses dos governos militares com relação aos meios de comunicação, notadamente a televisão e especificamente as emissoras educativas. Destacamos também o livro *Televisão e Política*: uma história dos canais e redes de TV do Paraná (1954-1985), resultante da tese de doutorado de Osmani Ferreira da Costa e publicado em 2015. Este estudo, apesar de ter como foco principal a televisão em um estado federativo específico, contempla o período pesquisado por esta pesquisa, além de trazer luz para várias questões nacionais, notadamente sobre o jogo político para a obtenção de concessões televisivas no Brasil.

Também pertencentes ao grupo de pesquisadores citados acima, mas tratando de emissoras educativas e de programas educativos, destacam-se as pesquisas de mestrado em História: *Telecurso 2° Grau*: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981, defendida em 2011, e *Por uma televisão cultural-educativa e pública*: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974, defendida em 2010 e publicada em 2011. Ambos os trabalhos estão alinhados com a temática desta pesquisa. O primeiro, de autoria de Wellington Amarante de Oliveira, sobremaneira por mostrar como a principal emissora comercial do período vai se posicionar diante do debate e da criação de emissoras educativas, inclusive fazendo parcerias com a FCBTVE para algumas de suas produções. O segundo, de nossa autoria, por buscar apresentar as relações, notadamente políticas que tornaram possíveis o surgimento de uma emissora comercial com o nome de TV Cultura, em 1960, e que posteriormente, com os estímulos promovidos pela ditadura militar para o estabelecimento de emissoras educativas no Brasil, seria comprada pelo Governo do

Estado de São Paulo, em 1967, e entraria no ar em 1969, mantendo o mesmo nome, mas como a primeira emissora educativa daquele estado federativo e com a pretensão de uma autonomia administrativa que seria garantida pela Fundação Padre Anchieta. Em ambas as pesquisas a FCBTVE é abordada, assim como em alguns trabalhos acadêmicos que comentaremos logo a seguir, mas principalmente para ressaltar as iniciativas federais relativas à televisão educativa, não como objeto de análise histórica.

Portanto, após procedermos um minucioso levantamento, constatamos que, apesar de a FCBTVE ser entendida em teses e dissertações, principalmente na área de Comunicação, ocupadas com emissoras educativas ou usos educativos da televisão brasileira, como um ponto fundamental das políticas federais para o estabelecimento de programas e emissoras educativos, ainda não existe um trabalho acadêmico que a tenha elegido como objeto de estudo. Em geral, os estudos que tratam em algum momento sobre a FCBTVE passam ao largo de procedimentos de pesquisas que invistam mais detidamente na busca ampla de fontes empíricas, pautadas pela historicização e análise daquela instituição como resultante de um feixe de relações sócio-históricas constantes tanto em sua formação como em seu desenvolvimento. Dessa forma, a FCBTVE tem sido abordada por essas pesquisas dentro de “contextos históricos” ou “panorama histórico”, resultando, quase sempre, em analisar a instituição como “pano de fundo histórico” para o estabelecimento de programas e emissoras educativos.

Entretanto, podemos destacar o livro produzido pela jornalista Liana Milanez, *TVE*: cenas de uma história (2007), publicado quando da comemoração do cinquentenário da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e sob a coordenação editorial de Beth Carmona, então presidente da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP). Apesar de se tratar de um resgate histórico, desde a criação da FCBTVE até a fundação da ACERP em 1997, o livro traz um rico conjunto de dados referentes à nossa temática de pesquisa, que estão sendo utilizados, sem, contudo, dispensar o necessário confronto com as informações obtidas na pesquisa documental realizada para a concretização deste trabalho de doutorado.

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa de doutorado se pautou por alguns pressupostos elaborados por Pierre Bourdieu e Roger Chartier,[4] os quais possibilitam que o historiador se ocupe em entender e compreender sócio-historicamente a estrutura e dinâmica do universo televisivo, sem perder de vista a relação tempo espaço, e igualmente cuide dos esquemas de percepção e avaliação e de ação social próprio do conjunto dos agentes integrados a emissoras televisivas e dos meios de comunicação como um todo. Buscando, assim, analisar as relações que tornaram socialmente possível a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, encetadas tanto no interior do mundo midiático quanto as desempenhadas no universo que o engloba, como o político. Tendo como intento explicar aquela instituição, por meio de dados e informações consultados em pesquisa empírica, que permitam compreender as relações internas e os agentes a ela integrados, ocupando notadamente com o que diz respeito à propriedade, ao organograma, ao nível tecnológico e às finanças. Visando também analisar as relações da FCBTVE com as demais instituições e agentes do mundo televisivo e suas conexões com os demais meios de comunicação social, sem deixar de focar nas novas formas de perceber, avaliar e agir dos agentes do universo midiático brasileiro decorrentes dos debates, inciativas e possibilidade relativos ao uso educativo dos meios de comunicação e especificamente após a criação daquela instituição e de emissoras educativas. Julgamos necessário o entendimento das relações da FCBTVE com o domínio do político e do econômico, cuidando notadamente da questão da propriedade e das finanças, porém observando a natureza da propriedade e as fontes e recursos financeiros, relações que permitirão precisar o grau de autonomia da instituição. Não perderemos de vista as relações da FCBTVE com domínios sociais específicos, como o educacional. E, por fim, as relações entre a instituição e suas produções com o público consumidor.

Perspectivas de análise que possibilitam ao historiador fugir das armadilhas do pensamento essencialista/substancialista, calcado na noção de que os bens culturais, no caso em tela a FCBTVE, teria essência ou substância em si mesma, uma vez que exige um pensar relacional. Ou seja, buscar compreender essa Fundação como

[4] CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.; BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.; BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.; BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

resultante de um feixe de diversas e diferentes relações sociais que, encetadas por grupos sociais portadores de poderes díspares, tornaram possíveis que instituições, emissoras e programas educativos fossem pensados, produzidos, criados, classificados e legitimados socialmente. Enfim, relações sociais que permitiram que a FCBTVE e seus produtos existissem.

Tais pressupostos teóricos somados a algumas formulações elaboradas por Michel de Certeau,[5] possibilitam ao historiador manter a sua pesquisa afastada da redutora e cômoda noção de que apenas a mídia influencia o público consumidor, o qual seria, quase sempre, tomado como passivo, pois ela centra-se na concepção de que as relações entre mídia e o seu público não são de vetor único, isto é, somente a televisão influencia e molda os seus telespectadores, mas são entendidas como uma relação de vetor duplo, dado que os dois se influenciam mutuamente. O desnível de forças entre produtores midiáticos e seu público nos ajuda a pensar a aceitação dos telespectadores brasileiros por determinados gêneros de programas, o sucesso ou insucesso de alguns programas educativos, apesar de sua demanda social, e as mudanças nos rumos da programação, notadamente de centros produtores e emissoras educativas, em decorrência de suas relações com os telespectadores.

As assertivas de John Corner acerca da pesquisa histórica sobre a TV também têm contribuído para o desenvolvimento deste trabalho.[6] Segundo esse estudioso da área de Comunicação, a televisão apresenta cinco aspectos fundamentais, cada qual merecedor da atenção dos pesquisadores ocupados com o seu estudo. O primeiro deles é pensar a televisão como instituição, como indústria e suas organizações, enquadrada pela política e pela gestão empresarial. No caso do nosso estudo necessitamos estabelecer um contraponto entre as emissoras comerciais estabelecidas no Brasil, com sua organização, seja em seu primeiro momento mais amadorístico ou posteriormente com uma estrutura empresarial, visando principalmente seus rendimentos, com as emissoras educativas pensadas e efetivadas com o objetivo maior de serem centros produtores de programas educativos relevantes para os brasileiros e não visando lucro. Essa concepção para a função de emissoras educativas é também relacionável com o segundo aspecto indicado por Corner que é a televisão como produtora, cujo foco recai sobre a cultura

[5] CERTEAU, Michel de. **As invenções do cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2000.
[6] CORNER, John. Finding data, reading patterns, telling stories: inssues in the histotiography of television. *Media,* **Culture & Society**, v. 25, n. 2, p. 273-280, mar. 2003.

profissional e a prática profissional. No Brasil, a produção televisiva educativa surge exatamente como complementar às práticas das emissoras comerciais. Apesar de concorrerem entre as preferências dos telespectadores, a criação da FCBTVE e de emissoras educativas ocorrem para suprir a carência de programas educativos oferecidos pelas emissoras comerciais. Devemos levar em consideração também a dificuldade que a programação educativa terá em encontrar uma linguagem atraente, além da falta de profissionais especializados nesse tipo de programação, para que não se resumissem a aulas televisionadas. Essas questões estão conectadas também ao terceiro aspecto abordado por Corner que é pensar a televisão como representação e forma, pois, quando existe um aumento da programação educativa no Brasil, a televisão comercial, hegemônica, já havia estabelecido uma estética própria e alinhada aos telespectadores brasileiros, expediente que representa mais um desafio a ser enfrentado pelas produções educativas. Pensar as ligações da televisão com a cultura brasileira seria seguir o quarto aspecto elencado por Corner. Contudo, segundo o próprio autor, esse caracteriza-se como um dos mais difíceis aspectos a serem conseguidos pelo pesquisador. Enfocar a televisão e sua produção como fenômenos socioculturais, ligados a um determinado momento histórico, sem perder de vista os interesses políticos do momento, buscando entender, por exemplo, porque determinados gêneros de programas televisivos não conseguiram aceitação dos telespectadores brasileiros, assim como, determinados gêneros fizeram tanto sucesso. Ou seja, entender a relação entre o que é oferecido pela televisão e o que é procurado pelos telespectadores para entendermos porque as emissoras educativas e a programação educativa não conquistaram o gosto de amplas parcelas da população brasileira. Por fim, o último aspecto indicado por Corner é pensar a televisão como tecnologia, um experimento científico que, ao mesmo tempo, se tornou um item doméstico e um recurso crescente e poderoso à mudança na estética social. Entretanto, como o próprio autor ressalta, dificilmente seria possível esmiuçar todos esses aspectos em uma só pesquisa, pois não se trataria de uma demanda por uma história total do meio. Mas, o historiador ocupado com a televisão que optar por um ou mais aspectos deve ter no horizonte que não se deve perder de vista as interconexões entre esses fatores.

Esta pesquisa se fundamentou também pelas orientações oferecidas pelo historiador francês Jean-Noël Jeanneney para a realização de uma história política da televisão. Com relação à autonomia da televisão do ponto de vista da influência do

poder político, Jeanneney oferece critérios que julgamos valorosos para o entendimento da relação entre as emissoras e concessionários televisivos e os diferentes governos desde o início do meio no Brasil, notadamente do governo militar com a FCBTVE. Segundo o historiador, devemos levar em consideração o peso do governo na sociedade; no caso desta pesquisa, trata-se de uma ditadura militar onde existe uma centralização do poder, além de costumes herdados do passado, como, por exemplo, de restrição à liberdade de imprensa e a política de concessões radiofônicas serem concentradas desde sempre, no Brasil, no poder Executivo. Outro ponto atentado por Jeanneney é a capacidade de ação do Estado sobre a informação televisiva, levando em consideração a utilização de recursos financeiros como exemplos de controle. Os governos que apresentam o controle das finanças públicas (fixação de taxas de impostos, verbas orçamentárias e subsídios ou taxas especiais de juros para empréstimos na rede oficial de bancos) podem apresentar em um episódio ou outro e até mesmo em uma série deles, a concessão ou a cessão de benefícios de acordo com suas pretensões. Com isso, podem limitar a independência da televisão e utilizar de suas prerrogativas para o jogo de força relacionado à outorga de canais e à renovação de concessões televisivas.[7] Mas, principalmente no que tange à FCBTVE e às emissoras educativas não comerciais criadas no Brasil, pois, dependentes de recursos públicos para sua manutenção, podem ser forçadas a afrouxarem sua autonomia administrativa e estarem sujeitas às vontades dos governantes e das conjunturas do momento.

A televisão brasileira se estabeleceu por intermédio de um modelo comercial. Entretanto, em outras partes do mundo, em momentos próximos, a televisão estreava e se estabelecia tendo outros modelos televisivos como hegemônicos, como o público e o de governo. Nos mais diversos países e com diferentes modelos televisivos a discussão sobre o papel educativo do meio sempre esteve presente, ainda que com diferentes concepções. Para buscar distinguir aqueles diferentes modelos televisivos, temos utilizado as conclusões do professor colombiano e pesquisador em comunicação, televisão e educação, Omar Rincón, elaboradas a partir das discussões levantadas por artigos de pesquisadores latino-americanos, como Jesús Martín Barbero e Diego Portales Fuentes, que integram o livro *Televisão Pública*: do consumidor ao cidadão. Segundo Rincón, a televisão comercial seria aquela que tem,

[7] JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996, p. 228-31.

primeiramente, fins lucrativos, o que não equivale a afirmar que toda emissora que vende pauta publicitária seja necessariamente comercial. A televisão pública teria um compromisso com a construção do caráter público, o que não significa asseverar que as empresas privadas de televisão não tenham qualquer compromisso com tal construção. O caráter público de uma emissora de televisão se encontraria decisivamente ligado à renovação permanente das bases comuns da cultura de um determinado país, por meio de uma programação inclusiva de todos seus cidadãos.

Deve-se levar em conta que a radiodifusão como um todo é pública, uma vez que mesmo as emissoras privadas possuem seus compromissos legais, como a exibição de programas culturais e educativos, necessita da utilização do espaço eletromagnético e está ligada a uma determinada sociedade. Por sua natureza, os canais privados têm a opção de expressar o ponto de vista de seus proprietários, mas, necessariamente, respeitando a legislação e as normas éticas relativas à comunicação. Às emissoras públicas concernem, por sua vez, expressarem o ponto de vista da diversidade. A televisão comercial busca a grande audiência, privilegiando os gêneros e estilos de programas de suposta maior demanda e com formatos comprovados. A televisão pública pode se esforçar para buscar novos formatos e atender a demanda de públicos minoritários.[8]

Rincón busca também definir os conceitos de televisão pública e televisão de governo. Segundo o autor, existiram e ainda existem emissoras rotuladas de públicas apenas pelo fato de pertencerem aos Estados ou comunidades e em decorrência de dependerem de subvenções do poder público. Nesses casos, o caráter “público” da televisão se daria mais pela questão de quem é seu proprietário do que pela missão ou filosofia da emissora. Essas televisões careceriam de um projeto que englobasse os conceitos contemporâneos de democracia, cidadania, sociedade civil e consumo cultural. O potencial de transformação do caráter público estaria minado caso a definição de TV pública se referisse apenas ao aspecto governamental, o que deixaria o meio como presa fácil à manipulação e à corrupção. A soberania da televisão privada residiria em cada proprietário e a da televisão governamental no Estado. A televisão pública residiria em um regime legal e organizacional garantidor de autonomia de gestão e pluralidade de mensagens. O sentido público seria mais complexo que o governamental. Ele não se esgotaria no governamental, nem no

[8] RINCÓN, Omar. Conclusões. In: RINCÓN, Omar (Org.). **TV Pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002, p. 332-4.

estatal. Apresentasse como um imperativo inscrito no serviço e finalidade da televisão.[9]

Como o Brasil opta pelo modelo estadunidense, inclusive com o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, tendo sua inspiração no código de comunicações dos Estados Unidos, de 1934, há como consequência um desequilíbrio maior na programação televisiva entre informação, educação e entretenimento, elementos que Asa Briggs e Peter Burke denominam como uma tríade quase que sagrada para os meios de comunicação social.[10]

Entretanto, com o lugar que a televisão foi ocupando na vida cotidiana e suas possibilidades de influência sobre os cidadãos, setores da sociedade estadunidense e europeia passaram a discutir mais firmemente e dirigir a atenção para os riscos da informação única, expediente que se estendeu pela América Latina. Percebeu-se, assim, a necessidade de alargar o conjunto das emissões televisivas. Segundo Jeanneney:

> relativamente a televisão quanto mais o tempo passa, menos legitimo é concentrar a atenção na informação única. Impõe-se a necessidade de alargar ao conjunto das emissões, pelo lugar que tomaram na vida quotidiana dos cidadãos e a influência que podem ter nos seus hábitos, nas suas práticas culturais, nos seus comportamentos cívicos e na própria evolução das mentalidades.[11]

Essa demanda reacendeu o debate sobre a problemática dos modelos televisivos e deu margem para a coexistência destes (duplo setor), que poderia ser marcada pelo equilíbrio e pelas riquezas da diversidade.

No Brasil, desde o início da televisão, existiram debates e iniciativas para a constituição de alternativas ao modelo televisivo comercial. Entretanto, somente no final da década de 1960 as emissoras comerciais dividiram o espectro eletromagnético brasileiro com emissoras de outra natureza. As emissoras surgidas como alternativa às emissoras comerciais tiveram as mais diversas vinculações e razões sociais. Portanto, defini-las como públicas ou estatais (ou de governo) sempre permeou as pesquisas relacionadas a esta temática. Todavia, independente dessas definições, todas as emissoras criadas sem finalidade comercial tiveram como intento serem emissoras educativas e complementares às emissoras privadas. Inclusive, sob o aspecto legal, segundo Alexandre Fradkin, só existiriam dois tipos de emissoras de

---

[9] RINCÓN, Omar. Conclusões. In: RINCÓN, Omar (Org.). **TV Pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002, p. 330-2.
[10] BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 193.
[11] JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996, p. 241.

televisão no Brasil: a comercial e a educativa. Qualquer outra denominação utilizada não teria respaldo legal.[12] Sendo assim, podemos afirmar que, a partir de 1968, quando vai ao ar a TV Universitária de Pernambuco, primeira emissora educativa brasileira, até 1981, ano final da periodização desta pesquisa, quando a FCBTVE dá lugar à FUNTVÊ, existiram efetivamente dois modelos televisivos: o comercial e o educativo, o qual buscamos precisar ao longo deste trabalho, tendo como eixo norteador a FCBTVE.

Para fazermos uma história política da televisão educativa no Brasil tendo como eixo norteador a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, de acordo com o que mostramos até aqui, é necessário um amplo leque de fontes. Porém, é no cumprimento desse item que reside a chaga do historiador, dada a penúria e as dificuldades de acesso às fontes necessárias para a concretização de uma história da televisão. Ao escolher a televisão como objeto ou fonte de estudo, os historiadores se deparam com dificuldades, como a existência e as condições técnicas de arquivos e o acesso à documentação audiovisual das empresas. Como ressalta Jeanneney, quando se volta para o audiovisual, a situação se agrava, pois são dispendiosas e penosas a conservação e a consulta dos arquivos de imagem e de som, e não adianta nutrir ilusões com relação ao uso de entrevistas e depoimentos como fontes, pois, como alerta o historiador francês: “Os profissionais dos meios de comunicação social raramente têm um pensamento histórico e, na memória dos atores, o que predomina frequentemente é a anedota, mais que a cronologia verdadeira e o sentido dos movimentos do conjunto”.[13]

No Brasil, com a preponderância do modelo comercial de televisão, grande parte do que se produziu e é produzido em matéria de audiovisual se deve à iniciativa privada. O caráter de serviço público das emissoras de televisão que deveria ser central em suas grades de programação também não é extensivo ao acesso público de seus arquivos audiovisuais. A produção televisiva é, geralmente, arquivada pelas próprias emissoras, o que acaba gerando uma série de obstáculos ou impedimentos ao acesso dessa produção. Deve-se considerar ainda que muito do material escrito

---

[12] FRADKIN, Alexandre. **A TVE ou não é?**. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2016.
[13] JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996, p. 6.

ou impresso, envolvido com a produção televisiva, como pautas, memorandos e scripts, comumente não é arquivado.[14]

Com relação às emissoras televisivas educativas, a situação melhora um pouco. Apesar de uma maior facilidade com relação ao acesso, na maioria dos casos, os arquivos documentais não são bem organizados e seus acervos possuem lacunas. Além disso, por não terem, ou estarem em vias de ter, seu material digitalizado, o acesso fica limitado ou impossibilitado. Vale lembrar que, apesar do caráter público, em alguns casos, são vetadas reproduções fotográficas e limitadas as fotocópias de documentos, além da cobrança pelo tempo acessado de material audiovisual.

Com tais ressalvas, nossa pesquisa de doutorado foi desenvolvida, do ponto de vista da pesquisa bibliográfica, com base na busca de informações e dados encontrados na literatura específica sobre a TV brasileira, notadamente as ocupadas com a sua história, a sua estrutura e dinâmica, seus agentes e sua programação, e centrando a atenção no momento de desenvolvimento da televisão sob o regime militar. Mesmo que tenham sido produzidos com preocupações e perspectivas de análise diferentes das adotadas nesta pesquisa, os trabalhos ocupados com os estudos sobre a comunicação social e a TV no Brasil forneceram elementos empíricos, dando espessura historiográfica para este estudo histórico. Esses trabalhos, como não poderia deixar de ser, foram confrontados entre si e com as fontes primárias consultadas em pesquisa documental.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, consultamos atos internacionais e documentos federais, notadamente do Poder Executivo, do Ministério da Educação, do Ministério das Comunicações e do Ministério da Relações Exteriores relativos à FCBTVE e o uso educativo da televisão no Brasil de uma maneira geral, e a legislação brasileira relacionada à televisão e, especificamente, à televisão educativa. Tivemos acesso à coletânea *Teleducaçao no Brasil*, 1958-1970: organização e planejamento – uma contribuição, elaborada pelo general Taunay Drummond Coelho Reis, membro da Liga de Defesa Nacional (LDN) e do Conselho Nacional de Telecomunicações CONTEL. Lançada em 1972, trata-se de uma reunião de documentos relativos à

[14] BUSETTO, Áureo. Imagens em alta indefinição: produção televisiva brasileira nos estudos históricos. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) **Imagem em debate**. Londrina: Eduel, 2011, p. 168-9; BUSETTO, Áureo. Vale a pena ver de novo: organização e acesso a arquivos televisivos na França, Grã-Bretanha e no Brasil. **História (São Paulo)**, Franca, vol. 33, n° 2, p. 380-407, jul./dez. 2014, p. 389-99.

televisão educativa, como decisões e portarias do CONTEL, apresentados na íntegra, em ordem cronológica, precedidos de uma apresentação por parte do organizador.

Examinamos também os relatórios de atividades, publicações comemorativas, estudos, contratos, estatutos, atas de reuniões, cartas, convênios e memorandos da FCBTVE. Compulsamos documentos do presidente Médici constantes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como: anotações, cartas, entrevista, despachos e telegramas relacionados à televisão brasileira e à censura prévia de uma maneira geral. Foram analisados ainda documentos do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

Com relação a periódicos, consultamos matérias, artigos, reportagens e editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, e da revista *Veja*, além de utilizarmos também as edições dos periódicos *Diário de S. Paulo* e *O Cruzeiro* examinadas anteriormente quando de nossa pesquisa de mestrado. A escolha desses periódicos para o atual trabalho se baseou em critérios de tiragem e representação para o período abordado, além de suas relações e intenções com o meio televisivo. Selecionamos dois jornais cariocas, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, pois a FCBTVE vai se estabelecer e, posteriormente, operar uma emissora de TV no Rio de Janeiro. Vale lembrar que seus proprietários obtiveram concessões televisivas, ainda que a do *JB* não tenha se concretizado com a operação de um canal de televisão. A família Mesquita, proprietária do paulista *O Estado S. Paulo*, até onde é sabido, nunca revelou publicamente interesse em ter um canal de televisão ou entrou em disputa por concessão de canal televisivo. Entretanto, teve entre suas preocupações o papel cultural e educativo que a televisão pudesse desempenhar. A revista *Veja*, pertencente à Editora Abril, participante de concorrência pública para concessão de canal televisivo e editora de material de apoio para cursos televisionados, ao longo dos anos militares, consolidou-se como o semanário mais importante do Brasil, notadamente por seu noticiário político. Por fim, os dois periódicos acrescentados, *O Cruzeiro e Diário de S. Paulo*, se justificam por pertencerem aos Diários e Emissoras Associados, grupo com interesses diretos no setor da comunicação social e que exerceu um papel hegemônico nos primeiros anos da televisão brasileira. Portanto, os quatro periódicos escolhidos, e os dois acrescidos, apesar de suas distintas linhas editoriais, deram ampla cobertura e colaboraram para o debate sobre o desenvolvimento do setor televisivo brasileiro.

Vale ressaltar que nossa pesquisa aos periódicos não se restringiu à consulta e análise única e exclusivamente de cadernos ou colunas especializadas em televisão. Julgamos de fundamental importância folhear página a página as edições diárias dos jornais ou semanais das revistas. Com olhar atento podemos perceber mudanças, transições, continuidades sobre nosso objeto de pesquisa. Os periódicos podem apresentar, em diferentes cadernos ou sessões, temáticas, matérias, opiniões, reflexões, críticas sobre a televisão e/ou discussões que a perpassam. A consulta página a página é fundamental para a busca e entendimento de informações sobre a propriedade das empresas, além de posicionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais dos periódicos.

Atentamo-nos também para as mudanças de editores chefes, dos colunistas e informações sobre o jornalista ou crítico que escreveram nos jornais ou revistas. Buscamos ainda levantar pistas e informações das posições adotadas pelos periódicos, quer, mais amplamente, na sociedade que integram, quer, mais especificamente, sobre a televisão. Com base nesse conhecimento pudemos melhor compreender e posicionar historicamente a visão social de mundo, as representações, os interesses dos periódicos consultados, sobremaneira em relação a assuntos, fatos e processos relacionados à televisão de forma geral, e, especificamente, à TV educativa.

Compulsamos também, no Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil (CPDoc JB), todas as edições dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, editado pelo *Jornal do Brasil*, mas comercializado de forma separada. Primeiramente com publicações mensais e posteriormente bimestrais, tendo em seu conselho de redação Alberto Dines, Luís Carlos de Oliveira, Octavio Bomfim e Emílio Zola Florenzano, circulando entre os anos de 1965 e 1974. O objetivo do *Cadernos de Jornalismo*, posteriormente *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, era tratar sobre os mais diversos aspectos do mundo midiático, como: teorias da comunicação, prática profissional, função social dos meios de comunicação, relações com o poder público, propaganda, avanços tecnológicos e o uso educativo dos meios de comunicação. Sobre esse último, dedicou uma edição exclusivamente à televisão educativa em 1971.

Consultamos ainda as edições disponíveis na Biblioteca Nacional (BN) das revistas *PN*, *Tecnologia Educacional* e *Espaço Funtevê*. A revista *PN*, de publicidade e negócios, circulou semanalmente entre os anos de 1950 e parte dos de 1960, com

cerca de 29.000 assinantes, cujo slogan era: "*PN* – a revista dos homens que decidem". Em uma de suas edições abordou, sob o título: *O escândalo da TV Educativa no Brasil*, sobre a tentativa de implantação da que seria a primeira emissora educativa do Brasil, idealizada por Edgard Roquette-Pinto, no início da década de 1950.[15] A *Tecnologia Educacional* era uma revista da Associação Brasileira de Teleducação, fundada em 1971, com publicações bimestrais.[16] E, a *Espaço Funtevê*, uma publicação mensal de circulação interna da instituição sucedânea da FCBTVE. Foi criada em 1983 tendo como característica uma apresentação gráfica bastante simples. Segundo seu primeiro editorial, teria como objetivo aprimorar a aplicação e desenvolvimento de tecnologias educacionais, cuidando do legado de Gilson Amado, Roquette-Pinto e Humberto Mauro.

O material selecionado por meio da pesquisa das edições dos periódicos supracitados permitiu compreender as posições de empresas do setor da comunicação impressa e de segmentos socioculturais sobre a televisão, além de possibilitar à análise dos debates, iniciativas e possibilidades, tanto de segmentos sociais como governamentais, relativas ao uso educativo da TV, à criação de emissoras com esta finalidade e, sobremaneira, à FCBTVE.

Com a documentação relativa à FCBTVE, ao governo federal e à televisão educativa de uma maneira geral, foi possível caracterizar e analisar os princípios, práticas e resultados dessa instituição, especificamente, as alternativas à televisão comercial brasileira de forma extensiva. Essa documentação possibilitou definir as relações sócio-históricas que tornaram possível a FCBTVE e como os profissionais que a dirigiram ou produziram a sua programação buscaram adaptar ou dar respostas às suas diretrizes ou aos problemas interpostos no seu desenvolvimento.

Os documentos do IBOPE trazem luz tanto a questões nacionais quanto específicas da audiência televisiva, seja regional, seja local. Esses documentos permitem perceber os formatos e gêneros de programas de maior demanda, em cada

[15] Tivemos conhecimento sobre a existência de um exemplar da revista *PN* que trataria sobre a iniciativa de Roquette-Pinto para a instalação de uma emissora educativa no Rio de Janeiro por meio do livro *TVE*: cenas de uma história, de Liana Milanez.

[16] A Associação Brasileira de Teleducação (ABT), fundada em julho de 1971, com o objetivo de ser uma entidade privada, de caráter científico e que prestaria serviços técnicos na área de tecnologia educacional, congregando profissionais voltados para a educação, principalmente os que se ocupariam com a introdução e desenvolvimento de tecnologias educacionais capazes de ampliar a área de ação e melhorar o nível de ensino no Brasil. Sediada no Rio de Janeiro, na década de 1970, sua estrutura compreendia dezesseis estados federativos e suas ações englobavam a promoção de encontros, cursos, pesquisas, assessorias e publicações.

período abordado por esta pesquisa, trazendo indícios para as possíveis influências na produção das programações educativas. Portanto, caracterizam de estimável valor para o entendimento da aderência da audiência às práticas complementares ao modelo comercial televisivo brasileiro, como as produções da FCBTVE.

Além das fontes apresentadas até aqui, tínhamos previsto em nosso projeto de pesquisa a consulta da produção audiovisual da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa. A análise deste material poderia suscitar novas questões e oferecer novas respostas para o nosso estudo histórico proposto. Pois, não objetivávamos tratar este material como meras ilustrações de comentários ou conclusões, como aparenta ser a tendência de alguns estudos históricos. Tínhamos como intento analisar o conteúdo dos programas produzidos pela FCBTVE explicitando suas especificidades de formatos e suas transformações ao longo dos anos, demarcando em que termos foram decompostas as unidades estratégicas de seleção e combinação da construção de sua narrativa paralelamente à utilização dos códigos da linguagem televisiva. Entretanto, diferentemente do que havia sido informado no momento de confecção do projeto de doutorado, os audiovisuais do período que compreende esta pesquisa não estavam disponíveis para consulta. O que pudemos constatar em visita ao "Arquivo da Penha",[17] de responsabilidade da Empresa Brasil de Comunicação (EBC-RJ) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), é que muito dos audiovisuais do período correspondente a esta pesquisa se deterioraram e muitos documentos escritos foram perdidos dadas às péssimas condições de preservação e à falta de equipamentos com tecnologia que permitam a digitalização dos audiovisuais produzidos pela FCBTVE durante a década de 1970.

Apesar das dificuldades de acesso, ou sua impossibilidade no caso dos audiovisuais da FCBTVE, é possível afirmar que as pesquisas realizadas forneceram subsídios que, confrontados com a bibliografia específica, possibilitou o desenvolvimento dos objetivos propostos, inclusive fornecendo dados sobre produções audiovisuais daquela Fundação. Contudo, achamos relevante frisar que os pesquisadores que incluem, ou pretendem incluir, a televisão como seu objeto de

[17] O chamado "Arquivo da Penha" foi inaugurado em março de 1985 com o nome de Centro de Multimeios Padre José de Anchieta, sobre responsabilidade da sucessora da FCBTVE, a FUNTEVÊ. Nos dias de hoje, ele funciona como um depósito de documentos escritos e audiovisuais das várias instituições antecessoras à EBC. Em suas dependências com condições insalubres, se encontram também, em avançado processo de deterioração, equipamentos televisivos, o primeiro veículo de externa da TVE do Rio de Janeiro, mobílias de escritório, computadores, além de veículos abandonados da EBC e da TV Brasil.

estudo e fonte de pesquisa, dado que se configura como um tema presente, amplo, contemporâneo e relacionado com as diversas instâncias sociais, culturais e políticas, devem empenhar-se em encontrar alternativas diante das dificuldades ou impedimentos ao acesso a materiais ligados a ela e preocupar-se com questões como a criação de arquivos públicos destinados à memória audiovisual e à acessibilidade dos arquivos das emissoras televisivas.

Com base nas considerações apresentadas até aqui, dividimos o texto de nossa tese em quatro capítulos. No primeiro, denominado *Debates e iniciativas acerca do uso educativo da televisão Pré-Ditadura Militar*, identificamos e historiamos o debate e as primeiras iniciativas voltadas para elaboração de representações e práticas ocupadas com o modelo de televisão educativa no Brasil e que serviram de base para o projeto de criação da FCBTVE. Para tanto, abordamos desde os primeiros projetos para a implantação de uma emissora educativa, passando pelos primeiros programas educativos transmitidos pelas emissoras comerciais e os primeiros telecursos alinhados ao currículo escolar nacional, muitos deles produzidos recorrendo a parcerias entre as emissoras comerciais e o poder público.

No segundo capítulo, nomeado *A ciação da FCBTVE e os estímulos federais para a televisão educativa*, remontamos e analisamos o trabalho, o projeto, o plano e as ideias, investidos para a criação da FCBTVE, desde a primeira comissão formada para estudar sua viabilidade, em 1964, até sua inauguração em 1967. Para isso, julgamos necessário historiarmos sobre a série de medidas provindas do governo, que visaram encampar as iniciativas relativas aos usos educativos da televisão e estimular a criação de emissoras televisivas educativas.

No terceiro capítulo, intitulado *A FCBTVE e a coordenação nacional da televisão educativa*, promovemos o entendimento histórico da atuação da FCBTVE durante toda a sua existência, como centro criado com a incumbência de facilitar, promover, analisar, acompanhar e gerenciar os esforços relativos ao desenvolvimento da televisão educativa no Brasil e suas relações com a sucessão de organismos criados pelo governo federal, visando a racionalização do sistema, mas que geraram conflitos de atribuições, promovendo mudanças e reestruturações naquela fundação.

Por fim, no quarto capítulo, nomeado *A FCBTVE e a produção de programas educativos*, miramos o entendimento da FCBTVE como centro produtor de programas educativos alinhados às diretrizes educacionais do Ministério da Educação e Cultura,

que foram transmitidos por emissoras educativas e comerciais, em horários obrigatórios por força de lei, e as diretrizes aplicadas à TV Educativa do Rio de Janeiro, canal 2.

1 DEBATES E INICIATIVAS ACERCA DO USO EDUCATIVO DA TELEVISÃO PRÉ-DITADURA MILITAR

1.1 Primeiras iniciativas para uma televisão educativa

Apesar da hegemonia do modelo comercial, desde a inauguração oficial da televisão brasileira, em 1950, podemos notar debates, iniciativas e realizações para a utilização da televisão de maneira educativa, notadamente provindas de experiências anteriores com meios como o rádio e o cinema. Esses esforços para o uso educativo da televisão brasileira influenciaram na elaboração de um projeto para centralizar tais iniciativas na mão do Governo Federal, concretizado por meio da criação da FCBTVE.

Uma busca no passado, para analisarmos os usos educativos da televisão brasileira, mostra que eles se confundem necessariamente com a história do uso dos meios de comunicação, como o rádio e o cinema, para fins educacionais no Brasil, principalmente por termos entre seus principais propositores, apesar do espaço de iniciação de operação daqueles meios no Brasil, uma mesma pessoa, o professor Edgard Roquette-Pinto. A razão do uso dos meios de comunicação para educação no Brasil seria, desde os primórdios da proposição de Roquette-Pinto, no início do século passado, “levar educação e cultura para os brasileiros”.[18]

Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), formado em medicina, teve como temática de pesquisa os povos indígenas, defendendo a tese de doutorado, em 1906, *O exercício da medicina entre os indígenas da América*. Ainda perseguindo a temática da reabilitação do índio e do mestiço em geral, ele fez algumas viagens científicas e publicou o ensaio *Rondônia*, considerado sua grande obra. Em razão de seus estudos, foi professor-assistente do Museu Nacional, no campo da Antropologia. Em torno dos seus 45 anos, deu uma guinada em seu caminho e empenhou-se em “difundir a ciência moderna para as camadas populares”. Seu objetivo, dali em diante, foi algo como “tirar a ciência do domínio exclusivo dos sábios para entregá-la ao povo”.[19]

Empenhado em sua nova jornada, Roquete-Pinto direcionou seus estudos para métodos relacionados à educação popular. No dia 20 de abril de 1923, entrava no ar

[18] BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. **Programa Nacional de Teleducação**: reunião de dirigentes de órgãos do MEC. Brasília, 1974.
[19] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 out. 1974, p. 36.

a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, considerada a primeira emissora radiofônica do Brasil, fruto do pioneirismo de Roquette-Pinto e de seus colegas da Academia Brasileira de Ciências, que acreditaram no rádio como um meio eficaz de levar educação e cultura por toda a América. A radiodifusão brasileira, assim, nasceu educativa, inspirada no pensamento de que "o rádio é a escola dos que não têm escola".[20]

A programação da Rádio Sociedade possuía cursos e programas científicos que abordavam temas como física, química, história natural e botânica; além de palestras destinadas ao público feminino; histórias com ensinamentos de valores éticos e morais para crianças; recomendações médicas, como dicas de higiene; e informações ligadas à agricultura. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro contou com a colaboração de diversos intelectuais do período, incluindo uma participação notável, do físico Albert Einstein, em sua visita ao Brasil, feita em 1925.[21] Em 1936, a emissora foi transferida para o Ministério da Educação, passando a chamar Rádio MEC.[22]

Os anos de 1930 são marcados pelo crescimento do setor radiofônico, que vai se profissionalizando e sendo dominado pelo modelo comercial de exploração. O modelo rádio sociedade/clube, adotado no início das operações do meio no Brasil, vai sendo superado, dificultando a viabilidade de uma emissora educativa como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que no momento de sua doação passava por problemas financeiros. Entretanto, para que essa emissora radiofônica mantivesse sua diretriz inicial, Roquette-Pinto buscou, transferindo-a para o Ministério da Educação e Saúde, que sua autonomia e seu perfil educativo fossem preservados.[23]

Dois anos antes da doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto criou a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, posteriormente denominada Rádio Roquette-Pinto, fruto de um projeto que havia elaborado em meados da década de 1920 para organização de radioescolas em todos os municípios brasileiros.[24] Em 1936, ele fundou o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). O ideal para

---

[20] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, n. 4, set. 1983, p. 1.
[21] TEIXEIRA, Carla Drielly dos Santos. **Das ondas do rádio ao papel dos jornais**: desenvolvimento da radiodifusão e autonomia política da imprensa no Brasil, 1931-1937. Assis, 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, p. 81.
[22] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, n. 4, set. 1983, p. 1.
[23] VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil**: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. Brasília, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, p. 53.
[24] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, n. 4, set. 1983, p. 1.

Roquette-Pinto seria que o rádio e o cinema fossem utilizados para sanar as desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil.[25]

Após uma série de proposições, tentativas e realizações concretas com relação aos usos educativos dos meios de comunicação no Brasil, foi criado, em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC (SER), e, por muitos anos, a Rádio MEC apresentou uma série de programas educacionais. Durante as décadas de 1940 e 1950, aquelas iniciativas e realizações continuaram, sobretudo, através do Movimento de Educação de Base (MEB), que intensificou aquelas ações, notadamente por intermédio de campanhas de alfabetização e de atividades no meio rural, através das ondas do rádio. Desde a década de 1950, ampliou-se a utilização de filmes educativos iniciada em 1937, sobretudo para fins de ilustração e de motivação em sala de aula.[26]

No dia 18 de setembro de 1950, ocorreu a inauguração oficial da televisão brasileira, quando foram ao ar as primeiras imagens da TV Tupi, canal 3, de São Paulo, cujo concessionário era Assis Chateaubriand, criador do condomínio comunicacional Diários e Emissoras Associados. Como acontecera anteriormente com o rádio, a televisão no Brasil nasceu da iniciativa privada, tendo o modelo comercial como hegemônico até os dias de hoje.

A televisão surgiu e teve seus primeiros avanços no Brasil em meio ao embate político-econômico que, travado desde o final do Estado Novo até o golpe civil-militar de 1964, era pautado pela disputa, permeada de avanços e recuos, entre dois projetos de desenvolvimento: o nacionalista e o associado ao capital internacional. O primeiro projeto se caracterizava pela busca de alguma margem de autonomia frente aos Estados Unidos para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial, alicerçado em certa perspectiva de reforma social. O segundo grupo se apoiava no liberalismo econômico, sendo caracterizado pelos seus detratores, nacionalistas e forças da esquerda, como “entreguistas”, dado o entendimento generalizado de que os seus defensores desejavam “entregar” o país ao capital externo, sobremodo ao norte-americano.[27]

---

[25] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, n. 4, set. 1983, p. 1.

[26] BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. **Programa Nacional de Teleducação**: reunião de dirigentes de órgãos do MEC. Brasília, 1974.

[27] VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). ***O Brasil republicano***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3 p. 195-216. (O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). p. 197-8.

Os anos de 1930 a 1964 são marcados por uma grande mudança estrutural no Brasil. Em 1928, a agricultura representava 30% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a indústria, cerca de 16%.[28] Essas posições foram se invertendo, chegando em 1964 com a indústria respondendo por 32% do PIB e a agricultura, por 16%.[29] Nesse período, o país realizou sua transição demográfica, com mudanças importantes, geopolíticas, econômicas, sociais e culturais, nas condições de vida dos brasileiros. Houve um aumento no ritmo de crescimento da população. Entre as décadas de 1920 e 1940, eram cerca de 30 milhões de habitantes; entre 1940 e 1950, eram 40 milhões de habitantes; e entre 1950 e 1960 o Brasil alcançou a marca de 51 milhões de habitantes. As razões que podem explicar esse aumento estão ligadas à melhoria nas áreas de saúde, habitação, educação, transportes, entre outras.[30]

A industrialização crescente acarretou em um avanço do processo de urbanização, deslocando cada vez mais a população das áreas rurais para as urbanas. As cidades do sul e o sudeste foram as principais receptoras dessa migração por serem as áreas urbano-industriais mais desenvolvidas. Em 1930, 70% da população habitavam as zonas rurais. Em 1960, 44% da população encontravam-se em áreas urbanas. Portanto, a década de 1950 é caracterizada como um momento de aceleração do processo de modernização do Brasil. Houve um crescimento populacional e uma mudança social profunda, em que novos e modernos padrões de consumo foram adquiridos.[31] Vale ressaltar que isto não ocorreu de forma homogênea em todas as regiões do país. Sendo assim, as primeiras iniciativas para implantação de emissoras de TV ocorreriam nos principais centros urbano-industriais, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Enquanto a televisão dava os seus primeiros passos no Brasil, Edgard Roquette-Pinto projetou, poucos anos antes de sua morte, seu uso como ferramenta de ensino, seguindo seus projetos anteriores para o rádio e o cinema, e dedicou-se pioneiramente na criação de uma emissora de televisão educativa. Em 1952, o Rio

---

[28] Produto Interno Bruto (PIB) mensurado pela chamada ótica da produção, decompondo a participação dos três macros setores: agricultura, indústria e serviços.

[29] ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 179-227. (Olhando para dentro: 1930-1964). p. 225.

[30] GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: _____ (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 23-89. (Olhando para dentro: 1930-1964). p. 43-49 passim.

[31] GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: _____ (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 23-89. (Olhando para dentro: 1930-1964). p. 43-49 passim.

de Janeiro esteve muito próximo de ganhar uma televisão educativa que, apesar de ter praticamente data marcada para inauguração, não foi ao ar por questões políticas. Com verba votada pela Câmara dos Vereadores e aprovada pelo Tribunal de Contas, a Prefeitura adquiriu equipamentos de TV de uma firma norte-americana, a Dumont, que se comprometeria em montar a emissora em um curto prazo. Por isso, no Rio de Janeiro, começaram a ser construídos os estúdios para abrigar a futura emissora. Após o pagamento da primeira prestação e quando todo o equipamento já se encontrava armazenado em Nova York, apenas aguardando embarque, o antigo prefeito foi substituído. Em poucos dias, e por motivos não explicitados, o novo edil carioca paralisou as obras dos estúdios, interrompeu o pagamento das prestações restantes e não providenciou o embarque das câmeras e demais equipamentos técnicos. Por vários meses, o equipamento ficou deteriorando no cais de Nova York, e como a Prefeitura do Distrito Federal não teria se ocupado em responder aos insistentes contatos da firma norte-americana, esta teria cancelado o contrato que havia firmado, perdendo assim a municipalidade os 70 mil dólares da prestação inicial.[32]

Pelo decreto n° 30.832, de 10 de maio de 1952, de autoria do presidente Getúlio Vargas, foi outorgada a concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquette-Pinto, uma emissora de televisão. O mesmo decreto previu a concessão de canais para Rádio Nacional, para o Ministério da Educação e Saúde, e para Fundação Rádio Mauá, do Ministério do Trabalho. Além dessas concessões para uso educativo, foram outorgados canais para emissoras comerciais, como as da Rádio Mayrink Veiga e da Rádio Continental.[33]

Em 1952, o então vereador Luís Paes Leme, da UDN, incluiu uma emenda no orçamento da Prefeitura do Distrito Federal consignando a verba de 15 milhões de cruzeiros para a instalação de uma TV com finalidades educativas no Rio de Janeiro. O prefeito da cidade era o engenheiro João Carlos Vital e o diretor da Rádio Roquette-Pinto, o professor Fernando Tude de Souza, um nome respeitado em matéria de radiodifusão educativa no Brasil.

Foi na Bahia, em 1937, que Tude de Souza teve seus primeiros contatos com o meio radiofônico, na da Rádio Sociedade da Bahia. Vindo para o Rio, ele foi nomeado o primeiro diretor da Rádio MEC, onde ficou até 1950, quando foi demitido

---

[32] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.
[33] MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 13.

pelo Ministro Simões Filho. Em 1951, foi nomeado diretor da Radio Roquette-Pinto pelo prefeito João Carlos Vital, permanecendo neste cargo por 17 meses. Em novembro de 1952, o prefeito Dulcídio Cardoso o demite da emissora da municipalidade, mas o Ministro Antônio Balbino o leva novamente para a direção da Rádio MEC, onde ficou até 1956. Durante o período do presidente Juscelino Kubitschek, Tude de Souza não ocupou cargo em emissoras oficiais. Ele era professor de radiodifusão no curso de jornalismo na Universidade Católica e na Universidade do Brasil. Foi também técnico do Ministério da Educação e responsável, no Brasil, pelas "Bolsas Fullbright" da comissão Educacional dos EUA, além de participante de vários seminários educacionais da UNESCO.[34]

Fernando Tude de Souza fora um dos participantes do projeto de introdução de uma TV com finalidades educativas no Brasil, encabeçado por Roquette-Pinto. Em 1960, ano em que não estava mais vinculado a nenhuma emissora oficial, ele concedeu uma entrevista à revista *PN* dando sua versão e explicitando o caso daquela que seria a primeira emissora televisiva educativa do Brasil, mas que acabou não entrando no ar. Com o título "O escândalo da TV educativa no Brasil", a revista dedicou quatro páginas às declarações de Fernando Tude de Souza. Segundo este, para estudar e providenciar a montagem de uma emissora de televisão educativa para a cidade do Rio de Janeiro, foi formada uma comissão, a qual se deu o nome de Comissão Técnica de Televisão (CTT). Além dele, fizeram parte desta comissão, presidida pelo professor Roquette-Pinto, o engenheiro Oliveira Reis, funcionário da Prefeitura, e o General Lauro de Medeiros, um considerado técnico em eletrônica e que, posteriormente, trabalhou na Rádio Globo. Tude de Souza, caso seu projeto fosse concretizado, seria o diretor da futura emissora de TV educativa.

Os trabalhos da CTT objetivavam fazer um levantamento completo de tudo que existia no mundo, até então, em matéria de televisão. Posteriormente, após estudar as emissoras existentes em outros países, seriam relacionados os principais fabricantes de equipamentos de televisão em todo o mundo. Para esses, a CTT enviou um resumo de seus estudos, a que deu o nome de "Especificações Preliminares", juntando, ainda, detalhes sobre a topografia do Rio de Janeiro e pedindo críticas e sugestões. Todos os fabricantes solicitados teriam examinado detalhadamente o pedido oriundo do Brasil, respondendo através do envio de análises completas sobre

[34] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.

as pretensões de montar uma TV educativa, afora uma grande quantidade de literatura técnica para orientação da CTT. Sob a coordenação do General Lauro de Medeiros, a comissão voltaria a se reunir durante 45 dias ininterruptos, quando se estudaria a parte técnica, nos mínimos detalhes, para a redação final das "Especificações Definitivas" daquela que seria a TV Roquette-Pinto.[35]

Novamente, o resumo dos estudos finais da CTT foram enviados aos fabricantes, agora acompanhados de pedidos de preço e condições para a compra de equipamento técnico necessário. De posse de todas as respostas e na presença do prefeito João Carlos Vital, em solenidade pública realizada no Palácio da Guanabara, teriam sido abertas as propostas e escolhida como vencedora a da empresa Allan B. Dumont Laboratories, de Nova Jersey, nos Estados Unidos. Segundo o contrato assinado pela Prefeitura do Distrito Federal e a Dumont, o equipamento técnico da TV Roquette-Pinto custaria 473 mil dólares, que equivaleria a 12 milhões e 400 mil cruzeiros. Após o pagamento da primeira prestação de 70 mil dólares, a Prefeitura pagaria cerca de 166 mil dólares durante a montagem da emissora, sendo que os 50% restantes seriam pagos a prazo, em vários anos, conforme o estabelecido em contrato aprovado pelo Tribunal de Contas.[36]

Segundo Fernando Tude de Souza, ele precisara ir ao Estados Unidos em companhia do General Lauro de Medeiros para participar de um Seminário de Educação convocado pela UNESCO. Aproveitando a viagem, eles teriam sido incumbidos pelo prefeito João Carlos Vital de complementar as negociações com a Dumont. Em conversas, o senhor Dumont teria confidenciado a Tude de Souza que a emissora que almejavam instalar no Rio de Janeiro era seu sonho para os Estados Unidos e que ele não teria ainda conseguido concretizar. Ademais, como o projeto da emissora educativa brasileira estaria tão planificado em seus mínimos detalhes, a Dumont se comprometeria em fazer as instalações da emissora em quinze dias, após a chegada do material no Rio de Janeiro.[37]

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, os engenheiros da prefeitura finalizavam a construção dos estúdios, que ficariam nos andares acima da Rádio Roquette-Pinto, que estavam sendo concluídos na rua São José. A construção do prédio foi acelerada com a demarcação dos estúdios em seus locais exatos. A Rádio ocuparia o décimo

[35] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.
[36] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.
[37] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.

primeiro andar e a televisão os subsequentes. Também estava sendo estudada a melhor posição para a antena, que seria montada no Pão de Açúcar ou no Sumaré. Seria ideia do prefeito João Carlos Vital transformar o Sumaré, caso fosse o local escolhido, em um grande centro de turismo, com a criação da "Cidade da Televisão".[38] O Morro do Sumaré, além de possuir mais de 700 metros de altitude, tem uma topografia regular em seu cume, o que possibilitou que várias antenas de rádio e televisão do Rio de Janeiro fossem fixadas nele. Apesar de Tude de Souza não dar detalhes do que seria a "Cidade da Televisão" pensada pelo prefeito Vital, a ideia de explorar o Sumaré turisticamente, em função de suas torres de radiodifusão, não foi concretizada.

Após a prefeitura do Rio de Janeiro efetuar o pagamento da prestação inicial de 70 mil dólares, com dinheiro que dispunha no Tesouro Brasileiro nos Estados Unidos, Tude de Souza e Lauro de Medeiros voltaram ao Rio. Enquanto isso, a Dumont já estaria pagando 40 dólares por dia pela armazenagem, em Nova York, dos equipamentos daquela que seria a primeira emissora educativa do Brasil.

Quase uma semana após a volta de Tude de Sousa e do General Lauro de Medeiros ao Brasil, o prefeito João Carlos Vital, desgastado politicamente, foi exonerado, sendo imediatamente substituído pelo Coronel Dulcídio Cardoso, que até então ocupava o cargo de Secretário do Interior do Distrito Federal. Alguns dias depois, Fernando Tude de Souza seria acordado em sua casa por um telefonema de Roquette-Pinto perguntando, em voz desolada, se ele já teria lido o *Correio da Manhã*. Neste jornal, estavia noticiada a demissão de Tude de Souza. A partir de então, nenhuma autoridade teria falado com Roquette-Pinto ou com Tude de Souza sobre a televisão educativa do Rio de Janeiro. O projeto, que estava praticamente concretizado, desapareceu dentro das gavetas do Palácio da Guanabara, sem que nenhum outro prefeito se preocupasse com o assunto.[39]

Após a demissão de Tude de Souza, as obras dos estúdios de televisão foram imediatamente paralisadas. Enquanto isso, os equipamentos continuariam no cais de Nova York, com as custas da armazenagem sendo pagas pela Dumont. A nova administração do Distrito Federal se esquivaria de tomar providências cabíveis no sentido de o material ser trazido para o Rio de Janeiro, como também não teria se dignado a dar maiores explicações aos insistentes pedidos da firma norte-americana.

---

[38] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.
[39] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-9.

Tude de Souza teria procurado colaborar com a prefeitura por diversas vezes, pois a Dumont estaria disposta a manter os preços estipulados no contrato, embora os compromissos, como a construção dos estúdios, tivessem sido paralisados. Entretanto, a nova administração da cidade não teria se disposto seguir o projeto formulado durante a gestão anterior. Nesse impasse, a Dumont teria retirado o material do cais de Nova York e cancelado o contrato que havia feito com a prefeitura do Distrito Federal, perdendo, assim, a municipalidade, os 70 mil dólares da prestação inicial.[40]

A TV Roquette-Pinto, segundo o projeto da CTT, deveria funcionar como uma pequena BBC. A emissora funcionaria durante um período de cinco anos em caráter experimental, sem injunções políticas e sem objetivos comerciais. Assim, não fazendo concorrência com as outras emissoras existentes até o momento, poderia, ao máximo, corresponder às suas finalidades educativas.[41] Aparentemente, a CTT se inspirou no modelo da emissora de televisão britânica, *British Broadcasting Corporation*, notadamente no que tange sua autonomia com relação ao poder político, buscando funcionar efetivamente como uma emissora pública e não sujeita aos mandos e desmandos dos governantes do momento. Com relação à programação, muito provavelmente, apesar de Tude não explicitar em seus relatos à revista *PN*, não seguiriam necessariamente o modelo da *BBC*, pois o Brasil possuía desafios educacionais muito distintos da Grã-Bretanha, fazendo com que a radiodifusão educativa brasileira tivesse suas peculiaridades, conforme buscaremos explicitar no terceiro tópico deste capítulo. Ademais, podemos notar que, desde o primeiro projeto para uma televisão educativa no Brasil, a ideia de ser complementar ao modelo comercial e não concorrente já estava presente.

O projeto elaborado pela CTT, presidida por Roquette-Pinto, e que foi abandonado pela prefeitura do DF, teria servido de base para a organização de emissoras de televisão educativas em outros países. Segundo Fernando Tude de Souza, existiria um livro-texto de televisão nos Estados Unidos que apresentaria como modelo o projeto daquela comissão para criação de uma emissora de televisão educativa para a municipalidade do Rio de Janeiro. Tanto que, a Universidade de São Francisco, na Califórnia, Estados Unidos, teria montado sua emissora televisiva baseada no projeto da CTT.

---

[40] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.
[41] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.

Após esse imbróglio em torno do projeto da que seria a primeira emissora de televisão educativa brasileira, a ser instalada no Rio de Janeiro, a rádio Roquette-Pinto passaria a ocupar as instalações do 11° andar do edifício Estácio de Sá, construído pela Prefeitura do Distrito Federal para muitos de seus serviços. Os andares que seriam destinados à TV educativa foram ocupados por outras repartições. O diretor da emissora oficial do Estado, Armando Queiroz, após a saída de Tude de Souza, também teria se mostrado favorável à instalação de uma televisão com finalidades educativas, pois, segundo ele, as rádio-aulas transmitidas pela Rádio Roquette-Pinto teriam uma significativa receptividade dos ouvintes.[42]

Em outras oportunidades, o professor Fernando Tude de Souza continuaria sua luta para que o Rio de Janeiro tivesse uma emissora de televisão de caráter educativo. Anos mais tarde, após ser nomeado diretor da Radio Ministério da Educação, e ele conseguiu que fosse celebrado um convênio entre o governo federal e o municipal, assinado pelo ministro Candido Mota Filho e o prefeito Alim Pedro, segundo o qual as duas administrações explorariam em conjunto uma TV educativa. A Rádio MEC responderia pela parte educativa, enquanto a Roquette-Pinto ficaria com o setor didático. Entretanto, mais uma vez a tentativa de estabelecer uma emissora educativa no Rio de Janeiro acabou não se efetivando. Em 1960, falando em um programa de televisão, o então candidato Carlos Lacerda teria declarado compromisso em trazer uma TV educativa para o Estado da Guanabara e que Fernando Tude de Souza estaria ao seu lado para a concretização daquela promessa, que mais uma vez não foi colocada em prática.[43]

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, as concessões a emissoras educativas feitas cinco anos antes, por Vargas, tiveram sua caducidade decretada conforme o decreto n° 42.939, de dezembro de 1957. Este redistribuiu os canais de televisão do Rio de Janeiro, doando aquele que estava destinado a Roquette-Pinto, o Canal 2, para a Rádio Mayrink Veiga, que, posteriormente, fora comprada pelo grupo Excelsior. O canal 4, que era da Nacional, foi para a Rádio Globo, a Rádio Nacional ficou com o 7. O único canal televisivo disponível era o 11, que foi para o *Diário Carioca*.[44] Entretanto, o Canal 2 voltaria a ser destinado à

[42] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.
[43] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.
[44] **PN**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960, p. 16-19.

educação em 1973, quando foi concedido para a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, conforme abordaremos no terceiro capítulo deste trabalho.

1.2 Emissoras privadas e programas educativos

Nos primeiros anos da televisão brasileira não houve referência concreta a qualquer modelo televisivo que não fosse o comercial. Apesar das tentativas frustradas em criar logo na primeira década da televisão no Brasil uma emissora educativa pública, desde o início do meio, nos anos de 1950, os programas educativos estiveram presentes na televisão brasileira, apesar de serem reservados para estes, espaços reduzidos na composição das grades de programação das emissoras comerciais.

Entre o ano de 1950 e o início da década de 1960, imperou no campo televisivo nacional uma organização amadorística, altos custos dos aparelhos, limitações tecnológicas e falta de profissionais qualificados. Esses fatores, entre outros, resultaram em baixa audiência, restrita praticamente a parte da população das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Embora o PIB *per capita* brasileiro tenha-se expandido década de 1950 e início da de 1960, da ordem de 2,5% ao ano, proporcionando o desfrute, por parte da população, de eletrodomésticos, alimentos industrializados e produtos de higiene pessoal e beleza, os televisores eram vendidos a um preço alto, ficando restritos basicamente a uma elite econômica.[45] Em função da expansão do ensino primário e secundário, quando comparado a décadas anteriores, notadamente nos perímetros mais urbanizados, houve um aumento da variedade e tiragem de jornais e revistas. Entretanto, o grande astro do período foi o rádio, com seus programas de auditório, radionovelas, apresentadores e cantores.[46]

O preço dos televisores mantinha a audiência televisiva muito pequena. Em janeiro de 1951, apesar do valor, 9 cruzeiros (três vezes o preço da mais cara vitrola

---

[45] ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 179-227. (Olhando para dentro: 1930-1964), p. 224.

[46] GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: _____ (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 23-89. (Olhando para dentro: 1930-1964), p. 86.

da época), havia 375 aparelhos em São Paulo. Em 1954, havia 12 mil televisores instalados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1958, havia 78 mil aparelhos no país.[47] Fazendo um comparativo com o rádio, segundo dados do IBGE, em 1950, quando a população do país era de 51,9 milhões de habitantes, havia 3,5 milhões de aparelhos receptores. Em 1960, com a população estimada em 60 milhões, existiam 4,7 milhões de aparelhos de rádios no Brasil. E, dez anos depois, o número de habitantes atingia 93,1 milhões e o de aparelhos receptores, 34 milhões.[48] Portanto, em 1950, existia aproximadamente 1 aparelho de rádio para cada 15 habitantes, em 1960, 1 para cada 13 e, em 1970, cerca de 1 aparelho receptor para cada 3 brasileiros.[49] Enquanto que, com relação à televisão, segundo levantamento promovido pelo Conselho Nacional de Estatística, em 1960, existiam no Brasil menos de 20 televisores por mil habitantes, e, em 1965, o cálculo era de 30 aparelhos para igual parcela da população.[50]

O significativo e gradativo avanço da televisão pode ser percebido por meio da pesquisa de audiência feita pelo IBOPE na cidade de São Paulo, no início da década de 1960, por solicitação da Rádio Difusora.[51] Nessa pesquisa realizada por amostragem foram levantados dados sobre a penetração da TV em relação ao rádio

---

[47] GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: _____ (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 23-89. (Olhando para dentro: 1930-1964), p. 60-71.

[48] COSTA, Osmani Ferreira da. **Rádio e Política**: a aventura eleitoral de radialistas no século XX. Londrina: Eduel, 2005, p. 97.

[49] Vale lembrar que a década de 1950 foi marcada por inovações tecnológicas ligadas ao setor radiofônico, como a entrada no mercado de aparelhos menores e mais leves, que poderiam ser levados de um lado para outro. Na sequência, aparelhos radiofônicos passaram a serem instalados em veículos automotores. A partir da década de 1970, os parelhos receptores de rádio eram comercializados em dispositivos híbridos que conjugavam inicialmente rádio e vitrola, e, posteriormente, rádio, vitrola e toca-fitas, o que permitia a gravação em fitas cassete de programas ou músicas veiculadas no rádio.

[50] **O Globo**, 7 de maio 1965, p. 5

[51] O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) foi fundado em 1942, em São Paulo, pelo paulista Auricélio Penteado, dono da Rádio Kosmos, que desejava conhecer os índices de audiência de sua emissora. O IBOPE foi o primeiro instituto de pesquisa e opinião pública a surgir no Brasil. Com sede na cidade de São Paulo, o Instituto realizava pesquisas sobre hábitos, gostos e preferencias do público e estudos de mercado, e mantinha um serviço de monitoramento dos ouvintes durante todas as horas do dia, apurando os índices de audiência de cada emissora e programa. Em 1950, o comando do IBOPE passou às mãos dos sócios Paulo Tarso Montenegro, José Perigault, Guilherme Torres e Hailton Santos. Mais tarde, o instituto seria controlado pela família Montenegro (BUSETTO, 2003, p. 128-9). Os resultados de suas pesquisas fornecem informações que influenciam na tomada de decisões das emissoras de televisão, como as relacionadas a propaganda e programação. As informações podem ser usadas para escolher o conteúdo de um determinado programa, assim como o melhor horário para veiculação de um determinada produção televisiva. Os dados do IBOPE podem também ser utilizados para elaboração de políticas públicas relacionadas aos meios de comunicação. Como o IBOPE detinha o monopólio das pesquisas de audiência televisiva e seus números eram determinantes para a programação das emissoras comerciais, “a ditadura do IBOPE” e seus métodos de pesquisa foram cada vez mais questionados.

e o jornal. Segundo ela, os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil, da renúncia de Jânio Quadros até a posse do presidente João Goulart, foram acompanhados por intermédio do rádio por 83% dos entrevistados, pela televisão, por 44%, pelo jornal por 40% e por outros meios, por 4% dos participantes da pesquisa.[52] Quando divididos os entrevistados por critérios socioeconômicos, o rádio apresentou cerca de 80% de penetração em todas as classes, enquanto que a televisão tinha cerca de 65% na classe A e B, 40% na C e 17% na classe D.[53] O resultado da penetração do jornal por critérios socioeconômicos apresenta números muito próximos dos da TV, notadamente com relação às consideradas classes C e D.[54] Além dos dados mostrarem um aumento de telespectadores no início da década de 1960, reforçam que essa penetração ainda estava condicionada a critérios de renda em decorrência do preço dos televisores. Com relação ao jornal, conforme abordamos, apesar do aumento geral de tiragens, além de questões relativas ao hábito de leitura dos brasileiros, os índices de analfabetismo no período, que trataremos ainda neste capitulo, trazem luz para sua baixa penetração nas classes menos abastadas.

Outro fator limitador de sua audiência era que a televisão só existia onde estavam erguidas as antenas de transmissão. Os telespectadores podiam captá-la num raio máximo de 100 quilômetros quadrados em torno do transmissor que gerava as imagens. Como ainda não havia fitas de vídeo para gravar os programas e enviá-los para outras localidades, cada emissora produzia a própria programação e ao vivo.[55] Ademais, a falta de profissionais qualificados e as limitações técnicas dos equipamentos resultavam quase sempre em uma baixa qualidade sonora e visual.

Os profissionais que trabalharam nas primeiras emissoras de televisão no Brasil, em geral, não tinham conhecimento sobre o meio. Na maioria das vezes, nunca tinham visto uma câmera anteriormente. A maior parte dos funcionários das emissoras eram profissionais vindos do rádio, escolhidos, sobremaneira, por critérios de amizade ou parentesco. Walter Tasca, um dos primeiros operadores de câmera do Brasil, contou à revista *Veja* que certa vez a empresa RCA Victor mandou por engano lâmpadas de infravermelho em lugar de lâmpadas comuns para refletores, mas

---

[52] As somas dos totais excede os 100% devido a metodologia de pesquisa permitir respostas duplas.
[53] Na pesquisa não são explicitados os critérios para a divisão em classe A, B, C e D.
[54] IBOPE. Pesquisa de rádio audiência realizada na cidade de São Paulo por solicitação da Rádio Difusora: 9-16 de setembro de 1961. **Pesquisa sobre veículos**. v. 1. São Paulo, 1961, p. 291-305.
[55] PRIOLLI, Gabriel. Antenas da Brasilidade. In: BUCCI, Eugênio; HAMBURGER, Esther (Orgs.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 16-7.

ninguém notou o engano. Os funcionários da TV Tupi só começaram a notar algo errado após aproximadamente 15 dias, quando estranhamente todos do estúdio, sem apanhar sol, estavam ficando com a pele bronzeada.[56]

Além de usufruírem de pessoal e formatos vindos do rádio, as emissoras televisivas brasileiras utilizaram, às pressas, de profissionais da propaganda. Como no início a televisão não atingia um grande público, eram poucos os interessados em anunciar nos intervalos comerciais, além de estarem limitados a escassos recursos técnicos. Entretanto, as agências estrangeiras de publicidade instaladas no Brasil, e que já possuíam experiência com a TV em seus países de origem, logo começaram a utilizar a televisão brasileira como veículo publicitário, tornando-se a principal fonte de renda das emissoras. Assim, passaram a contribuir diretamente para preencher os horários de transmissão. Elas importavam, criavam e até produziam *scripts* e programas, além da contratação direta de artistas e produtores, restando às emissoras a incumbência de ceder seus estúdios e equipamentos, além de pôr o programa, ao vivo, no ar. Exatamente por isso, os programas eram identificados pelo nome do patrocinador, como *Gincana Kibon*, *Sabatinas Maisena*, *Divertimentos Ducal* e *Repórter Esso*, então alguns dos títulos de sucesso da TV Tupi. Era a repetição de prática já largamente utilizada pelo rádio.[57]

A supremacia do rádio como meio de comunicação predileto dos brasileiros foi diminuindo gradativamente. Entre outros fatores, a ida de grandes ídolos do rádio para a TV contribuiu para essa mudança, além de fazer com que aumentassem os anunciantes da televisão. Em 1950, o rádio ficava com 40% do mercado publicitário, enquanto que as revistas ficavam com 32% e os jornais com 28%. Após uma década de funcionamento no Brasil, a televisão já empatava com o rádio, cada um com 25% dos investimentos em propaganda, com as revistas e os jornais caindo para 30% e 20%, respectivamente. Apesar da diminuição nos três segmentos, o rádio foi o que mais sofreu perdas com verbas publicitárias para a televisão.[58]

Apesar de ter sido adotada primeiramente pela iniciativa privada, a televisão foi se desenvolvendo com sólidos vínculos com o poder público. Nas décadas de 1950 e

---

[56] **Veja**, 23 set. 1970, p. 63.
[57] MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 70-81 passim; SIMÕES, Inimá. **A nossa TV brasileira**: por um controle social da televisão. São Paulo: Editora Senac, 2004, p. 19.
[58] COSTA, Osmani Ferreira da. **Rádio e Política**: a aventura eleitoral de radialistas no século XX. Londrina: Eduel, 2005, p. 65.

1960, o governo federal concedeu, através de bancos públicos, empréstimos vantajosos e subsídios para as emissoras privadas, contribuindo para o desenvolvimento da televisão brasileira.[59]

A televisão se estabeleceu no Brasil sem contar com uma legislação precisa e sistematizada. Somente em 1962, com a aprovação do Código Brasileiro de Comunicações (CBT), durante o governo de João Goulart, o setor televisivo brasileiro passou a ter uma legislação específica. Em sua primeira década, a televisão ficou submetida às leis, decretos e decretos-leis que regulamentavam o setor de radiodifusão no país. Essa legislação dava ao presidente da República um grande poder para regular e controlar as concessões tanto televisivas quanto radiofônicas.

O primeiro texto legal no qual a radiodifusão foi explicitamente citada é o Decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931. Embora, anteriormente, já houvesse emissoras de rádio em operação no Brasil. Nesse decreto, a radiodifusão foi apresentada como um serviço de interesse nacional, com caráter educativo. Ficaram estabelecidas as condições para a outorga de serviços radiofônicos e as exigências a serem seguidas pelos concessionários. As emissoras poderiam vender até dez por cento do tempo para inserção de anúncios. As concessões seriam renováveis a cada dez anos. No ano seguinte, foi publicado o decreto n. 21.111, em 1° de março, que foi criado com a intenção de regulamentar o anterior, detalhando seus dispositivos e estabelecendo como deveriam ser cumpridos. O novo decreto foi o primeiro ato regulatório brasileiro que mencionou a televisão. Estabeleceu que a radiotelevisão e qualquer outro uso de radioeletricidade para transmissão ou recepção de textos, sinais, sons ou imagens de qualquer natureza, por meio de ondas hertzianas, deveriam ser considerados serviços de radiocomunicações.[60]

Vários outros atos legais foram publicados entre as décadas de 1930 e 1940, porém nenhuma mudança substancial para o setor de radiodifusão foi implementada. Com a primeira concessão televisiva já outorgada a Assis Chateaubriand, o Ministério da Viação e Obras Públicas promulgou a portaria n. 692, de 26 de julho de 1949, na qual foram fixadas normas técnicas para esse novo serviço público de radiodifusão.

---

[59] HAMBURGUER, Ester. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 454.

[60] JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 55.

Além de outras especificações, a referida portaria destinou doze canais do espectro eletromagnético para o serviço de televisão, numerando de 2 a 13.[61]

Os empresários ligados ao setor de telecomunicações tentaram juntar forças para conseguir revisar a legislação do início da década de 1930, pelo menos, desde o I Congresso Brasileiro de Radiodifusão, realizado em 1946. Em 1953, o senador Marcondes Filho (PTB) apresentou ao Senado o projeto do CBT. Após vários anos de negociações entre partidos políticos e concessionários, o Congresso Nacional aprovou a lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, instituindo o Código Brasileiro de Telecomunicações. Sua instituição representa a culminância de um complexo de lutas e negociações, remontando aos embates que, como em várias partes do globo, separam os defensores de uma função eminentemente educativa e cultural, daqueles que são partidários de uma função mais comercial, tanto para o rádio, a partir da década de 1920, como para a TV, a partir dos anos de 1950. Os empresários do setor de rádio e tevê pressionaram no sentido de criar uma legislação que representasse seus interesses, principalmente reconhecendo a atuação da iniciativa privada.[62]

O presidente João Goulart vetou nada menos do que 52 itens do CBT. Entretanto, todos os vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional, reunido sob o olhar vigilante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Esta foi criada justamente para lutar contra os vetos presidenciais ao novo código, tendo o deputado federal João Medeiros Calmon, presidente da Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (AESP) e vice-presidente dos Diários e Emissoras Associados, como seu primeiro presidente.[63]

O CBT, apesar de elaborado em tempos de vigência da democracia, não deixou de contar em sua feitura com a significativa e marcante presença de representantes das Forças Armadas, que já se identificavam plenamente com a sinistra Doutrina de Segurança Nacional.[64] Os objetivos da Doutrina de Segurança Nacional vinculados às telecomunicações eram integração nacional, integridade territorial, preservação dos valores morais e espirituais da nação e paz social.[65] Mais amplo que os ordenamentos

---

[61] JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 56-7.
[62] CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982, p. 174-82.
[63] CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982, p. 176.
[64] MATTOS, op. cit., p. 33-4.
[65] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. (O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX), p. 13-42.

anteriores destinados ao setor de telecomunicações, o CBT regulava todas as atividades voltadas para a transmissão ou recepção de símbolos, caracteres, imagens, sons ou dados de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou outro processo.[66] Com ele, abriu-se o caminho para a consolidação de um sistema comercial privado de rádio e televisão, por meio de um modelo de concessões públicas. As concessões de rádio seriam de dez anos e de televisão de quinze, renováveis por períodos idênticos e sucessivos. O CBT manteve centrado no presidente da República o exclusivo poder de concessão, permissão, renovação, transferência e cassação dos canais de televisão. Foi preservada à União o direito de executar serviço idêntico, dando preferência a pessoas jurídicas de direitos públicos, incluindo universidades.[67]

Em 1963, o CBT foi regulamentado pelo Decreto n. 52.026, que detalhou a estrutura, atribuições e funcionamento do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL). O primeiro seria responsável pela elaboração de um Plano Nacional de Telecomunicações que foi aprovado no dia 13 de novembro do mesmo ano, propondo a substituição, em cinco anos, da estrutura obsoleta existente até então, por uma nova rede de telecomunicações e a implantação de uma indústria de equipamentos para esse fim.[68] O Dentel seria dedicado à fiscalização do funcionamento do sistema de telecomunicações do país. O mesmo decreto estabeleceu a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) com a finalidade de explorar industrialmente os serviços de telecomunicações. Esse ordenamento jurídico estabeleceu o arcabouço básico da legislação brasileira em matéria de comunicação, que permaneceu em vigor até os anos 1990, com algumas alterações introduzidas durante o regime militar, sobretudo as contidas no decreto-lei 236, de 1967.[69] Segundo Fradkin, esse teria sido o primeiro diploma legal separando radiodifusão e radiodifusão educativa, divisão que analisaremos no próximo capítulo.[70]

Com base na legislação vigente, o crescimento inicial da televisão brasileira, a partir de 1950, deveu-se ao favoritismo político. As concessões para exploração de

---

[66] JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 60.
[67] CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982, p. 174-82.
[68] **O Estado de S. Paulo**, 14 nov. 1963, p. 13.
[69] BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 11-2.
[70] FRADKIN, Alexandre. **A TVE ou não é?**. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2016.

canais eram autorizadas sem um planejamento preestabelecido. Obter uma autorização para operar uma emissora de televisão, via de regra, estava atrelado a negociações políticas. As concessões de canais televisivos frequentemente foram usadas pelo Executivo como moeda de troca por determinados interesses políticos.[71] As primeiras concessões televisivas ficaram, principalmente, nas mãos de empresários que já atuavam no setor de comunicação social e/ou eram políticos.

Assis Chateaubriand, enquanto sua saúde permitiu, foi o mais habilidoso no toma-lá-dá-cá para obtenção de canais televisivos. No governo ou na oposição, não importava, os Diários Associados tinham um poder intimidativo aos políticos. Apesar de declararem-se editorialmente democratas, liberais, defensores da liberdade de imprensa e de expressão e anticomunistas, os meios de comunicação de Chateaubriand posicionavam-se politicamente preocupados, principalmente, com questões empresariais. Viam nesse expediente uma alternativa viável para obter fundos que pudessem ser aplicados em avanços tecnológicos de seus veículos, buscando mantê-los à frente da concorrência, e para aumentar e diversificar sua cadeia de veículos de comunicação social, como obter concessões televisivas. Assim, ao conquistar importantes benefícios dos governos, não apostaram na autonomia da imprensa como vital e importante nota da democracia, mesmo a democracia de cunho liberal, sempre defendida pelos Diários e Emissoras Associados.[72]

Os meios de comunicação dos Diários e Emissoras Associados eram utilizados, comumente, por Chateaubriand para a coerção editorial, ameaças e achaques contra empresas e governos, que se viam assim obrigados a investir em verbas publicitárias, ou perdoar dívidas, em troca do silêncio ou de reportagens elogiosas daqueles veículos. Foi ele quem institucionalizou na imprensa brasileira o “jabaculê”, dinheiro não declarado para promover produtos, empresas e pessoas nas páginas, mensagens sonoras ou audiovisuais. Outra prática comum daquele empresário era conseguir emprego público para seus funcionários, principalmente para os que reclamavam de seus vencimentos atrasados nos Associados.[73]

---

[71] MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 51.

[72] SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa***:* transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945–1948. Assis, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, p. 195-200.

[73] LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em Letra de Forma: Chatô, Wainer e Lacreda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 182-3.

Os Diários e Emissoras Associados sobreviveram bem à ditadura de Vargas (1937-1945), viveram seu ápice no período democrático de 1946 a 1960, mas sucumbiram ao fechamento político de 1964. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), momento no qual ocorre o primeiro significativo aumento no número de canais televisivos, as Emissoras Associadas se expandem para diversos estados. Além de concessões televisivas e empréstimos para o conglomerado comunicacional Diários Associados em troca de apoio para a candidatura de JK à Presidência da República, em 1955, Chateaubriand foi nomeado pelo governo Juscelino Kubitschek, dois anos depois, embaixador do Brasil na Inglaterra, renunciando ao seu mandato de senador maranhense pelo PSD, mesmo partido de JK.[74]

Os Diários e Emissoras Associados mantiveram posição hegemônica nos primeiros anos da televisão brasileira. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, em 1924, no Rio de Janeiro, adquiriu o seu primeiro periódico, o matutino *O Jornal*.[75] Na ocasião, Chateaubriand não tinha nenhum tostão no bolso, comprando fiado o seu primeiro jornal, mas anunciando, orgulhoso, que naquele momento começava a nascer o maior império de comunicação que a América do Sul jamais conhecera.[76] Passados seis meses, adquiriu o seu segundo jornal, o paulistano *Diário da Noite*. Com base nesses dois periódicos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística que mais tarde viria a ser conhecida como Diários e Emissoras Associados.

Em 10 de novembro de 1928, Chateaubriand fundou a revista semanal ilustrada *O Cruzeiro*. Essa revista atravessou as décadas de 1930 a 1960 como veículo nacional responsável pela crônica social, política e artística, não apenas do Brasil,

---

[74] Chateaubriand foi empossado senador primeiramente pela Paraíba, sua terra natal, através de acordos escusos com Getúlio Vargas, em 1952, que nem ao menos era ano eleitoral. Como ele havia trazido Vargas novamente para o cenário político através de uma entrevista publicada pelo Associado *O Jornal*, em 1949, Chateaubriand deu provas de prestígio e poder acima da República e conseguiu sua vaga no Senado Federal. Não reeleito, nas eleições de 1954, buscou repetir o feito da eleição anterior, conseguindo, através do PSD de Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, tomar posse como senador pelo Maranhão. Chateaubriand dera um ultimato ao PSD, caso não conseguisse uma vaga no senado os Diários e Emissoras Associados não apoiariam a candidatura de JK à presidência da República. (MORAES, 1994, p. 517-656)

[75] FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003. CD-ROM.

[76] *Veja*, 23 jul. 1980, p. 69.

atingindo tiragens médias de 550 mil exemplares em meados da década de 1950.[77] O nome Diário Associados nasceu, casualmente, no final da década de 1930. Chateaubriand, escrevendo um artigo em resposta aos questionamentos de que seus jornais estavam fazendo oposição ao governo Vargas, afirmou que eles não tinham se transformado em um partido de oposição, e que os "diários associados" serviam para debater os atos do governo, "com a sinceridade que o ditador já pediu aos jornalistas". Naquele momento, os já sete jornais e a revista *O Cruzeiro* ganhavam o apelido "Diários Associados", marca que posteriormente seria registrada e se transformaria em nome oficial de um poderoso condomínio comunicacional.[78]

Em 1934, se deu a entrada dos Associados na era do rádio, com a implantação da Rádio Tupi do Rio de Janeiro. A "Tupi, o cacique do ar" era a segunda emissora de rádio mais potente do continente e contou com Guglielmo Marconi apertando o botão que a colocou no ar. Menos de dois anos depois, foi inaugurada a Rádio Tupi de São Paulo, a mais potente da América Latina, dando início à constituição de sua cadeia de emissoras radiofônicas.[79]

Assis Chateaubriand, de certa forma, cumprira a promessa feita quarenta anos antes, quando adquiriu seu primeiro jornal. O "império das comunicações" prometido, os Diários Associados, posteriormente chamado Diários e Emissoras Associados, em seu período de fastígio, estendeu-se por 22 estados e deu a seu criador um enorme poder. Apesar de já apresentar sinais de declínio, seu legado, quando de sua morte, em 1968, incluía 35 jornais, 25 emissoras de rádio, 18 de televisão e 18 revistas, além de um laboratório, fazendas, a agência de notícias Meridional e a Sirta (Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados), prédios e museus.

Para constituir a maior cadeia latino-americana de TV, Chateaubriand buscou criar uma emissora em cada capital e nas grandes cidades do interior dos estados federativos, expediente utilizado anteriormente para a ampliação de suas empresas jornalísticas e radiofônicas. Assis Chateaubriand nutria uma verdadeira paixão pelos índios brasileiros, batizando várias de suas emissoras com nomes indígenas, como as rádios "Tamoios", "Potis" e "Tupãs", além da pioneira TV Tupi, e apelidando todo o

---

[77] MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d´Água, 2001, p. 13-39.
[78] MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 260-1.
[79] MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 368.

seu condomínio comunicacional de “Taba Associada”. Os logotipos de suas emissoras também possuíam o desenho de um indiozinho, símbolo das Associadas.

Em 1960, existiam vinte e uma emissoras de televisão em atividade no Brasil, sendo doze pertencentes ao condomínio comunicacional Diários e Emissoras Associados.[80] Em 1951, ano seguinte a inauguração da TV Tupi paulista, foi ao ar a homônima TV Tupi, canal 6 do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1955 e 1959, foram criadas a TV Itacolomi**,** canal 4 de Belo Horizonte, e a TV Piratini, canal 5 de Porto Alegre. Em 1960, foram inauguradas mais sete emissoras associadas: TV Brasília, canal 7; TV Rádio Clube, canal 6, de Recife; TV Rádio Clube, canal 4, de Goiânia; TV Itapoan, canal 5, de Salvador; TV Ceará, canal 2, de Fortaleza. Todas pioneiras em seus respectivos estados federativos.[81] No mesmo ano, foi inaugurada a TV Paraná, canal 6, de Curitiba, segunda emissora do estado, a primeira foi a TV Paranaense, canal 12, pertencente ao advogado e já empresário no ramo da comunicação, Nagibe Chede, inaugurada meses antes.[82] No estado de São Paulo, ainda em 1960, estrearam mais duas emissoras, a TV Cultura, canal 2, de São Paulo, e a TV Tupi Difusora, canal 3, de São José do Rio Preto.[83] Em 1961, foram ao ar a TV Marajoara, canal 2, de Belém, e a TV Vitória, canal 6, da capital do Espírito Santo. A última emissora Associada a estrear de maneira pioneira em um estado federativo foi a TV Borborema, canal 4, de Campina Grande, em 1966.[84]

Apesar das emissoras estabelecidas em outras capitais do país, principalmente a partir do final da década de 1950, e, em sua maioria, pertencentes aos Diários Associados, as inovações tecnológicas, a concorrência no setor televisivo e as iniciativas de implantação de emissoras de TV ocorreram, notadamente, no eixo Rio-São Paulo. Em São Paulo, dois anos após a TV Tupi, foi inaugurada a TV Paulista, canal 5, de propriedade do então deputado federal, Ortiz Monteiro. Em 1955, seu proprietário passou a ser o empresário da comunicação Victor Costa, dono da poderosa Organizações Victor Costa (OVC), que comandava também as rádios

---

[80] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 38.
[81] XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. **Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 26.
[82] COSTA, Osmani Ferreira da. **Televisão e Política**: uma história dos canais e redes do Paraná (1945-1985). Londrina: Eduel, 2015, p. 122-3.
[83] **Diário de S. Paulo**, 20 nov. 1960.
[84] XAVIER, Ricardo; SACCHI, **Rogério. Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 26.

Excelsior e Nacional.[85] Em 1953, foi ao ar a TV Record, canal 7. Essa emissora tinha como proprietário Paulo Machado de Carvalho, criador das Emissoras Unidas, formada pela, entre outras, Rádio Pan-Americana e a Rádio Record, então a mais ouvida no território paulista. Em setembro de 1960, foi ao ar a segunda emissora dos Diários e Emissoras Associados na cidade de São Paulo, a TV Cultura, canal 2.[86] No mesmo ano, estreou a TV Excelsior, canal 9, pertencente à sociedade composta por dois empresários do ramo de exportação de café, Mário Wallace Simonsen e José Luís Moura, pelo ex-proprietário da TV Paulista, Ortiz Monteiro, e João Scantiburgo, dono do *Correio Paulistano*. Entretanto, um ano após seu início, Simonsen compraria as cotas dos demais sócios.[87]

No Rio de Janeiro, quatro anos após a TV Tupi, canal 6, foi ao ar a TV Rio, canal 13, pertencente ao empresário do ramo comunicacional João Batista do Amaral.[88] Em 1959, os irmãos Rubens, Carlos e Murilo Beraldo inauguraram a TV Continental, canal 9. Eles já eram sócios na propriedade de rádios, Metropolitana e Continental, e da Companhia Cinematográfica Flama. Rubens era também deputado federal. Quatro anos depois, Simonsen instalou a segunda TV Excelsior, canal 2, do Rio de Janeiro.[89]

As emissoras de televisão dos Diários e Emissoras Associados, inicialmente, transmitiam programações diferentes. Presas pelo cordão umbilical das transmissões ao vivo e da impossibilidade de registro de imagens, aquelas emissoras conseguiam no máximo, um intercâmbio de scripts de programas, ou uma ponte área de artistas entre as diversas praças, nas quais um mesmo programa era refeito sucessivamente. Salvo os filmes e seriados, cujas cópias eram distribuídas para vários locais, não havia recursos tecnológicos para distribuir nacionalmente a mesma programação.

---

[85] BUSETTO, Áureo. Relações entre TV e poder político: dados históricos para um programa de leitura dos produtos televisivos no ensino e aprendizagem. In: PINHO, Sheila Zambelo; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa (Orgs.). **Núcleos de Ensino**. 1ª ed., v. 4. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, p. 195-6.

[86] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 121-35.

[87] BUSETTO, Áureo. Sem aviões e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009, p. 54-6.

[88] XAVIER, Ricardo; SACCHI, **Rogério. Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 233-4; HINGST, Bruno. Uma visão histórica da televisão no Brasil. **Líbero**, São Paulo, n. 13/14, 2004, p. 28-9.

[89] BUSETTO, Áureo. Sem aviões e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009, p. 54-6.

Coube também às Emissoras Associadas as principais inovações tecnológicas ligadas à televisão nas décadas de 1950 e início da seguinte. Em 1955, a TV tupi realizou a primeira transmissão intermunicipal da televisão brasileira, quando foram ao ar, na capital paulista, as imagens da partida de futebol entre Santos e Palmeiras, diretamente da Vila Belmiro, em Santos.[90] No ano seguinte, a Tupi executou sua primeira transmissão interestadual, entre Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira imagem colorida transmitida na América Latina também foi ao ar pela TV Tupi de São Paulo, em 1963, embora em caráter experimental.[91]

A programação televisiva brasileira, em sua primeira fase, era eminentemente trazida do rádio. Em função dessa paternidade radialista, a TV teria levado quase dez anos tentando descobrir sua verdadeira linguagem (som-imagem-movimento).[92] Além disso, alguns programas exibidos pelas primeiras emissoras comerciais possuíam ares "elitistas", como teleteatros, com encenação de textos de clássico e de vanguarda, e programas de música erudita. O que pode ser explicado pela televisão, em um primeiro momento, ter ficado praticamente restrita a estratos mais abastados da sociedade brasileira.

Outros gêneros de programas como os musicais estiveram presentes desde o início da TV no Brasil. Cantores consagrados do rádio e orquestras passaram a se apresentar em programas televisivos. A partir da segunda metade da década de 1950, alguns cantores alcançariam o sucesso sendo lançados apenas pela TV, como Maysa, na TV Record, e Agostinho do Santos, que se firmou por meio de programas da TV Paulista. Posteriormente, Elis Regina, apesar de participações na Rádio Gaúcha, daria impulso à sua carreira com a linha de shows da TV Rio.

Em 1960, o programa *Bom Tom*, exibido pela TV Paulista, tinha Tom Jobim como anfitrião. Um ano antes, João Gilberto conduzia *Pampillê... Você e João Gilberto*, na TV Tupi.[93] Artistas internacionais, como Louis Armstrong, Nat King Cole e Ella Fitzgerald, também eram contratados para shows exclusivos para televisão, prática muito utilizada pela TV Record.[94] Igualmente a partir da década de 1960, as

---

[90] XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério**. Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 32.
[91] **Diário de S. Paulo**, 8 jul. 1956; 3, 4, 8 e 9 maio 1963.
[92] **Veja**, 23 set. 1970, p. 62.
[93] RIXA; BRAUNE, Bia. **Almanaque da TV**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 95-102.
[94] NAPOLITANO, Marcos. A MPB na era da TV. In: In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da Televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010, p. 85-9.

principais emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo promoveram concursos e festivais musicais, ainda que os mais notórios tenham sido realizados após o início do regime militar. ATV Rio levou ao ar *A mais Bela Canção de Amor*, a Tupi organizou o *Festival Cinzano da Canção Brasileira* e a Record lançou a *I Festa da Música Popular Brasileira*.[95]

Os programas televisivos humorísticos também tiveram seus formatos importados do rádio. O primeiro programa de humor da televisão brasileira foi a *Escolinha do Ciccilo*, transmitido ao vivo pela TV Tupi de São Paulo em 1950. Primeiro também de uma série de programas ambientados em uma escola, onde o professor inquiria alunos dos mais diversos estereótipos, representados, na maioria das vezes, por consagrados humoristas radiofônicos. Desde o início dos anos de 1950, os calouros passariam a ser "gongados" também na telinha, em programas como *Telegongo Hepacholan*, transmitido pela Tupi, *Calouros do Ari*, apresentado por Ari Barroso, e *Cuidado com a Buzina*, conduzido por Chacrinha e exibido pela TV Rio.[96]

O primeiro telejornal brasileiro foi *Imagens do Dia*, que estreu na TV Tupi um dia após a inauguração da emissora em São Paulo. O mais importante noticioso do rádio desde o início da década de 1940, o *Repórter Esso*, ganhou sua versão televisiva em 1952, também pela Tupi, e foi apresentado em diferentes edições e locais pelas Associadas. A companhia norte-americana de petróleo que patrocinava o telejornal apoiou esse modelo de programa em vários outros países. A credibilidade do jornal, tanto no rádio quanto na televisão, era reforçada por slogans famosos, como: "Repórter Esso, o primeiro a dar as últimas" e "Repórter Esso, a testemunha ocular da história". Em 1963, estreou o *Jornal Excelsior*, que era criativo e inovador em sua forma e deu um tom mais informal às notícias.[97]

Os programas esportivos também estiveram presentes nas grades das emissoras televisivas na primeira fase da televisão no Brasil. Uma partida de futebol entre São Paulo e Palmeiras, em 1950, foi o primeiro evento esportivo da televisão brasileira, transmitido pela Tupi. Em dia de jogo de futebol, a TV Paulista enviava seu escasso equipamento para o estádio. Assim que a partida terminava, a emissora

---

[95] XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. **Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 95.
[96] XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. **Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 63-4.
[97] XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. **Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.169-70.

ficava temporariamente fora do ar, até que suas únicas câmeras pusessem retornar aos seus estúdios para a transmissão do programa seguinte. Além das transmissões do futebol, também foram ao ar mesas-redondas esportivas, como a famosa *Grande Resenha Facit*, pela TV Rio. Nesse programa, participava uma seleção de renomes da crônica esportiva nacional, como João Saldanha, Armando Nogueira e Nelson Rodrigues. A TV Cultura de São Paulo dedicou grande espaço em sua grade de programação a diferentes modalidades desportivas. Essa Associada assinou um convênio para poder contar com a equipe esportiva da Rádio Bandeirantes. As principais modalidades esportivas transmitidas foram, além do futebol, o basquete e o boxe.[98]

Os filmes e seriados, geralmente estrangeiros, também fizeram parte da televisão desde seu início, além de se configurarem em uma boa estratégia para driblar a falta de recursos técnicos e financeiros. Existiam facilidades em compras por lotes dos chamados “enlatados”. As distribuidoras possibilitavam para as emissoras financiamentos a longo prazo para o pagamento pelos filmes e seriados. Os “enlatados” alcançavam bons índices de audiência. Alguns profissionais da televisão afirmavam que sem eles seria inviável financeiramente ter uma emissora.[99] Entretanto, mesmo os filmes e seriados estrangeiros não estavam isentos das dificuldades técnicas, como legenda e dublagem. Não existiam cursos específicos para dubladores, além dos vencimentos para esse tipo de trabalho serem diminutos, gerando reclamações por parte dos telespectadores e análises negativas da crítica especializada. As legendas eram quase impossíveis de serem lidas, seja por problemas em sua inclusão na imagem dos filmes e seriados, ou pela qualidade do sinal televisivo que chegava aos telespectadores.[100] Em meados da década de 1960, os programas estrangeiros chegaram a atingir 50% da programação, pois, além de seu relativo baixo custo, não causavam transtornos com a censura vigente.[101]

No início da televisão brasileira, a teledramaturgia se restringia a excertos de obras teatrais e rápidos esquetes. O teleteatro foi o programa ficcional de maior prestígio junto ao público na década de 1950. Iniciado pela TV Tupi, com *TV de*

---

[98] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 69.
[99] **Veja**, São Paulo, 20 jan. 1971, p. 60.
[100] **Jornal do Brasil**, 12 fev. 1965, p. 20.
[101] MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 91.

Vanguarda, *Grande Teatro Tupi*, *Teatrinho Trol* e *TV de Comédia*, esse gênero de programa foi se proliferando pelas emissoras que surgiam. Os principais das demais emissoras eram: *Teatro Cacilda Becker* e *Teledrama*, ambos exibidos pela TV Paulista; *Teatro Moinho de Ouro*, na TV Rio; *Sob a Luz dos Refletores*, pela TV Record; e *Teledrama Continental*, pela TV Continental.[102]

Com origem nas radionovelas, as telenovelas brasileiras da década de 1950 eram exibidas ao vivo e tinham em média 20 capítulos, com duração entre oito e quinze minutos cada. A pioneira foi *Sua vida me pertence*, exibida pela TV Tupi em 1951. A telenovela *2-5499 Ocupado*, foi a primeira a ser exibida diariamente na televisão brasileira, pela TV Excelsior, em 1963, prática que acabou sendo seguida pelas demais emissoras.[103]

O videoteipe foi o grande instrumento de libertação da TV dos esquemas herdados do rádio.[104] Essa tecnologia propiciou maior ritmo de produção, agilizou a utilização de vários cenários e de tomadas externas, além da possibilidade infinita de corrigir erros, repetir e selecionar cenas. O avanço técnico e o aprimoramento dos profissionais de televisão garantiram a alquimia necessária para criar o hábito nos telespectadores de se manterem diante dos televisores todas as noites no mesmo horário. Em 1964, a telenovela já se consolidara de vez ante o telespectador. Aquele ano, foi ao ar *Direito de Nascer*, um grande marco do gênero no Brasil, exibida pela TV Tupi de São Paulo e pela TV Rio. Se, por um lado, a novela frustrou os anseios dos que se aproximavam da TV para dar vazão aos seus sonhos cinematográficos e teatrais, por outro lado, cada dia mais popular, ela promoveu a abertura de um novo campo de trabalho na televisão. A demanda dos telespectadores por esse gênero televisivo fez com que emissoras, como a TV Paulista e a TV Cultura, produzissem telenovelas diárias sem possuírem recursos técnicos, como o videoteipe, para tal feito.[105]

Na década de 1950, os programas das TVs Tupi paulista e carioca eram os mais assistidos e comentados. Em 1959, segundo pesquisa realizada pelo IBOPE em

---

[102] BRANDÃO, Cristina. As primeiras produções teleficcionais. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da Televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010, p. 37-49.
[103] FERNANDES, Ismael. **Telenovela brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 35-8.
[104] O videoteipe (VT) é uma tecnologia criada pela companhia norte-americana Ampex, em 1956, que permitiu a gravação dos programas televisivos. No Brasil, esse recurso foi adotado mais largamente a partir de 1962, apesar dos primeiros aparelhos terem chagado ao país no final da década de 1950.
[105] FERNANDES, Ismael. **Telenovela brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 35-8.

São Paulo, a TV Tupi tinha média geral de audiência de 48%, a TV Record, 29% e a TV Paulista, 23%.[106] No Rio de Janeiro, no mesmo ano, a TV Tupi tinha 72% e a TV Rio, 28%.[107] No início dos anos de 1960, a TV Tupi de São Paulo e a do Rio de Janeiro vão perdendo espaço. Em São Paulo, em 1963, a TV Record, com 32,4% e a TV Excelsior, com 35%, brigam pela liderança na preferência dos telespectadores; seguidas pelas Tupi com 23%, TV Paulista com 6% e TV Cultura com 3,6%.[108] No Rio de Janeiro, em 1963, a média de audiência da TV Tupi diminuiu para 32,1%, ante 63,5 da TV Rio e 4,4 da Continental.[109] No ano seguinte, com a entrada da TV Excelsior no Rio de Janeiro, com 27,5% de média geral de audiência, a TV Tupi caiu para 26%, a TV Rio ainda se manteve líder, mas com 43,3%, e a TV Continental com 3,2%.[110]

Como é possível perceber através dos números acima, a entrada da TV Excelsior ameaça a hegemonia da TV Tupi, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Antes, porém, a TV Record, de São Paulo, conseguiu, por vezes, ser líder de audiência e a TV Rio, do Rio de Janeiro, no início da década de 1960, era a emissora mais assistida. Ambas faziam parte da Rede Unida de Rádio e Televisão, que tinha entre os seus principais objetivos fazer frente às Emissoras Associadas, notadamente a TV Tupi de São Paulo e a do Rio de Janeiro.

Apesar de a TV Record, no princípio, não ter o poderio das Emissoras Associadas, durante a década de 1960 ela viveu seu período áureo com atrações como o *Grande Show União*, que levara o canal ao primeiro lugar de audiência em São Paulo. Os musicais transmitidos diretamente do Teatro Record foram o ponto forte da emissora, que teve um papel extremamente relevante na divulgação da bossa nova, do iê-iê-iê e do tropicalismo. Os programas humorísticos como *A Praça é Nossa* e *Família Trapo* também contribuíram para os elevados índices de audiência obtidos pela emissora.

A TV Rio, não obstante as dificuldades financeiras e a precariedade das condições técnicas da época, manteve sempre programas líderes de audiência. “A Carioquinha”, apelido carinhoso dado desde seu início, seguia o estilo empresarial familiar dominante no período. Seu elenco era composto, majoritariamente, por artistas provindos da Rádio Mayrink Veiga. Em 1956, ingressou na emissora Walter

[106] IBOPE. **Boletim de Assistência de Televisão**. São Paulo, 1959, p. 5.
[107] IBOPE. **Boletim de Assistência de Televisão**. Rio de Janeiro, 1959, p. 6.
[108] IBOPE. **Boletim de Assistência de Televisão**. São Paulo, 1963, p. 372.
[109] IBOPE. **Boletim de Assistência de Televisão**. Rio de Janeiro, 1963, p. 4.
[110] IBOPE. **Boletim de Assistência de Televisão**. Rio de Janeiro, 1964, p. 4

Clark, jovem vindo de uma agência de publicidade. Em pouco tempo, com sua criatividade, ele trouxe para a televisão um novo conceito de programação. Clark inovou também na prática de inserção publicitária. Os comerciais passaram a ter menor duração e os valores de veiculação a variar de acordo com o horário. A audiência de cada programa também era determinante, existia um preço relativo para inserções publicitárias em seus intervalos. A característica principal da programação da TV Rio era a versatilidade. Em 1956, as transmissões de lutas livres pelo programa *TV Rio Ring* levou a emissora ao primeiro lugar em audiência. No início da década de 1960, a emissora viveu seu apogeu com os programas de sua faixa nobre como *Noite de Gala*, *Show Doçura – Moacir Franco*, *Discoteca do Chacrinha*, *Noites Cariocas* e *Chico Anysio Show*.[111]

A TV Excelsior marca o início da transição das práticas dos primeiros anos do setor televisivo brasileiro, em que imperavam empresas familiares, falta de profissionais qualificados, limitações tecnológicas e improvisos das mais diversas ordens. A TV Excelsior era a única empresa de Simonsen na área de comunicação social e estava distante de possuir o poder dos Diários e Emissoras Associados, ou de se igualar aos veículos de Paulo Machado de Carvalho. Contudo, logo em seu início, a emissora deu provas de que se ocuparia em inovar a maneira de se fazer televisão no país. A Excelsior deu um tom profissional às atividades televisivas. Os amplos investimentos e o estabelecimento de uma programação arrojada e inovadora fez com que a emissora obtivesse sucesso rapidamente.[112]

Em 1963, Simonsen instalou a segunda TV Excelsior, operando o canal 2 do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, ele comprou um terço da TV Gaúcha, de Porto Alegre, além de estabelecer parcerias com emissoras de Curitiba, Recife, Uberlândia e Cuiabá para exibição de produções da Excelsior. Sendo assim, Simonsen estabeleceu a primeira rede de televisão do Brasil, exibindo sua programação em várias partes do país. Esse expediente foi possível graças ao advento do videoteipe e

---

[111] XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. **Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 233-4; HINGST, Bruno. Uma visão histórica da televisão no Brasil. **Líbero**, São Paulo, n. 13/14, 2004, p. 28-9.

[112] BUSETTO, Áureo. Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009, p. 54-6.

do transporte rápido e sem custos dos programas da Excelsior pela Panair do Brasil, empresa de aviação também pertencente a Simonsen.[113]

A TV Excelsior contratou um conceituado elenco de artistas e técnicos para as atividades de produção, muitos deles vinculados às suas concorrentes diretas, como: TV Tupi, Record e Rio. Ela implementou a grade de programação vertical (os programas tinham sempre uma sequência, levando o telespectador a assistir um programa após o outro) e horizontal (horários fixos para os programas durante toda a semana). Inovou na produção de vinhetas e na organização dos intervalos comerciais. Não por acaso, em 1963, a TV Excelsior se tornava a emissora líder de audiência em São Paulo. Resultado que mexeu com o mercado televisivo brasileiro, pois os demais proprietários de tevês não se sentiram confortáveis em verem suas receitas publicitarias serem cada vez mais divididas com a Excelsior, além de reprovarem as práticas introduzidas pela emissora.[114]

A consequência imediata da opção por um modelo de televisão comercial, voltado para a conquista de telespectadores visando verbas publicitárias, seria um equilíbrio menor nas programações televisivas entre informação, educação e entretenimento, elementos que Asa Briggs e Peter Burke denominam como uma tríade quase que sagrada para os meios de comunicação social.[115]

Apesar das experiências de outros países com relação aos frutos colhidos através do uso educativo da televisão, e que eram noticiadas aos brasileiros, notadamente através das páginas dos jornais e das revistas de grande circulação, o debate em prol da televisão educativa vai mostrar um relativo crescimento no início da década de 1960, sobremaneira quando da discussão do Código Brasileiro de Telecomunicações, ainda que sem ganhar espessura e sistematização em diferentes setores sociais, até por força dos interesses dos concessionários de radiodifusão, sobremaneira de sua instituição, a ABERT. Conforme a regulamentação do CBT, os serviços de televisão possuiriam objetivos educacionais e culturais, mesmo nos seus aspectos informal e de entretenimento. Ademais, a comunicação televisiva era

---

[113] BUSETTO, Áureo. Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009, p. 54-6.
[114] BUSETTO, Áureo. Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009, p. 54-6.
[115] BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 193.

considerada de interesse nacional, sendo sua exploração permitida somente quando não fosse ferido o interesse público e os objetivos culturais e educacionais que lhes eram atribuídos pela legislação.[116]

Com base no padrão televisivo norte-americano, as emissoras comerciais brasileiras tiveram, predominantemente, uma preocupação expressiva em associar informação ao entretenimento e ao lucro e, diferentemente das experiências televisivas europeias, colocaram a questão educativa e cultural em segundo plano. No Brasil, o desenvolvimento da televisão teve como resultado uma programação popular, apoiada nas novelas, programas de auditório, seriados e filmes norte-americanos, visando prioritariamente os índices de audiência e, por consequência, os rendimentos das emissoras com publicidade veiculada nos intervalos comerciais de suas respectivas programações.

Entretanto, desde o início da televisão brasileira, alguns programas educativos foram apresentados pelas emissoras comerciais, ainda que com um número pouco expressivo quando comparado com os demais gêneros. Em 1951, a TV Tupi do Rio de Janeiro exibia um programa no qual eram dadas explicações sobre como proceder no trânsito, conduzido por uma autoridade na área. Na *O Cruzeiro* também pertencente aos Diários Associados, proprietários daquela emissora televisiva, foram ressaltados os benefícios que programas desse tipo poderiam trazer para a população, principalmente por julgar que a produção do programa tinha a preocupação em apresentar explicações sobre o trânsito por meio de uma linguagem simples, clara e atrativa, portanto, acessível a todos os telespectadores.[117]

No mesmo ano, a TV Tupi de São Paulo levou ao ar dois cursos que seriam destinados a mulheres, um de língua inglesa e outro de artes culinárias. As aulas de inglês transmitidas pela TV eram fruto de uma parceria com o Instituto Yasig, que possuía método próprio e considerado de fácil compreensão. Intitulado *Mister Pep na TV*, sendo o personagem título um professor universitário com uma caracterização própria, o programa era composto por aulas com ilustrações e brincadeiras, visando a dicção e a escrita do idioma. O programa de culinária, *Veja como se cozinha*, era apresentado pela professora Marialice Prestes. A cada edição semanal era exibido

[116] JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 61.
[117] **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1951, p. 48.

como fazer uma determinada receita, buscando ensinar técnicas culinárias com uma linguagem considerada atraente e descontraída.[118]

Na década de 1950, a TV Rio também apresentava um programa dedicado ao ensino da língua inglesa. O *Inglês com Fisk* era ministrado pelo norte-americano Richard Hugh Fisk, que veio para o Brasil no início daquela década. O programa consistia em uma aula de conversação em inglês. Inclusive, a expansão da rede de cursos de idiomas Fisk, no Brasil, a partir da década de 1950, foi graças, em parte, ao reconhecimento de seus métodos por intermédio da publicidade gerada pela televisão.[119]

Os cursos de idiomas também eram transmitidos por emissoras de rádio, então o principal veículo de comunicação do país. No início da década de 1950, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou uma pesquisa sobre o desejo dos brasileiros em acompanharem aulas pelo rádio. Os resultados apontaram que 67% dos entrevistados responderam sim, 32 % responderam não e apenas 1% não tinha uma opinião formada sobre o assunto. Quando separados por classificação de renda, 72% dos menos abastados, 64% da considerada classe média e 42% da classe considerada alta eram favoráveis a rádio-aulas. Os temas preferenciais, apontados pelos participantes da pesquisa para o uso educativo do rádio, eram: Português, Inglês, Matemática, Costura, Francês, Arte Culinária e Economia Doméstica.[120] Dados que podem explicar os primeiros temas escolhidos pelas emissoras comerciais de rádio e televisão para transmissões estritamente educativas.

Em 1960, a iniciativa da criação de uma emissora com o nome de “Cultura” pode ser tomada como uma antecipação por parte de Chateaubriand, grande empreendedor do campo da comunicação social, à concorrência, em um momento de crescimento do debate e das demandas pelo uso da televisão brasileira com propósitos educativos, inclusive dentro da órbita do Estado, resultando em uma legislação atinente à matéria, o CBT, em 1962. Na inauguração da TV Cultura, Edmundo Monteiro, diretor-presidente dos Diários e Emissoras Associados, declarou não duvidar de que a nova emissora se empenharia na defesa dos direitos humanos e no “maior engrandecimento” da população de São Paulo. Candido Fontoura, ao declará-la inaugurada, desejou-lhe uma trajetória brilhante, na certeza de que a

[118] **Diário de S. Paulo**, 11 out. 1951, p. 12.
[119] **Diário de S. Paulo**, 25 out. 1960, p. 9.
[120] **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 set. de 1951, p. 49.

emissora serviria aos paulistas por muitos anos, educando, informando e divertindo, correspondendo integralmente ao nome que levava: Cultura.[121] Tais discursos reforçam a ideia de que Assis Chateaubriand, ao idealizar sua segunda emissora televisiva na cidade de São Paulo, não ficou inerte diante do crescente debate sobre a função cultural-educativa da televisão que emergia em terras brasileiras e que era amplamente tratada pelos veículos de comunicação pertencentes ao seu Diários Associados.

Ademais, Chateaubriand se destacava como benemérito e apreciava a associação de sua personalidade com a cultura e as artes, sendo a criação da TV Cultura mais um exemplo a reforçar tal imagem. Treze anos antes da inauguração de sua TV Cultura, Assis Chateaubriand se destacou no âmbito cultural pela fundação, em 1947, do Museu de Arte de São Paulo (MASP), que se constituiu em um importante acervo artístico. Inicialmente, ele foi instalado no próprio prédio dos Diários Associados, passando a funcionar, a partir de 1968, em um edifício especialmente projetado na Avenida Paulista. Ainda nesse campo, posteriormente, dedicou-se à criação de museus regionais, "espécie de filhotes do MASP espalhados por todo o país e dedicados à arte brasileira".[122]

O condomínio Diários e Emissoras Associados, antes de operar a TV Cultura, havia comprado a Rádio Cultura de São Paulo, em 1958. Essa emissora radiofônica nasceu clandestina, em 1934, sob o nome DKI, seguido do dístico "A voz do Juqueri", e tendo como fundador o farmacêutico Candido Fontoura, criador do popular Biotônico Fontoura. A concessão televisiva do canal 2 de São Paulo fora outorgada primeiramente para a Rádio Cultura Sociedade Anônima, de propriedade de Cândido Fontoura, por meio do Decreto n° 30.816 de 5 de maio de 1952.[123] No entanto, envolvido na negociação de compra da Rádio Cultura, o Canal 2 estreou nos televisores paulistanos apenas oito anos depois, vinculado ao condomínio comunicacional de Assis Chateaubriand. A segunda emissora dos Diários e Emissoras Associados em São Paulo entrou no ar com o mesmo nome da rádio comprada de Candido Fontoura, então homenageado como padrinho da TV Cultura. O logotipo da nova emissora estampava a figura de um indiozinho, símbolo das

[121] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 123-5.
[122] MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 478-694.
[123] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1971, p. 17-20.

Associadas, evidenciando aos telespectadores, assim, o vínculo da Cultura com o condomínio comunicacional de Assis Chateaubriand.[124]

Apesar do nome ostentado, a grade da TV Cultura acabou tendo, majoritariamente, programas alinhados às produções das demais emissoras comerciais, notadamente da TV Tupi, que teve vários de seus programas de sucesso requentados pelo Canal 2, e que viraram carros-chefes da programação da emissora, como uma nova versão de *O céu é o limite*, além de programas musicais, esportivos, jornalísticos, teleteatros, telenovelas, entre outros. Outro programa de grande repercussão, devido principalmente ao seu sensacionalismo, foi *O Homem do Sapato Branco*. O Canal 2, reiteradas vezes, anunciava seu empenho em levar aos lares paulistas uma programação de "alto gabarito", estudando meticulosamente a elaboração dos programas para que o telespectador recebesse uma mensagem artística ou informativa digna da educação dos paulistas e atual. Entretanto, via de regra a TV Cultura sofreu com seus baixos índices de audiência.[125]

Paralelamente a esses programas, buscando fazer valer a sua própria denominação, a TV Cultura objetivou levar aos seus telespectadores programas educativos. Logo em seu primeiro ano de funcionamento como emissora Associada, o Canal 2 lançou o programa educativo infantil *Brincando e Aprendendo*. Em cada uma de suas edições eram escolhidos um determinado tema a ser ensinado para as crianças com brincadeiras que visavam o desenvolvimento do raciocínio e de aptidões. Sobre ciências, o Canal 2 exibia *Ciência para o Brasil*, produzido pela Escola Superior de Ciência de São Paulo, cujas edições abordavam temas como: "o que é ciência", "sexologia", e "relações entre ciências e religião".[126]

A TV Cultura também levou ao ar programas considerados culturais e que renderam críticas favoráveis à emissora. Aos moldes dos primeiros anos da televisão brasileira, logo em seu início, levou ao ar encenações de peças com a renomada Cacilda Becker e sua companhia teatral. Ainda nesse gênero de programas, eram exibidas adaptações de obras literárias de reconhecidos escritores brasileiros, como a do romance *Clarissa*, de Érico Verissimo, que apesar de não contar com um elenco

---

[124] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 122-3.
[125] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 130-1.
[126] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 226-243.

muito conhecido dos telespectadores, possuía “méritos bastante razoáveis”, segundo a crítica do jornal *O Estado de S. Paulo*. As encenações teatrais da TV Cultura eram transmitidas ao vivo, às vezes contando com uma só câmera, diferente do que ocorria com a sua “irmã rica”, a TV Tupi, gravadas em videoteipe e contando com maiores recursos financeiros para contratação de profissionais.[127]

O Canal 2 produziu também musicais com considerável repercussão, como o *Sinfonia para São Paulo*. Esse era uma suíte de orquestra que pretendeu apresentar o estado de São Paulo desde seu início em São Vicente, passando pela subida da Serra do Mar, Piratininga, cidade moderna, até a Revolução Constitucionalista, apresentado ao vivo e dentro dos poucos recursos disponíveis.[128]

Na área esportiva, além da transmissão de diferentes modalidades esportivas, algumas delas pouco conhecidas pelos telespectadores, como rúgbi e beisebol, a TV Cultura apresentou programas com preocupação em divulgar conhecimento técnico-científico sobre o desempenho e, de certa forma, prestando um serviço social, como o *Eu Cuido de Si*. Esse programa contava com a presença de professores especializados em diferentes práticas esportivas. Apresentava ainda aspectos fisioterápicos relacionadas a práticas esportivas, como seu aspecto terapêutico, seu funcionamento na correção postural, na recuperação muscular, entre outros. Como a emissora tinha a pretensão de transmitir alguns esportes pouco familiarizados a maioria dos brasileiros, por vezes desconhecidas até dos próprios narradores, eram convidados especialistas que acabavam dando verdadeiras aulas sobre determinadas modalidades durante as transmissões ao vivo. Além disso, eram veiculados programas e documentários que versavam sobre a história do esporte, como: *História do Esporte* e *A verdade de cada um”*.[129]

Desde seu início, a TV Cultura também reservou espaço em sua programação para programas de ensino de idiomas, como *Inglês com Fisk*, que na década anterior compunha as grades da TV Rio e Tupi. Esse programa teve uma boa aceitação, notadamente em Campinas, chegando a atingir 32% de audiência. Também foi levado ao ar, pelo Canal 2, de São Paulo, o *Curso de Língua e Civilização Francesa*, fruto de

---

[127] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 46-195.
[128] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 207.
[129] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 237-9.

um convênio da emissora com Aliança Francesa de São Paulo e com o Centro de Estudos Franceses da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.[130]

Em 1962, a TV Cultura apresentou a série *Cogeral Promove Cultura*, que buscava versar sobre temas como Astronáutica, Literatura, Direito Prático, Medicina de Urgências e Psicologia Infantil. Objetivava levar de forma clara aos telespectadores assuntos de interesse geral, visando conhecimentos práticos e de uso diário. O programa contava com convidados renomados e especialistas em cada tema. Após algum tempo no ar, seu nome foi mudado para *Saber pela Cultura*, perdendo o nome do patrocinador. Esse programa rendeu à TV Cultura uma série de menções e elogios, incluindo os da crítica especializada e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.[131]

Entretanto, na década de 1960 houve uma ampliação da concorrência no setor televisivo, e, aparentemente, a proposta de uma emissora com aquelas características fosse pouco operacional no momento. Havia uma carência de profissionais especializados na produção de programas essencialmente educativos. Ademais, nesse momento os Diários Associados começariam a esboçar sinais de declínio. Até mesmo a líder TV Tupi começaria a perder espaço. Esse quadro fez com que a TV Cultura não tivesse autonomia com relação ao poder econômico para poder estabelecer com sucesso seus aparentes objetivos iniciais. Com grandes dificuldades em definir uma programação consistente, sofrendo com baixos índices de audiência, passando por incêndios, somados à crescente concorrência do campo televisivo e a uma alteração na legislação que forçou os Diários e Emissoras Associados a

[130] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 244-5.
[131] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 246-8.

diminuírem a sua quantidade de emissoras televisivas,[132] a TV Cultura, juntamente com a Rádio Cultura, foi vendida para o governo do estado de São Paulo, em 1967.[133]

Os custos elevados para o uso educativo dos meios muitas vezes assustaram os empresários das comunicações, sobretudo quando não se via a possibilidade de uma razão custo/benefício adequada. Mas as emissoras comerciais puderam por meio de parcerias com o poder público viabilizar projetos para a transmissão de cursos regulares, alinhados aos currículos escolares, visando também sanar as carências educacionais brasileiras. A partir de 1960, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, o aproveitamento da televisão como instrumento de ensino tomou um caráter mais orgânico e permanente.

O primeiro curso de educação popular pela televisão da América do Sul foi produzido em São Paulo, em 1961, fruto de uma parceria entre a TV Cultura e a Secretaria da Educação. O telecurso de admissão ginasial foi produzido sob orientação do TV-Escolar, órgão daquela Secretaria, e transmitido pelo Canal 2, de São Paulo. O *Curso de Admissão pela TV* foi ao ar pela primeira vez no dia 1° de março de 1961, no período da manhã. O programa era transmitido de segunda a sábado, das 10h30min às 11 horas, posteriormente, também às 18 horas. O jornal *Diário de São Paulo* chegou a anunciá-lo como o programa de maior audiência em São Paulo, apesar de a TV Cultura, naquele momento, não ter concorrentes no horário. Transmissões televisivas matinais ainda era uma prática pouco usada pelas emissoras brasileiras, exceto aos domingos. Entretanto, o Canal 2 elegeu aquele período para a exibição de seus telecursos.[134]

Em cada edição do *Curso de Admissão pela TV* era apresentada uma determinada matéria escolar. Às segundas-feiras era a vez da Matemática, às terças-feiras, Português, às quartas-feiras, História, às quintas feiras, Português, às sextas-

---

[132] Ademais, Decreto-Lei n. 236, de 1967, que será abordado no próximo capítulo, estabeleceu que proprietários privados ficariam limitados a um máximo de dez concessões em todo o território nacional e definiu que um concessionário poderia somente participar de uma emissora de televisão em cada mercado, impedindo um mesmo grupo de possuir mais de uma emissora de televisão na mesma localidade. A TV Tupi e a TV Cultura, ambas pertencentes às Emissoras Associadas, estavam estabelecidas em São Paulo, encontrando-se a primeira em melhores condições de audiência e rentabilidade para o condomínio comunicacional ao qual pertenciam. Portanto, vender a Cultura representava uma boa alternativa para resolver tanto as questões legais quanto as financeiras que assolavam os Diários Associados (BARROS FILHO, 2011, p. 133-134).

[133] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 133-135.

[134] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 64-258.

feiras, Matemática e aos sábados, Geografia. A ideia inicial da emissora de televisão e que, após alguns experimentos, conquistou o apoio do governo estadual, era ajudar a preparar o aluno e auxiliar os professores. Algumas escolas tomaram a iniciativa de fazer coincidir a matéria nelas ministradas com a do programa de televisão. No decorrer do telecurso estava prevista uma troca contínua de sugestões entre as escolas e os produtores das aulas pela TV. Por meio da realização de provas, foram conferidos aos alunos, além dos certificados, prêmios aos primeiros colocados nas avaliações.[135]

Aparentemente, em seu início, a parceria entre TV Cultura e Secretária da Educação foi estabelecida sem o devido processo legal, conforme afirmações do deputado estadual Sólon Borges dos Reis, que, em 1962, apresentou um projeto de lei que instituiria o ensino pela televisão no estado de São Paulo, e que visaria regular as atividades que o governo já vinha fazendo, incluindo a oficialização dos contratos já firmados com a TV Cultura. Entretanto, seu projeto recebeu veto total do governador do estado de São Paulo.[136]

Em 1963, por meio de um decreto do governador Adhemar de Barros, foi instituído o Serviço de Educação e Formação de Base pelo Rádio e Televisão (SEFORT), na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Em linhas gerais, o decreto do governador em muito se pareceria com o anteriormente apresentado pelo deputado Sólon Borges, apenas estendendo para o rádio o que fora proposto para TV. De qualquer forma, o objetivo do decreto era instituir cursos voltados para o nível elementar, bem como a organização de cursos complementares de interesse social. Dispunha que os professores e o pessoal especializado necessários ao funcionamento de diversos cursos seriam selecionados por meio de provas, sob orientação da Secretaria da Educação. Considerava o grande interesse social da formação e educação de base, a conveniência de dar maior expansão a essa formação e o fato de que a técnica moderna de rádio e televisão, pelo alcance, objetividade e eficiência, poderiam prestar inestimáveis serviços no campo

[135] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 64-258.
[136] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 64-258.

pedagógico. Para tanto, previa a celebração de convênios com emissoras de rádio e televisão para a concessão de horários destinados a difusão do ensino.[137]

A partir daquele decreto, a Secretaria da Educação anunciou a assinatura de um convênio com a TV Cultura para transmissão de dez horas semanais de programação educativa. Além do curso de admissão que já estava no ar há dois anos pela emissora, foram transmitidas aulas de literatura, artes plásticas, educação musical, educação de base, vestibular e curso de maduresa ginasial.[138]

Segundo afirmou Mario Fanucchi, diretor artístico da TV Cultura, com a criação do Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão, em 1963, a parceria firmada, desde 1961, entre a TV Cultura e a Secretaria da Educação, ganhou mais estrutura e verbas para a continuidade do projeto. Com patrocínio do Mappin, a emissora tinha o seu tempo pago, podendo assim sustentar o uso dos estúdios. A Secretaria do Estado, por sua vez, promovia concursos, nomeava e financiava os professores que apresentariam os programas. A inscrição dos alunos era feita pelos Correios, e os inscritos recebiam apostilas mimeografadas para o acompanhamento das aulas. Chegou-se a ter na época cerca de mil alunos interessados em acompanhar os telecursos. Quando iniciou o Curso de Madureza Ginasial, a estrutura da parceira era praticamente a mesma. Houve o primeiro curso de esperanto pela televisão. As apostilas foram distribuídas também pela Secretaria a fim de complementar as aulas.[139]

O telecurso de férias para professores secundários foi produzido com a colaboração da Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e Universidade Mackenzie, além do Grupo de Estudo do Ensino de Matemática, da Escola de Artes da Fundação Armando Alvarez Penteado, da Aliança Francesa e do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura. O programa foi transmitido no mês de julho, das 9 às 11 horas e das 17 às 18h30min, com a apresentação das seguintes disciplinas: Teoria dos Conjuntos, Lógica Matemática,

---

[137] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 64-258.
[138] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 64-258.
[139] LIMA, Jorge da Cunha. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008, p. 36.

Prática de Matemática Moderna, Aspectos Educacionais Modernos do Desenho Infantil, Ciências, Geografia, Português e Filosofia das ciências.[140]

No Rio de Janeiro, em 1961, foi instituída a Fundação João Batista do Amaral com a finalidade de promover a educação de base para adultos e adolescentes. Até 1965, foram produzidas duas séries de telecursos, sendo a primeira composta de 78 programas para alfabetização e a segunda com 70 programas destinados aos recém alfabetizados.[141] O principal objetivo de João Batista do Amaral era estabelecer parcerias com o poder público para a produção de telecursos para, além de serem exibidos pela sua TV Rio, serem comercializados com outras emissoras.

No início da década de 1960, foi quando a TV Rio viveu seu apogeu, com sua faixa nobre composta por nomes como: Nelson Rodrigues, Jô Soares, Sérgio Porto, Maysa, Roberto Carlos, Chico Anysio, Chacrinha e Moacyr Franco. A Fundação João Batista do Amaral produziu um curso destinado à alfabetização de adultos sob a direção da professora Alfredina de Paiva e Souza, reconhecido pelo MEC em 21 de novembro de 1961.[142] Em 29 de outubro do ano seguinte, foi ao ar o primeiro curso de educação de base pela televisão no Brasil, destinado à alfabetização de adultos, pela emissora, cuja programação diurna passou a ser reservada à educação. No ato de inauguração do telecurso foi transmitida uma mensagem gravada pelo presidente da República, João Goulart, quando afirmou, entre outras coisas, que o uso da televisão para educação propiciaria uma aprendizagem mais suave, mais rápida e mais eficiente. Segundo as palavras do presidente, seria a televisão o grande instrumento para educação de base, que era a necessidade de milhões de brasileiros, adultos e adolescentes, dominados pelo analfabetismo. Compareceram à solenidade o governador em exercício da Guanabara, Lopo Coelho, o governador eleito de São Paulo, Adhemar de Barros, representantes das Forças Armadas, da Igreja Católica e de associações educativas.[143]

O projeto de educação pela televisão da Fundação João Batista do Amaral, denominado TV-Escola, foi coordenado pela professora Alfredina de Paiva e Souza,

---

[140] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 64-258.
[141] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. 1969, p. 10-11.
[142] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto** *(ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s. d..
[143] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 1962, p. 45.

tendo o poder público e a iniciativa privada mantido uma rede de telepostos[144] conectados à TV Rio e às suas parceiras.[145] As 262 horas-aulas produzidas atingiram mais de 5 mil alunos, contando com 105 núcleos de recepção.[146]A transmissão dos telecursos perdurou até 1964, quando a Fundação João Batista do Amaral, por falta de recursos financeiros e apoio do Ministério da Educação, parou com a produção dos programas educativos transmitidos pela TV Rio.[147]

Ainda no Rio de Janeiro, no início da década de 1960, a TV Continental passou a exibir alguns programas educativos pertencentes ao projeto educacional "Universidade Sem Paredes", idealizado e dirigido por Gilson Amado. Ele teria aproveitado o caos artístico e financeiro pelo qual passava o Canal 9 e conseguido sorrateiramente incluir na grade da emissora, sem patrocinadores e nos horários noturnos, uma linha de programas que além de debates promovia telecursos.[148]

Em 1959, os irmãos Rubens, Carlos e Murilo Beraldo inauguraram a TV Continental, canal 9, do Rio de Janeiro. Eles já eram sócios na propriedade das rádios Metropolitana e Continental, bem como da Companhia Cinematográfica Flama, além de Rubens ser deputado federal e um quadro importante dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A emissora se estabeleceu na Rua das Laranjeiras, onde funcionava a Flama, tendo então o estúdio mais espaçoso do Brasil naquele momento. Por ter trazido vários profissionais de São Paulo, chegou a ser apelidada de "Recreio dos Bandeirantes". Apesar de não ter o porte de suas concorrentes, Tupi e Rio, a Continental deixou sua marca. Diferente da Rádio Continental que era eminentemente voltada para o jornalismo esportivo, a TV possuía uma grade de programação bastante diversificada, com destaques para programas como o de Jô Soares com entrevistas fictícias, no jornalismo, com Mário Del Rio e Heron Domingues, além de

---

144 Teleposto é o local onde um grupo de alunos se reuniria para assistir às teleaulas, orientados por um monitor, que seria um elemento de ligação entro o centro produtor e o aluno.

145 Alfredina de Paiva e Souza, posteriormente, continuou atuando em atividades na área de teleducação, como na coordenação de cursos para formação de profissionais para televisão educativa, com o apoio do Ministério da Educação e Cultura do governo militar (*O Globo*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1966, p. 7). Em 1966, em reconhecimento a seus feitos junto à Fundação João Batista do Amaral, foi nomeada membro da Comissão de Pedagogia e Produção do 3° Congresso Internacional de Rádio e TV Educativa (**Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 mar. 1966, p. 16.).

146 MILANEZ, Liana. **TVE Brasil***:* cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 34.

147 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1965, p. 22.

148 **Veja**, São Paulo, 18 jun. 1969, p. 57.

uma linha de musicais, com Elizeth Cardoso e Agostinho dos Santos, e teleteatros, com atores como Paulo Goulart e Joana Fomm.[149]

A TV Continental carecia de poder aquisitivo para concorrer na mesma linha das demais emissoras comerciais do Rio de Janeiro. Entretanto, a escassez de recursos financeiros levou a emissora a ceder espaço em sua grade de programação para programas didáticos. Ao contrário das demais emissoras, a TV Continental, após as 22h e 30min., levava ao ar programas educativos, os quais, idealizados por Gilson Amado, chegaram a alavancar os índices de audiência da emissora nos finais de noite.[150] Embora fossem produzidos em condições precárias, os educativos veiculados eram *Artigo 99*, *Mesas-Redondas*, *Let's Learn English*, *História da Liberdade no Brasil*, *Educação Familiar* e *Os Mistérios da Pintura Moderna*.[151]

Gilson Amado denominou sua série de programas educativos de "Universidade sem Paredes" ou "Universidade do Ar". A partir dessa experiência criou-se a Universidade de Cultura Popular, sociedade civil, presidida por ele, que televisionou vários programas educativos sobre diversos assuntos.[152]

O *Artigo* 99 tinha como objetivo a preparação para o vestibular. Transmitido diariamente, o programa consistia em teleaulas ministradas por professores de Português, Geografia, Matemática, Ciências e História. Foram confeccionadas apostilas para o acompanhamento da cada disciplina do programa, impressas pela Bloch Editores e distribuídas gratuitamente. O telecurso teria chegado a ter 10 mil candidatos. Sua linguagem era considerada de fácil penetração e poderia atingir os mais diversos estratos de telespectadores. O programa chegou a ganhar prêmios internacionais, além de ser copiado por outros países.[153] Ele foi interrompido quando foi criado o *Curso de Madureza Ginasial* pela Fundação Padre Anchieta e transmitido pela TV Cultura de São Paulo.[154]

Posteriormente, os telecursos da "Universidade de Cultura Popular", incluindo o *Artigo 99*, conseguiram patrocínio e foram transmitidos pela rede de Emissoras

---

[149] XAVIER, Ricardo; SACCHI, **Rogério. Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 236-8.
[150] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jun. 1965, p. 20.
[151] **Jornal do Brasil,** 21 jun. 1966, p. 24.
[152] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 266.
[153] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1965, p. 22.
[154] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 266-7.

Associadas, atingindo outros estados federativos. Com o patrocínio da Shell os professores do *Artigo 99* passaram a ser remunerados.[155]

Quando Gilson Amado ingressou na TV Continental, levou do rádio o seu programa *Mesas-Redondas*. Pela emissora televisiva, o programa foi apresentado diariamente, às 23h 40m, de 1962 até 1965. Segundo as estimativas de Amado, participaram do programa 450 congressistas, 186 ministros de Estado, 632 professores e educadores, 264 economistas, 350 escritores, 87 autoridades eclesiásticas, 323 diretores, presidentes de autarquias, instituições e outras organizações públicas, 64 governadores de Estado, 185 jornalistas, 112 diplomatas, 76 autoridades militares, 208 homens públicos em geral e 127 outros, num total de 3258 pessoas.[156]

Amado promoveu também concursos pela TV Continental, como o de poesias, *Noite da Poesia*. Os melhores versos enviados foram lidos por Maria Fernanda, Paulo Autran e Natália Timberg. Os prêmios teriam sido entregues por, entre outros, Carlos Drummond de Andrade e Adonias Filho. Segundo o colunista de televisão Fausto Wolff,[157] do *Jornal do Brasil*, salvo seu engano, seria a primeira aparição de Drummond na TV.[158]

Ainda pela Continental, Gilson Amado foi responsável por transmissões como de uma exposição de pinturas da galeria OCA. Apesar de ter recebido críticas de especialistas, pois os comentários tecidos durante a transmissão não teriam ido além de “divino”, “maravilhoso” e “esplêndido”. Teria faltado planejamento e pessoas qualificadas para explicar a arte moderna com o intuito de despertar o interesse do telespectador em geral, para que a atração televisiva não ficasse restrita a uma minoria.[159]

---

[155] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. 1969, p. 10-11.
[156] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1965, p. 21.
[157] Fausto Woff era o pseudônimo do jornalista e escritor Faustin von Wolffenbüttel. Começou sua carreira como repórter policial do *Diário de Porto Alegre*. Posteriormente, no Rio de Janeiro, chegou a manter três colunas simultâneas, uma delas sobre televisão, no *Jornal do Brasil*. Suas críticas e opiniões, na maioria das vezes tecidas com certas doses de ironia, o levaram, a partir de 1968, a exilar-se na Europa por dez anos, devido à censura e perseguição política da ditadura militar. Em sua volta ao Brasil, escreveu diversos livros e trabalhou em jornais como *O Globo* e, novamente, no *Jornal do Brasil*, além de *O Pasquim*, com o qual colaborou desde os tempos de exílio.
[158] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1965, p. 22.
[159] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 dez. 1966, p. 22.

Outro telecurso apresentado pelo Canal 9 foi o *Speak English*, no qual o apresentador Paulinho Tavares ensinava a ler e escrever em língua inglesa. O programa alcançou relativa audiência e foi mantido no ar por quase sete anos.[160]

O colunista Fausto Wolff, diante da crise financeira pela qual passava a TV Continental em meados da década de 1960, e do relativo sucesso dos programas educativos transmitidos por ela, além da admiração declarada do colunista para com os feitos de Gilson Amado, sugeriu, em uma de suas colunas, que a emissora se tornasse estritamente educativa, "de utilidade pública", como ocorreriam em outras partes do globo. Segundo ele, poderia ser feito um acerto com o governo e entidades particulares, estabelecendo parcerias com centros acadêmicos e entidades culturais. A grade de programas versaria sobre escotismo, enfermagem, religião, trânsito, justiça, prevenção contra o crime, alcoolismo, sem descuidar, evidentemente da parte artística que seria subvencionada pelo governo.[161]

Outros estados federativos brasileiros também partilharam da tendência de usar a televisão como instrumento de educação. Iniciativas a esse respeito surgiram das mais diversas formas, envolvendo Secretarias da Educação e/ou Universidades. No Rio Grande do Sul, ainda que em circuito fechado, funcionou, desde 1958, a emissora de TV Educativa da Universidade de Santa Maria.[162] Em 1961, o governo do estado de Minas Gerais buscou servir-se do rádio e da televisão, através da criação de um grupo de trabalho, para auxiliar no projeto de alfabetização, no qual se empenhava a Secretaria da Educação.[163] Em Santa Catarina, foi criada a TV-Rádio Ginásio, em 1964.[164]

Portanto, além das iniciativas provindas dos proprietários televisivos para exibição de programas educativos, antenados aos debates internos pela função educativa da televisão, muitos deles influenciados por ações efetivadas em outros países, professores como Alfredina de Paiva Souza e Gilson Amado, afora defenderem a ideia de criação de emissoras exclusivamente educativas, como a sonhada por Roquette-Pinto e seu grupo de colaboradores, começaram a ocupar as grades de programação das emissoras comerciais, na maioria das vezes possibilitada por parcerias com o poder público, buscando atender uma demanda educacional do

---

160 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1965, p. 22.
161 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jun. 1965, p. 20.
162 **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. 1969, p. 10-11.
163 **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1961, p. 5.
164 **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1964, p. 10.

país e utilizando um meio de comunicação que crescia e ia ganhando afinidade com os brasileiros, expediente anteriormente tentado com o rádio e com o cinema.

1.3 A televisão como escola

Para muitos, a televisão é possuidora de um significativo potencial educativo, aparentemente maior que o do rádio e do cinema. Com relação ao primeiro, a vantagem estaria nas imagens. Com relação ao segundo, residiria no fato de os televisores se encontrarem nos lares dos cidadãos. Independente do modelo televisivo hegemônico em cada país, a função social da televisão e seu papel educativo sempre foram discutidos.

Quando a televisão brasileira estava sendo concebida, os modelos televisivos em atividade eram o comercial norte-americano, o público da Europa Ocidental e o de governo da URSS. Esses exemplos serviriam de referência para vários países da América Latina. No Brasil, os jornais e revistas se ocuparam em apresentá-los desde o início da televisão no país, suscitando debates sobre a função social da TV e seu papel educativo.

Uma distinção importante a ser feita é que na França, Inglaterra, Alemanha, entre outros, a educação pela televisão se apresentou com uma função complementar, pois quase todas as crianças em idade escolar e quase todos os jovens nos diversos estágios de formação educacional já encontravam oportunidades dentro da escola. Em outros países, como os da América Latina, a educação pela televisão se apresentou como possibilitadora de exercer função substitutiva, constituindo-se num elemento de expansão da rede escolar, multiplicadora das oportunidades de aprendizado e veículo de formação social.

Os sistemas de ensino vigentes na América Latina evidenciavam a incapacidade de atender toda sua população no nível mínimo de instrução. A distribuição desigual de oportunidades refletia na estratificação social, pois quase metade da população latino-americana empregada não tinha acesso à educação. O desejo e o esforço para identificar formas de educar as camadas sociais marginalizadas exigiam uma ótica diferente. A população crescia na América Latina a taxas mais altas do mundo. O índice de deserção escolar situava-se em torno de 54%. A porcentagem de analfabetismo caíra, entre 1950 e 1960, de 41% para 33%, mas o

número dos que não sabiam ler passaria de 35,3 milhões para 37,6 milhões, que era a população à margem do consumo tanto de livros como de artigos de primeira necessidade.[165]

A Bolívia possuía uma das taxas de analfabetismo mais altas, chegando a 66% da população. O Chile uma das mais baixas, com cerca de 12%.[166] No México, segundo o censo de 1970, da população de 10 anos ou mais, 23% era analfabeta, e da de 6 anos ou mais, 34% sofria do mesmo problema.[167] No final da década de 1960, o Brasil possuía cerca de 20 milhões de analfabetos adultos e vastas áreas ainda não atingidas sequer pela educação primária. Nessa, 40% dos professores não possuíam diplomas.[168]

Diante desse quadro educacional, as potencialidades da televisão se apresentavam como viabilizadoras de serem usadas para mensagens educativas e culturais, facilitada pela conversa informal entre telespectador e TV. A televisão revelava-se para os países latino-americanos como o meio de comunicação com maior potencial para estimular e desenvolver social e culturalmente os cidadãos. Através da televisão seria possível colocar, ao alcance de todos, o melhor da arte e dos conhecimentos criados até então.

Na América Latina a televisão pode atuar inclusive como um fator de união entre as pessoas. Um ponto de encontro e possível consenso entre as diversidades.[169] Notadamente em países com dimensões continentais e com carências educacionais, o que torna a formação de um sentimento nacional ainda mais complexa.[170] A televisão possibilitaria o encontro entre regionalismos e poderia sintetizar características nacionais, assumindo um papel de integração nacional. Segundo o escritor mexicano Otávio Paz, a televisão tornaria possível o dialogo social, que viria a ser estabelecido entre as diferentes culturas nacionais.[171]

Na maioria dos países latino-americanos, como o Brasil, a televisão se apresentava como teatro, cinema e entretenimento da maioria da população, podendo

---

[165] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1974, p. 7.
[166] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1969, p. 42.
[167] JIMENEZ-OTTALENGO, Regina. El perfil de los médios de difusión massiva em México. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 38, n. 3, p. 609-625, 1976, p. 611.
[168] **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 23 out. 1969, p. 118-9.
[169] Cf. CANCLINI, Néstor García**. Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
[170] Cf. MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
[171] **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1979.

funcionar até como escola. Entretanto, nem todos os países da América Latina tinham condições, em função de um desenvolvimento mais modesto da televisão, de fazer uso desse meio como uma ferramenta para sanar a fragilidade de seus sistemas educacionais, como Bolívia, Costa Rica, Equador e Paraguai.

No Brasil, as iniciativas pioneiras de Roquette-Pinto e de seus colaboradores para o uso educativo do rádio e do cinema, posteriormente, os esforços para a criação de emissoras educativas e da maioria dos programas educativos veiculados pelas emissoras televisivas comerciais, notadamente os em parceria com o poder público, tinham como objetivo levar formação e conhecimento para as parcelas mais fragilizadas da população. Essas iniciativas partiram de pessoas como Gilson Amado e Alfredina de Paiva e Souza que, entre outros, dedicaram parte de suas vidas para a utilização dos meios de comunicação como ferramenta para a diminuição das desigualdades de oportunidades no Brasil, buscando democratizar o conhecimento e também complementando a programação exibida pelas emissoras comerciais

Gilson Amado iniciou sua carreira na área de comunicação na extinta Rádio Mayrink Veiga, no início da década de 1950, onde permaneceu por 15 anos e criou, a partir de seus comentários sobre a Assembleia Nacional Constituinte, as famosas mesas-redondas que posteriormente levaria para a televisão. Em 1962, sonhou com a possibilidade de difundir educação através da criação de uma emissora educativa de televisão, que seria mantida pelo governo. A concretização plena desse sonho demorou até 1975, quando a TVE do Rio de Janeiro entrou no ar, através do Canal 2.[172]

Os feitos de Gilson Amado lhes renderam a alcunha de “pai da televisão educativa brasileira”, e um busto dele encontra-se exposto na entrada do prédio principal da atual Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Gilson Amado era natural de Itaporanga, Sergipe. Escritor, jornalista, advogado e professor. A obstinação foi, talvez, a marca mais destacada de sua personalidade, décimo sexto filho de dezoito que teve o casal Melchisedech de Souza Amado Faria e Ana de Lima Azevedo Sousa Ferreiro Ferreira Amado. Ele próprio costumava exaltar essa persistência como herdada da mãe, a Don’Ana, que procurou encaminhar a numerosa prole para uma vida melhor do que aquela que seu marido, um modesto caixeiro, lhes podia proporcionar na pequena cidade sergipana de Estância. Enquanto costurava, ela

[172] **Espaço Funtevê**, Rio de Janeiro, n. 7, dez. 1983, p. 15-6.

ensinava os filhos a ler. E assim consequentemente estimulá-los a perseguir objetivos sempre mais altos. Dos irmãos de Gilson, entre eles dois falecidos na infância e cinco mulheres, destacaram-se Gilberto Amado, ensaísta, memorialista, romancista, diplomata, político e professor; Gildo Amado, jornalista; Gildásio, professor; Genolino, escritor e jornalista; Gennyson, médico. Gilson casou-se com uma educadora, Herniette de Holanda Amado. Bacharel em direito, exerceu a promotoria pública, assessorou ministros de Estado, teve intensa vida universitária e, por fim, já em 1967, confessava-se realizado ao tornar-se, como dizia, "um aprendiz de reitor de uma universidade sem paredes". Gilson Amado exerceu assessoria e chefia de gabinete nos ministérios de Viação, Justiça, Trabalho, Indústria, Comércio e Educação. Entretanto, principalmente como educador que teria usado sua comentada obstinação na criação da televisão educativa brasileira.[173]

Diante da falta de recursos para a produção dos programas televisivos, a determinação de Gilson Amado em "levar cultura às massas" aparentava prevalecer, inclusive ele teria afirmado no programa *Mesas-Redondas*:

> Eu apanho os caminhões da TV Continental, o equipamento e os técnicos da Rádio Mauá e vou para a praça pública com meus professores, ensinar as massas. Num dia, darei aulas de História, aproveitando um fato comemorativo. Num outro ensinarei a multiplicar, a dividir, a subtrair e a somar. Num outro mostrarei como limpar as fraldas do bebê. E as câmeras da televisão estão na Central do Brasil, no Lido, na Praça Saenz Peña para confirmar o interesse do povo pela cultura.[174]

Em 1962, Gilson Amado lançou a "Universidade de Cultura Popular". Nesse período, segundo ele, teria se processado a conscientização da importância da educação como condição básica de desenvolvimento socioeconômico do país. A educação teria deixado de ser entendida como subproduto de riqueza e progresso para ser reconhecida como agente do processo de valorização nacional. Vivia-se, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, um clima propício para a televisão educativa.[175]

Em texto sem data, Gilson Amado afirma que a utilização da televisão para educação estava realizando, no mundo inteiro, experiências vitoriosas no campo de enriquecimento do ensino e, sobretudo, introduzindo no âmbito escolar as miraculosas conquistas da tecnologia moderna, não só no que se referiria aos instrumentos

---

[173] **Espaço Funtevê**, Rio de Janeiro, n. 7, dez. 1983, p. 15-6.
[174] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1965, p. 22.
[175] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d., p. 1-2.

audiovisuais mais avançados, como a presença da forte expressão pedagógica. Para Amado, o Brasil teria as condições necessárias para realizar a primeira experiência, em larga escala, de utilização da televisão para ensinar e habilitar, com títulos formais, grandes parcelas da população. Pois, milhões de brasileiros que não frequentavam a escola viam-se confrontados com um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, de tal modo que a "recuperação educacional" daquela parcela da população assumiria, em certas esferas de atividades, proporções de sobrevivência social. Portanto, sem a habilitação educacional e o conhecimento pedagógico nos diversos níveis, não poderiam afirmar-se no quadro da nova realidade socioeconômico brasileira, incluísse promover sua ascensão social, seja dentro das empresas, seja nos múltiplos campos que pudesse o trabalhador participar dos benefícios do progresso. [176]

A televisão, com o passar do tempo, foi cumprindo, ainda que com ressalvas, um papel educacional e cultural em países onde o modelo comercial foi preponderante, como nos Estados Unidos, e em localidades onde foram adotados o sistema público, como Grã-Bretanha e França. Na França havia transmissões diárias que ocupavam horas com programas exclusivamente educativos, dirigidos às escolas do país, com uma produção considerada primorosa. Os professores, a princípio, reagiam à ideia, temerosos de que as aulas pela televisão obliterassem a figura do mestre. Mas, na concepção francesa de educação pela televisão, o professor continuaria indispensável, pois ele completaria e iluminaria os programas, que, por sua vez, eram um recurso didático antes impensável para as escolas.[177]

Na Grã-Bretanha logo a educação entrou em circuito fechado de TV, com um canal exclusivo dirigido a colégios e universidades. Os aparelhos televisivos receberiam um canal extra, correspondente à televisão educativa, e vários programas poderiam ser transmitidos simultaneamente. Essa iniciativa era um passo adiante dos programas educativos que já eram transmitidos regularmente pela *British Broadcasting Corporation* (BBC) e pelas emissoras independentes de televisão.[178]

Nos Estados Unidos, diante da carência cultural e educativa imposta pelo modelo comercial televisivo adotado, foi aprovado, em 1967, o *Public Broadcasting Act*, que previa a instituição de uma rede de televisão pública. Em 1969, foi criada a

---

[176] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d., p. 1-2.
[177] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 out. 1967, p. 6.
[178] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 out. 1967, p. 6.

Corporation for Public Broadcasting, destinada a repartir as verbas públicas destinadas a subsidiar a rede e planificar o desenvolvimento do projeto. Em 1979, foi fundada a PBS (*Public Broadcasting Service*), com objetivo de organizar em rede as emissoras públicas, que, com o apoio do governo federal e de mecenas como a Fundação Ford, foram surgindo naquele país.[179]

Segundo Gilson Amado, seria fácil compreender que, nos países desenvolvidos, que dispunham de tecnologia e know-how de alto nível, nunca se imporia, como objetivo a ser valorizado, a perspectiva de uma televisão didática, em termos de cursos regulares, capazes de preparar candidatos para exames e conquistas de certificados, uma vez que existiriam, nos referidos países, amplas disponibilidades em todos os graus, nas estruturas convencionais de ensino. Entretanto, para Amado, a televisão educativa no Brasil teria que ser não apenas o auxílio audiovisual do professor e dos sistemas escolares, mas sim a escola em si mesma, com autossuficiência pedagógica, capaz de ensinar independentemente da infraestrutura convencional das escolas regulares. Ele via como necessário a televisão educativa levar aos mais distantes rincões do país, com os melhores padrões pedagógicos, os ensinamentos curriculares que, com extrema dificuldade, viam sendo transmitidos.[180]

Assim como Gilson Amado, a professora Alfredina de Paiva e Souza, coordenadora do setor de rádio e televisão educativos do Instituto de Educação da Secretaria de Educação da Guanabara em 1969, acreditava no relevante papel que a televisão teria para sanar os problemas educacionais brasileiros e que, para tanto, o uso educativo da televisão poderia desenvolver-se em dois planos básicos, interligados e interdependentes. O primeiro, de caráter educativo geral, era caracterizado pela educadora como voltado à promoção sócio-econômico-cultural da comunidade, dirigida às grandes audiências indiscriminadas, através de mensagem que oferecessem um valor informativo. O segundo, de caráter instrutivo, obedeceria, como determinado por Alfredina, a uma planificação que acompanharia as linhas mestras dos sistemas escolares tradicionais, tendo em mira audiências limitadas, selecionadas quanto aos níveis culturais e aos interesses profissionais. Para ela, os

[179] JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996, p. 243-6.
[180] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d., p. 1-2.

programas, ao serem lançados ao ar, deveriam, em geral, ficar ao alcance de todos os indivíduos, podendo captar a atenção e despertar o interesse de audiências não previstas, desde que o conteúdo, forma de apresentação e técnica de realização se harmonizassem e se equilibrassem.[181]

Segundo Alfredina de Paiva e Souza, a televisão seria um meio de comunicação que poderia ser utilizado com grande êxito para transmissão de conhecimentos e técnicas. Ela enfatizava que a TV não constituiria novos métodos de ensino, mas possibilitaria a aplicação dos métodos já existentes em novas formas, trazendo-lhes o poderoso impacto da imagem conjugada ao som e transmitidas para inúmeros indivíduos. Para a professora, como todo veículo de comunicação, a televisão poderia ser bem ou malconduzida, poderia transportar valores considerados positivos ou negativos, poderia provocar bem ou males irremediáveis, poderia servir de instrução para promoção ou para degradação humana.[182]

Alfredina de Paiva e Souza afirmava que para a televisão servir eficientemente como ferramenta educativa dependeria de um entrosamento harmonioso e equilibrado da ação de educadores e de técnicos, de forma a assegurar o entendimento a seis pontos básicos: a audiência, a quem se dirige a mensagem; o programa, o conteúdo, o tipo de forma da mensagem; a transmissão, o transporte da mensagem; a recepção, a situação de acompanhamento, ou seja, o reforço da mensagem; o material de acompanhamento, ou seja, o reforço da mensagem; e a avaliação, a análise dos efeitos da mensagem. Segundo a educadora, um meio de comunicação só poderia ser utilizado de maneira segura por aqueles que aprendessem o manejo e que conhecessem os princípios fundamentais de seu funcionamento. Para Alfredina, só poderia ser virtuoso no plano aquele que estudou para dominar o instrumento.[183] Portanto, preparar educadores e técnicos para a televisão educativa seria a tarefa inicial para atendimento aos seis pontos básicos. Expediente para o qual a professora destinou boa parte de seus esforços.

Segundo Alfredina Souza, nenhuma produção televisiva poderia ser planejada sem uma clara perspectiva da audiência a que se iria servir. Para ela, a televisão comercial visaria as grandes audiências, e, na competição que se estabeleceria para conquistá-las, muitas vezes se faria a nivelação dos indivíduos pelos interesses “da

[181] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.
[182] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.
[183] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.

massa". Daí decorreriam frequentemente programas vazios de conteúdo formativo, expostos em linguagem destituída de beleza quanto à forma, providos de um sensacionalismo em focalizar falhas e fraquezas humanas e da falta de equilíbrio no destaque de valores reais.[184]

Para Alfredina de Paiva e Souza, patentemente, a televisão educativa precisaria evitar uma atitude competitiva. Ela deveria inserir-se nos interesses de vivências daqueles aos quais pretendia atingir, deveria falar a linguagem que penetrasse nos ouvidos e sentimentos, levando-as a pressentir novos mundos além da realidade imediata de seu cotidiano, trazendo a seu alcance, gradativamente, os valores culturais e morais, que são a herança e o apanágio da espécie humana.[185]

Conforme asseverava Alfredina, toda e qualquer radiodifusão educativa precisaria oferecer programas em linguagem audiovisual simples, mas bela, onde os valores considerados positivos ensinassem a ouvir e a ver, e despertasse o desejo de construir e semear, de criar e distribuir, de cooperar e de servir. Sendo assim, para professora, nenhum programa educativo de televisão poderia ser vazado em termos de uma explicação tediosa e vaga diante de microfones e câmeras. Aquilo que um professor diz na sala de aula, diante de uma turma, ou um conferencista expõe, em um salão, perante um grupo, viria revestido de simpatia de sua presença e do estímulo de um possível dialogo imediato, viria enriquecido do calor humano que se irradiaria da comunicação direta; um olhar, um sorriso, um gesto. Para Alfredina, colocar microfones e câmeras para acompanhar essa aula ou essa conferência seria privá-las dos seus fatores naturais de influência e transformá-las em um programa sem significação real.[186]

Para Alfredina Paiva e Souza, a televisão, assim como o rádio, seria um instrumento com forma própria de expressão, com linguagem e pontuações que lhes são características que diferem da linguagem e pontuação do colóquio direto. Para bem utilizá-la, seria mister conhecê-la, pois, sem conhecê-la não seria possível conquistar o interesse da audiência que se pretende atingir. Seria a audiência, nas suas características peculiares, que permitiria o efetivo uso do rádio e da televisão como meio para a educação. Pois, como exemplificou a professora para enfatizar o

[184] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.
[185] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.
[186] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.

exposto acima, muito do que servia para uma grande cidade seria, provavelmente, de pouca valia para um habitante da zona rural distante.[187]

Por fim, segundo Alfredina de Paiva e Souza, fazer televisão educativa em emissoras comerciais, por maior que seja a generosidade e o interesse das mesmas pelo público, seria correr o risco de utilizar apenas as horas ociosas das emissoras, sem atingir os indivíduos aos quais se pretenderia educar. Por outro lado, conforme a professora, nenhum programa educativo poderia produzir frutos valiosos se não houvesse, por parte dos usuários, dos professores de classe e dos monitores, uma compreensão justa da posição desse programa no contexto geral da educação. Mais ainda, a equipe de produção deveria ter consciência plena dos fins educativos visados, sem perder contato com a realidade social.[188]

Alfredina de Paiva e Souza fez essas afirmações em um momento que o uso educativo da televisão tem seu debate ampliado, notadamente com a criação da FCBTVE e da compra da TV Cultura pelo governo do estado de São Paulo, ambas em 1967, e a criação da TV Universitária do Recife em 1968. Entretanto, sua análise é baseada nas experiências com programas educativos exibidos pelas emissoras comerciais, e nas teleaulas, que também foram exibidas por essas emissoras, na maioria dos casos em parcerias com poder público e para suprir as carências educacionais do Brasil, ambos assuntos tratados no tópico anterior. Portanto, suas assertivas buscam principalmente aprimoramento das experiências com televisão educativa brasileiras vividas até aquele momento, apontando seus principais defeitos, como a atratividade desses tipos de programas junto aos telespectadores, assim como o interesse comercial das emissoras privadas sendo determinante na formulação de suas grades de programação. Entre os principais problemas enfrentados pela programação considerada educativa estaria a falta de profissionais qualificados que encontrassem uma linguagem atraente, capaz de adequar conteúdos escolares à dinâmica televisiva.

O fato é que o rádio, o filme ou a televisão educativos não alteraram a ideia básica que caracterizou os primórdios da educação pelos meios de comunicação no Brasil, ou seja, a dicotomia entre os meios e fins, e a utilização do meio, muitas vezes, divorciada de um sistema. O uso desses meios constituiu muito mais na repetição da mesma ideia pedagógica, da mesma sistemática educacional, apenas usando novos

[187] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.
[188] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 25-32.

meios. Além disso ter aparentemente se realizado sem provocar progressos palpáveis ou sensíveis na pesquisa, avaliação e formulação de alternativas para a educação, instrução e a cultura.

As atividades de uso de meios de comunicação para a educação até 1964, em sua maioria, ocorreram de forma esporádica e espasmódica, nasceram e morreram quando cessados os interesses de seus propositores. Muitas delas trouxeram grandes benefícios, outras tantas despertaram a consciência de certos grupos pedagógicos para as possibilidades desses meios, e outras muitas simplesmente não passaram do estágio de campanha.

Os aspectos positivos das realizações nessa área deveram mais ao descortino e antevisão de pessoas que, como Roquette Pinto, Fernando Tude de Sousa, Alfredina de Paiva e Souza e Gilson Amado, diante da urgência dos problemas educacionais brasileiros, buscaram possíveis alternativas recorrendo aos meios de comunicação. Isso teria levado a ações que, dada a sua premência, escapou a uma reflexão, a um planejamento, a uma previsão ou a uma organização mais profunda. Até meados da década de 1960, houve uma aparente antecipação, na qual os programas, projetos e realizações no sentido de usar os meios de comunicação, no caso em tela, a televisão, como uma alternativa para sanar os graves problemas educacionais brasileiros, antecederam ao estabelecimento de uma política pública e de uma diretriz nacional para tal empreitada.

Essa inserção assistêmica deveu-se, entre outros fatores, a uma possível resistência do setor educacional, que pensava a televisão como um complemento da educação formal. Um outro fator responsável por esse relativo insucesso de inserção em um sistema seria a influência, sobretudo no caso da TV, do modelo de operação comercial, que contava com objetivos diferentes daqueles que serviriam a uma televisão educativa. Ademais, seria possível notar o uso praticamente amadorístico, do ponto de vista pedagógico, dos meios de comunicação, não só quanto ao processo de produção, mas também quanto aos produtos, avaliação, controle de custos, ao paralelismo do sistema educacional, entre outros. Encontravam-se, na educação mediante os meios de comunicação, os considerados bons produtores, boas imagens, bons professores, sempre “bons” em termos de gabarito e conhecimentos, mas que não se revelavam ainda conhecedores da interseção pedagogia e conteúdo educacional televisivo. Por fim, está o fato de que no Brasil os programas educativos geralmente eram considerados “maçantes”, “cansativos”, ou quando destinado à “alta

cultura", "elitistas", situação que restringia sua atratividade e consequentemente sua audiência. Aparentemente, poucos telespectadores queriam aprender algo enquanto estavam se divertindo e, se a televisão, o rádio ou o filme de diversão tentassem ensinar, o espectador, podendo, mudaria de estação ou sairia do cinema.[189]

Conforme afirmou o colunista Paulo Maia,[190] talvez a maior dificuldade residiria em conciliar métodos pedagógicos com a linguagem veloz e complexa da televisão. A ideia de aulas televisionadas seria pouco atrativa. Para se chegar a bons resultados seria necessário usar a linguagem própria do veículo de comunicação, assim servindo de grande utilidade social. Entretanto, a televisão não deveria parecer uma enfermaria de emergência improvisada em escola, cabendo a função de dar conta de suprir as carências do sistema educacional, e, em alguns casos, ao mesmo tempo, de corrigir os caminhos tomados pelas emissoras comerciais.[191]

Mesmo assim, apesar do aparente insucesso das primeiras transmissões de cursos regulares pela televisão brasileira, os debates, as iniciativas e as realização para o uso educativo dos meios de comunicação foram um passo importante para o desenvolvimento de futuros telecursos, para a constituição de novas parcerias entre emissoras comerciais e poder público, para buscar por uma sistematização para criação de emissoras televisivas educativas e serviram de base para a criação da FCBTVE.

A busca por uma sistematização das iniciativas em prol da televisão educativa no Brasil, apesar de terem sido institucionalizadas após 1964, durante o regime militar, começaram ainda no final da década de 1950. O general Taunay Drummond Coelho Reis, membro da Liga de Defesa Nacional (LDN), lançou em 1972 uma coletânea dedicada a registrar os esforços, segundo ele, de três dezenas de brasileiros que, de Manaus a Santa Maria, seriam os maiores responsáveis pela concretização da televisão educativa no Brasil.[192] Intitulada: *Teleducaçao no Brasil*, 1958-1970: organização e planejamento – uma contribuição, trata-se de uma reunião de

---

[189] SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Programa nacional de teleducação**: reunião de dirigentes do MEC. Brasília, 1974.

[190] O jornalista Paulo Maia foi o sucessor Fausto Wolff na coluna sobre televisão do *Jornal do Brasil*.

[191] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1976, p. 55.

[192] A LDN foi fundada em 7 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon, Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo principal seria "congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes", difundindo "a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo". Por defender a ideia do "cidadão-soldado" e do serviço militar como escola de cidadania, a LDN recebeu desde seu início o apoio do Exército. Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto n° 67.576, de 16 de novembro de 1970. (FGV, 2003)

documentos, identificados pelo título e pela data, apresentados em ordem cronológica, precedidos de uma apresentação por parte do organizador.

Taunay Drummond Coelho Reis nunca teria estado atrás de uma câmera de tevê, nem à frente de um projeto de teleducação no Brasil. Entretanto, era um entusiasta do potencial que a televisão poderia ter para difundir a educação e contribuir para a solução dos numerosos problemas educacionais brasileiros. Ainda na década de 1950, Taunay Reis começou a militar pela implantação de uma rede nacional de televisão destinada exclusivamente à educação, visando atingir aos milhares de brasileiros que não tiveram acesso aos meios convencionais de ensino.[193] Segundo Taunay Reis, em 1958 a LDN teria começado a procura por pessoas e organizações consideradas com possibilidade de promover, no Brasil, o aproveitamento da televisão para propósitos educativos, buscando organizar um esboço de planejamento com base no qual ações concretas seriam pleiteadas. Em julho de 1961, a LDN teria entrado em contato com o Coronel Henrique de Assunção Cardoso, então presidente da Comissão Técnica de Rádio (CTR), órgão antecessor ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que teria se interessado pela questão, prometendo empenhar-se na concretização do solicitado desde que apresentassem os apelos verbais em forma de relatório escrito.[194]

O documento *Televisão Educativa*, publicado pela LDN em abril de 1962, repetiria, quase integralmente, o relatório entregue ao Presidente da CTR na manhã de 25 de agosto de 1961. Tratava-se de um arrazoado que defendia o aproveitamento da televisão para a educação, com sugestões visando à concretização desse aproveitamento e de traduções de trabalhos que o grupo considerou fundamentais sobre o assunto. Segundo o texto, com o aumento da penetração da televisão entre os brasileiros, seu uso educativo seria útil, notadamente para as camadas menos favorecidas da sociedade.[195]

A primeira questão apresentada pela LDN se referia à política de concessões. Seria necessário resguardar devidamente o interesse público para que a cessão de canais não criasse privilégios a indivíduos ou grupos. Os canais deveriam ser mantidos na posse da coletividade sob o controle direto das pessoas que recebiam

---

[193] **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, ano VI, n. 15, 1977, p. 21.
[194] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 1-30.
[195] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 1-30.

delegação legítima de poder. As faixas deveriam ser cedidas, não como se fossem "Capitanias Hereditárias", para um número limitado de privilegiados, formando "novos Capitães-Mores da idade do éter". O segundo ponto, tratava a televisão educativa como possibilitadora de enormes benefícios para uma grande parcela da população, dezenas de milhões de brasileiros que não dispunham de escolas primárias, secundárias, profissionais, comerciais, normais, colegiais e superiores.[196]

O texto da LDN atentava que o tema televisão educativa não era uma novidade no Brasil. Pois, logo em 1952, esteve muito próximo de se realizar o projeto para a primeira emissora televisiva educativa. Assim como, já estavam sendo transmitidos cursos regulares pelas emissoras comerciais. Um dos objetivos do documento era trazer estudos para que não fossem repetidos erros, desperdícios e desorientações que tinham retardado e onerado a televisão educativa em países europeus e nos Estados Unidos. As medidas sugeridas buscavam transpor para o Brasil algumas experiências que deram certo, principalmente nos Estados Unidos. As principais providências a serem tomadas seriam: realização de um estudo para determinar que percentagem de canais em VHF e UHF[197] poderiam ser reservados exclusivamente para a televisão educativa; utilização das emissoras em funcionamento para transmissão de telecursos; criação, em um curto prazo, de uma estação de televisão educativa piloto no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em virtude da concentração do maior número de televisores nessa região; montagem, em um futuro próximo, de emissoras federais de televisão educativa em outras capitais; atuação no propósito que o sistema brasileiro de televisão educativa se expandisse e se aperfeiçoasse até o limite de suas possibilidades; e por fim, o estudo da legislação brasileira com vistas aos objetivos em mira, a fim de que fossem tomadas as providências pelo aproveitamento da televisão como ferramenta de ensino.[198]

O Diretório Central da Liga de Defesa Nacional resolveu, por unanimidade, em 17 de maio de 1962, empenhar-se pela efetivação, no Brasil, de um Sistema Nacional Eficaz de Televisão Educativa. A televisão educativa constituiria um valioso instrumento para promover parte substantiva dos estatutos da LDN: defesa nacional,

---

[196] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 1-30.

[197] As emissoras comerciais brasileiras eram captadas pelos televisores residenciais em VHF pelos canais 1 a 13. O sistema UHF operava nas faixas entre 300 megaciclos e 3000 megaciclos. Para captar as imagens seria necessário um conversor especial aos televisores em funcionamento.

[198] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 1-30.

unidade nacional e educação nacional. Segundo seus estudos, a televisão educativa estaria obtendo resultados extraordinários nos países onde vinha sendo empregada. Sua eficácia havia se comprovado em todos os níveis educacionais, do pré-primário ao pós-universitário, em todas as matérias, em todos os cursos e em todas as idades. Para a LDN, por intermédio da televisão educativa, os brasileiros menos afortunados e mais afastados dos grandes centros assim como os deficientes físicos e enfermos teriam acesso aos melhores mestres. A televisão educativa ampliaria consideravelmente as possibilidades quantitativas das organizações educacionais, sem diminuir as qualitativas. Seu advento seria oportuno no Brasil graças ao então já elevado número de aparelhos receptores. Considerando esses fatores, segundo a LDN, a televisão educativa se apresentava como o melhor instrumento diante da urgência para a resolução dos problemas educacionais brasileiros.[199]

Para a constituição de um sistema nacional de televisão educativa, como defendia a LDN, havia a necessidade de reserva de canais específicos para esse fim. Segundo a LDN, poucos países poderiam lucrar com a televisão educativa, na extensão e profundidade, tal como o Brasil. No caso brasileiro, a televisão teria oportunidades de atender, nos diversos níveis educacionais, demanda que nos países desenvolvidos, já de longa data, vinha sendo atendida pelos processos convencionais de ensino.[200]

Por outro lado, a maioria dos países não contava com as bases que o Brasil possuía no setor televisivo; em um total de 110 nações, somente oito possuiriam um número maior de televisores que o Brasil. Segundo o estudo da LDN, em 1963 havia dois milhões de televisores no Brasil. As despesas com a implantação de uma emissora educativa seriam compatíveis com os orçamentos dos estados e até mesmo com alguns municípios brasileiros. Caberia, portanto, ao Ministério da Educação e Cultura, as Secretarias Estaduais de Educação e as organizações educacionais do país, inclusive particulares, a efetivação das emissoras de televisão próprias para a educação. O “magnífico” trabalho realizado através das emissoras comerciais pela

[199] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 31-4.
[200] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 35-9.

educação deveria servir como incentivo para as concretizações mais amplas, como um Sistema Nacional Eficaz de Televisão Educativa.[201]

Portanto, a partir das iniciativas pioneiras para o uso educativo da televisão no Brasil havia se gerado uma busca por uma sistematização que seria encampada pelo Governo Federal em 1964. O marco dessa encampação seria a oficialização de uma comissão para a constituição de um Centro Brasileiro de TV Educativa. Não por acaso, Gilson Amado, Alfredina Paiva e Souza, Taunay Coelho Reis, entre outros, vão participar dessa Comissão que resultará, em 1967, na Fundação do Centro Brasileiro de TV Educativa, sendo Amado escolhido como seu primeiro presidente, cargo que ocupou até sua morte, em 1979.

[201] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 35-9.

2 A CRIAÇÃO DA FCBTVE E OS ESTÍMULOS FEDERAIS PARA A TELEVISÃO EDUCATIVA

2.1 A comissão para criação de um centro brasileiro de TV educativa

Com a ascensão dos militares ao poder, via golpe civil-militar de 1964, inicia-se uma segunda fase para a televisão brasileira que se encontrava em um processo de profissionalização, expansão e avanço tecnológico, apesar de uma programação cada vez mais voltada para o lucro. Com os militares, o setor televisivo recebeu amplos investimentos e se desenvolveu acentuadamente. Com políticas voltadas para ampliação do mercado interno para produtos industrializados e a integração nacional, sobremaneira pela comunicação eletrônica, além de planos para poder contar com um meio abrangente e eficaz a serviço da propaganda do regime, o governo militar consolidou a expansão da TV, especificamente, por meio da constituição de uma infraestrutura de serviços nacionais e internacionais de comunicação.

No que tange o uso da televisão de forma educativa, o governo vai encampar aquelas iniciativas e possibilidades, buscando alternativas para a programação apresentada pelas emissoras comerciais e para os problemas enfrentados pelo país no campo da educação. A imensidão do território brasileiro, as “carências educacionais” de grande parte dos cidadãos, a dispersão populacional em enormes áreas, a falta de professores diplomados, sempre foram utilizados como argumentos para a defesa do emprego dos meios de comunicação na educação. Inclusive sendo apoiada por vários organismos internacionais, sobremaneira pela UNESCO. Os governos militares teriam se apropriado desses argumentos para os seus objetivos de desenvolvimento, justificando o uso educacional dos meios de comunicação com racionalização de recursos, democratização das informações e das oportunidades. Com o intento de sistematizar as iniciativas em relação ao uso educativo da televisão, logo em 1964, começara a ser concebido o projeto que resultou na Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

A televisão educativa nasce da ação de alguns entusiastas que se dedicaram e buscaram apoio do poder público desde a década de 1950. Essas campanhas encontraram receptividade no Conselho Nacional de Telecomunicações. O Ministério

da Educação e Cultura teria se mantido indiferente sobre o assunto até a ascensão dos militares ao poder, em 1964.

Em outubro de 1964, foi composta uma comissão oficiosa, formada por educadores, funcionários do Ministério da Educação e Cultura e do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), objetivando elaborar um projeto para criação de um Centro Brasileiro de TV Educativa. A pedido do presidente do CONTEL, José Claudio Beltrão Frederico, em 15 de julho de 1965, essa comissão foi oficializada, com algumas mudanças em sua composição e aumento do número de participantes, inclusos entre eles Gilson Amado, Alfredina de Paiva e Souza e Taunay Coelho Reis.[202]

No período em que a Comissão foi composta, Bernard Queenan, do Centro de Televisão Educativa para o Ultramar (CTEU) da Fundação Nuffiel, de Londres, esteve no Rio de Janeiro para verificar as possibilidades brasileiras no uso educativo da televisão e avaliar o interesse das emissoras televisivas e instituições de ensino pelo assunto. Ele ficaria no Brasil durante duas semanas, visitando Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Em sua estada no Brasil, Queenan entraria em contato com vários grupos ligados à educação pela televisão, visando colocar os especialistas do CTEU à disposição dos interessados, ofertando, inclusive, bolsas de estudo para produtores e educadores que objetivassem especializar-se em televisão educativa em Londres. Ao que tudo indica, Bernard Queenan se reuniu com o grupo empenhado em criar o Centro Brasileiro de Televisão Educativa, pois a proposta do CTEU seria de colaborar na implantação e orientar atividades para o uso educativo da televisão no Brasil, expediente já efetivado em outros países.[203]

O Centro de Televisão Educativa para o Ultramar era uma organização sem finalidade lucrativa. Foi criado originalmente para colaborar com o uso educativo da televisão em países africanos. Posteriormente, devido ao interesse que despertou, suas atividades foram estendidas para outras partes do globo, passando a auxiliar na educação de adultos e crianças por intermédio da televisão em países de outros continentes. Estabelecido em 1962, o CTEU era mantido com recursos fornecidos

[202] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[203] **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 1964, p. 19.

principalmente pelas fundações Nuffield[204] e Ford[205]. O CTEU compunha apenas algumas das várias atividades da Fundação Nufield. Em parceria com a BBC, oferecia gratuitamente instrumental técnico e de assessoramento, incluindo o emprego dos estúdios da emissora britânica e materiais para os programas educativos. O Centro disponibilizava assessoramento em planificação e ajuda sobre serviços educacionais pela televisão. Por meio de cursos de três meses de duração, oferecidos duas vezes por ano e ministrados em Londres, preparava profissionais para atuarem no uso educativo da televisão. Também eram oferecidos cursos com os mesmos objetivos, um pouco mais curtos, fora da Inglaterra. Ademais, o CTEU fornecia "kits" que continham elementos para a produção de programas educativos sobre vários temas, criados em estúdio, e que seriam facilmente adaptáveis às necessidades de cada país e idioma.[206]

Até meados de 1964, a Fundação Ford destinou 29 milhões de dólares para os programas de desenvolvimento da América Latina. Essa informação encontra-se no primeiro de uma série de folhetos que a entidade publicou, abordando vários aspectos de suas atividades no continente. O folheto tratou dos planos de assistência executados no México e na América Central, notadamente nos campos da atividade agrícola e universitária. Cita, entre outros auxílios, a ajuda técnica que permitiria estabelecer um sistema de televisão educacional.[207]

Um ano após a visita de Bernard Queenan, uma diretora brasileira de televisão educativa foi estudar e aprimorar seus conhecimentos sobre o assunto em Londres buscando melhorar os laços entre os educadores em geral e o pessoal encarregado pelas produções televisivas. Maria Aparecida Neves Blandy dirigia as atividades relacionadas aos programas educativos paulistas, criados em parcerias firmadas entre a Secretaria de Educação e emissoras comerciais. Ela ficou uma temporada como adida a uma companhia de televisão no oeste da Inglaterra, onde viu como se preparavam materiais audiovisuais para colégios. Visitou também diversas escolas para conhecer de perto o sistema de ensino por intermédio da televisão naquele país. Segundo Maria Aparecida Blandy, quanto menores as crianças, melhores eram as

[204] A Fundação Nufield foi criada por Lord Nufield, fundador da indústria de automóveis Moris, na Inglaterra.
[205] A Fundação Ford foi criada em 1963 por Henry Ford e seu filho Edsel. As suas atividades, antes restritas ao estado de Michigan, foram se expandindo pelo restante dos Estados Unidos, e, posteriormente, passou a empregar recursos em planos de assistência na Ásia, África e América Latina.
[206] **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1965, p. 14.
[207] **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jun. 1964, p. 6.

reações, demonstrando, de modo geral, interesse muito maior. Isso se deveria ao fato de elas terem contato com a televisão desde que entravam na escola, logo, mais facilmente aceitavam o meio como complemento natural do ensino tradicional.[208]

Em 1965, quando a comissão para criação de um Centro Brasileiro de TV Educativa foi oficializada no Ministério da Educação e Cultura, foi escolhido como seu presidente o professor Leônidas Sobrinho Pôrto. Para institucionalizar um sistema de rádio e televisão educativa de âmbito nacional seria necessário um organismo diretor especifico. Sendo assim, com base no parecer de três dos membros da comissão, aventou-se a possibilidade de criação de uma fundação. A maior flexibilidade administrativa e didática oferecida pelas fundações foi o maior argumento apresentado pelos membros da subcomissão que estudou o assunto, os quais esclareceram ter-se fundamentado principalmente em sugestão contida na Lei de Diretrizes e Bases e na análise da estrutura de instituições similares existentes, antes de eleger esse tipo de entidade como a mais conveniente para assumir os encargos de coordenar e orientar uma rede nacional da educação por meio do rádio e da televisão.[209]

As Fundações instituídas pela União não eram consideradas como entidades integrantes da administração direta ou indireta, equiparando-se às empresas públicas. As fundações criadas pelo Governo Federal possuíam legalmente autonomia administrativa e financeira. Sua personalidade jurídica era adquirida a partir da inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do seu ato constitutivo e dos seus estatutos, que eram aprovados por decreto presidencial. As fundações instituídas em virtude de lei federal sofriam supervisão ministerial, tendo em vista que recebiam subvenções ou transferências de recursos da União. As fundações criadas pelo governo federal possuíam quadro próprio de pessoal e salários arbitrados pelo seu presidente. Os presidentes dessas fundações eram escolhidos pela Assembleia Geral das entidades, que podiam receber doações e exercer a atividade prestadora de serviços. As fundações tinham mobilidade administrativa e financeira, podendo gerir, inclusive, os seus recursos próprios, sem a necessidade de submetê-lo à apreciação dos órgãos de controle orçamentário e financeiro.[210]

---

[208] **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1965, p. 14.
[209] **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 ago. 1965, p. 15.
[210] FRP. **A fundação Roquette-Pinto e as suas dificuldades atuais**. Rio de Janeiro, 1990-1997.

No trabalho apresentado pela subcomissão composta pela professora Alfredina de Paiva e Souza, professor Péricles Madureira de Pinho e General Taunay Coelho Reis sobre a forma de institucionalizar o sistema de televisão educativo que seria implantado pelo Governo Federal em todo o Brasil, se destacara nos debates, um anteprojeto de lei criando a Fundação Brasileira de Radiodifusão Educacional (FUBRAE), com a finalidade de utilizar o rádio e a televisão para fins educativos. Esse organismo central se encarregaria de instalar e manter um centro de rádio e televisão educativos com as funções de produzir programas para serem transmitidos por emissoras oficiais e particulares, formar pessoal para operação de emissoras de rádio e TV, orientar o planejamento das redes de transmissão e recepção para ensino supletivo nos locais onde houvesse carência de escolas e professores devidamente habilitados, estimular e auxiliar a iniciativa estadual, municipal e particular, visando a instalação de emissoras de caráter exclusivamente educativo, incentivando também o aproveitamento da reserva de canais VHF e UHF feita para esse fim pelo Conselho Nacional de Telecomunicações e, finalmente, prestar assistência às emissoras comerciais no preparo de programações educativas. À medida das necessidades e possibilidades, o Centro se desdobraria em subunidades regionais.[211]

O anteprojeto foi estudado individualmente por todos os membros da comissão para ser debatido e votado. O professor Leônidas Sobrinho Pôrto criou mais quatro subcomissões, inclusive uma encarregada de estudar especificamente o assunto sobre a criação do Centro sob forma de fundação em profundidade e visando estudar se sua criação deveria ocorrer em um futuro próximo ou remoto. Essa subcomissão era presidida pelo General Taunay Coelho Reis e tinha como membros o Coronel Hélio Gomes do Amaral e Jorge Oliveira Rodrigues. Uma outra subcomissão estudaria as prioridades educacionais brasileiras e seria presidida pelo professor Gildásio Amado, tendo como membros a professora Heloísa Thibau Guimarães e o professor Lamberto Sérgio Noili. Foi criada ainda uma subcomissão responsável pelas providências necessárias para organização de cursos e estágios destinados a preparar pessoal para a radiodifusão educacional, presidida por Alfredina Souza e tendo como membros Gilson Amado e a professora Letícia Maria dos Santos Ferreira. Por fim, uma subcomissão seria responsável pelo levantamento da competência do

[211] **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 ago. 1965, p. 15.

MEC e de outros ministérios para a fixação de normas para a radiodifusão educativa, tendo como presidente e único integrante o professor Péricles Madureira do Pinho.[212]

Em 1966, os trabalhos da subcomissão para formação de pessoal para a radiodifusão educativa foram concretizados com a instalação, na Casa de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, do primeiro curso de formação de especialistas em televisão educativa, sob os auspícios do Departamento Nacional de Educação do Ministério de Educação e Cultura. O curso começaria com 53 bolsistas, procedentes de vários estados e indicados pelas respectivas Secretarias de Educação. Teve como coordenadoras as professoras Alfredina de Paiva e Sousa e Letícia Santos de Faria, e como supervisor o general Taunay Coelho Reis, assessor do CONTEL. O custo das instalações do circuito de televisão foi de 78 milhões de cruzeiros, sendo o equipamento doado por diversas empresas particulares e montado no próprio prédio da Casa de Nossa Senhora da Paz, em salas cedidas pelo frei Leovegildo, pároco da Igreja Católica. O curso teria duração de um mês. A direção do curso pretendia instalar em um curto espaço de tempo uma rede nacional de programas educativos, inicialmente nas capitais de maior índice populacional.[213]

Estiveram presentes à instalação do curso, além de presidente da Comissão de Televisão Educativa do MEC, professor Leônidas Sobrinho Pôrto, o presidente do CONTEL, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, o Coronel Hélio Amaral, membro do CONTEL, Caio Mário Pereira, representante do ministro da Educação, o professor Moreira de Sousa, o Marechal Inácio Rolim, o general Taunay Coelho Reis, da Liga de Defesa Nacional e assessor do CONTEL, o professor John F. Baxter, da Fundação Ford, Arduín Dólio, da USAID, a professora Letícia Maria Santos de Faria, do Centro de Pesquisas Educativas, a professora Alfredina de Paiva e Sousa, diretora da Fundação João Batista do Amaral e membro da Comissão de Televisão Educativa do MEC e o Frei Leovigildo Balestieri, fundador e diretor da Casa de Nossa Senhora da Paz.[214]

A presença de um representante da Fundação Ford, que possuía vínculo com o Centro de Televisão Educativa para o Ultramar e projetos de assistência e teleducação para América Latina, ressalta a participação dessa entidade desde o início dos estudos para a criação da FCBTVE. O envolvimento de um integrante da

[212] **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 ago. 1965, p. 15.
[213] **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1966, p. 7.
[214] **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1966, p. 7.

USAID na preparação de profissionais para a televisão educativa pode ser explicado pelos acordos que vinham sendo firmados por essa entidade e o MEC. Em 1964, foi firmado o primeiro acordo entre o MEC e a *United States Agency for Internacional Development* (USAID) visando o "aperfeiçoamento do ensino primário". Os debates que precederam o acordo foram sigilosos e ocorreram em reuniões fora dos prédios públicos. Segundo o convênio, a USAID forneceria uma quantia de até 375 mil dólares, além de um grupo de seis especialistas estadunidenses em educação, que auxiliariam o MEC. No ano seguinte, foi firmado um acordo visando o ensino médio. Em 1966, foi assinado o acordo de assessoria entre MEC e USAID "para expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio no Brasil". Entre os que assinaram o acordo estava Gildásio Amado, como representante da Diretoria de Ensino Secundário do MEC e membro da comissão para criação do Centro de TVE, Raymundo Moniz de Aragão, da Diretoria de Ensino Superior. Ainda durante o governo Castelo Branco foram firmados diversos acordos entre MEC e USAID, abrangendo todos os níveis de ensino, assim como de treinamento, animados pela Aliança para o Progresso, que pretendia "obter um melhor padrão de vida para todos os povos" da América.[215] Os acordos foram assinados entre junho de 1964 e janeiro de 1968, envolvendo além da educação primária, média e superior, o ensino profissionalizante, educação rural, capacitação de pessoal, publicações, cooperação e assessoria, intercâmbio e pessoal.[216]

Como é sabido, os Estados Unidos apoiaram uma série de golpes de Estado e a instauração de ditaduras na América Latina visando suas relações econômicas e buscando conter a "ameaça comunista". Em 1979, dois terços da população latino-americana eram submetidas a regimes militares ou dominação castrense. Os militares brasileiros tiveram relações mais próximas com as forças armadas americanas pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, consagradas na Doutrina de Segurança Nacional e na criação da Escola Superior de Guerra, em 1949.[217] As relações entre Brasil e Estados Unidos foram capazes de gerar a máxima, já muito

[215] LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, p. 211-21.
[216] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos** (1964-1985). São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 13-19.
[217] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. (O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX), p. 13-41.

citada, do ministro das Relações Exteriores do governo Castelo Branco, Juracy Magalhães, em 1966: “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”.[218]

A Aliança para o Progresso e a questão das telecomunicações nas Américas já vinham sendo discutidas há algum tempo. Em 1965, realizou-se na sede da União Pan-Americana, em Washington, a primeira reunião da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) que visava promover o desenvolvimento normal e eficiente das telecomunicações entre os países americanos, celebrando para isso reuniões, servindo de centro de informação e consulta para a preparação de estudos técnicos e mediante a recomendação de medidas que facilitassem o desenvolvimento de sistemas modernos e a coordenação dos esforços no campo das comunicações. Nas deliberações da comissão participaram delegados de 13 países: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Estados Unidos, Guatemala, México, Nicarágua, República Dominicana, Panamá, Peru, Venezuela, mas todos os países membros da OEA poderiam participar. José A. Moura, secretário-geral da OEA, presidiu à sessão inaugural e destacou o papel cada dia mais decisivo das telecomunicações na economia e nas relações sociais, culturais e políticas dos países, e sua importância em relação aos projetos da Aliança para o Progresso. A comissão aprovou um projeto de disposições regimentais, com o objetivo de assegurar o funcionamento ordenado dos trabalhos e resolveu, ao mesmo tempo, constituir subcomissões técnicas para levar a efeito os estudos especiais recomendados pela comissão e que tinha relação com os temas incluídos no programa de deliberações. Entre as comissões, a de Comunicações Especiais ficou sob responsabilidade dos representantes dos Estados Unidos presentes na reunião, a de Telecomunicações Meteorológicas com o Brasil e a de Radiodifusão e Televisão Educativa, com a Colômbia. A CITEL buscava a realização de um levantamento de instituições e centros de ensino, com indicação dos programas disponíveis nos países latino-americanos, no sentido de capacitar o pessoal técnico em telecomunicações.[219]

Em 1966, foi realizado o VII Curso de Aperfeiçoamento em Ciências da Informação, em Quito. O curso foi promovido pela UNESCO, OEA e Fundação Ford. O curso, nessa oportunidade, promoveu um seminário sobre o “Papel dos Meios de

[218] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo. In: REIS, Daniel Arão (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 5. (Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010), p. 129

[219] **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 maio 1965, p. 14.

Comunicações na Integração Latino-Americana". O relatório final do Seminário considerou, entre outras coisas, que em termos comparados, a situação dos meios de comunicação na América Latina apresentava um desenvolvimento bastante irregular comparando país a país. A maior parte desses meios pertencia à iniciativa privada, cujos interesses, obviamente, eram puramente comerciais. Esse aspecto foi considerado grave, na medida em que poderiam participar como agentes culturais para uma ação integrada. Os meios de comunicação na América Latina não difundiriam "um conhecimento ornamental de cultura" ao seu povo. Seriam imensas e positivas as possibilidades de utilização dos satélites de comunicação para uma "mudança radical nos padrões culturais deste continente em pleno processo revolucionário e em busca de condições sociais a quem tem justo direito".[220]

A preocupação da ONU e UNESCO com relação à televisão já vinha pelo menos de meados da década anterior. O "Correio da UNESCO", de meados de 1950, tratou sobre os problemas da informação, notadamente da divulgação de notícias de interesse geral. Registrou essa publicação elementos sobre a influência do rádio, da imprensa e da televisão como meio de propagação da cultura popular, de aproximação dos povos e de entendimento entre as nações.[221]

Henry Cassirer é autor do estudo *Television Teaching Today* ocupado com o desenvolvimento da televisão educativa nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Canadá, URSS e Japão. Ele era o chefe da Seção de Rádio e Televisão da UNESCO e vinha se preocupando, de modo especial, com o desenvolvimento do rádio e da televisão educativos em países então em desenvolvimento, em estudos publicados na *Unesco Chronicle*.[222]

A segunda reunião da CITEL tratou da criação de uma comissão especial para o estabelecimento da televisão latino-americana. Essa comissão era presidida pelo engenheiro Carlos Nunez Areliano, da Direção Geral de Telecomunicações da Secretaria Mexicana. Visava unir todos os serviços de televisão da América Latina. Para tanto, um dos principais objetivos da nova comissão era estudar os meios de coordenação com todos os organismos financeiros e econômicos do hemisfério para que se conseguisse financiamento para a rede de comunicações.[223]

---

[220] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 set. 1966, p. 66
[221] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1954, p. 28.
[222] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 1966, p. 25.
[223] **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 nov. 1966, p. 8.

O propósito de unificar todos os sistemas de televisão nas Américas já era aventado, no mínimo, desde o início da década de 1960. No ano de 1960, foi realizada no Brasil a Conferência Pan-Americana de Televisão, que tinha como objetivo a unificação dos sistemas de televisão visando “proporcionar maior intercâmbio artístico e cultural entre todos os países, elevando o nível cultural e educacional dos programas de TV”.[224]

Os 53 bolsistas do curso, supervisionado pelo MEC e pelo CONTEL e com a coordenação de Alfredina Paiva e Sousa e Leewl Faria, foram selecionados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Guanabara.[225]

No encerramento do 1° Curso de Preparo para a TV Educativa, o então ministro da Educação, Pedro Aleixo, garantiu que o MEC daria todo o apoio necessário para implantação da televisão para fins educativos no Brasil. Apelou para que os pioneiros nessa área propagassem a ideia, pretendendo criar uma nova mentalidade no setor televisivo. Os organizadores do curso, na mesma oportunidade, manifestaram a esperança de que o Governo Federal, por intermédio do Conselho Nacional de Telecomunicações, viesse a tornar obrigatório a fabricação, pela indústria nacional, de aparelhos televisores com o sistema UHF, para que o ensino pela TV fosse ampliado em todo o país.[226]

2.2 Projetos e medidas federais para televisão educativa

Na década de 1960, notadamente em sua segunda metade, a televisão educativa estava na ordem do dia. O governo militar, concomitantemente a instituição de uma comissão para a criação do Centro Brasileiro de TV Educativa, principalmente por meio do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Telecomunicações, tomou uma série de medidas incentivando o uso educativo da televisão e a criação de emissoras estritamente educativas.

Em maio de 1965, a Liga de Defesa Nacional (LDN) encaminhou um ofício ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), em que afirmava que o Diretório

[224] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 1960, p. 9.
[225] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 1966, p. 8.
[226] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 1966, p. 8.

Central da LDN, empenhado pela efetivação, no Brasil, de um sistema nacional eficaz de televisão educativa, vinha, desde 1962, reiterando as solicitações de providências necessárias a todos os ministros da Educação e Cultura que haviam ocupado a direção dessa pasta. O documento reafirmava a urgência da reserva de canais VHF, onde houvesse disponibilidade, e UHF em todo o território nacional, exclusivamente para fins educacionais. Seria necessário um despacho urgente por parte do CONTEL, pois quase todos os canais de maior alcance (VHF) estariam sendo concedidos a emissoras comerciais por todas as partes do território brasileiro. Diante desse fato apresentado é que a LDN justificou sua insistência no projeto de preservação dos elementos que poderiam proporcionar à população, em um curto prazo, condições para uma educação abrangente e de qualidade.[227]

No ano anterior, o Aviso n° 133, do ministro da Educação e Cultura, de 27 de janeiro de 1964, havia transmitido ao CONTEL a autorização do presidente da República para, em linhas gerais, adotar medidas preliminares para efetivar o projeto preconizado pela LDN de reservas de canais para a teleducação. No Aviso, o MEC solicitava providências no sentido de ser efetuada uma reserva federal de canais televisivos para a educação, que compreendesse todo o território nacional, pelas ondas de pelo menos um canal VHF por localidade.[228] Esse ato do MEC contribuiu para que a LDN pedisse celeridade nas ações do CONTEL referentes à televisão educativa.

O documento do MEC solicitava ainda, diante da pouca disponibilidade de canais VHF em algumas regiões, o estudo da possibilidade da obrigatoriedade para que os televisores passassem a ser fabricados com um dispositivo que possibilitasse sintonizar tanto as ondas da faixa VHF (12 canais), como as ondas da faixa UHF (70 canais).[229] No início da televisão no Brasil os televisores eram importados. Aos poucos, os aparelhos televisores passaram a ser fabricados pela indústria nacional, tornando-se cada vez mais acessíveis às camadas populares. O governo militar estimulou a indústria nacional de televisores e estabeleceu políticas de incentivo de compra a crédito, fazendo com que o número de vendas aumentasse

[227] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 51-55.
[228] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 51-55.
[229] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 51-55.

significativamente. Em 1965, segundo o levantamento promovido pelo Conselho Nacional de Estatística, existiam 2,5 milhões televisores instalados no Brasil. O país estava atrás apenas dos Estados Unidos, com mais de 58 milhões de aparelhos, e do Canadá, com 4 milhões, seguidos da Argentina e do México, ambos com mais de 1 milhão de receptores.[230]

Apesar do aumento do número de aparelhos televisivos em atividade no Brasil, sua distribuição pelo território nacional continuou bastante irregular. No final da década de 1960, havia cerca de 3,5 milhões de aparelhos televisivos instalados no Brasil, desses 1,2 milhão em São Paulo; 980 mil na Guanabara; 250 mil em Minas Gerais; 200 mil no Paraná; 250 mil em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul somados; 250 mil no Nordeste (Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe); 100 mil em Brasília; 100 mil na Bahia; 50 mil em Goiás; 35 mil no Espírito Santo; 30 mil no Ceará; 10 mil no Pará; 10 mil em Mato Grosso; e 10 mil somados os do Maranhão e do Piauí.[231]

Em 1966, o presidente Castelo Branco foi convidado para inaugurar uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópios de televisão que a Philips construiu e instalou em Capuava (Mauá), no estado de São Paulo, tornando o Brasil o sétimo país do mundo a produzir seus próprios bulbos para TV.[232] No final da década de 1970 o Brasil era o segundo maior fabricante de aparelhos das Américas, perdendo apenas para os Estados Unidos, e o décimo de todo o globo.[233]

Em resposta ao ofício encaminhado pela LDN em 1965, o coronel Hélio Gomes do Amaral, vice-presidente do CONTEL, exaltou o empenho com que aquele organismo buscava, desde 1962, a reserva de canais para a televisão educativa. Segundo Hélio Amaral, dentre as organizações não governamentais que participaram do trabalho de concretização da reserva de canais televisivos para a educação, a LDN fora a primeira e a mais atuante. O vice-presidente do CONTEL afirmou que ao tomar conhecimento sobre o pedido de reserva de canais para a televisão educativa, pelo general Taunay Drummond Coelho Reis, integrante da LDN e assessor do CONTEL, deu início às primeiras providências para sua concretização. O primeiro passo foi a criação de uma comissão, dirigida pelo próprio Taunay, que, ao término de seus

[230] **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 maio 1965, p. 5.
[231] **Veja**, São Paulo, 7 maio 1969, p. 28.
[232] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 mar. 1966, p. 13.
[233] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jul. 1979, p. 25.

trabalhos, apresentou um relatório no qual teria ficado evidente que a reserva de canais de televisão em UHF ou VHF para uso educativo e a solicitação à indústria para que os televisores fossem fabricados com a possibilidade de recepção em UHF, foram consideradas como medidas que só poderiam ser tomadas após estudos bem fundamentados sobre todos os aspectos sociais e econômicos. Portanto, o CONTEL procuraria dar continuidade aos trabalhos realizados até então, submetendo à apreciação do MEC, por intermédio da Comissão que estudava a matéria. Por fim, Hélio do Amaral afirmou que o CONTEL incluía a radiodifusão educativa entre os assuntos de caráter prioritário, pois via a utilização da televisão como um excelente instrumento para auxiliar na resolução dos problemas educacionais brasileiros.[234]

A importância dada pelo regime militar aos meios de comunicação e o incentivo para o uso educativo desses meios foram condensadas no 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações, realizado entre os dias 6 e 10 de junho de 1966, no Centro de Convenções do Hotel Glória no Rio de Janeiro. No segundo dia do evento foi anunciado o plano de emergência da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) para a integração de todo o território nacional, que possibilitaria a abertura de ramais para o Sul e para o Norte, por meio de um sistema de micro-ondas.[235]

A EMBRATEL foi criada em 1965 com a finalidade, entre outras, de controlar e distribuir as transmissões de televisão. Foi por meio dela que o governo militar deu início, também, às transmissões via satélite, efetivando, dessa maneira, as condições necessárias para a criação de verdadeiras redes de tevê em todo o país, uma vez que a programação das emissoras poderia ser exibida diretamente em várias partes do território nacional.[236] Criada pela mesma lei que instituiu o CBT, em 1962, ficou encarregada do controle absoluto e monopólio dos serviços de chamada de longa distância.[237] Com o início de suas operações, acelerou-se o Plano Nacional de Telecomunicações, instalando, em pouco mais de quatro anos, 18 mil quilômetros de enlaces de micro-ondas.[238]

---

[234] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 57-60.
[235] **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1966, p. 3.
[236] SIMÕES, Inimá. **A nossa TV brasileira**: por um controle social da televisão. São Paulo: Editora Senac, 2004, p. 27.
[237] JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 82.
[238] BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 13-4.

A criação da EMBRATEL foi permeada por polêmicas. O almirante Claudio Beltrão se demitiu da presidência do CONTEL por discordar da orientação imposta às telecomunicações pelo governo militar em decorrência da instituição da EMBRATEL. O almirante a apontou como um passo para a estatização dos serviços de telecomunicações brasileiros. O liberal *O Estado de S. Paulo* dedicou um editorial para enfatizar sua posição contrária a qualquer forma de estatização e evidenciar que a saída de Claudio Beltrão do CONTEL teria sido por esse motivo. Segundo o periódico paulista, em seu discurso de renúncia, com a presença de numerosos oficiais da Marinha, Claudio Beltrão apontou que a intervenção do Estado nas telecomunicações teria se revelado desastrosa na grande maioria dos países da Europa e da América do Norte, evidenciando que existiam somente duas soluções para o problemas das telecomunicações: ou o governo executava diretamente o serviço ou o concedia a empresas privadas; a experiência mundial, em países cujas características se aproximavam das do Brasil, tinha consagrado a solução particular como sendo a mais aconselhável. Apenas a Suécia era o único exemplo de êxito entre os países que adotaram a solução estatal, sendo, contudo, as peculiaridades desse país diferentes das brasileiras; entre os que conseguiram resolver a contento o problema das telecomunicações entregando-as à iniciativa privada, contavam-se os Estados Unidos, o Canadá, a Suíça e a Dinamarca, todos encarando a segurança nacional com preocupação e serenidade, o que, afirmava o almirante, devia se repetir no Brasil.[239]

No seu discurso de renúncia, o almirante Claudio Beltrão manifestou-se incondicionalmente a favor da livre iniciativa e contra a intervenção do Estado, justificando-se no fato de caber ao governo somente uma função supletiva ou pioneira, quando faltarem aos particulares incentivos ou recursos para a execução de projetos de interesse nacional. E mesmo nesses casos, a ação governamental deveria ter características de temporalidade, para que não se eternizasse num campo que lhe era totalmente desaconselhável e que acabaria sempre por acarretar maiores prejuízos ao público.[240]

O jornal *O Estado de S.* Paulo, em seu editorial, afirmou que bastaria uma simples observação do estado de ânimo e da objetividade com que o almirante Beltrão tratou a matéria, em seu discurso de despedida, para que o marechal presidente

[239] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1965, p. 3.
[240] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1965, p. 3.

Castelo Branco percebesse a que extremo da intransigência teria chegado o seu governo ao fechar questão sobre a intocabilidade da lei 4.117 de 1962, a mesma que instituíra o CBT e criara a EMBRATEL, impondo-a como solução permanente para os problemas das telecomunicações no Brasil. E denunciava que o presidente da República, como se não desejasse outra coisa senão a interferência do Estado na administração dos serviços públicos, não aguardara sequer os resultados dos estudos, por ele mesmo autorizados, para esclarecimento completo do problema, antes tendo decidido que a solução estatizante seria definitiva. E julgava que Castelo Branco apesar de manifestar-se pela livre iniciativa tinha preferência pela intervenção direta do Estado.[241]

Alguns meses após esse editorial e a saída de Claudio Beltrão do CONTEL, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou em sua primeira página uma nota intitulada "Estatização de comunicações". Segundo o periódico paulista, fontes ligadas à Presidência da República teriam revelado a tendência do governo federal, por meio do CONTEL e EMBRATEL, de estatizar todos os meios de comunicação do Brasil, incluindo os setores de rádio e televisão. Castelo Branco estaria sendo influenciado pelo general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, que de longa data seria partidário do estatismo em diversas áreas, como transportes, petróleo, correios e telégrafos, eletricidade, rádio e televisão.[242]

No mesmo período, o presidente da ABERT, o deputado federal João Calmon, em entrevista ao jornal *O Globo*, pediu para o presidente Castelo Branco que detivesse a "onda estatizante que avançava pelo país" e que a EMBRATEL monopolizaria as comunicações interestaduais. Vale lembrar que João Calmon era também vice-presidente dos Diários e Emissoras Associados e o jornal que publicou sua declaração fazia parte do conglomerado de comunicações de Roberto Marinho que estava cada vez mais ampliando suas atividades, portanto, ambos com interesses diretos em defender a exploração privada dos canais televisivos.[243]

O sucessor do Almirante Claudio Beltrão na presidência do CONTEL, o almirante Euclides Quandt de Oliveira, em entrevista dada às emissoras de rádio e televisão, buscou dar resposta às acusações de estatização dos meios de comunicação e sobre o papel da EMBRATEL e do CONTEL. Afirmou que os órgãos

---

[241] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1965, p. 3.
[242] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 1965, p. 1.
[243] **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1965, p. 16.

federais tinham o propósito de assegurar plena liberdade aos meios de comunicação, mas que essa liberdade deveria ser exercida com o maior senso de responsabilidade por parte das emissoras comerciais. Quandt de Oliveira enfatizou que o governo federal não cogitava em absoluto estatizar as telecomunicações, mas sim assegurar o seu perfeito funcionamento. Considerava que o Plano Nacional de Telecomunicações estava modernizando todo o sistema.[244]

O CONTEL era encarregado de supervisionar as emissoras de rádio e televisão e de regulamentar e censurar o conteúdo de suas programações. Segundo Jambeiro, o CONTEL teria se mostrado incapaz de fazer uma censura política sistemática, encargo que foi transferido ao Departamento Federal de Segurança Pública, por meio de um acordo interno com a anuência do executivo federal. A Portaria n° 312 do CONTEL oficializou o acordo e estabeleceu os critérios para o controle daquele Departamento sob as emissoras de rádio e TV. Essa Portaria seria o primeiro ato regulador relacionado aos "valores morais" apregoados pela ditadura militar dirigidos aos meios de radiodifusão. Essa, como serviço de interesse nacional, teria sua exploração comercial permitida se respeitado o "fortalecimento da moral nacional". Os programas deveriam ter "alto sentimento cívico e moral" ajudando a conservar a "ordem pública". Seria necessário moldar os programas de rádio e TV para "um novo padrão cultural e educacional" e evitar "conflitos políticos". As emissoras não deveriam transmitir filmes, canções, shows ou quaisquer programas que fossem enquadrados fora dos "valores morais e ideológicos dos militares". A Portaria estabeleceu vinte e três tipos de transgressões e as respectivas penas a serem aplicadas às emissoras. Os programas deveriam ser classificados de acordo com a sensualidade, vulgaridade, problemas familiares e religiosos, "prêmio à preguiça e à desonestidade", não cumprimento dos deveres, desencorajamento do amor à pátria e ao povo brasileiro, estímulo ao sentimento de rivalidade, vingança e luta de classes, encorajamento das lutas sobre questões raciais e de nacionalidade. Além dessa Portaria do CONTEL, particularmente por intermédio do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), militarizado e opressivo órgão responsável pela regulação e fiscalização das telecomunicações, o governo militar estimulava fortemente a autocensura. [245]

Para obter recursos para financiar a fiscalização das telecomunicações e o aperfeiçoamento das atividades do setor, foi criado, por meio da Lei 5.070, de 1966,

---

[244] **O Globo,** Rio de Janeiro, 15 fev. 1966, p. 10

[245] JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 83.

o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, regulamentado em março de 1967 pelo Decreto presidencial n° 60.430, prevendo que todos os meios de comunicação autorizados deveriam contribuir com uma taxa anual a ser paga todo mês de março.[246]

A natureza dos interesses e a origem dos investimentos dirigidos ao setor de radiodifusão levaram a televisão brasileira a se constituir num excelente meio de reprodução da ordem social e veículo de propaganda política oficial do regime militar. A partir do final de 1968, por meio da decretação do AI-5, houve uma ampliação arbitrária do papel do Estado como censor. Durante as presidências de Costa e Silva e de Médici foram criadas, respectivamente, a Assessoria de Relações Públicas (ARP) e a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgãos oficiais que cuidavam de um ponto crucial para a manutenção do regime de exceção: a propaganda ideológica, veiculada em todos os meios de comunicação social, porém com concentração amplificada na TV, e objetivava ampliar e consolidar o apoio de segmentos sociais dominantes, além de conquistar a aprovação de setores e grupos sociais populares.[247]

Como o governo militar estimulava a autocensura e para que as emissoras televisivas não tivessem suas programações reprendidas pelos órgãos federais, o colunista especializado em televisão, Fausto Wolff, do *Jornal do Brasil*, propunha que apenas fosse cumprido o Código de Ética do Radiodifusão Brasileira. Segundo o colunista, entre 27 e 31 de outubro de 1964, teriam se reunido radialistas, pessoas ligadas à televisão, humanistas, juristas, assessores de instituições culturais, entre outros, para a redação do Código de Ética da Radiodifusão Brasileira. O texto do código, apresentado na coluna de Fausto Wolff, caracterizava o rádio e a televisão como instrumentos poderosos de movimentação de grupos e de indivíduos. A adequada utilização da radiodifusão deveria ser condicionada aos ideais da paz mundial, do progresso da nação brasileira, do bem público e da coletividade. Os objetivos da radiodifusão brasileira, constatando o seu poder de sugestão e alcance, segundo o Código apresentado pelo colunista do *Jornal do Brasil*, assumiria o propósito de contribuir para a solução dos males sociais, em cooperação com as autoridades responsáveis. A educação, a informação e o entretenimento guardariam essa ordem de escala do valor social, entre os objetivos do exercício da radiodifusão,

---

[246] JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 84.
[247] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 89-117.

mas seriam todos relevantes, sendo cada qual indispensável para a prática efetiva do serviço e do destino social do invento e devidamente entrosados. Ainda segundo o Código de Ética apresentado por Fausto Wolff, a radiodifusão focaria na educação, visando à formação integral da pessoa humana, preparando-a para uma vida útil a si própria e à coletividade a que pertence; à divulgação de noções e conhecimentos que elevassem o padrão cultural do povo ou de que indicassem os meios de obtê-lo; à difusão de princípios aptos ao aprimoramento e à defesa de instituições, representativas e pluripartidárias. Com relação à informação, conforme o texto do Código constante na coluna do *Jornal do Brasil*, visaria respeitar o direito que o público possuía de ser lealmente informado; a defender o direito de que tinha a emissora de informar e opinar nos termos da lei; a abster-se de convulsionar com sensacionalismo, tema ou problema que já estivesse emocionando a opinião pública. Por fim, com relação ao entretenimento, segundo o Código de Ética, visaria proporcionar divertimento que fosse adequado às diversas camadas da estrutura social e aos grupos etários da sociedade; respeitar a ordem pública, desde que ela não atentasse contra os direitos da pessoa humana, instituições sociais, políticas, religiões e os bons costumes; servir os interesses da coletividade, tendo em mira o homem contemporâneo e suas necessidades psicológicas, morais e sociais.[248]

Segundo Fausto Wolff, como já existia um Código de Ética desde 1964, bastaria que os concessionários televisivos assinassem um termo se comprometendo a basear suas programações dentro daquelas premissas. A emissora que infringisse o código poderia ser informada, punida ou ter sua concessão cassada. O Código de Ética permitiria uma autocensura por parte das próprias emissoras, mas que continuariam a ser fiscalizadas pelos conselheiros do CONTEL. Apesar de o colunista se posicionar de maneira contrária à censura prévia, seria necessário “elevar o nível de programação de modo a transformar a TV num veículo auxiliar na formação cultural do povo” e que a televisão deixasse de apresentar programas calcados na “miséria e na ignorância do público para conseguir bons resultados comerciais”.[249]

Para Fausto Wolff o Código de Ética era “muito bonitinho”, mas na prática, em vez de observar em suas programações adequados padrões éticos, educativos e artísticos como pregava o código, a televisão apresentava a “bestialização”, como programas de auditório que promoviam que convidados comessem uma barata viva

[248] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1966, p. 22.
[249] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jun. 1968, p. 23

diante das câmeras em troca de um prêmio. Segundo o colunista, as emissoras de televisão não exigiam adequados padrões profissionais na preparação e execução da sua atividade como estava no Código de Ética, sendo muitos programas improvisados e com cenários “caídos”. Também não eram preservados o interesse da boa formação de menores, quando a televisão apresentava “um cidadão que atendia pelo nome de Costinha brincando de travesti”, ou “quando seu papai passar pela loja Y não se esqueça de pedir a ele para comprar o brinquedo X”. A televisão não bania o acirramento da disputa ou preconceito de classe, religião, raça ou nacionalidade, o que era apresentado na telinha, conforme o colunista do *Jornal do Brasil*, era o preconceito como os apresentados nos programas humorísticos. Por fim, Fausto Wolff afirmava que ao contrário de coibir o desrespeito à velhice, às deficiências físicas ou às enfermidades mentais, a televisão vivia fazendo humor na base do “homossexualismo de um, da cor de outro, da velhice de um terceiro, da gagueira de um quarto, da nacionalidade de um quinto e assim por diante”.[250]

Apesar das polêmicas geradas pela criação da EMBRATEL e a discussão em torno da estatização das telecomunicações e da fiscalização e censura à televisão por organismos federais, amplamente tratados pelos jornais de grande circulação do período, a maioria deles com interesse direto por operarem, ou almejarem operar, canais de radiodifusão, ou, no caso de *O Estado de S. Paulo*, por ser um arauto do liberalismo econômico, o 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações foi bem recebido pela imprensa. Como exemplo podemos citar o editorial do *Jornal do Brasil*, publicado no dia 9 de junho de 1966, penúltimo dia do evento. Segundo o periódico carioca, pela primeira vez, no país, as telecomunicações eram consideradas de acordo com seu grau de importância, uma vez que, até aquele momento, faltava uma consciência de que o setor era parte integrante da infraestrutura econômica, permanecendo governantes ocupados em fazer estradas e aumentar a geração de energia, sem avaliarem as consequências que a inexistência de rede de telecomunicações provocaria ao desenvolvimento nacional. O editorial do *Jornal do Brasil* dimensionava a importância daquele Congresso ao informar que nele se reuniram seiscentos representantes de entidades e oitenta e cinco delegados de estados e territórios para debaterem o quadro insuficiente e precário das telecomunicações, restritas a uma pequena área do país e tecnicamente

[250] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 maio 1965, p. 20.

ultrapassadas. E alardeava que qualquer empreendimento econômico, naquele momento, no Brasil, teria seu raio de ação e seu programa dificultados, pois até simples ligações telefônicas urbanas representavam perda de tempo. Descia a exemplos do cotidiano empresarial para substanciar a sua posição, destacando que empresas que atuavam simultaneamente em várias praças tinham suas atividades retardadas, o que ameaçava a sua expansão; ou que empresas por conta das dificuldades e incertezas da comunicação entre Rio de Janeiro e São Paulo, preferiam despachar emissários entre as duas cidades para cuidar de urgências, coisas que um sistema telefônico eficiente poderia resolver. Não deixava de ressaltar que tal quadro telecomunicacional afetava também as atividades governamentais e demais iniciativas de natureza privada; o que ampliava o amadurecimento do impulso do progresso nacional. Equiparava a modernização das telecomunicações ao melhoramento do sistema de transportes e crescimento da geração de energia para o desenvolvimento econômico do Brasil. Por fim, preconizava a integração do Brasil pelas telecomunicações, bem como defendia que providências fossem tomadas com relação à formação de quadros técnicos para o avanço do setor, mediante política objetiva e com segurança de recursos financeiros permanentes, os quais deveriam ser operados a partir da criação de um Ministério das Telecomunicações.[251]

O 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações, além de um marco para o desenvolvimento do Plano Nacional de Telecomunicações, foi substancial para reverberar a política nacional relacionadas ao uso educativo da televisão e ao estabelecimento de uma rede nacional de emissoras educativas. Nesse sentido, o evento contou com a apresentação, pelo CONTEL, de uma série de documentos, organizado por Taunay Coelho Reis, com o intuito de enfatizar o apoio dado por aquele órgão federal ao uso educativo da televisão, que seria “uma forma direta e incisiva de cumprir a legislação de telecomunicações, assim como, prestar serviços em larga escala e profundidade ao povo brasileiro”. Durante o Congresso foi apresentado que os doze conselheiros do CONTEL votaram unanimemente a favor da reserva de canais solicitada pelo MEC para o estabelecimento de emissoras televisivas exclusivamente educativas.[252]

---

[251] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1966, p. 6.
[252] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 67-8.

Entre os documentos apresentados pelo CONTEL no 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações estava a Decisão n° 52, de 12 de julho de 1965, na qual aquele órgão, em resposta ao pedido formulado pelo MEC, recomendava à indústria de televisores a introdução, nos aparelhos receptores produzidos a partir de 1966, de um dispositivo que possibilitasse a ligação de conversor para recepção de canais UHF.[253] Entre as discussões realizadas no Congresso, foi destacada a necessidade de padronização dos equipamentos empregados em telecomunicações. Segundo a Comissão de estudos e Planificação dos Sistemas de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação, a diversidade de técnicas empregadas estava trazendo dificuldades à integração em uma rede nacional de telecomunicações. Em certos casos, até organismos de governos estaduais e municipais de uma mesma localidade empregariam equipamentos que não permitiam uma perfeita integração. Uma das soluções apresentadas seria o estabelecimento de um acordo com a indústria de equipamentos, visando uma padronização e preços mais atrativos, permitindo uma ampliação da rede de telecomunicações.[254]

O CONTEL apresentou também sua Decisão n° 53, de 14 de julho de 1965, que determinava que o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) providenciasse o levantamento das emissoras então concessionárias ou permissionárias de televisão em UHF e, constatada a outorga de um dos canais: 26 ou 32, seria necessário diligenciar junto à entidade a respectiva mudança para outro canal, tendo em vista que esses dois seriam destinados a emissoras educativas nas capitais de cada estado e território.[255]

Pela Decisão n° 54, de 14 de julho de 1965, instituída pelo CONTEL em resposta à solicitação do MEC, e apresentada no 1° Congresso Nacional de Telecomunicações, foram reservados para a televisão educativa, sem finalidade comercial, os seguintes canais em VHF dos seguintes estados e territórios: um para o Acre, o canal 2, de Rio Branco; dois para Alagoas, o canal 3, de Maceió e 6 de Penedo; um para o Amapá, o canal 2, de Macapá; quatro para Bahia, o canal 9, de Itaberaba, o 4 de Juazeiro, o 9, de Paraguaçu e o 2, de Salvador; um para o Ceará, o canal 5, de Fortaleza; um para o Espírito Santo, o canal 2, de Vitória; três para Goiás,

[253] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 68-9.
[254] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1966, p. 7.
[255] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 69.

o canal 5, de Anápolis, o 2, de Goiânia e o 3, de Goiás; um para o Maranhão, o canal 2, de São Luís; três para o Mato Grosso, o canal 4, de Campo Grande, o 2, de Corumbá e o 2, de Cuiabá; quatro para Minas Gerais, o canal 2, de Alfenas, o 2, de Três Corações, o 2, de Uberaba e o 4, de Uberlândia; dois para o Pará, o canal 4, de Belém e o 2, de Santarém; dois para Paraíba, o canal 3, de Campina Grande e o 4, de João Pessoa; um para o Paraná, o canal 2, de Curitiba; um para Pernambuco, o canal 4, de Petrolina; um para o Piauí, o canal 2, de Teresina; um para Rio Branco, o canal 2, de Bela Vista; um para o Rio Grande do Norte, o canal 2, de Natal; dez para o Rio Grande do Sul, o canal 3, de Caxias do Sul, o 2, de Erechim, o 7, de Jaguarão, o 5, de Palmeira, o 4, de Passo Fundo, o 6, de Pelotas, o 2, de Rio Grande, o 2, de Santa Maria, o 5, de São Borja e o 2, de Uruguaiana; um para o Rio de Janeiro, o canal 8, de Campos; dois para Rondônia, o canal 7, de Guaporé e o 2, de Porto Velho; dois para Santa Catarina, o canal 2, de Florianópolis e o 5, de Lajes; sete para São Paulo, o canal 5, de Andradina, o 6, de Campinas, o 4, de Catanduva, o 6, de Franca, o 2, de Presidente Prudente, o 2, de Ribeirão Preto e o 4, de São José do Rio Preto; e dois para Sergipe, o canal 2, de Aracaju e o 6, de Propriá. A mesma Decisão reafirmou a reserva dos canais UHF 26 e 32 em todas as capitais dos estados e territórios.[256]

Em 11 de janeiro de 1966, O Conselho Nacional de Telecomunicações, mediante a Resolução n° 1, também integrante da seleção elaborada por Taunay para o Congresso, considerando que a reserva de canais VHF para a televisão educativa deixou de contemplar cinco cidades que satisfaziam ao critério estabelecido pelo Plano de Atribuição e Distribuição de canais, reservou: o canal 5, de Londrina, no estado do Paraná; o canal 11, de Recife, no estado de Pernambuco; os canais 6, de Alegrete, e 3, de Bagé, no estado de Rio Grande do Sul; e o canal 5, de Bauru, no estado de São Paulo. Retificou as reservas feitas para a televisão exclusivamente educativa, não comercial, alterando os canais: 2 para o 11, de Goiânia, no estado de Goiás; 4 para o 5, de Belém, no estado do Pará; 2 para o 13, de Erechim, no estado do Rio Grande do Sul; 2 para o 8, de Santa Maria, no Estado de Rio Grande do Sul; 6 para o 10, de Campinas, no estado de São Paulo.[257]

---

[256] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 69-72.
[257] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 75-76.

Foi apresentado no 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações que dezessete organizações educacionais teriam solicitado ao CONTEL a concessão de canais para transmissões educativas. A Universidade Federal de Pernambuco já tinha obtido o seu, o canal 11 de Recife, e estava providenciando a aquisição de equipamentos. As demais estavam com seus processos transitando em caráter prioritário.[258]

O MEC, por meio de uma Circular de outubro de 1965, endereçada a todos os secretários de Educação, apresentada no CONTEL, 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações, afirmava que seriam vistas com satisfação qualquer providência por eles tomadas no sentido de usarem os canais reservados para emissoras televisivas educativas e oferecia os serviços da Comissão designada para estudar e planejar a radiodifusão educativa em âmbito nacional para auxiliá-los no que fosse necessário nesse sentido.[259]

Entre os documentos organizados por Taunay Reis relativos a posicionamentos do CONTEL em resposta às solicitações do MEC apresentadas no 1° Congresso Nacional de Telecomunicações estava também a Decisão n° 119, de 25 de novembro de 1965. Nela, o CONTEL, considerando as decisões anteriores buscando estimular a implantação da televisão educativa em todo o território brasileiro, e, por outro lado, os cuidados que deveriam cercar sua implantação, resolveu que as entidades que se candidatassem à execução de radiodifusão educativa deveriam formular seus pedidos contendo alguns documentos e informações. Para as Universidades eram necessários seus Estatutos, constando uma cláusula declarando, expressamente, que executaria o serviço de radiodifusão, sem objetivos comerciais, com finalidade exclusivamente educativa e cultural; prova de nacionalidade e idoneidade dos diretores e administradores do serviço a ser instalado; organização e orientação que seriam dadas ao serviço, incluindo uma ideia sobre a programação; e recursos financeiros que seriam utilizados na execução do serviço. Para as Secretarias de Educação dos estados e territórios era necessária a apresentação da indicação e atribuição de um órgão, oficialmente criado para ser responsável pela execução do serviço de radiodifusão educativa, sem finalidades comercias, e das demais recomendações feitas para as Universidades, como: organização e orientação que iria ser dada ao

[258] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1966, p. 7.
[259] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 77.

serviço, incluindo uma ideia sobre a programação; prova de nacionalidade e idoneidade dos diretores e administradores do serviço a ser instalado; organização e orientação que seria dada ao serviço, incluindo uma ideia sobre a programação; e recursos financeiros que seriam utilizados na execução do serviço. Por fim, para as demais entidades deveria ser apresentada uma manifestação da Secretária de Educação do respectivo estado sobre o serviço a ser realizado e o contrato social ou estatuto da interessada, na qual era necessário constar, expressamente, que a sociedade executaria o serviço de radiodifusão educativa, sem finalidade comercial. Deveriam ser apresentadas também, como nos outros dois casos, a organização e orientação que seria dada ao serviço, incluindo uma ideia sobre a programação e recursos financeiros que seriam utilizados para a execução do serviço.[260]

A Assessoria de TV Educativa do CONTEL, em agosto de 1966, elaborou o documento *Sugestões em prol da concretização de estações de TV Educativa*, o qual também integrou os textos apresentados por aquele organismo no 1° Congresso Nacional de Telecomunicações. Ele foi distribuído visando incentivar o trabalho das equipes dispostas em utilizar a televisão para a educação, intercâmbios de estudos e a criação de bibliotecas específicas. Almejava ampliar qualitativamente e quantitativamente os interessados na concretização de emissoras educativas. Segundo o documento, enquanto durasse a fase de andamento do processo de concessão de um canal televisivo destinado à educação, deveria ser mantida, na cidade sede do CONTEL, uma equipe de acompanhamento que, por meio de contatos frequentes, deveria providenciar, o mais prontamente possível, o cumprimento das exigências que fossem sendo feitas, assim como acompanhar o próprio andamento do processo por aquele órgão federal. Recomendava que essa equipe contasse com um advogado, um engenheiro, se possível de telecomunicações, e um educador. Solicitava que, caso, em uma determinada cidade, o número de organizações interessadas, como Secretaria Estadual de Educação, Universidades, Secretaria Municipal de Educação, entre outras, superasse a disponibilidade de canais, deveria procurar um acordo associando-as num convênio em que fossem judiciosamente divididas as cotas de deveres e direitos. Postulava, ainda, o estreitamento de relações das entidades interessadas no estabelecimento de emissoras educativas com Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil, no sentido

[260] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 73-74.

de intensificar o intercâmbio relativo à utilização da TV como instrumento da educação, recorrendo, por exemplo, a livros, bolsas, filmes e gravações. O documento incluía também nove sugestões de leituras em prol da concretização de emissoras de TV educativa, dessas, seis eram referentes às experiências estadunidense com relação ao tema, uma sobre a televisão italiana, uma chamada *Televisão Educativa*, produzido pela Universidade Federal de Pernambuco, e uma relativa à legislação brasileira de telecomunicações assim como decisões e resoluções aprovadas pelo CONTEL até maio de 1966.[261]

Outro documento apresentado pelo CONTEL, foi uma publicação do MEC, de setembro de 1966, intitulada *TV Educativa Programa de Ação*, elaborado pela Comissão para Estudo e Planejamento da Radiodifusão Educativa. O documento propunha medidas visando auxiliar as Secretarias Estaduais a acelerar seus respectivos planos de aproveitamento da radiodifusão como instrumento da educação e criar no Brasil uma infraestrutura que permitisse a produção, aquisição, "copiamento", enriquecimento de filmotecas e promover e intensificar o intercâmbio desse material no país e com o exterior. Considerou três condições que mais fortemente caracterizavam o estado de maioridade física para a utilização proveitosa da TV para fins educativos e culturais. O primeiro era possuir canal VHF já reservado para educação. O segundo era o índice demográfico elevado em um raio de 100 quilômetros. O terceiro era possuir parque receptor razoável. Conforme a publicação, satisfaziam as três condições referidas, as seguintes capitais: Belém, canal 5; Fortaleza, canal 5; João Pessoa, canal 4; Maceió, canal 3; Salvador, canal 2; Goiânia, canal 11; Curitiba, canal 2; e Florianópolis, canal 2. Não satisfaziam a primeira condição: Guanabara, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Sendo assim, poderiam ser contempladas com equipamento eletrônico para centro de produção em frequência UHF, o que proporcionaria ao Brasil mais esse elemento para completar a estrutura básica para o desenvolvimento da televisão educativa em escala nacional. Nas cidades em que fossem instaladas emissoras UHF, o MEC poderia fornecer aos telepostos um certo número de conversores, visando estimular e promover a adaptação dos receptores à sintonia nessa faixa. São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, se não preferissem a solução pelos centros de produção em UHF, poderiam optar por emissoras VHF, respectivamente, em: Campinas, canal 10;

[261] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 99-103.

Uberlândia, canal 4; e Caxias do Sul, canal 3, cidades que satisfaziam as três condições apontadas pelo MEC. Por fim, segundo o programa de ação da Comissão do MEC, dentro do panorama daquele momento, se o Governo Federal proporcionasse às Secretarias Estaduais o material eletrônico elementar para equipar emissoras de televisão educativa, cerca de dez cidades preencheriam os três requisitos.[262]

Pouco antes do início das atividades do 1° Congresso Nacional de Telecomunicações em outubro de 1966, o presidente do CONTEL, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, incumbiu Taunay Coelho Reis de chefiar um grupo de trabalho encarregado de orientar a ampliação da reserva de canais VHF de TV para a educação. O novo *Plano Nacional de Atribuição e Distribuição de Canais de Televisão em VHF* foi apresentado no ano seguinte, atendendo 78 das 98 sugestões feitas pelo grupo liderado por Taunay Reis, que contou com uma equipe de engenheiros contratada para essa análise, confirmando 56 reservas efetivadas anteriormente e acrescentando mais 9, totalizando a reserva de 143 canais em VHF para a educação pela televisão.[263]

O general Taunay Reis, durante os estudos da comissão para ampliação da reserva de canais para a televisão educativa, no início de 1967, afirmou que a Prefeitura Municipal de São Paulo, a Secretária de Educação do Estado de São Paulo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (SENAC) e a Universidade Mackenzie haviam requerido ao CONTEL canais para televisão educativa e que São Paulo estaria em condições de contar com seis emissoras de televisão educativas.[264]

Em anúncio oficial, a prefeitura paulistana confirmou ter obtido a concessão para utilizar o canal 26, em UHF, e que poderia ser captado apenas por televisores que tivessem sido fabricados para receber os sinais naquela frequência e pelos receptores comuns desde que providos de adaptador. A nova emissora não teria propaganda comercial e sua missão seria difundir programas educativos, embora ainda não estivesse determinada exatamente quais seriam os telecursos exibidos.

---

[262] REIS, Taunay Drummond Coelho**. Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 93-97.
[263] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil***, 1958-1970*: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 105-10.
[264] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 1967, p. 32.

Caberia ao Conselho Municipal de Cultura planejar as atividades da futura emissora.[265]

Além das medidas tomadas pelo CONTEL e pelo MEC, a série de documentos organizados por Taunay Reis para o 1° Congresso Nacional de Telecomunicações incluía textos de experiências estadunidenses e que teriam servido de base para as medidas federais implementadas no Brasil com relação à televisão educativa. Foi apresentada a tradução de um depoimento do então senador e candidato à presidência dos Estados Unidos, John F. Kennedy, datado de 14 de outubro de 1960, a respeito da televisão educativa naquele país, em atendimento, por parte do senador, à solicitação de Willien Harley, presidente da Associação Nacional da Radiodifusão Educativa dos Estados Unidos. Segundo o depoimento, as escolas estadunidenses, em todos os níveis de formação, enfrentavam uma crise de grandes proporções em termos de falta de recursos, professores, salas de aula e serviços. Kennedy teria citado Thomas Jefferson para enfatizar a importância da difusão do conhecimento entre o povo, não existiria outro alicerce mais seguro para preservação da liberdade e da felicidade. Conforme a tradução, a confiança que os estadunidenses, em um momento de tensão internacional, depositavam na potência de sua organização militar não deveria ser menor que a confiança na potência do seu sistema educacional. O então senador dos Estados Unidos, teria afirmado que o progresso daquele país dependeria de como fossem enfrentadas as “constrangedoras fraquezas” e “deficiências” de seu sistema de ensino. Para tanto, conforme o depoimento, deveriam ser aproveitados todos os meios para suprir suas “terríveis deficiências” e aprimorar tanto qualitativamente como quantitativamente as oportunidades educacionais à disposição dos norte-americanos, em todos os níveis, nas escolas ou fora delas. A televisão teria, para Kennedy, o poder de ensinar mais coisas e mais pessoas em menos tempo que qualquer outro meio. O senador teria ponderado que apesar dos esforços para incentivar a televisão educativa nos Estados Unidos, apenas 50, dos 256 canais reservados para esse fim, teriam sido postos em funcionamento, e dois terços da população estadunidense ainda não teria acesso à televisão educativa. Esse dado, segundo o depoimento presentado, não decorreria da falta de zelo ou de interesse por parte dos educadores ou funcionários estaduais ou municipais, mas, principalmente, da falta de fundos para o investimento de capital inicial necessário à

[265] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 1966, p. 25.

concretização das emissoras educativas. O Governo Federal dos Estados Unidos deveria ajudar a desimpedir e acelerar o emprego da televisão como meio de atender às necessidades da educação em todos os níveis, incluindo a de adultos. Kennedy teria encerrado seu depoimento prometendo apoiar ativamente no Congresso Federal dos Estados Unidos uma legislação adequada para a televisão educativa e empenho para solicitar que seus colegas do Partido Democrata assim também o fizessem.[266]

O CONTEL também apresentou um texto de 1962, escrito por Newton N. Minow, presidente da Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos. Segundo o documento, o objetivo estadunidense era a criação de um sistema nacional de TV educativa. Existiria um preconceito com a televisão educativa, com adeptos nas universidades e nas emissoras comerciais, expresso no slogan “as telecomunicações são em princípio um meio de proporcionar diversão”. Entretanto, a lei dos Estados Unidos não ratificaria aquele slogan. Conforme o texto de Minow, a ênfase nos programas de entretenimento tinha sua origem nos imperativos econômicos da indústria de televisão comercial. Para ele, a radiodifusão educativa levaria uma vantagem sobre a radiodifusão comercial, que era atender uma parcela ponderável da imensa audiência que a televisão tinha nos Estados Unidos e que desejava fugir da programação das emissoras comerciais. O objetivo da televisão educativa estadunidense seria os “milhões de adultos” que gostavam mais de “aventura intelectual” que da simples “aventura”.[267] O que denota também nos Estados Unidos a concepção de televisão educativa como complementar à televisão comercial.

No texto apresentado pelo CONTEL, Newton Minow afirmara que para a instituição de um sistema nacional de televisão educativa nos Estados Unidos seriam necessários maiores recursos financeiros. Os gastos de todas as emissoras educativas estadunidenses criadas até 1960 totalizariam 8 milhões 500 mil dólares, valor que seria inferior ao que gastavam as três redes de emissoras comerciais, existentes no período nos EUA, por semana. Para Minow, segundo o documento, a televisão educativa não deveria continuar de chapéu na mão mendigando ajuda. Uma das soluções seria uma lei que tramitava no legislativo federal destinada a proporcionar uma verba de um milhão de dólares a cada estado federativo como ajuda

[266] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 78-9.
[267] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 80-4.

inicial para o desenvolvimento da televisão educativa. Para o presidente da Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos os estadunidenses não poderiam depender, para a televisão educativa, apenas dos recursos de fundações, como a Ford. Outro problema que os Estados Unidos precisavam enfrentar seria que os canais em VHF estavam quase em sua totalidade concessionados para emissoras comerciais de televisão. Somente haveria campo para expansão da televisão educativa nas faixas de frequência UHF. Portanto, segundo o texto de Minow apresentado para o 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações, haveria a necessidade dos televisores estarem preparados para sintonizar essa frequência e uma solução imediata seria adaptar os já existentes com um conversor.[268]

Por fim, o CONTEL apresentou o depoimento de William G. Harley, presidente da Associação Nacional de Radiodifusão Educativa, feito no Congresso Nacional dos Estados Unidos, em 1° de março de 1961. De acordo com o documento, Harley enfatizava que a entidade que dirigia, fundada em 1926, era a organização que há mais tempo se empenhava no uso educativo da televisão e do rádio. A Associação compreendia universidades, “colleges” e sistemas escolares que utilizavam a televisão e o rádio com finalidades educacionais e informativas. Mediante seus esforços teria sido organizado o Conselho Superior de Televisão Educativa, com o objetivo de trabalhar para resguardar os canais de televisão destinados à educação e cooperar para que fossem postos em funcionamento. Conforme o texto, Harley apresentou que nos Estados Unidos, em centenas de áreas rurais, não existiam professores qualificados para ensinar física, línguas modernas, arte, música e muitas outras matérias que eram urgentemente necessárias. Muitos deficientes físicos e idosos ou enfermos não eram devidamente atingidos pela educação formal e existiriam milhões de analfabetos nos EUA. Em seu depoimento, Harley tinha apresentado que havia 52 emissoras de televisão educativa nos Estados Unidos em 1961, mas a maioria não recebia um financiamento adequado. Dois terços da população dos Estados Unidos não tinham acesso à televisão educativa. Apenas 25% das “grandes universidades” estadunidenses possuíam emissoras de televisão educativa para auxiliá-las em suas atividades educacionais. Para ele, seria necessário um apoio do Governo Federal dos Estados Unidos para que os duzentos canais em frequência UHF reservados para a televisão educativa fossem efetivamente

[268] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 80-4.

aproveitados. Segundo o documento, Harley considerava que, com recursos destinados para a formação de um sistema nacional de televisão educativa, os Estados Unidos teriam uma outra opção no setor televisivo, além da televisão comercial que exploraria o divertimento e que era a única existente no momento.[269]

Por meio da série de documentos organizados por Taunay Reis e apresentados no 1° Congresso Brasileiro de Telecomunicações, é possível notar que a televisão educativa estava na ordem do dia para o governo federal e que as medidas tomadas para incentivar o uso educativo da televisão estavam antenadas às iniciativas com objetivos próximos em outras partes do mundo, mas, notadamente, nos Estados Unidos. As justificativas para a adoção da televisão educativa pelo governo federal brasileiro em muito se pareceram com as estadunidenses. Primeiramente como possibilidade de sanar os problemas educacionais, mas também para ofertar uma programação alternativa à das emissoras comerciais. As medidas como reserva de canais e opção pela frequência UHF também evidenciam essa influência. Possivelmente, um dos motivos para isso é o desenvolvimento da televisão ter sido semelhante no Brasil e nos Estados Unidos, adotando o modelo comercial, com uma programação que visava principalmente o entretenimento, com uma política de concessões centradas no Executivo Federal. Conforme os documentos apresentados pelo CONTEL, os Estados Unidos passavam também por problemas próximos na educação. Além disso, existia a forte influência estabelecida pelos Estados Unidos na ditadura militar brasileira, principalmente com relação à educação e às telecomunicações, animadas pela parceria MEC/USAID e a Aliança para o Progresso. Por intermédio do Congresso, foi possível que as medidas tomadas por organismos federais para o uso educativo da televisão fossem discutidas e ganhassem uma amplitude maior. E, a apresentação dos documentos relativos à televisão educativa nos Estados Unidos serviriam também como um alerta para que o Brasil não repetisse os erros, desperdícios e desorientações que retardaram e oneraram a televisão educativa naquele país.

Apesar de todos os incentivos do governo militar para a implementação da televisão educativa no Brasil, algumas medidas federais foram questionadas. O deputado Gama Lima, presidente da Comissão de Economia, Viação e Obras Públicas da Assembleia Legislativa da Guanabara, por meio da Indicação N° 1.1210

[269] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 85-92.

de 1967, encaminhada à presidência da República, ao CONTEL e ao Conselho de Segurança Nacional, buscava que fosse considerada com extrema cautela a concessão de canais para televisão educativa, anunciada e desejada intensamente por algumas Secretarias Estaduais de Educação. Segundo o deputado, a televisão educativa não seria assunto especifico de um estado, devendo ser, para efeito de interesse nacional, da competência exclusiva da União, por intermédio do MEC. Do mesmo modo que os transportes interestaduais e as fronteiras constituíam-se como assunto de interferência privativa da União, assim também deveria ser a televisão educativa, uma vez que ultrapassaria, em seus efeitos, os limites territoriais dos estados.[270]

Gama Lima acreditava que confiar canais de televisão aos estados federativos daria margem a um sistema de propaganda, indiretamente de cunho eleitoral, à disposição dos políticos que ocasionalmente viessem a dominar o Poder Executivo dos estados. A ansiedade com que os estados com déficits em seus sistemas de ensino e escassez de recursos para pagarem o seu próprio magistério encaravam a instalação urgente de “caríssimas” emissoras de televisão seria prova da sedução de prestígio que ela se revestia, podendo ser um novo foco de “empreguismo”. A televisão educativa, de acordo com o deputado da Guanabara, poderia desenvolver muito bem, nos termos da lei, com a utilização de horário gratuito em todas as emissoras brasileiras com muito maior resultado e sem quaisquer dispêndios de recursos públicos, seja na implantação, seja na manutenção de emissoras transmissoras.[271]

Outra observação do deputado foi que o funcionamento de emissoras exclusivamente de cunho educativo, em horário paralelo ao das emissoras comerciais, condenaria a televisão educativa a uma audiência mínima, praticamente inexpressiva, não obstante o elevado custo de seus serviços, tendo em vista a sedução e a riqueza dos programas de entretenimento. Por fim, o argumento apresentado foi a compulsoriedade da cessão do horário gratuito, ao mesmo tempo, por todas emissoras de televisão comerciais, e depois por todas as emissoras de rádio em outro

[270] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 111-4.
[271] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 111-4.

horário, daria margem a uma audiência constante, certa e até mesmo forçada, como vinha acontecendo há decênios nas transmissões oficiais.[272]

Em resposta à indicação apresentada na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara pelo deputado Francisco da Gama Filho, o CONTEL apresentou um texto assinado por Taunay Reis, datado de 1° dezembro de 1967. Nele, Taunay Reis afirma que o deputado estaria discordando do artigo sétimo do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, o qual tinha norteado as votações do CONTEL, e aprovava por unanimidade as concessões de canais de radiodifusão às secretarias de Educação dos Estados. Buscando argumentar sobre justificativas contrárias às medidas que estavam sendo tomadas para o estabelecimento da televisão educativa apresentadas pelo deputado, o assessor do CONTEL enfatizou que a maioria dos países, tais como Inglaterra, França, Japão, Canadá, Austrália, Itália e Rússia, asseguravam ao poder público, senão exclusividade, grande preponderância na utilização dos canais de radiodifusão. Afirmou que o único país desenvolvido que não teria tomado esse cuidado seriam os Estados Unidos, que se viram na contingência de fazer a primeira reserva de canais de TV para a educação em 1952, reservando 254 canais, e logo depois, considerada, pelos órgãos responsáveis, tardia e modesta. Ainda segundo Taunay Reis, para sanar, em parte, essas deficiências, o número de canais reservados para a televisão educativa nos Estados Unidos vinha sendo periodicamente ampliado, o seu total, em 1967, seria de 703. Ponderou que o Governo Federal dos Estados Unidos não faria nenhuma limitação na concessão de canais de televisão aos órgãos estaduais de educação, assim como procurava incentivar suas redes, por meio de subvenções e financiamentos. Quase todos os estados dos Estados Unidos teriam planos para suas redes estaduais de televisão educativa.[273]

Em seu texto, Taunay Reis ressaltou que não se deveria esquecer de que no Brasil o governo Federal vinha contribuindo com um quarto dos recursos empregados no setor da educação e os governos estaduais com mais de dois quartos e que a grande porcentagem da parcela federal estaria comprometida no ensino superior. Enfatizou que prejuízos poderiam ser causados ao Brasil e ao magistério, se as verbas de organismos estaduais de educação fossem impedidas de serem utilizadas no

[272] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 111-4.
[273] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 115-8.

aproveitamento da televisão para a educação. Segundo o assessor do CONTEL, como havia no território brasileiro mais de mil estações de rádio e cerca de 45 de televisão, por conseguinte, centenas de concessionários aos quais o Governo federal confiou canais de radiodifusão, não alcançariam razões para que viessem a fazer restrições aos Governos Estaduais, para efeito de concessão.[274]

Em resposta ao deputado Gama Lima, Taunay Reis acrescentou ainda que a legislação brasileira concederia aos poderes públicos federal, estadual e municipal prioridade sobre os particulares. Afirmou que as leis e os costumes brasileiros confiariam aos estados a missão de educar a maioria esmagadora da infância e parcela substancial da juventude, dos 12,8 milhões de estudantes existentes no Brasil naquele momento, mais de 10 milhões estariam sob responsabilidade estadual e municipal. Por outro lado, ponderou que a centralização absoluta, sugerida pelo deputado, contrariaria a letra e a filosofia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Salvo o caso excepcional da Guanabara, que, conforme apresentou Taunay Reis, se caracterizava como estado-cidade, nem mesmo o território do estado de Sergipe poderia ser coberto normalmente por uma única emissora de TV. Conforme o assessor do CONTEL, em consequência, não justificaria o temor de que os problemas interestaduais criados pela televisão viessem a se constituir regra. E, considerou que, embora a União reservasse o direito de legislar e regular os transportes interestaduais, seria também verdade que a esmagadora maioria das empresas de transporte rodoviário e aéreo não fosse federal.[275]

Taunay Reis continuou seu texto ressaltando a máxima dos juristas romanos “o abuso não deve impedir o uso”, não pareceria lícito impedir o uso, baseado apenas no temor ou na hipótese de abuso. Afirmou que, ao contrário do que supunha o deputado Gama Lima, o CONTEL sustentava que o custo da televisão educativa seria muito modesto. Para a utilização apenas dos horários reservados por força da lei nas emissoras comerciais, com base no caminho tentado também nos Estados Unidos, país com uma legislação de telecomunicações muito semelhante à do Brasil, lembrou que isso foi tentado exaustivamente entre os anos de 1945 e 1952. Baseado na experiência vivida, conforme o assessor do CONTEL, os órgãos estadunidenses

[274] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 115-8.
[275] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 115-8.

responsáveis pela educação e pelas telecomunicações decidiram criar condições para assegurar a efetivação de estações exclusivamente educativas.[276]

Por fim, a resposta de Taunay Reis ao deputado Gama Lima considerou que a possibilidade de optar entre a escola e o divertimento sempre existiu, mas que isso não constituiria um fator determinante para inibir a concretização de escolas no passado e não deveria constituir no futuro. Além disso, as audiências de mais de quinhentas emissoras educativas do Japão e das cento e sessenta dos Estados Unidos (ambos números de 1967) contestavam os temores externados pelo deputado. Com relação aos horários simultâneos, abordado por Gama Filho, argumentou que havia as necessidades da educação, dados os diversos níveis, de numerosíssimos cursos dos níveis médio e superior e mesmo os diversos anos dentro de cada curso. O sugerido só se mostraria válido enquanto os educadores estivessem pouco preparados para tirar da televisão um proveito maior. A médio e longo prazo seria necessário estações educativas, pois o objetivo fundamental não seria fazer televisão educativa, mas sim atender às necessidades da educação por meio da televisão.[277]

Os concessionários das emissoras comerciais de televisão protestaram contra as medidas federais para o estabelecimento de emissoras educativas. O Presidente da ABERT reconheceu a obrigação da radiodifusão em dar uma contribuição para o aprimoramento da educação brasileira. Entretanto, não poderia deixar de protestar com a tentativa, que já se esboçava, da criação de emissoras educativas, mantidas com dinheiro dos contribuintes. Segundo João Calmon, todas as emissoras de rádio e televisão comercias estariam à disposição do governo para programas educativos. Para ele, não se justificaria que, em um momento de “dificuldades de toda empresa privada no Brasil”, órgãos governamentais criassem, em relação ao rádio e à televisão particulares, uma concorrência “desleal e ruidosa”.[278]

Dias depois, João Calmon, após afirmar que teria sido mal interpretado a respeito das palavras que proferiu sobre a televisão educativa no Brasil, ressaltou que “nós, da televisão particular deste país, somos entusiastas da televisão educativa”. Declarou que o desejo da ABERT era pressionar o governo para que utilizasse uma hora diária da programação das emissoras comerciais, a fim de serem transmitidos os

[276] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 115-8.
[277] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 115-8.
[278] **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1968.

programas educativos. Mas voltou a afirmar que não poderiam, entretanto, permitir que a televisão educativa tentasse fazer, em relação à televisão particular, uma concorrência, que qualificou de “desleal e ruidosa”. Pois, além de receber verbas do orçamento da União, que, em última análise, era dinheiro dos contribuintes, ela também buscaria patrocínio de firmas industriais e comerciais para apresentação de seus programas. Afirmou que esse era o ponto de vista de todos os concessionários de rádio e televisão.[279]

Ainda sobre o tema, *O Globo*, na primeira página do dia 2 de setembro de 1967, com o título “Televisionários”, destacou que não seria necessário pesquisar para comprovar a desproporção entre as necessidades e os recursos destinados à educação. Segundo dados publicados pelo Ministério do Planejamento, nem a União e nem os municípios aplicavam o mínimo exigido pela lei na educação. A União deveria aplicar no mínimo doze por cento do que arrecadava e os estados e municípios, vinte por cento. As classes menos abastadas não conseguiam passar do ginásio. Entretanto, em vez de optar por uma rigorosa aplicação dos recursos públicos, buscando o aperfeiçoamento da produtividade do ensino e racionalização dos métodos pedagógicos, optaram pela “fórmula mágica” da televisão educativa. Segundo o periódico carioca, era legítimo sonhar com a utilização de um veículo tão poderoso como a televisão para transmitir educação, mas criar emissoras educativas seria caro demais e não atingiria esse objetivo. O investimento necessário para operar um canal de televisão seria brutal, sobretudo se fosse levado em conta que feito à custa de sacrifício de realizações prioritárias no campo da educação. Ademais, enfatizava *O Globo*, estudos científicos mostravam que as crianças prefeririam programas recreativos aos educativos.[280]

O jornal *O Globo*, pertencente à família Marinho que possuía a emissora comercial que mais se desenvolvia naquele momento, assim como a ABERT, de uma maneira geral, reagiram temerosos com a possibilidade de concorrência entre as emissoras comerciais estabelecidas até o momento e as emissoras educativas que estavam sendo criadas. Percebendo a ampliação do debate em torno da utilização da TV como instrumento educativo, além das medidas federais nesse sentido, *O Globo* buscou apresentar uma alternativa à constituição de emissoras exclusivamente educativas. Segundo seu editorial, as emissoras de televisão particulares se

[279] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 1968, p. 4.
[280] **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 set. 1967, p. 1.

obrigariam a irradiar diariamente aulas que professores da rede pública, “recrutados entre os melhores”, ministrariam aos telespectadores. Seriam criados núcleos educacionais nos bairros onde se instalariam monitores para a recepção dessas aulas, de número limitado de alunos. Cada emissora daria a sua contribuição de uma hora diária. Na Guanabara, por exemplo, existiam cinco emissoras, “aí estaria coberto o período de cinco horas”. Aparentemente, uma hora de cada emissora e, como afirmava o jornal “nada custaria ao Estado, pois a contribuição das emissoras deveria, é lógico, ser gratuita”.[281]

O ministro da Educação, Tarso Dutra, teria recebido essa proposta de *O Globo* positivamente, afirmando que o jornal transformava-se, assim, “em pioneiro da redenção nacional através do processo educativo”. Entretanto, segundo o periódico da família Marinho, a “proposta faraônica” da criação de emissoras educativas estava prevalecendo. As crianças não assistiriam a essas emissoras que eram onerosas para os cofres públicos. Conforme *O* Globo, os mais necessitados não teriam acesso à TV, pois não disporiam de televisores. Essas pessoas teriam menos escolas para que, na cidade, fossem financiadas emissoras que ninguém veria, pois os recursos seriam retirados de setores prioritários. Para o jornal, o governo precisava “encarar com realismo a matéria e desencorajar esses ‘televisionários’”.[282]

Os horários para transmissão de programas educativos que deveriam ser reservados pelas emissoras comerciais para transmissão de programas educativos, abordados pelo deputado Gama Filho, ABERT e *O Globo*, foram estabelecidos pelo Decreto-lei 236 de 1967. Editado em 28 de fevereiro de 1967, pelo governo militar, o Decreto-lei complementou e modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual, conforme abordamos no segundo tópico do capítulo anterior, promulgado em 1962, não deixou de contar com a influência das Forças Armadas. Além do Decreto-lei n° 236, no ano de 1967, o governo militar promoveu a criação do Ministério das Comunicações (MINICOM), que incorporou o CONTEL e o DENTEL.[283]

Com o Decreto-lei n° 236, a legislação para as telecomunicações se tornou mais autoritária e centralizadora, impondo, por exemplo, penas mais severas. Essa legislação criou restrições relativas à quantidade de concessões que um mesmo

---

[281] **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jun.1967.
[282] **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 set. 1967, p. 1.
[283] BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 13-4.

concessionário poderia ter e eliminou qualquer possibilidade de participação de estrangeiros na propriedade ou na direção de empresas de comunicação no Brasil.[284]

Assis Chateaubriand considerou as limitações no número de emissoras por um mesmo proprietário como feitas sobre encomenda para atingi-lo. Em sua biografia, Fernando Moraes descreve o Decreto-lei de 1967 como fator gerador do desmoronamento da Rede Associada de Televisão, cuja hegemonia seria ocupada pela Rede Globo. Chateaubriand teria "perdido a sua primeira grande batalha" e que "talvez fosse a última de sua vida".[285] Desde o início do governo militar, Chateaubriand encontrava-se inerte em decorrência de um grave acidente vascular que sofrera em 1960. Ele foi perdendo a eficácia na capacidade para compor com os altos escalões do governo federal. Apesar da saúde debilitada, continuou escrevendo seus artigos e publicando-os em seus jornais que, naquele momento, já agonizavam diante de dívidas fiscais e previdenciárias, além de sofrerem com o aumento da concorrência e com a profissionalização das empresas midiáticas. Um de seus últimos desafetos e alvo de suas críticas foi Castelo Branco e consta que sua última intriga política foi contra a candidatura de Costa e Silva à presidência da República.[286]

Em seu artigo 12, o Decreto-lei n° 236 estabeleceu, por razão de políticas públicas relativas à prevenção do monopólio dos serviços de radiodifusão de som e imagem, que proprietários privados ficariam limitados a um máximo de dez concessões em todo território nacional. Além disso, um mesmo concessionário poderia participar somente de uma emissora de televisão em cada mercado.[287] Os Diários e Emissoras Associados, naquele momento, constituíam-se em dezoito estações de televisão e deveriam se adequar ao limite máximo de dez. Além de algumas delas estarem estabelecidas na mesma localidade, como a TV Tupi e a TV Cultura, ambas em São Paulo.[288]

Se a alteração com relação ao número máximo de emissoras parece ter sido direcionada ao condomínio comunicacional de Chateaubriand, o rigor com relação ao

---

[284] BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 13-4.
[285] MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 674.
[286] LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em Letra de Forma: Chatô, Wainer e Lacreda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 187.
[287] BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 13-4.
[288] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 134.

capital estrangeiro, expressos no Decreto-lei n° 236 deveu-se à parceria entre Globo e *Time-Life*. A TV Globo foi fundada em abril de 1965, fruto de uma concessão outorgada pelo presidente Juscelino Kubitscheck, no final de 1957. A partir de 1962, ela passou a contar com o financiamento de cerca de 6 milhões de dólares do grupo multinacional *Time-Life*. O acordo irregular, pois a Constituição Federal de 1946, no artigo 160, proibia grupos estrangeiros de auferir lucro e interferir na orientação de empresas de comunicação, possibilitou a constituição de uma infraestrutura que lhe deu significativa vantagem sobre as concorrentes. O acordo levou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, pressionada principalmente pela ABERT, cujo presidente era João Calmon, deputado federal e um dos condôminos-proprietários dos Diários e Emissoras Associados. Apesar das conclusões da CPI Globo/*Time-Life*, apresentadas em setembro de 1966, indicarem que o acordo era ilegal, a emissora não sofreu sanções. Em março de 1967, o governo militar arquivou o inquérito.[289]

A Rede Globo foi beneficiada de diversas formas no período militar. Além de seu acordo com o grupo *Time-Life* não ter lhe rendido sanções, ela foi beneficiada indiretamente, com a falência da TV Excelsior, após uma série de arbitrárias e injustas pressões sobre os bens da família Simonsen. Com o declínio das Emissoras Associadas, como a TV Tupi, e da Excelsior, a mais arrojada e moderna emissora do período, o caminho para a liderança da audiência estava aberto. Além disso, as medidas federais para a integração nacional através das comunicações possibilitaram a criação de verdadeiras redes de televisão no Brasil. Não por acaso, a rede de Roberto Marinho soube e pôde empreender e institucionalizar o "padrão Globo de qualidade", garantindo uma excelente qualidade em termos de emissão e produção televisiva, igualando-se às maiores redes de TV do mundo. De um lado, esses fatores garantiram à Rede Globo a liderança absoluta da audiência, de outro, serviam ao regime militar para controlar, segundo seus interesses autoritários, o universo televisivo, afinal era só pressionar diretamente o concessionário Marinho.[290]

---

[289] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 58-9.

[290] BUSETTO, Áureo. Relações entre TV e poder político: dados históricos para um programa de leitura dos produtos televisivos no ensino e aprendizagem. In: PINHO, Sheila Zambelo; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa (Orgs.). **Núcleos de Ensino**. 1ª ed., v. 4. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, p. 197-8.

Com relação ao uso educativo da televisão, o Decreto-lei n° 236 de 1967 foi o ato regulador que instituiu a figura da “Televisão Educativa”, dedicando quatro artigos especificamente para ela, do artigo 13 ao 16. Segundo o artigo 13, a televisão educativa era “destinada à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates”. A televisão educativa não teria caráter comercial, sendo “vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda fosse feita através dos mesmos”. O artigo seguinte estabeleceu que somente a União, os estados, territórios, municípios, universidades brasileiras, fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariassem o CBT, poderiam executar serviço de televisão educativa. As Universidades e Fundações deveriam, comprovadamente, possuir recursos próprios para o empreendimento. A outorga de canais para a televisão educativa não dependeria da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações, expediente que ficou destinado somente para as emissoras comerciais. As infrações ao disposto no artigo 14, ressalvadas as cominações previstas em leis especiais, seriam punidas com cassação da concessão. Em seu artigo 15, o Decreto-lei n° 236 estabeleceu que dentro das disponibilidades existentes ou que viessem a existir, o CONTEL reservaria canais de televisão, em todas as capitais de estados e territórios e cidades de população igual ou superior a 100 mil habitantes, destinando-os à televisão educativa.[291]

O Código Brasileiro de Telecomunicações, conforme abordamos no segundo tópico do capítulo anterior, definiu que os serviços de radiodifusão possuíam finalidade educativa e cultural, e eram considerados de interesse nacional, sendo permitida, apenas, a exploração dos mesmos, na medida em que não prejudicasse esses interesses e aquela finalidade. O Decreto-lei n° 236 reafirmou essa finalidade educativa dos serviços de radiodifusão e foi além, estabelecendo, em seu artigo 16, que o CONTEL ficaria responsável em baixar normas determinando “a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário, duração e qualidade desses programas”. O mesmo artigo estabeleceu que a duração máxima obrigatória dos programas educativos nas emissoras comerciais deveria ser de 5 horas semanais, e deveriam ser transmitidos entre 7 e 17 horas. As infrações ao disposto nos artigos 13

[291] BRASIL. Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.

e 16, ressalvadas as cominações previstas em leis especiais, seriam punidas com multa.[292]

O Decreto-lei n° 236, em seu artigo 13, impôs uma restrição à atuação das emissoras educativas, ficando destinadas apenas “à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates”, o que jamais foi cumprido ao pé da letra, conforme veremos com mais detalhes nos próximos capítulos. Enquanto que a restrição relacionada à televisão educativa não ter caráter comercial, “sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita por intermédio dos mesmos”, disposto no parágrafo único do mesmo artigo, foi levado à risca pelos órgãos fiscalizadores, notadamente em virtude da pressão exercida pelas emissoras comerciais, principalmente por meio da ABERT.[293]

Dois anos antes da promulgação do Decreto n° 236, o presidente da ABERT, o deputado João Calmon, declarou defender a tese de que a capacidade ociosa das emissoras comerciais de televisão, nos horários em que eles não operavam, ou seja, naquele momento, na parte da manhã, poderia ser aproveitada para a transmissão de programas com finalidades educativas. Mas, como as emissoras de TV não aufeririam lucros que lhes permitissem financiar esses cursos, o Governo deveria dar a ajuda necessária para cobrir as despesas operacionais.[294]

Entretanto, a ABERT teria se manifestado contrariamente ao Decreto-lei n° 236. João Calmon afirmou que aquele ato legal mutilava o CBT, eliminando todas as garantias conquistadas pela ABERT. Enfatizou que a ABERT nasceu na base de uma luta contra as tendências “liberticidas” que caracterizavam o governo João Goulart, que havia vetado 53 artigos do CBT, “código que representava um tesouro de garantia para a democracia brasileira”. A ABERT mobilizou “a família do rádio e da televisão” e, em duas noites, no Congresso Nacional, foram derrubados um a um todos os vetos. Meses depois “eclodiu a revolução” de 1964. “O rádio e a televisão haviam contribuído decisivamente para a derrubada do regime presidido pelo Sr. João Goulart”. Entretanto, “desagradavelmente”, os “vitoriosos” não se “lembraram da contribuição

---

[292] BRASIL. Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.
[293] FRADKIN, Alexandre. **A TVE ou não é?**. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2016.
[294] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 out. 1965, p. 4.

que os homens do rádio e da televisão deram à vitória da revolução". Apesar de reconhecer que uma autocritica rigorosa levaria à condenação de vários aspectos da atuação do rádio e da televisão no Brasil, notadamente com relação às "falhas da programação", que muitas vezes era um fator de "deseducação", com "excessiva ênfase dada a histórias ligadas ao crime e ao sexo. Afirmou que um balanço isento ainda permitiria ostentar um crédito bastante razoável. Se os concessionários não faziam mais, não seria por omissão, mas sim por omissão do governo.[295]

Como a legislação obrigava a uma hora de transmissões diárias de programas educativos, o ministro da Educação, em meados de 1967, havia nomeado um grupo de trabalho, integrado também por um membro da ABERT, para determinar os detalhes para utilização do tempo de televisão para aqueles programas. Onze meses após o encerramento dos estudos desse grupo de trabalho, segundo Calmon, ainda não teria sido encaminhado nenhum programa para ser transmitido pelas emissoras comerciais, que não cobrariam nada pela transmissão desses programas com finalidade educativa.[296]

O Decreto-lei n° 236 foi o primeiro diploma legal que fez a separação entre Radiodifusão e Radiodifusão Educativa. Em virtude dessa regulamentação, a radiodifusão foi dividida em dois segmentos distintos: a radiodifusão considerada comercial e a radiodifusão educativa. Portanto, a partir desse ato regulador, sob o aspecto estritamente legal, existiriam somente dois modelos televisivos no Brasil: o comercial e o educativo. Qualquer outra denominação, como TV cultural, TV pública, TV estatal, TV universitária, TV comunitária, que fosse utilizada, não possuiria respaldo legal.[297]

Uma vez criada a figura da radiodifusão educativa, ainda em 1967, o governo militar, através do Decreto 61.312, determinou que as emissoras de televisão oficiais e particulares, deveriam se integrar "ao esforço nacional em favor da alfabetização funcional e da educação continuada de adultos".[298]

---

[295] **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1968.
[296] **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1968.
[297] FRADKIN, Alexandre. **A TVE ou não é?**. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2016.
[298] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 277.

2.3 A instituição da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa

A instituição da FCBTVE estava atrelada a uma série de medidas do regime militar relacionada ao setor de telecomunicações e educação. Sua existência era necessária para coordenar as atividades das emissoras educativas que surgissem dos diversos estímulos dados pelo governo federal, além da disposição de conteúdos educativos para essas emissoras e para as comerciais, que também, segundo a legislação, possuíam compromisso com a educação e obrigação de ceder espaço em suas programações diárias para programas educativos. Sua criação evidencia a busca de encampar as iniciativas com relação à televisão educativa pelo regime militar e o objetivo desse em controlar tais iniciativas centralizando em um órgão que teria suas decisões subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura. Afinal, como veremos abaixo, os concessionários educativos não poderiam firmar parcerias sem a anuência da FCBTVE, que, respectivamente, precisaria da anuência do MEC.

Em agosto de 1966, o presidente Castelo Branco encaminhou mensagem ao Congresso Nacional solicitando a autorização para que o Executivo instituísse uma Fundação denominada “Centro Brasileiro de TV Educativa”, com sede na Guanabara, com a finalidade de adquirir, produzir e distribuir material audiovisual destinado à televisão educativa no país, resultante dos trabalhos da comissão criada em 1964 e oficializada no ano seguinte. Na exposição dos motivos, o Ministério da Educação e Cultura salientou que a “exiguidade das redes escolares e a insuficiência de professores têm determinado uma situação crítica no campo da educação, o que aconselha a adoção da medida proposta”.[299]

O ministro da Educação, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, ao defender, perante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o projeto que instituía a FCBTVE, declarou que o Brasil não poderia mais pensar em campanhas de erradicação do analfabetismo sem contar com a televisão para atingir todo o território nacional. Moniz de Aragão pediu que a Comissão de Educação apresentasse emendas à mensagem do Executivo para considerar como membros da Assembleia Geral da FCBTVE os secretários dos ministérios e não diretores de órgãos executivos, como previa a proposição governamental. A alteração seria necessária devido à reforma prevista para administração federal que subordinaria os diretores aos

[299] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 ago. 1966, p. 38.

secretários ministeriais. Indicou a necessidade de que fossem definidas e especificadas as funções dos conselheiros-curadores da FCBTVE, pois na mensagem do Executivo não teriam sido dadas suas atribuições e nem o número total de membros que seria permitido. Sugeriu, por fim, uma emenda estabelecendo que para o presidente da Fundação fossem exigidas as mesmas qualificações, "comprovando saber e experiência educacional", impostas aos membros de sua Assembleia Geral.[300]

Com relação à erradicação do analfabetismo, a que se referiu o ministro Moniz de Aragão, muitos programas foram adotados antes da chegada dos militares ao poder, tanto para a expansão da educação básica como para o combate ao analfabetismo de adultos. A UNESCO, criada em 1945, apoiava as ações em prol de uma educação supletiva. A OEA, no início da década de 1960, estabeleceu objetivos como a eliminação do analfabetismo e escolarização mínima de seis anos para todas as crianças em idade escolar. Em 1961, o presidente Jânio Quadros decretou o Movimento de Educação de Base (MEB), prevendo inclusive o uso do rádio, principalmente para população da área rural. Em 1962, foram decretados pelo governo brasileiro a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo e o Programa de Emergência para o Ensino Primário e Médio. Em 1963, o governo João Goulart propôs o Plano Nacional de Alfabetização. No mesmo ano foi realizado o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Entretanto, o MEB teria sido o único movimento de educação e cultura popular que sobreviveu ao golpe de Estado de 1964. A imensidão do território brasileiro, a dispersão populacional em enormes áreas, as carências educacionais e a falta de material humano foram argumentos apropriados pelos militares para utilização da televisão para a educação visando atingir os seus objetivos de desenvolvimento. Proposta que ganhava respaldo inclusive pelas diretrizes da UNESCO com relação à utilização de tecnologias, como a televisão, para o saneamento de problemas educacionais. Após a ascensão dos militares ao poder, o primeiro programa de destaque referente à alfabetização foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, pelo sucessor de Moniz de Aragão no Ministério da Educação, Tarso Dutra, já durante o governo do General Costa e Silva.[301]

---

[300] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 ago. 1966, p. 6.

[301] CF. CUNHA, Luiz Antônio. **O Golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999; HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos** (1964-1985). São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo; e LIRA, Alexandre Tavares do

Entre a conclusão de votação de diversos projetos do Executivo na Câmara dos Deputados, na sessão de 14 de dezembro de 1966, estava o projeto que criava sob forma de fundação o Centro Brasileiro de TV Educativa.[302] Foram aprovadas as emendas feitas pelo Senado Federal, estabelecendo que a FCBTVE teria como sede e foro a cidade do Rio de Janeiro até que fosse possível sua transferência para o Distrito Federal. O poder Executivo designaria uma comissão para estudar a incorporação da TV Nacional de Brasília, canal 3, com todo o seu acervo ao patrimônio da FCBTVE.[303]

Após tramitação, discussão e algumas emendas, foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, a Lei n° 5.198, de 3 de janeiro de 1967, criando sob forma de fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa. Além de Castelo Branco, a lei de criação da FCBTVE foi assinada pelo ministro da Educação, Raymundo Moniz de Aragão; ministro do Trabalho, Luís Gonzaga do Nascimento; e Ministro da Fazenda, Otávio Bulhões. A FCBTVE teria um prazo indeterminado de duração. Em seu ato de constituição ficou estabelecido que deveria estar presente, como representante da União, o ministro da Educação e Cultura, que designaria uma comissão incumbida de, no prazo de 120 dias, elaborar o estatuto da FCBTVE e submetê-lo à aprovação do Presidente da República.[304]

A cerimônia de instalação do Centro Brasileiro de TV Educativa foi realizada no dia 27 de março de 1967, no Ministério da Educação, sob a presidência de Edson Franco, diretor do Departamento Nacional de Educação.[305] Quase um mês depois, no dia 24 de abril de 1967, foi publicado no *Diário Oficial da União*, o Estatuto da FCBTVE,[306] documento aprovado por meio do Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967, do vice-presidente da República em exercício da Presidência, Pedro Aleixo. Assinavam o texto do Estatuto da FCBTVE: Pedro Aleixo; o ministro da Educação,

---

Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

[302] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1966, p. 17.

[303] BRASIL. Lei n. 5.198, de 3 de janeiro de 1967. Cria sob forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa.

[304] BRASIL. Lei n. 5.198, de 3 de janeiro de 1967. Cria sob forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa.

[305] **O Globo***,* Rio de Janeiro, 28 mar. 1967, p. 5.

[306] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1967, p.5.

Tarso Dutra; e o futuro Ministro das Comunicações, Carlos Furtado de Simas, pois esse ministério só entraria em funcionamento a partir de julho.[307]

Segundo seu Estatuto e em conformidade com sua Lei de criação, a FCBTVE teria autonomia administrativa. Ela seria administrada pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Curador, Presidência e Conselho Diretor. A Assembleia Geral teria como membros natos os diretores dos órgãos executivos e técnicos do Ministério da Educação e Cultura, imediatamente subordinados ao ministro dessa pasta. Os membros natos da Assembleia Geral seriam: o Secretário Geral, o Diretor Geral do Departamento de Administração, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Diretor de Ensino Superior, o Diretor de Ensino Secundário, o Diretor de Ensino Comercial e o Diretor de Ensino Industrial do Ministério da Educação. Por decisão da própria Assembleia Geral poderiam também integrá-la os brasileiros que tendo feito à Fundação doações superiores ao equivalente a dez vezes o "maior salário mínimo em vigor no país", fossem, comprovadamente, pessoas de "saber e experiência em matéria de educação". Na composição da Assembleia Geral seria respeitada uma proporcionalidade, com ponderação de votos, se necessário, que assegurasse ao MEC maioria absoluta nas decisões. A Assembleia Geral seria o órgão soberano da administração da FCBTVE e competiria eleger os membros do Conselho Curador; eleger o Presidente; propor alterações de seu Estatuto; e exercer qualquer poder não atribuído expressamente aos outros órgãos da Fundação.[308]

O Conselho Curador seria constituído por três membros titulares e seus suplentes, com mandatos de três anos. Ao Conselho Curador competiria: aprovar propostas apresentadas pelo presidente da FCBTVE, pelo menos trinta dias antes de sua execução; apreciar mensalmente os balancetes apresentados pelo presidente; pronunciar-se sobre o relatório anuais de atividades, instruído com balanço anual e inventário e com elementos complementares elucidativos da situação financeira e patrimonial da Fundação; requisitar do presidente informações que fossem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições; examinar, a qualquer

[307] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.
[308] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

tempo, por iniciativa própria ou por solicitação do presidente, livros e documentos relacionados com a escrituração financeira e patrimonial.[309]

A presidência deveria ser exercida por personalidade de “alto nível intelectual e cívico, com serviços prestados à causa da televisão educativa”. Ao presidente competiria: orientar, dirigir e coordenar as atividades da Fundação e os trabalhos dos respectivos serviços, os quais criaria, transformaria e extinguiria, mediante resoluções; representar a Fundação, em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, podendo, inclusive, delegar poderes e constituir mandatários; receber bens, doações e subvenções destinadas à Fundação, e movimentar suas respectivas contas bancárias; celebrar, com aquiescência do Conselho Diretor, convênios e acordos com outras instituições de qualquer natureza, que realizassem atividades relacionadas com os interesses da Fundação, dependendo da prévia aprovação do Ministro da Educação e Cultura aqueles que envolvessem entidades estrangeiras; convocar e presidir reuniões do Conselho Diretor; elaborar com a cooperação do Conselho Diretor e de acordo com o orçamento, o plano de atividades anuais; firmar contratos e aprovar concorrências e coletas de preços, e autorizar as consequentes despesas e os respectivos pagamentos; admitir, movimentar e dispensar pessoal técnico, administrativo e auxiliar, necessário para a realização das atividades programadas; aprovar instruções para o funcionamento dos serviços, inclusive o destinado ao encaminhamento junto dos órgãos técnicos da administração federal, de providências de interesses das instituições integrantes do sistema nacional de televisão educativa.[310]

O Conselho Diretor deveria ser constituído por cinco membros, designados pelo MEC, por indicação do presidente da Fundação, que os escolheria dentre “personalidades credenciadas por serviços prestados em setores de atividade relacionados com a educação e cultura”. O presidente da FCBTVE teria como substituto eventual um dos membros do Conselho Diretor, que, por sua indicação seria designado pelo ministro da Educação e Cultura. Ao Conselho Diretor competiria: cooperar com o presidente na elaboração dos planos de atividades da Fundação e no desempenho de funções que lhes fossem conferidas na sistematização dos setores

[309] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.
[310] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

internos da entidade; opinar sobre projetos, estudos e assuntos que fossem encaminhados ao seu exame; propor ao presidente medidas que julgasse de interesse para a eficiência e a melhoria da execução dos planos aprovados; e opinar sobre doações, convênios e acordos que interessassem a Fundação. [311]

Pela estrutura administrativa presente no Estatuto da FCBTVE fica bastante claro a intenção de nada fugir das intenções do governo federal por intermédio do Ministério da Educação e Cultura. Esse seria responsável pela aprovação de qualquer medida administrativa. Levando em conta que as diretrizes impostas ao MEC podem ser alteradas de governo para governo, os rumos da Fundação poderiam estar sujeitos às vontades do governante do momento. A "autonomia administrativa" presente em sua Lei de criação e em seu Estatuto aparentam meros tipos impressos em suas páginas, sem nenhuma possibilidade prática. Portanto, a ideia de serviço público passa ao largo da concepção administrativa da FCBTVE. O que fica evidente pela sua legislação é a concepção de um órgão estatal e, no caso em tela, a serviço da ideologia do regime militar.

Para o Conselho Diretor da FCBTVE foram designados: general Taunay Drummond Coelho Reis, padre Laércio Dias Moura, economista Mário Henrique Simonsen, diplomata Francisco Alvim e Érica Coester. Para o seu Conselho Curador os primeiros eleitos foram: José Pedro Ferreira da Costa e os professores Rinaldo Delamare e o jornalista Josué Montelo. Como suplentes do Conselho Curador foram eleitos: Vitor Zappi Capucci, Júlio D'Assunção Barros e Ofélia Guimarães. Como presidente da FCBTVE foi escolhido o professor Gilson Amado.[312]

Pelo seu Estatuto, ficou estabelecido que a FCBTVE prestaria assistência ao CONTEL, nos exames dos pedidos de concessão de canais de televisão educativa. A concessão ou a manutenção dos canais educativos seria condicionada ao cumprimento de obrigações que assegurassem o atendimento dos objetivos da política nacional de telecomunicações, na área específica da televisão educativa, e aos objetivos de planejamento da educação nacional, a cargo do MEC. Em estrita colaboração com o CONTEL, a Fundação deveria exercer a supervisão das atividades das emissoras de televisão educativas, com a finalidade de zelar pela observância dos compromissos assumidos por essas emissoras com referência aos padrões

[311] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.
[312] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967.

“técnico-pedagógicos e ao sentido cívico-cultural” de suas programações. Os concessionários de canais de televisão educativa deveriam submeter ao exame da FCBTVE todos os atos que importassem em transações com entidades estrangeiras, públicas ou particulares, visando a obtenção de financiamento, empréstimo, assistência técnica ou fórmulas de cooperação de qualquer espécie. [313]

A finalidade da FCBTVE era a produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à televisão educativa, contribuindo, direta ou indiretamente para a expansão e aperfeiçoamento do sistema de televisão educativa do Brasil. Para a consecução de seus fins, a FCBTVE poderia dispor de órgãos específicos e veículos próprios e promover seus objetivos recorrendo a emissoras públicas e particulares, entrosadas no sistema nacional de televisão educativa, mediante convênios e regimes especiais de cooperação, e, bem assim colaborar com as emissoras de televisão em geral, nas esferas de interesse comum relacionadas com a educação e cultura.[314] Em casos especiais, a FCBTVE poderia solicitar a órgãos do MEC a colaboração de seu pessoal técnico administrativo. A Fundação supervisionaria e fiscalizaria, sob o aspecto didático-educativo, as atividades das instituições integrantes do sistema nacional de televisão educativa.[315]

Ainda conforme o seu Estatuto, a FCBTVE disporia de autonomia financeira. O patrimônio inicial da Fundação seria constituído pela dotação de um milhão de cruzeiros novos.[316] O Poder Executivo deveria abrir esse crédito por meio do MEC e doá-lo à Fundação para que fosse aplicado em imóveis, títulos, equipamentos técnicos e despesas complementares à instalação. Os bens e direitos integrados ao seu patrimônio seriam: os recebidos em doação de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; os resultantes de suas rendas e subvenções; e os que fossem adquiridos no exercício de suas atividades. Os bens e direitos da FCBTVE poderiam ser utilizados somente para a consecução de seus

[313] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.
[314] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.
[315] BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.
[316] A partir de 13 de fevereiro de 1967, através da Resolução 47 do Conselho Monetário Nacional, a moeda brasileira passou a chamar cruzeiro novo. Um cruzeiro novo equivalia a mil cruzeiros.

objetivos, sendo porém, permitida a sub-rogação de uns e outros, para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.[317]

A Fundação gozaria de isenção dos impostos de importação e consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro para compra de equipamentos necessários à produção de programas educativos. Entretanto, era recomendado, sempre que possível, que esse material fosse adquirido no Brasil, recorrendo-se à importação somente para produtos sem similares nacionais. Os bens, equipamentos e materiais importados com as isenções previstas deveriam ser destinados à utilização privativa da Fundação, não podendo, a qualquer título ou sob qualquer pretexto, serem alienados. Era assegurada à FCBTVE a isenção de impostos e taxas federais. Se, por algum motivo, a FCBTVE fosse extinta, incorporar-se-iam os seus bens ao Patrimônio Nacional.[318]

Por ser constituída como uma fundação, o pessoal admitido pela FCBTVE estava sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Diante de tal facilidade administrativa, a FCBTVE, a exemplo de outras fundações federais, serviu de empregador para diversos órgãos do MEC, especialmente o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE).[319]

A FCBTVE realizaria a experiência piloto da TV Educativa no Brasil em Brasília. A TV Nacional de Brasília, após sua incorporação pela FCBTVE, seria modelo para a organização de emissoras educativas, contribuindo para o estabelecimento de um sistema de televisão educativa que cobrisse todo território brasileiro. Segundo o Projeto Piloto, a “TV Educativa de Brasília” iria apresentar doze horas de emissões por semana, cobrindo as cidades-satélites e a zona rural do Distrito Federal, de acordo com o programa estabelecido pela Comissão Organizadora criada pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Distrito Federal.[320]

O professor Wilson Aguiar, então diretor do Departamento de Comunicação Audiovisual da Faculdade de Comunicação Coletiva de Brasília, que teria estudado a fundo sobre televisão educativa, ao analisar a implantação da FCBTVE, achou estranho o fato de a Comissão Coordenadora do Distrito Federal não ser integrada

---

[317]BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.
[318] BRASIL. Lei n. 5.198, de 3 de janeiro de 1967. Cria sobre forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa.
[319] FRP. **A fundação Roquette-Pinto e as suas dificuldades atuais**. Rio de Janeiro, 1990-1997.
[320] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 1967, p. 10.

por um profissional de televisão pelo menos. Esse critério parece ter sido esquecido na formação da Comissão Coordenadora que iria traçar as diretrizes da TV Educativa em Brasília. A Comissão era composta por, além de professores do ensino médio e de um representante da Embaixada dos Estados Unidos, um professor associado da Universidade da Carolina, John Strother Clayton, que era também consultor do *Peace Corps*[321] para a tele-educação. A assistência técnica para a TV Educativa seria dada pelo *Peace Corps* mediante convênio firmado com o MEC e a prefeitura do Distrito Federal.[322]

A TV Nacional, canal 3, de Brasília, foi inaugurada em 1960, como parte dos projetos de Juscelino Kubitschek para a nova capital federal. Era propriedade do governo federal, administrada por meio da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, órgão do ministério da Fazenda. No momento em que foi anunciada a sua incorporação ao patrimônio da FCBTVE, assim como parece ter sido a tônica de sua existência até então, a emissora passava por profundos problemas financeiros, acarretando falta de equipamentos e manutenção para os existentes, além de atrasos nos salários de seus funcionários. Sua programação era composta principalmente por filmes cedidos por embaixadas e organizações culturais estrangeiras.[323] Portanto, sua incorporação ao patrimônio da FCBTVE era muito mais para salvar a própria emissora do que contribuir para a nova Fundação.

O presidente da FCBTVE reafirmou ao *Jornal do Brasil,* em maio de 1967, aquela concepção de televisão educativa que os pioneiros no uso educativo dos meios de comunicação tiveram e que aparentava ser também a adotada em outros países da América Latina e nos Estados Unidos. Segundo Gilson Amado, a televisão educativa brasileira assumiria características diferentes da francesa e da inglesa, por exemplo. Nesses países, como todas as crianças estavam na escola, a televisão educativa realizaria uma tarefa supletiva. No Brasil, acentuou, a televisão seria, antes de tudo, uma “TV escola”, “máquina de preparar o povo para uma vida produtiva e para participação crescente nos benefícios do progresso e da civilização”.[324]

---

[321] A agência federal estadunidense *Peace Corps* foi criada em 1961 pelo presidente estadunidense John Kennedy como “uma nova oportunidade para os americanos servirem seu país e o mundo”. (PC, 2017).
[322] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 1967, p. 10.
[323] **Veja**, São Paulo, 2 dez. 1970, p. 72.
[324] **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 maio 1967, p. 10.

Na mesma oportunidade, Gilson Amado destacou que quando se falava em televisão educativa, além da parte de planejamento, diretrizes e perspectivas pedagógicas, deveria ser cuidado, antes de tudo, dos que seriam os seus alicerces, as fontes de recurso. Com recursos, seria possível implantar no Brasil uma rede nacional de emissoras de televisão educativas, utilizando os mais de 150 canais, de grande, média e pequena potência, que já haviam sido colocados à disposição para essa finalidade pelo CONTEL.[325]

O presidente da FCBTVE apontou que o grande problema para a consecução dos objetivos traçados para a televisão educativa era a falta de recursos financeiros para preparar rapidamente quadros de técnicos e especialistas no setor, nas duas esferas, tecnológica e pedagógica, e também na falta de receita para operar essas emissoras, uma vez que não poderiam contar com publicidade comercial. Afirmou que, apesar de ter sido concedido à FCBTVE um fundo inicial de 1 milhão de cruzeiros novos, esses recursos não poderiam ser utilizados em custeio ou em investimentos operacionais, porque constituíam o próprio patrimônio da Fundação. Por fim, como metas mais próximas, Gilson Amado considerou a instalação de um pequeno centro de produção que serviria de laboratório e de um espaço para treinamento de pessoal especializado, além da dinamização de todas as experiências com o uso educativo da televisão já feitas no Brasil.[326]

A falta de recursos sempre representou um entrave aos entusiastas da televisão educativa. No Brasil não era comum a existência de fundações particulares como a Ford, por exemplo. Posteriormente, alternativas como a taxação por aparelho, aos moldes da televisão britânica, foi aventada pelo próprio Gilson Amado, visando não ficar refém das condições político-financeiras do momento. No mesmo sentido, na década de 1970, também se cogitou a criação de um fundo nacional para a televisão educativa, entre outras alternativas.

A FCBTVE, segundo Gilson Amado, poderia absorver mais de três milhões de adolescentes adultos quando estivesse em pleno funcionamento. Ele projetou, que até setembro de 1967, a TV Nacional de Brasília estaria operando como emissora educativa. De acordo com o presidente da FCBTVE, a iniciativa de Brasília constituiria o primeiro elo de uma cadeia que se desenvolveria por todo o país, por meio de emissoras educativas e também das emissoras comerciais, mediante convênios e

[325] **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 maio 1967, p. 10.
[326] **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 maio 1967, p. 10.

regime de cooperação, como os que seriam efetivados com a UNESCO. Para Gilson Amado, eram excelentes as perspectivas de cooperação entre UNESCO e a FCBTVE, no que dizia respeito à assistência técnica, preparação de pessoal especializado e instalação de um telecentro piloto, com sede no Rio de Janeiro. Na mesma oportunidade, Gilson Amado, quando perguntado, afirmou que desconhecia qualquer tipo de negociação para a obtenção de recursos da USAID para a FCBTVE.[327]

Gilson Amado afirmou que a UNESCO, após consulta ao Itamarati, teria concordado em cooperar nos projetos da FCBTVE, cujo objetivo era "implantar um programa de alfabetização em várias regiões geoeconômicas", por meio de cem canais de televisão selecionados pelo CONTEL. A UNESCO, receptiva às consultas do Itamarati, pelo embaixador Carlos Chagas, estaria disposta a dar assistência técnica e a colaborar nos projetos-pilotos da Fundação. Segundo o presidente da FCBTVE, o projeto inicial seria instalar vinte emissoras educativas, distribuídas estrategicamente pelas regiões geoeconômicas e que isso já mudaria a face do país. A TV Nacional de Brasília seria a primeira a funcionar como televisão educativa.[328]

Sendo assim, no início de maio de 1967 foi anunciada a vinda ao Brasil de um técnico da UNESCO, Henry Cassirer, que estudaria com representantes do Ministério da Educação e Cultura e da FCBTVE o entrosamento da televisão no plano de erradicação do analfabetismo que deveria ser iniciado no final daquele ano pelo Governo federal. Cassirer atuava na Divisão de Emprego de Meios de Informações para Objetivos Culturais da UNESCO. Segundo Gilson Amado, Cassirer teria vindo para estudar as possibilidades de intercâmbio com a FCBTVE e observar as experiências pioneiras do Brasil no campo do ensino audiovisual. Ele foi primeiramente ao Rio de Janeiro para examinar as perspectivas de financiamento de projetos da FCBTVE. Posteriormente, viajou para São Paulo a fim de observar as experiências paulistanas na produção de audiovisuais para o ensino. Por fim, foi a Brasília.[329]

A visita de Henry Cassirer constituiu em um primeiro passo para a execução de um amplo programa de cooperação entre a UNESCO e o Brasil, com vistas ao desenvolvimento da FCBTVE. Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, Cassirer teria mantido contato com organismos oficiais e entidades culturais e inteirou-

[327] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 maio 1967, p. 11.
[328] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de maio 1967, p. 17.
[329] **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 maio 1967, p. 10.

se, em particular, dos trâmites para a constituição da FCBTVE, que teve o MEC como núcleo aglutinador. Em sua estada no Brasil afirmou que a imagem da TV, como existia, não satisfazia o povo brasileiro, que a aceitava, mas tudo indicaria que buscava outra coisa. Nesse contexto, a figura da Fundação se inseriria como elemento ideal para obter um equilíbrio no setor televisivo entre as emissoras comerciais e a criação de emissoras oficiais. A FCBTVE poderia congregar não apenas o MEC, como também outros órgãos interessados como os ministérios da Agricultura e da Saúde. E, ainda, universidades, museus e instituições culturais em geral, ao lado de entidades privadas, como a indústria, potencialmente interessada no aprimoramento da mão-de-obra; as associações de Pais e Mestres, entre outras. Com a FCBTVE, os órgãos oficiais teriam flexibilidade na ação em conjunto com entidades não-governamentais. Em síntese, um terceiro caminho entre a TV utilizada exclusivamente para propaganda política e aquela usada somente para fins comerciais, "dois perigos que preocupavam as populações da América Latina".[330]

Em setembro de 1967 o Presidente da República Costa e Silva assinou seis decretos visando desencadear uma campanha nacional de alfabetização funcional. O primeiro tratava sobre a constituição nacional de alfabetização funcional e educação de adultos. O segundo tratava sobre a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo. O terceiro versava sobre a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização. O quarto era destinado à alfabetização de adultos em idade militar. O quinto, à constituição de um grupo de trabalho interministerial para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização. O sexto, por fim, era sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adultos.[331]

O decreto referente à participação da rede de televisão no programa traçado pelo Governo Militar previa que todas as emissoras de televisão, oficiais e particulares, deveriam prestar seus serviços ao esforço nacional em prol da alfabetização funcional e da educação continuada de adultos. Deveria ser rigorosamente observado, em cada emissora, o tempo destinado a programas educativos. Seria reservado, pelo menos, um terço desse tempo para programas específicos da alfabetização funcional. A FCBTVE ficaria responsável para promover a produção de aulas de alfabetização pela televisão. O MEC cuidaria, por meio do Departamento Nacional de Educação e da

[330] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 1967, p. 12.
[331] **O Globo***,* Rio de Janeiro, 9 set. 1967, p. 8.

FCBTVE, da distribuição de aulas de alfabetização para serem transmitidas por todas as emissoras do país, bem como, por intermédio das Secretarias de Educação e Cultura, da instalação progressiva de núcleos de recepção organizada.[332]

Foi constituído um grupo de trabalho integrado pelo diretor-geral do Departamento nacional de Educação, pelo representante do CONTEL, pelo presidente da FCBTVE e pelo presidente da ABERT, para promover, dentro de 60 dias, a organização da rede em função de horários adequados e providenciar o início da programação educativa. Os ministros da Educação e Cultura, e das Comunicações baixariam as instruções necessárias à execução do decreto que entraria em vigor no dia 8 de setembro de 1967, revogando as disposições em contrário.[333]

A data para as assinaturas dos decretos referentes à alfabetização foi escolhida em função do dia 8 de setembro ter sido instituído com o "Dia Mundial da Alfabetização" pela UNESCO, exatamente em 1967, com o objetivo de fomentar a erradicação do analfabetismo em todos os países. Aproveitando a data, antes de assinar os decretos supracitados, o presidente militar Costa e Silva, em seu discurso alusivo ao Dia Mundial da Alfabetização, afirmou sua intenção em associar o seu governo de "maneira solene e profunda às comemorações ora iniciadas no mundo inteiro". Aquele dia não teria sido instituído "como facial ensejo para festividades superficiais ou para expressão passageira de tropos e clangores de retórica", mas sim como início de um processo "duradouro, paciente e eficaz". O intuito desse processo seria o de "atrair a atenção e de despertar a consciência de todos os povos e de todos os governos" para a imensa área "coberta pela ignorância e representada por 700 milhões de adultos e 100 milhões de crianças e adolescentes, incapazes de utilizar os instrumentos elementares de leitura e da escrita". Esse número cresceria anualmente e a ele deveriam ser somados "200 milhões de crianças que, mal preparadas em escolas de má qualidade, retornariam rapidamente à condição de analfabetos".[334]

O presidente declarou que na conjuntura brasileira o Dia Mundial da Alfabetização teria um significado singular, pois o país, como estado-membro da UNESCO, fazia jus a consideráveis auxílios, quer de caráter técnico, quer de caráter financeiro. Esses auxílios eram recebidos continuamente para vários objetivos, por escolha do governo brasileiro, especialmente para preparação de professores,

[332] **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 set. 1967, p. 8.
[333] **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 set. 1967, p. 8.
[334] **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 set. 1967, p. 8.

instalação e financiamento de um centro tecnológico e missões técnicas para estudos sobre o ensino em vários ramos e graus por especialistas em educação e pesquisadores.[335]

Costa e Silva frisou que aquele dia abriria ao governo a possibilidade de mobilizar a opinião pública nacional para a questão do analfabetismo. Ressaltou que nenhum dia ofereceria como aquele a oportunidade aos governos nacional, estadual e municipal para conclamar todas as instituições e todos os cidadãos a associarem-se aos poderes públicos para a continuidade, a ampliação e a renovação do grande esforço comum em "prol da cultura popular". O passo inicial dessa cultura consistiria na alfabetização de todas as crianças em idade escolar e, simultaneamente, dos adolescentes e adultos, cujo "virtual valor à Nação" não poderia ser perdido e deveria, por todos os meios, "incorporar ao seu contexto social e ao seu esforço econômico".[336]

O presidente da República finalizou almejando que sua mensagem encontrasse na opinião pública, nos governos de todos os estados e municípios e em todas as instituições a mesma receptividade que a sua palavra já havia encontrado na Igreja Católica e nas Forças Armadas, "o mesmo ressoo moral suscetível de transformar o seu conteúdo em vigoroso pensamento solidário" com a ação que deveria ser empreendida para "enobrecer o nosso povo pela cultura", tornando-o "próspero, feliz e apto para a obra desmedida e gloriosa de reconstruir, elevar e engrandecer o Brasil".[337]

Reafirmando as diretrizes do regime militar com relação à educação, notadamente no que tange o uso da televisão, no final de 1967, o general Taunay Coelho Reis, membro do CONTEL, da Liga de Defesa Nacional e, a partir daquele ano, membro do Conselho Diretor da FCBTVE, afirmou que "o Brasil ia acelerar, a partir de 1968, a solução do problema de educação de seu povo recorrendo à TV Educativa". Além da instalação de emissoras exclusivamente educativas, as emissoras comerciais de televisão passariam a ceder efetivamente uma hora diária, de segunda a sexta-feira, para programas educativos conforme o que foi estabelecido pelo Decreto-lei n° 236. Um grupo de trabalho criado pelo MEC que examinaria a

[335] **O Globo***,* Rio de Janeiro, 9 set. 1967, p. 8.
[336] **O Globo***,* Rio de Janeiro, 9 set. 1967, p. 8.
[337] **O Globo***,* Rio de Janeiro, 9 set. 1967, p. 8.

possibilidade de uma programação básica para o ano letivo de 1968, com diplomação dos alunos por meio de exames realizados em cada cidade.[338]

Taunay Reis declarou que, não apenas órgãos oficiais poderiam montar emissoras educativas, sendo “permitida e até encorajada a livre iniciativa”. Tudo que as organizações interessadas deveriam fazer era apresentar um requerimento junto ao CONTEL, atendendo posteriormente a uma série de requisitos que poderiam ser cumpridos “com razoável facilidade”.[339]

O general acreditava que existiam as melhores condições para o êxito da televisão educativa no Brasil. O país dispunha do oitavo parque receptor de televisão do mundo. Somente os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, União Soviética, Canadá, França e Itália possuíam um número maior de aparelhos televisivos do que o Brasil. Existiam três milhões de televisores no país e com a tendência de crescimento cada vez maior, graças ao avanço da indústria nacional de televisores.[340]

Segundo Taunay Reis, a televisão educativa traria benefícios sob dois aspectos: direta e indiretamente. Direta, com o telespectador obtendo conhecimentos, aprendendo, promovendo-se, conquistando assim melhores colocações no mercado de trabalho e consequentemente melhores condições de vida. E indireta, porque a televisão educativa proporcionaria “ao ambiente familiar e social do telespectador extraordinária elevação cultural e educacional”.[341]

Em novembro de 1967, o colunista Fausto Wolff, especialista em televisão do *Jornal do brasil*, opinou que a FCBTVE “permitiria ao Governo declarar a que veio”. Considerava a televisão o veículo mais eficaz para atingir imediatamente milhões de brasileiros necessitados de conhecimento. Segundo ele, Gilson Amado também teria sido uma feliz escolha para presidir a FCBTVE. Entretanto, questionava como fazer funcionar essa Fundação em um país onde o mais simples despacho burocrático fazia “uma viagem de semanas, às vezes meses e até mesmo anos, de uma escrivaninha a outra”. Segundo o colunista, a FCBTVE estava completando quase um ano e não tinha um tostão. As verbas que lhe foram concedidas estavam, apenas, em perspectiva de liberação. Ainda não possuía um local de funcionamento. Gilson e seu

[338] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1967, p. 7.
[339] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1967, p. 7.
[340] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1967, p. 7.
[341] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1967, p. 7.

pessoal estavam à espera da transferência de repartições do MEC. Apesar de existirem planos básicos e de trabalhos esquematizados. Portanto, a FCBTVE não existia enquanto não dispusesse de base operacional. As experiências que já haviam sido feitas no Brasil teriam fracassado por falta de suporte. A única ainda em funcionamento era a do próprio Gilson Amado na TV Continental. E esse apoio só existiria porque a emissora não teria condições de fazer frente, comercialmente, às demais emissoras. Caso contrário, naquele momento, no lugar de apresentar o *Artigo 99*, estaria no ar pela Continental um "Chacrinha" ou uma "Derci".[342]

Em outras oportunidades, Fausto Wolff, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, já havia atentado para o que seria a tônica da programação das emissoras comerciais de televisão. Afirmava que a linha característica das emissoras comerciais durante a maior parte do tempo seria merecedora do "carimbo da mediocridade". Segundo Wolf, a única exceção seria a TV Continental, cujo proprietário, vice-governador do estado do Rio de Janeiro, resolveu tornar-se concessionário de um canal de televisão, mas sem estar financeiramente equipado para tanto. Os programas, com destaque para os formulados e produzidos por Gilson Amado, "embora tecnicamente mal realizados", seriam os únicos que possuíam o "mínimo de dignidade necessária" para se enquadrar em um veículo que necessitava de concessão pública e era destinado "às massas". Entretanto, mesmo na Continental não existiria nenhum espírito de missão, mas sim, falta de recursos financeiros. Boa parte de seus funcionários sofria para receber seus salários em dia. A única vantagem desse quadro, segundo o colunista, era que a TV Continental não teria possiblidades de contratar "Moacirs, Dercis ou Chacrinhas".[343]

Gilson Amado preocupou-se, antes de mais nada, em avaliar as possibilidades de exploração de emissoras para a implantação da FCBTVE no Brasil. Segundo ele, em 1968, a FCBTVE poderia contar com uma rede de emissoras no âmbito nacional de alcance plenamente satisfatório para uma etapa inicial. Poderiam integrar essa primeira cadeia de emissoras de televisão a serviço da educação e cultura: a TV Nacional de Brasília, que já se encontrava em processo de articulação com os planos da FCBTVE e para cuja representação ela já disporia de recursos, apesar de ainda não liberados; A TV Educativa da Universidade Federal de Pernambuco, com possibilidades de entrar em fase de operação entre março e abril de 1968; e a TV

[342] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967.
[343] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1967, p. 23.

Educativa de São Paulo. A FCBTVE teria sido comunicada pelo governador do estado de São Paulo sobre o processo de aquisição de uma emissora para destiná-la totalmente à educação e à cultura. Convênios com emissoras do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador, para a cessão de horários especiais para transmissões educativas estavam sendo estudados pela FCBTVE e poderiam ser celebrados logo que o Governo Federal os disponibilizasse para o seu funcionamento. Ademais, fora celebrado um convênio preliminar com a TV Triângulo, de Uberlândia, sem ônus para a FCBTVE, para a realização de um telecurso *Artigo 99*, por meio daquela emissora, utilizando-se para esse fim, os tapes e as equipes técnicas da "Universidade de Cultura Popular", da TV Continental, canal 9, do Rio de Janeiro.[344]

Um projeto para a organização do primeiro centro de produção da FCBTVE já havia sido elaborado, visando a produção de material educativo para compor as programações das emissoras públicas e privadas. A Fundação estava coletando propostas para o financiamento desse projeto. Era aventada, inclusive, a hipótese da doação, pela USAID, de um milhão de dólares. Contava-se também com apoio da UNESCO, evidenciado com a visita de Henry Cassirer para exame em conjunto das perspectivas da televisão educativa no Brasil e a viabilidade de cooperação internacional para os projetos da FCBTVE. Conversas com entidades internacionais públicas e privadas, de países como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão, entre outros, sobre as condições e bases para cooperação técnica e financeira com a FCBTVE também estavam sendo estabelecidas. Entretanto, na prática, tudo que existia estava no papel, principalmente à espera de recursos do Governo Federal.[345]

Fausto Wolff, retomando o tema na coluna intitulada *A Educativa e o ar da sua graça II*, reafirmou que planos existiam, boa vontade também, assim como espírito de missão, além de pessoas capazes dispostas a aplicar uma política de dinamizar a televisão educativa. O problema era que o Governo Federal estava apenas na promessa de verba. A cultura no Brasil sempre teria sido e estava sendo olhada com desprezo pelo setor político.[346]

Em resposta ao colunista do *Jornal do* Brasil, Gilson Amado declarou que visava cumprir duas etapas para implementação da televisão educativa no Brasil. A primeira referente aos investimentos essenciais para a primeira fase da FCBTVE, fase

[344] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967.
[345] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1967.
[346] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.

de implantação de matrizes do sistema. A segunda fase seria referente ao estudo de fórmulas que assegurassem recursos de caráter permanente para a manutenção do sistema de televisão educativa em todo o país.[347]

Para atender o compromisso da primeira fase, que compreendia recuperação da TV Nacional de Brasília; aquisição de equipamentos básicos essenciais ao início do trabalho de produção de material técnico-pedagógico a ser distribuído às emissoras articuladas no sistema, sem prejuízos da produção local; despesas de instalação da Fundação, envolvendo serviços administrativos, técnicos, laboratórios experimentais, estavam contando com os seguintes recursos: doação inicial a ser feita pelo Governo federal, já comprometida pela lei n° 5.198, de 3 de janeiro de 1967, que autorizou a instituição da Fundação e a abertura de crédito especial a seu favor de um milhão de cruzeiros antigos, cujo processo referente a tal crédito encontrava-se no Ministério da Fazenda; recursos provenientes de acordos com entidades internacionais que se revelaram interessadas no problema, tais como UNESCO, USAID, agências de cooperação britânicas, japonesas, entre outras.[348]

Para a segunda etapa, Gilson Amado apresentou algumas fórmulas para obter recursos. Uma delas seria a instituição de registro nacional de aparelhos receptores de TV, com obrigatoriedade de inscrição de todos os proprietários de receptores e renovação anual dessa inscrição, mediante cobrança de “uma pequena taxa”. Essa medida já era adotada há muitos anos pelo Japão e pela Alemanha, onde a televisão, sem ser estatal, “não sofria o ônus de ser escrava dos anunciantes”. Outra alternativa seria financiamento por entidades internacionais, tais como BID e outras agências similares para a qual a FCBTVE estudava a elaboração de projetos, com a assistência de órgãos especializados do BNDE e de escritórios técnicos de nível internacional. A FCBTVE também obteria receitas geradas pelo fornecimento de materiais de interesse educativo, artístico e cultural a emissoras comerciais ou de taxa de custeio de serviços especiais. Por isso, seria prioritário a montagem de um telecentro onde se prepararia o material a ser utilizado pelas emissoras dedicadas à educação, contando com equipamentos de videoteipes, câmeras, cinescópio, aparelhos de filmagens, entre outros. Haviam manifestado interesse em cooperar no empreendimento com

[347] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.
[348] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.

assistência técnica e financeira, a USAID, instituições congêneres da Inglaterra e do Japão.[349]

Segundo Gilson Amado, apesar de existir apenas no papel, a Fundação já havia adotado providências que lhes competiam em diversos setores, tais como: elaboração e aprovação de seus estatutos; organização de um projeto que se converteu no Decreto 60.595, que dispunha sobre a conveniente articulação entre Ministérios das Comunicações e a FCBTVE, estabelecendo que as decisões sobre canais de televisão educativos seriam proferidas por aquele Ministério, depois de ouvir a Fundação. Foram fixadas normas para contratos de financiamento ou operações de crédito no estrangeiro por parte de concessionários de emissoras educativas.[350]

Seriam ainda objetivos da FCBTVE a instalação de centros regionais de televisão educativa, levantamento em todo o país do acervo de experiências audiovisuais já em desenvolvimento visando uma avaliação global das iniciativas pioneiras nesse campo de trabalho educativo, organização de cursos intensivos de pessoal especializado indispensável à operação da FCBTVE em seus múltiplos campos de formação tecnológica, assistência técnica e financeira às experiências já em desenvolvimento, mediante convênios ou regimes especiais de cooperação e a constituição de grupos de educadores para definir em face da nossa realidade socioeconômica e do mercado de trabalho do país as linhas mestras que devem ser observadas na elaboração dos programas pedagógicos da FCBTVE. [351]

O presidente da FCBTVE, destacou, entretanto, que existia uma disputa pelos canais televisivos disponíveis no Brasil, competições locais entre entidades públicas para assegurar a posse e a tutela dos canais destinados à televisão educativa. Havia uma corrida pela obtenção de recursos de modo sôfrego e desordenado em fontes nacionais e internacionais por parte dos interessados. Era necessário que fosse observado o interesse nacional no que se referia à outorga de concessões a governos de estados, Universidades, entre outros. Essa matéria mereceria uma sistematização mais adequada, impedindo a sobreposição de órbitas estanques de operação de canais destinados ao mesmo fim. Portanto, eram necessários que fossem fixados critérios que condicionassem a exploração de concessões de canais de emissoras

[349] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.
[350] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.
[351] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.

educativas televisivas e que fossem submetidos a coordenação com o órgão central, que era a FCBTVE.[352]

Diante da resposta do presidente da FCBTVE, o colunista Fausto Wolff escreveu que ideias e medidas apresentadas pelo “o quixotesco e esperançoso Gilson Amado” eram muito bonitas, mas sem dinheiro nada era possível e essa seria a realidade do momento. O governo federal não precisaria destinar a televisão educativa o tanto investido na Petrobrás ou no Ministério da Guerra, mas seria necessário apenas o suficiente para que se compreendesse que não se poderia falar em desenvolvimento sem contar com uma infraestrutura educacional.[353]

A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa assinalaria o início de um novo ciclo na história do ensino pela televisão no Brasil. Encerrando o período pioneiro levado a efeito por iniciativas particulares e passando com a Fundação a integrar um programa de expansão total. Segundo Gilson Amado, com a FCBTVE, o Brasil estaria vivendo o segundo ciclo da televisão educativa. O primeiro ciclo “promoveu iniciativas e realizações de excepcional vitalidade criadora”, com iniciativas autodidatas, amadorísticas e improvisadas. O segundo ciclo seria o que estava se consolidando “sob a forma da televisão educativa técnico-científica”.[354]

A partir das iniciativas pioneiras para o uso educativo dos meios de comunicação foram feitos estudos, projetos e tomadas medidas, notadamente por meio do Governo Federal, para sistematização da televisão educativa no Brasil. A partir da instituição da FCBTVE, entre outras medidas federais, a televisão educativa brasileira estaria se profissionalizando para atender as carências educativas e servir como alternativa para a programação das emissoras comerciais, atendendo os anseios do regime militar com relação às telecomunicações e com a educação.

[352] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.
[353] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1967, p. 22.
[354] **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1971, p. 9.

3 A FCBTVE E A COORDENAÇÃO NACIONAL DA TELEVISÃO EDUCATIVA

3.1 O sistema nacional de televisão educativa

O uso educativo da televisão na ditadura militar passou a ser uma política federal. As iniciativas em busca da televisão educativa no Brasil foram encampadas pelo governo federal após 1964 e oficializadas, notadamente com a instituição da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa. De um lado, a FCBTVE seria responsável pela produção de programas educativos a serem exibidos pelas emissoras comerciais existentes e para as futuras emissoras educativas de televisão. De outro, a FCBTVE possuía a responsabilidade de: analisar e dar suporte para as iniciativas que visavam à criação de emissoras educativas; operar um canal televisivo próprio, que serviria como modelo para as demais emissoras com essa finalidade; e, coordenar uma futura rede de emissoras televisivas educativas.

Para o estabelecimento de um sistema nacional de televisão educativa, o governo militar, apesar de altos investimentos para o desenvolvimento das comunicações no Brasil e do estímulo para o uso educativos dos meios de comunicação, notadamente para responder aos seus interesses de segurança nacional e das carências do sistema educacional, apresentou indefinições e sobreposições de iniciativas.

Apesar da criação da FCBTVE, as políticas federais não aparentavam ter clareza sobre qual seria a linha principal para o estabelecimento da educação por meio da televisão. Por meio das medidas tomadas, as quais foram apresentadas no capítulo anterior, a prioridade aparentava ser o estabelecimento de emissoras educativas e o aproveitamento de espaços nas emissoras comerciais. A produção dos programas e coordenação dos esforços nesse sentido caberia a FCBTVE, a qual era subordinada ao Ministério da Educação e Cultura e aos demais órgãos ligados ao Ministério das Comunicações, como o Conselho Nacional de Telecomunicações. Entretanto, outras alternativas eram pensadas e, por vezes, geraram conflitos e competições entre órgãos.

O governo militar aparentou ter suas dúvidas quanto ao melhor sistema para a televisão educativa. De um lado, propôs uma série de medidas visando estimular a

implantação de emissoras educativas em todo o território nacional. De outro, cogitou-se a implantação de um satélite para a transmissão dos programas educativos por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Aventou-se também o desenvolvimento dessas duas opções de maneira complementar.

O governo militar vinha dedicando uma atenção especial para a televisão educativa, justificando a necessidade de utilizar os mais modernos recursos tecnológicos para solução dos problemas educacionais do país. Em 1968, uma comissão de técnicos da UNESCO visitou o Brasil para estudar a viabilidade do uso de um satélite para a televisão educativa e a possibilidade de financiamento pela própria UNESCO, que recomendou que o Brasil deveria considerar seriamente a utilização de um satélite para televisão educativa, conforme mencionamos no capítulo anterior. O ministro da Educação, Moniz de Aragão, ao defender, na Câmara dos Deputados, o projeto que instituía a FCBTVE, declarou que, no caso brasileiro, seria necessário a utilização de um "sistema técnico de TV", por meio do satélite Telstar,[355] e frisou que não estaria longe o dia em que os satélites ensinariam os brasileiros a ler e escrever.[356]

O primeiro satélite criado pelo homem e lançado ao espaço foi o *Sputnik*, pela União Soviética, em 1957. Quatro anos mais tarde, o governo brasileiro criava um grupo encarregado de estudar a participação do país em programas de satélite. Em 1963, foram realizadas experiências utilizando o satélite RELAV. Em 1965, o Brasil se associou, como um dos fundadores, ao consórcio internacional INTELSAT, que reunia cerca de cento e vinte países, com participações diversificadas. Coincidindo com a chegada do homem à lua, em 1969, o Brasil teria ingressado de fato na era do satélite, inaugurando sua primeira estação terrena, a Tanguá I, que possibilitou comunicações com outras partes do globo.[357]

O INTELSAT, sigla do Consórcio Internacional de Telecomunicações por Satélite, era uma organização, fundada com o objetivo de promover e explorar comercialmente as comunicações por satélites. Em cinco anos de existência já havia lançado seis satélites de comunicações. A cota do Brasil era de 1,5%. O INTELSAT era responsável pela supervisão na construção, lançamento e controle dos satélites de comunicações, e agia exclusivamente nestes setores por intermédio de seu cotista

---

[355] *Telstar* é o nome do projeto e dos primeiros satélites de telecomunicações lançados NASA.
[356] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 ago. 1966, p. 6.
[357] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, 1983, ano I, n° 4, p. 2-6.

majoritário o COMSAT (*Communications Satellite Corporation*). Essa organização congregava as empresas estadunidenses, *American Telephone and Telegrafh* (AT&T), *ITT World Communication Inc.*, *RCA Telecomunications* e *Western Union International*. O desenvolvimento e a construção dos satélites de comunicações eram feitos por indústrias estadunidenses e europeias. Os lançamentos dos satélites estavam sob responsabilidade da NASA (*National Aeronauties and Space Administration*), em Cabo Kennedy, na Florida, nos Estados Unidos.[358]

Aos países membros do INTELSAT caberia a construção de suas estações terrenas, obedecendo a especificações técnicas definidas. A EMBRATEL era a responsável pela construção e operação da estação terrena brasileira. A escolha do local para construção da estação terrena de comunicações via satélite recaiu sobre Tanguá, distrito do município de Itaboraí, distante 47 quilômetros de Niterói. As razões da escolha desse local foram justificadas por motivos de ordem técnica e pela sua proximidade do Rio de Janeiro, onde estava localizado o centro terminal de comunicações internacionais.[359]

Em 1972, era noticiado que para atingir vastas áreas do Brasil, principalmente a Amazônia, onde ainda não chegavam as micro-ondas da EMBRATEL, o Ministério das Comunicações iria empregar satélites que retransmitiriam para estações terrestres os sinais emitidos pela estação rastreadora de Itaboraí. O ministro Higino Corsetti afirmou que estudos para o lançamento de um satélite próprio já haviam sido autorizados pelo presidente Médici, com previsão de lançamento para 1975, e que, no curto prazo, canais deveriam ser alugados em satélites comerciais já colocados em órbita. Segundo o ministro, o lançamento de um satélite próprio para as comunicações se justificaria também por razões de segurança nacional, destacando a atuação da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas.[360]

Quatro empresas estadunidenses e uma europeia apresentaram projetos para colocação em órbita de um satélite para o Brasil. Uma delas era a Fairchild, a qual promoveu uma vista ao Rio de Janeiro, em 1973, para apresentar sua proposta. Vieram para o Brasil o seu vice-presidente, o cientista Werner von Braun, acompanhado de Edward Miller, diretor do setor aeroespacial da Fairchild, e John

---

[358] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 18, jan. 1969, p. 8-10.
[359] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 18, jan. 1969, p. 8-10.
[360] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1972, p. 30.

Herrlie, encarregado do desenvolvimento de projetos para telecomunicações por satélite, além do representante da companhia no Brasil, o coronel Moacir Tedesco.[361] Um grupo franco-alemão formado por cinco empresas especializadas em comunicações também apresentou um projeto ao MINICOM visando a utilização por parte do Brasil do satélite doméstico Symphonie.[362]

Devido à esparsa povoação da Amazônia e à dificuldade de construção de estações repetidoras terrestres de micro-ondas, a solução para integrar essa região ao restante do país, em tempo reduzido, foi o uso do satélite INTELSAT. Para tal, o governo brasileiro, em 1974, alugou canais, cada um capaz de transmitir um programa de televisão, ou cerca de mil conversações telefônicas simultâneas, fazendo com que parte do INTELSAT funcionasse como satélite doméstico de baixa capacidade. A partir de 1982, duas redes comerciais de televisão, Globo e Bandeirantes, alugaram canais do INTELSAT, permitindo a transmissão contínua de programas para estações receptoras localizadas junto de retransmissoras de TV. As duas abandonaram, então, a repetição de sinais, usando a rede terrestre da EMBRATEL, e alcançando locais que eram inacessíveis por sistemas convencionais.[363]

A TV Globo era acusada de se apoderar dos melhores horários para a transmissão de seus programas, via EMBRATEL. A alternativa para o satélite era o sistema convencional de micro-ondas, pelo qual as imagens são transmitidas por uma linha de antenas colocadas em lugares altos e voltadas umas para as outras, separadas por uma distância de 50 quilômetros. Esse sistema, porém, não atingia todo território nacional. As regiões da Amazônia, por exemplo, dependeriam do satélite. Até o início da década de 1980, para se apresentar simultaneamente um programa em todo o país, a baixo custo, era preciso distribuí-lo com antecedência. Era comum a transmissão de madrugada, quando o preço para o uso do satélite era reduzido. A central da rede emitia a imagem para o espaço, de onde voltaria, captada pelas receptoras. O processo de transmissão prévia imobilizaria nas receptoras equipamento vital, que poderia ser utilizado para a produção de programas locais. A opção por ter um canal próprio no satélite INTELSAT IV-A permitia enviar sinais de boa qualidade, de uma só vez, para todas as receptoras de uma determinada rede de televisão, pois não sofreria interferências, nem deturpações pelas sucessivas

[361] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1973, p. 6.
[362] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1973, p. 37.
[363] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, 1983, ano I, n° 4, p. 2-6.

gravações. Com a transmissão simultânea para todo o território brasileiro, os anunciantes seriam convencidos das vantagens de terem seus anúncios exibidos em todo o país na mesma hora.[364]

O trabalho mais aprofundado com relação à educação por satélite no Brasil foi elaborado pela Comissão Nacional de Atividades Espaciais, órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, era o chamado Projeto SACI (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares). Elaborado pelo engenheiro Fernando Mendonça, presidente daquela comissão, seria a melhor solução para um país grande, territorialmente como o Brasil.

Segundo o Projeto SACI, o desenvolvimento de sistemas de telecomunicações educacionais num país como o Brasil era o primeiro passo essencial na constituição de sua infraestrutura. Com isso, o país iria atingir uma posição que lhe permitisse "quebrar o círculo vicioso de pobreza que até o momento lhe sufocava". A implementação do Projeto SACI seria relativamente rápida, da ordem de cinco anos. No campo educacional seriam disponibilizados os melhores professores para a maioria da população, mesmo nos mais longínquos recantos do país. A televisão poderia ser usada dentro do quadro do sistema de ensino existente no momento. Todavia, o aprimoramento dos professores aos novos métodos de ensino não deveriam ser subestimados.[365]

No campo das comunicações, conforme o Projeto SACI, o sistema com satélite seria o menos dispendioso dos métodos que permitiam atingir qualquer lugar do país como, por exemplo, as vilas e destacamentos nas fronteiras. Em alguns casos seria o único meio de se prover comunicações de alta confiabilidade. A parte do satélite dedicada a comunicações poderia fornecer uma razoável fonte de rendas. A estimativa do número de estações receptoras seria da ordem de 152 mil aparelhos receptores diretos e 12 receptores/transmissores para áreas urbanas. Esses números permitiriam a cobertura total da população em idade escolar. O satélite teria a capacidade para dois canais de televisão educativa. Além disso, promoveria comunicações bilaterais, porque a renda desse serviço auxiliaria o financiamento do sistema. O satélite operaria com vida útil confiável de cinco anos. O lançamento poderia ocorrer dentro de cinco anos após a decisão governamental.[366]

---

[364] **Veja**, São Paulo, 21 out. 1981, p. 100.
[365] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 18, jan. 1969, p. 24-8.
[366] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 18, jan. 1969, p. 24-8.

Taunay Reis, assessor do CONTEL, apresentou suas considerações sobre a possibilidade da opção por um satélite para a televisão educativa no Brasil. Analisou, de uma maneira geral, os projetos de televisão educativa por satélite e, em particular, o Projeto SACI, distribuído em 1968. Ponderou, entre outras, as desvantagens de dependência, custos e vulnerabilidade dos sistemas de televisão educativa por satélite, concluindo por sua importunidade e inconveniência. De acordo com Taunay Reis, o projeto julgaria o satélite como mais adequado para a televisão educativa dada a extensão territorial brasileira, mas não apresentaria comparações com outras soluções para a comprovação como melhor solução.[367]

Em sua quarta página, o Projeto SACI denotava que a opção pela constituição de emissoras educativas em várias partes do território não seriam aplicadas nas nações desenvolvidas. Segundo Taunay Reis, essa afirmação foi feita sem fundamentação e considerada por ele como equivocada, posto considerar que países como os Estados Unidos possuíam o interesse na constituição de uma rede nacional de televisão educativa, e, apesar de dominar a tecnologia de tevê por satélite, não teria optado por essa solução.[368]

No corpo do Projeto SACI estaria indicado que 80% dos equipamentos seriam adquiridos no Brasil. Seriam necessários: um satélite, um foguete para o seu lançamento, estações transmissoras e receptoras, entre outros. Conforme Taunay Reis, os executores do SACI teriam dificuldades em manter os orçamentos, além de apresentarem uma subvalorizarão de alguns itens, como receptores. Ele considerou ainda que faltava uma ponderação mais realista das dificuldades de fornecimento de energia e manutenção dos geradores, bem como de manutenção dos 152 mil sistemas de recepção para sintonia direta das emissões do satélite, dispersos em grande parte em locais de difícil acesso e desprovido de técnicos.[369]

Concluindo, o assessor do CONTEL afirmou que mesmo que o Projeto SACI fosse oportuno, ele seria “além” e nunca “em vez de” uma indispensável estrutura de emissoras de televisão educativa com base em terra. Ademais, tanto a filosofia que orientava a educação brasileira, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

---

[367] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 119-126.
[368] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 119-126.
[369] REIS, Taunay Drummond Coelho**. Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 119-126.

Nacional, como a própria realidade brasileira, não poderiam prescindir de emissoras de televisão educativa nas diferentes unidades da federação, pois possibilitariam uma melhor adequação às necessidades locais.[370]

Fernando Mendonça, presidente da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, declarou, em 1971, que estava angustiado por ver o tempo passar e nada de realmente concreto ser feito no sentido de utilização de satélites para a televisão educativa. O Brasil deveria ampliar de forma planejada o alcance da televisão educativa, afinal a educação era um direito de todos e dever do Estado, portanto, deveria ir além da reserva de horários nas emissoras comerciais e das poucas emissoras educativas em funcionamento. Não deveriam ser usados somente os meios de superfície, como os troncos disponibilizados pela EMBRATEL. Seria mais plausível a solução pelo uso do satélite para que fosse possível atingir toda a população brasileira no lugar de só, como teria dito o ministro Passarinho: “aqueles a leste de Tordesilhas”.[371]

Segundo Fernando Mendonça, o governo federal, por meio do documento *Metas e Bases para Ação de Governo*, que apresentava um conjunto orgânico de decisões, teria estabelecido projetos prioritários nos vários ministérios e dado a mais alta prioridade a sistemas avançados de tecnologias educacionais dentro do Ministério da Educação e sua vinculação ao programa espacial brasileiro por intermédio da CNAE. Ressaltou que a principal crítica ao Projeto SACI dizia respeito ao seu custo. A esta critica respondeu com números: até 1980 existiam 24,3 milhões de estudantes no sistema cujo custo médio anual era de 19 milhões de dólares, o que dava um custo por estudante, por ano, igual a 0,78. Uma cifra que justificava o uso do satélite. Por outro lado, dos 24,3 milhões de estudantes, previa-se que 18,2 milhões só teriam acesso à TV educativa se fosse utilizado o satélite para fins educacionais. Com relação à crítica sobre as especificidades regionais, conforme Fernando Mendonça, o SACI admitiria uma mesma matéria visual fosse apresentada de diferentes maneiras, com explicações peculiares às características de cada região do Brasil. Entretanto, o Projeto SACI se encontrava ainda aguardando uma definição da Comissão Interministerial constituída desde setembro de 1969 para o fim de estabelecer uma

---

[370] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 119-126.
[371] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan./fev. de 1971, p. 27-36.

política integrada de aplicação das modernas tecnologias às necessidades educacionais do país.[372]

O projeto brasileiro de colocação em órbita de um satélite artificial, o SACI, para fins educacionais por meio da televisão foi considerado como o mais importante existente no setor, em 1972, pelos participantes da 14° Conferência Anual do Conselho Superior de Educação nas Repúblicas Americanas. Durante uma semana, reunidos em sessões secretas no Copacabana Palace, reitores de Universidades americanas, educadores e técnicos de fundações com finalidades educacionais analisaram experiências e discutiram assuntos relacionados com a aplicação da nova tecnologia da comunicação aos problemas educacionais. Vários reitores brasileiros participaram da Conferência, além de representantes das Fundações Tinker, Ford e Macy, de Nova Iorque e a Calouste Gulbenkian, de Lisboa, e do Banco Internacional de Desenvolvimento. Na oportunidade, o professor Fernando Mendonça fez uma exposição detalhada do Projeto SACI.[373]

Alguns dias depois o engenheiro Nilo Chaves Teixeira Filho, superintendente da Região Centro de Operações da EMBRATEL, condenou o programa brasileiro de colocar em órbita um satélite doméstico destinado à televisão educativa. Segundo o engenheiro, que frisou falar em seu nome e não pela EMBRATEL, deveria ser esgotada, antes de um programa para satélite doméstico, como o SACI, toda a capacidade terrestre para a transmissão de sinais. Contudo, conforme Nilo Teixeira, a EMBRATEL não encamparia tal projeto, principalmente com relação ao alto custo financeiro. Em sua opinião, seria mais viável, num projeto de ampliação da televisão educativa no Brasil, o aluguel dos canais comerciais do satélite INTELSAT-4. Ademais, a rede terrestre da EMBRATEL já atingiria 90% dos brasileiros e sua capacidade estaria longe de ser esgotada, o que, no seu entender, não justificaria, naquele momento, um programa como o SACI.[374]

O Projeto SACI desde seu início possuía três linhas de ação denominadas segmentos. O primeiro, quando da ligação via satélite entre o INPE e a Universidade de Stanford, permitindo colher informações para o desenvolvimento de estudos relativos a satélites artificiais como recurso para distribuição de sinais de rádio e televisão. O segundo segmento veio com a implantação de um sistema educacional

---

[372] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan./fev. de 1971, p. 27-36.
[373] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 mar. 1972, p. 24.
[374] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1972, p. 29.

para desenvolver e testar os subsistemas de material de educação, de operação, de avaliação e gerência (planejamento, acompanhamento, controle e coordenação), por meio dos quais se obteriam os dados necessários ao cumprimento da proposição do projeto. Selecionou-se para isso uma área limitada: o estado do Rio Grande do Norte, recorrendo a um convênio entre INPE, MEC e Secretária de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte e prefeituras dos municípios em que funcionariam o projeto. Nessa fase foi utilizado o satélite ATS-F, mais tarde ATS-6. Conforme o entendimento com a NASA, o INPE só pode utilizar os satélites para a difusão de televisão dentro do experimento educacional. A estação transmissora estava localizada em São José dos Campos, sede do Instituto de Pesquisas Espaciais. No Rio Grande do Norte funcionavam, inicialmente, três estações receptoras, emprestadas por firmas estrangeiras, localizadas em Natal, Serra de Santana e Mossoró, junto aos transmissores lá existentes, os quais retransmitiam o sinal de TV do satélite. O SACI, em seu segundo segmento, teria conseguido educar 16 mil alunos, no primeiro grau, de 71 municípios do Rio Grande do Norte, com participação de 500 professores, os quais também receberam treinamento especifico em 1974. Em 1975, o projeto foi descontinuado por falta de verba, mas almejava voltar em 1976 e tinha previsões para 1977. O segmento três, objetivo final do Projeto SACI, era um sistema em âmbito nacional, visando à difusão de programas educativos para qualquer ponto do Brasil, por intermédio de um satélite de comunicações doméstico e próprio.[375]

Se a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa possuía caráter central na política nacional para o estabelecimento de emissoras educativas, com relação à opção pelo satélite para a teleducação, notadamente no Projeto SACI, ela parece ter sido deixada de lado. A FCBTVE não é mencionada no projeto, nem na experiência realizada no estado do Rio Grande do Norte, quando programas televisivos educativos foram produzidos e transmitidos.

Apesar da falta de recursos financeiros destinado aos programas relacionados às comunicações via satélite, os programas de teleducação não estariam absolutamente eliminados dos planos considerados prioritários do MEC, que viria concluindo, com o Ministério das Comunicações, estudo para uso de diversos canais do futuro satélite artificial brasileiro a fim de ampliar o sistema de educação pela televisão. O MEC estaria examinando a extensão do SACI ao nordeste do Brasil.

[375] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jul. 1975, p. 36.

Assessores técnicos do ministro da Educação mostraram-se surpresos com as notícias circulantes de que aquele ministério eliminaria de seus planos o uso de satélite artificial para a teleducação. Teriam afirmado que “muito pelo contrário”, não só o MEC, mas também o ministro das Comunicações, Quandt de Oliveira, teriam reiterado o interesse do governo de fazer uso de satélite artificial para a televisão educativa. A ampliação do SACI faria parte dos objetivos do ministro Nei Braga, que pretenderia garantir melhor qualificação para os brasileiros que vinham deixando o campo em busca de melhores oportunidades nas cidades.[376] Entretanto, o fato é que, apesar de não admitido oficialmente, a opção do satélite para educação, após 1975, passou quase despercebido pelos periódicos de grande circulação no período, o que pode evidenciar um esfriamento dessa opção para a televisão educativa.

Em 1981, foi criado um grupo de trabalho para o dimensionamento de um satélite doméstico, destinado a ampliar nossos meios de comunicações e eliminar o aluguel de 200 milhões de dólares, por dez anos para o uso de canais do INTELSAT. A partir dos estudos daquela comissão foi projetado o BRASILSAT para ampliar os serviços oferecidos pela EMBRATEL. Ele permitiria a expansão das redes públicas de telefonia e telegrafia e o atendimento de localidades distantes das rotas terrestres de repetição de micro-ondas. Além disso, aumentaria o número de circuitos para atender às Forças Armadas e para a segurança nacional. O BRASILSAT foi construído por uma empresa canadense e seria lançado da Guiana Francesa por um foguete ARIANE, em 1985. Dois anos antes, ainda era discutido se o satélite se constituiria em uma solução para teleducação. Os dois aspectos mais levados em consideração seriam o seu custo e a necessidade de uma programação que visasse à diversidade regional do Brasil.[377]

Segundo a tese de Sérgio Haddad, os investimentos na área das comunicações, em alguns casos, apresentaram a educação pela televisão como justificativa, mas objetivavam efetivamente a ampliação da presença do Estado, por consequência da ideologia do regime militar, bem como para possibilitar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos sistemas privados. O Projeto SACI seria um exemplo de tal política, pois a teleducação foi usada como teste de viabilidade do uso de satélite em educação, apesar do MEC não elegê-lo como prioridade. Haddad levanta a hipótese de que a teleducação foi usada por alguns

[376] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 set. 1975, p. 7.
[377] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, 1983, ano I, n° 4, p. 2-6.

setores como uma justificativa “nobre” para os gastos elevados em telecomunicações feitos por um país que estaria endividado na prática. A implantação de um sofisticado sistema de comunicações durante o regime militar teria atendido muito mais a interesses de controle governamental, favorecendo especialmente as redes privadas de emissoras de rádio e televisão, entre as quais se destacaria a Rede Globo.[378]

Em meio ao debate sobre qual seria a melhor opção para televisão educativa, se o satélite ou o estabelecimento de emissoras em diversas localidades, ou por ambas, iniciativas para a implantação de emissoras educativas foram sendo tomadas em diferentes estados federativos. Encorajadas pelos estímulos propiciados pelo governo militar, abordados no capítulo anterior, universidades, secretarias de educação e fundações requereram concessões televisivas. Diferentemente da opção pelo satélite, a FCBTVE teria papel central na constituição dessas emissoras.

No início na década de 1970, a EMBRATEL estaria em condições de levar os sinais das emissoras educativas por meio de 11 mil e 500 quilômetros de troncos federais de micro-ondas: Porto Alegre a São Luís do Maranhão, pelo litoral; do Rio de Janeiro a Belém do Pará, pelo interior; e, de São Paulo a Campo Grande, também pelo interior. Vinte e três cidades estariam contempladas para sediar centros de televisão. Em 1969, esses centros estavam prontos em Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Seriam inaugurados brevemente os de Salvador, Recife e Fortaleza. Concomitantemente estavam sendo implementadas redes estaduais de micro-ondas, o que ampliava ainda mais as perspectivas abertas pela EMBRATEL, como nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.[379]

Em 1969, teriam sido feitas quarenta solicitações para implantação de emissoras educativas, das quais seis haviam sido atendidas: Recife, Salvador, Manaus, Santa Maria, Porto Alegre e Goiânia.[380] Até 1981, foram criadas nove emissoras educativas no Brasil, três federais: TV Universitária de Pernambuco, TV Universitária do Rio Grande do Norte e TV Educativa do Rio de Janeiro; e seis estaduais: TV Educativa do Maranhão, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do

[378] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 317.
[379] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 145-9.
[380] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 19, fev. de 1969, p. 10-1.

Ceará, TV Educativa do Espírito Santo, TV Cultura de São Paulo e TV Educativa do Rio Grande do Sul.[381]

Segundo Taunay Reis, mais uma vez as “Capitanias” de Pernambuco e de São Vicente estariam na “vanguarda na edificação de nossa grandeza”.[382] Pois, dos canais concedidos para o estabelecimento de emissoras televisivas educativas, o canal 11 de Recife foi o primeiro a entrar no ar. A TV Universitária de Pernambuco foi ao ar em caráter regular em novembro de 1968, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Pernambuco, afirmando-se como a primeira emissora de televisão educativa do Brasil. Já o governo do estado de São Paulo estava em processo avançado de implementação de sua emissora educativa, efetivada por meio da compra da TV Cultura dos Diários e Emissoras Associados e da criação da Fundação Padre Anchieta para abrigá-la. A TV Cultura de São Paulo foi ao ar em caráter definitivo em 1969 e constituiu-se na segunda emissora educativa brasileira a entrar em funcionamento.

O canal 11 de Recife foi concedido à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por meio do Decreto n° 57.750, de 4 de fevereiro de 1966. Segundo o representante do reitor da UFPE, Manoel Caetano, a TV Universitária (TV-U) beneficiaria cinco capitais do nordeste com seus programas educativos, sendo, em muitos casos, “a única solução para emancipar culturalmente os nordestinos, muitas vezes sem condições de frequentar a escola”. Seus equipamentos modernos proporcionariam que sua imagem fosse recebida em Aracaju, Maceió, João Pessoa e Natal. Os estúdios e transmissores seriam instalados no prédio da Reitoria da UFPE.[383]

Na solenidade para assinatura de convênio para a instalação do Canal 11, realizada no Conselho Nacional de Telecomunicações, estiveram presentes, além do representante do reitor, o Comandante Euclides Quandt de Oliveira, diretor do CONTEL, Celso Kelly, representante do ministro da Educação Pedro Aleixo e Alfredina de Paiva Souza, integrante da FCBTVE e uma das pioneiras no empenho pela efetivação da televisão educativa no Brasil. Segundo o representante do MEC, a

[381] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1981, p. 17.
[382] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, p. 145-9.
[383] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1966, p. 16.

TV-U seria o “início de uma rede nacional de estações de televisão com fins educativos”.[384]

A emissora educativa da Universidade Federal de Pernambuco logo em seu início, segundo a revista *Veja*, teria feito frente às emissoras comerciais daquele estado, a TV Rádio Clube e a TV Jornal do Comércio, alcançando bons índices de audiência, principalmente dos telespectadores de maior poder aquisitivo. O relativo sucesso da primeira televisão educativa brasileira incentivou os empresários das emissoras comerciais, tanto de Recife quanto das demais localidades onde emissoras educativas eram pensadas e em fase de implementação, a pressionarem para que as emissoras educativas se limitassem a transmitir aulas. Outro fator que despertou a atenção dos empresários foi o interesse do mercado publicitário em fazer propaganda na emissora educativa do Recife, mesmo ela sendo impedida por lei e ter respeitado essa regra. Não obstante o aparente entusiasmo depositado, estudantes da Universidade Federal de Pernambuco protestaram pelas verbas que estavam sendo investidas para o desenvolvimento da TV-U.[385]

A Televisão Universitária, Canal 11, de Recife, foi escolhida para ser o centro regional de televisão educativa da OEA, recebendo por isso assistência técnica e recursos para fazer uma matriz de produções, capaz de atender às populações do Nordeste. A SUDENE concedeu recursos no valor de 70 mil cruzeiros, visando um sistema de produção de programas educativos de rádio e televisão. Pois, a maior parte dos programas exibidos pela emissora no início da década de 1970 eram produções da FCBTVE e da TV Cultura São Paulo. Os novos programas deveriam ter caráter essencialmente regional, abordando temas locais. Em janeiro de 1971, reuniram-se representantes ligados à televisão educativa da América Latina, e da OEA, para definir a instalação de um Centro Multinacional de Teleducação, cuja sede seria em Recife.[386]

Entretanto, diferente do otimismo depositado em seus primeiros anos, a TV-U, subordinada à reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, teve sua história marcada por problemas burocráticos, além da falta de recursos financeiros. Como exemplo, a Rádio Universitária do Recife, administrada pelo mesmo órgão e sofrendo dos mesmos problemas, ficou fora do ar porque vinte válvulas dos transmissores, já

---

[384] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1966, p. 16.
[385] **Veja**, São Paulo, 25 dez. 1968, p. 54.
[386] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan./fev. de 1971, p. 6-10.

obsoletos, da marca Telefunken, estavam queimadas. Para a resolução do problema previa-se uma espera de pelo menos quinze dias, pois a importação de material técnico só seria possível após a arrecadação de uma série de avais, exigindo manifestação até do ministro da Educação. Além dos problemas de infraestrutura existiria a figura do empreguismo. Cerca de 280 funcionários sem a devida habilitação teriam chegado a compor os quadros da TV-U. Fato que pareceu ser recorrente nas demais emissoras educativas criadas posteriormente. Consequentemente, os índices de audiência alcançados pela Rádio e Televisão Universitária, diferentemente de seu início, teriam sido tão insignificantes que, em 1976, o IBOPE resolveu retirá-las das listas do ano seguinte.[387]

A primeira emissora educativa vinculada a um governo estadual foi estabelecida em São Paulo. O governo do estado de São Paulo teria a concessão do canal 11, que nunca havia operado por problemas de ordem técnica, e que posteriormente foi concedido à Fundação Cásper Líbero, que colocou no ar a TV Gazeta. Alegando não haver canais disponíveis em VHF na cidade de São Paulo, foi aberta uma concorrência pública para a compra de uma emissora televisiva. Em 1969, por meio do Decreto n° 64.688, de 12 de junho de 1969, foi autorizada a transferência da concessão do canal 2, dos Diários e Emissoras Associados para a Fundação Padre Anchieta, criada para abrigar a primeira emissora educativa paulista.[388]

A trajetória da TV Cultura foi um caso muito peculiar, pois, em uma mesma década, foi criada pela iniciativa privada, com vistas a oferecer uma programação "educativa-cultural ao nível dos paulistas", e ressurgiu como emissora educativa, vinculada ao governo do estado de São Paulo. A emissora é um bom exemplo dos debates, demandas e alterações do setor televisivo e político. A compra da TV Cultura e sua reorganização aos moldes de uma emissora educativa foram bastante debatidas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pois na concorrência pública foi apresentada apenas uma proposta, a dos Diários e Emissoras Associados. Somados os problemas financeiros da TV Cultura e a condição de seus equipamentos, havia o fato do condomínio comunicacional de Chateaubriand precisar cumprir as regras de quantidade de emissoras impostas pelo Decreto n° 236 de 1967, conforme abordamos nos capítulos anteriores. A compra da TV Cultura serviu aos interesses do condomínio comunicacional criado por Chateaubriand e do governo do estado de São Paulo, pois

[387] **Veja**, São Paulo, 23 fev. 1977, p. 45.
[388] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1971, p. 17-20.

este almejava implementar uma emissora educativa, atendendo às diretrizes do regime militar, ao qual o governador do estado de São Paulo era solidário, e alegava não haver vaga no espectro eletromagnético paulista.[389]

A TV Cultura seria rebatizada como TV Educativa de São Paulo, porém o governo do estado e a Fundação Padre Anchieta, seu financiador e sua mantenedora, apesar de até em seus primeiros veículos apresentarem a denominação “TV Educativa”, optaram pela manutenção do nome “Cultura”, pois havia um receio que ficasse rotulada como “uma emissora que daria aulas”. Mesmo sofrendo diversas interferências políticas ao longo de sua história, a TV Cultura foi a emissora educativa que apresentou os melhores resultados na produção de programas, ao lado da FCBTVE, e na obtenção de audiência. Além de ter sofrido menos que a maior parte de suas congêneres com relação à falta de recursos técnicos e financeiros.[390]

O governo do estado do Amazonas, por meio de sua Secretaria de Educação e Cultura, obteve a concessão do canal 2, da cidade de Manaus, recorrendo ao Decreto n° 62.167, de 24 de janeiro de 1968. A TV Educativa do Amazonas, ao entrar no ar, lançaria um raio de transmissão de 200 quilômetros, cobrindo, além da capital do estado, as cidades de Careiro, Itacoatiara, Manacapuru, Nova Olinda do Norte e Silvestre, o que representaria 42% da população do Amazonas. Estava programada a instalação de 500 telepostos nessas cidades para a transmissão dos programas educativos. A segunda etapa de TV Educativa do Amazonas seria a penetração de sua imagem por toda a Amazônia, por meio de estações repetidoras que deveriam ser instaladas: em Belterra, no Pará, para cobrir Santarém, Parintins, Humaitá, Maués, e pequenas cidades; em Porto Velho, para cobrir Rondônia; em Rio Branco, cobrindo todo o estado do Acre; em Benjamin Constant, para atender toda a área até Tefé; e, finalmente, o Pico da Neblina, para atender a todo o território de Roraima.[391]

A história da TV Educativa do Amazonas foi cheia de dificuldades. Seus trabalhos começaram em 1967, mas passou dois anos sem sair do papel. A área doada para construção de sua sede ficava a menos de 7 quilômetros do aeroporto de Manaus e sua torre de 147 metros poderia ser perigosa para os aviões. A solução foi instalar a emissora provisoriamente no centro de Manaus, em uma escola desativada.

---

[389] Cf. BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
[390] Cf. BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
[391] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 out. 1969, p. 31.

Posteriormente, uma comissão da Aeronáutica teria indicado que a TV não atrapalharia o aeroporto internacional e a obra seria retomada.[392]

A TV Educativa do Amazonas entrou em funcionamento em caráter experimental em 1971, entretanto, sua situação não era nada entusiasmante. A inauguração oficial foi remarcada algumas vezes e uma Comissão Geral de Investigações foi instaurada para analisar os gastos feitos para sua instalação, como a compra de equipamentos japoneses no valor de 720 mil cruzeiros e que, no momento da instauração da investigação, ainda não haviam sido entregues. Naquele momento, a TV Educativa do Amazonas possuía apenas um pequeno transmissor e uma câmera instalados em duas salas de uma antiga escola. A emissora teria recebido outras verbas do governo federal cujo destino não teria ficado bem claro. O engenheiro do DENTEL encarregado de inspecionar as instalações considerou-as precárias e não autorizou o funcionamento da emissora.[393] Mesmo posteriormente entrando no ar, a emissora sofreu ao longo da década de 1970 de falta de recursos e, consequentemente, da precariedade de equipamentos.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de sua Secretaria de Educação e Cultura, obteve a concessão do canal 7, de Porto Alegre, recorrendo ao Decreto n° 62.882, de 21 de maio de 1968. Os equipamentos da TV Educativa do Rio Grande do Sul seriam comprados da empresa italiana Marconi e da IML Eletroni da Inglaterra, vencedores de uma concorrência internacional que teriam participado, disputando com empresas do Japão e dos Estados Unidos. O contrato foi celebrado entre as empresas fornecedoras e a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul em 1969.[394]

A TV Educativa do Rio Grande do Sul é um significativo exemplo dos erros e falta de planejamento que acompanharam a instituição e existência das emissoras educativas no Brasil. No início da década de 1970, foi construído um prédio no valor de 10 milhões de cruzeiros, em Porto Alegre, para abrigar a emissora. Entretanto, a construção acabou não sendo ocupada porque a aparelhagem adquirida não cabia dentro dos espaços “especialmente planejados”. O estado do Rio Grande do Sul teria acabado não pagando a construtora e ela teria falido. Mas, na Justiça, em março de 1979, a construtora ganhou a causa, recebendo indenização do governo do Rio

[392] **Veja**, São Paulo, 24 fev. 1971, p. 60-1.
[393] **Veja**, São Paulo, 24 fev. 1971, p. 60-1.
[394] **O Globo**, Rio de Janeiro, 27, nov. 1969, p. 4

Grande do Sul por uma dívida que em 1970 era de 8 milhões. Em equipamentos, o estado gastou 12 milhões. Como o material chegou antes da conclusão do prédio, o governo gastou mais 1,8 milhão de cruzeiros para o seu armazenamento. O prédio destinado a TVE, no Jardim Botânico, foi parcialmente demolido, reconstruído e mesmo assim, não teve condições de receber o equipamento que acabou sendo instalado no prédio da PUC de Porto Alegre, por meio de um convênio.[395]

O prédio de 10,5 mil metros quadrados, inacabado e em processo de deterioração, é um dos mais notórios casos de falta de planejamento para a instalação de emissoras educativas no Brasil. Quase sete anos após sua construção para abrigar os equipamentos, a TV Educativa funcionava no campus da PUC, que cedeu o espaço para que seus alunos de comunicação social pudessem estagiar. O que existia do prédio foi doado à Fundação Zoobotânica, enquanto tramitava um processo de anulação da indenização requerida pela construtora América ao governo do estado, acusado de interromper a construção e de ter dado um prejuízo de 14 milhões de cruzeiros à empresa. Por sua vez, o governo do Estado alegava que a construtora devia 2 milhões de cruzeiros por trabalhos não executados. O prédio sem serventia teria custado 22 milhões cruzeiros aos cofres públicos. Só para reiniciar as obras seriam necessários mais de 2 milhões de cruzeiros.[396]

Embora o governo do Rio Grande do Sul tivesse obtido a concessão do canal 7 em 1968, somente em 1974, a TV Educativa do Rio Grande do Sul entraria em fase experimental, operando em circuito interno para apenas dez escolas.[397] Após o despojamento e grandiosidade do projeto original, em outubro de 1974 a emissora começaria a emitir seus sinais experimentais, que seriam captados em trinta e três municípios próximos a Porto Alegre. A inauguração oficial da emissora ocorreu em 1975. O Canal 7 funcionou efetivamente após quase dez anos de planos que dimensionaram uma “super-emissora”, com instalações que seriam superiores a qualquer emissora comercial brasileira. Todavia, houve uma revisão do projeto inicial para que fosse possível sua entrada em atividade com o orçamento disponível.[398]

Várias investigações e inquéritos foram abertos em meados da década de 1970 para apurar os gastos do governo do estado de Rio Grande do Sul. A Assembleia

[395] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 1979, p. 34.
[396] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 out. 1976, p. 22.
[397] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 fev. 1974, p. 20.
[398] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1974, p. 12.

Legislativa do Rio Grande do Sul requereu uma CPI, pela bancada majoritária da oposição, para apurar irregularidades existentes na instalação da TVE do estado e averiguar o desempenho da emissora, desde admissão de pessoal até sua programação e audiência.[399]

A solução de todos os problemas da TVE de Porto Alegre, segundo sua diretora Maria Teresa Medeiros, estaria na desvinculação da Secretária da Educação e de sua transformação numa fundação, com orçamento próprio e, principalmente, com possibilidade de vender programação e cobrar por serviços prestados. Sendo ligada à Secretaria de Educação, a emissora não poderia receber nenhum dinheiro, a não ser as verbas destinadas no orçamento geral do estado. O secretário de Educação do Rio Grande do Sul, em 1979, afirmou que a TVE foi criada sem qualquer estrutura e o governo estadual não teria condições de mantê-la. Por solicitação do MEC, foi feito um levantamento da situação da TVE de Porto Alegre para que futuramente fosse tomada uma decisão sobre o seu destino.[400]

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Ceará recebeu a concessão do canal 5, de Fortaleza por meio do Decreto n° 66.194, de 6 de fevereiro de 1970. A TV Educativa do Ceará foi inaugurada no dia 13 de fevereiro de 1974 em solenidade presidida pelo governador do estado, César Cals. A terceira emissora de televisão de Fortaleza transmitiria por 30 dias programas educativos, servindo de teste para o seu equipamento importado da França. Além da capital do estado do Ceará, a emissora visava, em um primeiro momento, atingir os municípios de Caucala, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz, onde seriam instalados 42 telepostos.[401]

A sede da TV Educativa do Ceará foi construída no bairro de Aldeola, perto das outras emissoras de televisão de Fortaleza. Foram investidos oito milhões de cruzeiros, dos quais, 6 milhões foram para importação dos equipamentos franceses.[402] A experiência da televisão educativa cearense era voltada para atender às necessidades não atendidas pelo sistema de ensino convencional no estado. Seus programas eram integrados ao sistema escolar, voltados principalmente para o ginásio, que era incumbência do governo do estado.[403]

---

399 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1977, p. 16.
400 **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 1980, p. 34.
401 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1974, p. 13.
402 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1974, p. 19.
403 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 jun. 1979, p. 8.

A Fundação Maranhense de Televisão Educativa pode ser entendida em três fases. A primeira seria a fase de implantação, entre os anos de 1969 e 1971. A segunda se caracterizaria pela burocratização e crescente complexidade organizacional, assim como pela ênfase nos aspectos técnicos e operacionais. Uma terceira fase pôde se delinear a partir de 1980, quando a instituição enfrentou os problemas de forte expansão do sistema e, ao mesmo tempo, procurou redimensionar os "desvios sofridos pela entidade nos períodos de organização e crescimento e, principalmente, a preservação de um caráter eminentemente educacional, frente a interferências externas".[404]

Com mais de 300 mil habitantes, São Luís do Maranhão tinha, no final da década de 1960, apenas duas escolas ginasiais, com capacidade para oitocentos alunos. Pela falta de escolas, milhares de adolescentes que haviam terminado o curso primário, sem outra alternativa, formavam filas para ingressar no secundário. Para atender, pelo ensino convencional, 12 mil alunos do curso ginasial, seria necessário contratar e preparar novecentos professores, organizados em trinta escolas, com instalações físicas, diretores, secretários e auxiliares adequados, necessidades que supostamente seriam impraticáveis para as condições do estado administrado por José Sarney. Alegando não possuir recursos recursos para construir mais escolas e ampliar a rede administrativa, o governo do Maranhão apresentava como solução sua televisão educativa.[405]

Um aluno do ginásio convencional custaria ao estado do Maranhão mais de 600 cruzeiros por ano. O "telealuno" custaria menos de 400 cruzeiros por ano. A TV Educativa do Maranhão era apontada como opção barata e eficiente. Para o Canal 2 de São Luís, foram comprados câmaras de controle remoto e gravadores de videoteipes de origem japonesa. Para servir como escola, foram utilizados galpões de um velho prédio inutilizado do DER. Dividindo o prédio chegou-se a quarenta e oito salas de aula, com capacidade inicial para 1 mil e 400 alunos. Para coordenar as atividades foi chamado o professor José Macedo Costa, ex-pároco de Colinas, pequena cidade do sertão maranhense, que aplicava um método educacional onde os estudantes não precisavam ir às aulas, não faziam provas, davam as próprias notas e aprendiam por meio de debates e experiências práticas. Assim, nasceria em março

---

[404] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA EDUCAIONAL. **A proposta pedagógica da Fundação Maranhense de Televisão Educativa**, 1981, p. 8-11.
[405] **Veja**, São Paulo, 23 set. 1970, p. 53.

de 1969 o Centro Educacional do Maranhão (CEMA), primeiro, experimentalmente, funcionando em circuito fechado e, posteriormente, a partir de maio de 1970, em circuito aberto e com grandes ambições: atingir 12 mil alunos em um ano e se estender pelo interior.[406]

O ministro da Educação Ney Braga, em 1974, apontou a TV Educativa do Maranhão como a melhor experiência do gênero no Brasil e indicou que ela deveria ser tomada como exemplo pelas demais emissoras educativas existentes e para as fossem criadas futuramente.[407]

No final da década de 1970, salas de aula equipadas com aparelhos receptores foram espalhadas por São Luís e para os munícipios vizinhos, São José do Ribamar, Paço do Lumiar, Palmeirândia e Rosário, atendendo cerca de 13 mil alunos. A Fundação Maranhense de Televisão Educativa almejaria atingir um total de 48 municípios até 1980, totalizando aproximadamente 50 mil alunos. [408]

Após passar por problemas financeiros e greves de funcionários no início da década de 1980, em 1986, a FUNTEVÊ, sucedânea da FCBTVE, incorporou o Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional (IMTEC), bem como o CEMA, criando assim o Centro de Televisão Educativa do Nordeste.[409]

A TV Universitária do Rio Grande do Norte foi criada com o objetivo de suprir a falta de escolas de nível de primeiro grau. Mas, os equipamentos disponibilizados para a emissora não correspondiam às suas necessidades. Até 1974, ela não dispunha sequer de um equipamento de videoteipe de duas polegadas, o que a impedia, por exemplo, de transmitir programas produzidos pela FCBTVE.[410] A TV Educativa do Espírito Santo teria entrado em funcionamento no início da década de 1980.

A FCBTVE, como o previsto na lei de sua criação, operaria um canal de televisão educativo, por meio da incorporação da TV Nacional de Brasília. Em 1967, o então prefeito de Brasília, Plínio Catanhede, criou um grupo de trabalho incumbido de estudar um programa para implantação de uma emissora educativa. No relatório final foi apontada, entre outras soluções, o aproveitamento da TV Nacional de Brasília, doada por lei à FCBTVE. Em 1970, a Fundação, funcionando provisoriamente no Rio

---

406 **Veja**, São Paulo, 23 set. 1970, p. 53.
407 **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jun. 1974, p. 14.
408 **Veja**, São Paulo, 5 jan. 1977, p. 43.
409 FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d., p. 8.
410 **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 1974.

de Janeiro, ainda não havia tomado posse da TV Nacional. A espera pela encampação por parte da FCBTVE e as condições em que se encontravam a própria emissora fez com que Brasília ficasse sem um canal estritamente educativo.[411]

A TV Nacional de Brasília teria decretado suicídio comercial ao cobrar preços publicitários abaixo da tabela ou trocar anúncios por equipamentos e comida para seus funcionários. No início da década de 1970, os salários dos funcionários estavam atrasados. Ela possuía programação própria e seus equipamentos eram obsoletos. A TV Globo fornecia programas para a emissora, mas iria encerrar a parceria em função da inauguração de um canal próprio em Brasília. Sem a programação da Globo, a TV Nacional ficaria praticamente sem ter o que exibir. O general Waldir Martins da Silva, militar da reserva, abandonou o cargo de diretor da emissora em 1971, após quatro meses de tentativas para alavancar a emissora. O novo diretor da emissora, de propriedade do governo federal e administrada pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, o jornalista goiano Américo Fernandes, buscava transformar a TV Nacional em emissora educativa, apoiado na lei aprovada em 1967 pelo Congresso Nacional, que transferia todo seu acervo e recursos humanos para o Ministério da Educação e Cultura, por meio da FCBTVE. Logo no início de sua administração frente à TV Nacional, Fernandes enviou um ofício ao ministro da Educação Jarbas Passarinho que, em linhas gerais, afirmava que ou a emissora se transformava em educativa, recebendo verbas oficiais, ou fecharia.[412]

Em 1972, a TV Nacional de Brasília chegou a ficar fora do ar por um período de quase um ano, com uma dívida de 1,8 milhão de cruzeiros e apenas uma câmera operando em condições precárias – as outras duas estavam quebradas. Em 1973, com três novas câmeras, transmissoras, aparelhagem de videoteipe e telecine, novas instalações e com os salários em dia, ela voltou ao ar. João Batista Cavalcanti de Melo, novo diretor da TV Nacional, que deu prosseguimento ao trabalho de Américo Fernandes, morto em um acidente de automóvel, afirmou que a solução foi uma só: “verba”. A emissora do governo federal que compreendia mais cinco estações de rádio que operavam em ondas médias e curtas em situação precária, passou a ser incluída no orçamento da União, como uma doação para o exercício de 1973 de 7,2 milhões de cruzeiros. A volta da emissora teria sido amplamente divulgada em Brasília, notadamente por meio de panfletos distribuídos de casa em casa, e incluíam a nova

[411] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 set. 1970, p. 9.
[412] **Veja**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1971, p. 78-9.

programação que se fundamentaria em três postos-chaves: futebol, filmes inéditos e telejornais. Segundo seu diretor, a programação seria “meramente optativa”, pois não poderia disputar em termos de novelas e shows com a TV Globo. Entretanto, diferentemente das emissoras educativas, a TV Nacional poderia veicular anúncios comerciais nos intervalos de sua programação, situação que, dependendo de sua audiência, ajudaria a mantê-la.[413]

Como a TV Nacional de Brasília não foi incorporada ao patrimônio da FCBTVE, o Decreto n° 72.634 de 16 de agosto de 1973, assinado pelo presidente Médici e ministro Hygino Corsetti, outorgou concessão à FCBTVE para estabelecer uma emissora de televisão com a finalidade exclusivamente educativa, sem objetivo comercial, utilizando o canal 2 do Rio de Janeiro.[414] Em 24 de outubro de 1973, o Decreto n° 72.996 autorizou a cessão, sob forma de utilização gratuita, do terreno do Sumaré para a nova emissora.[415] Em janeiro de 1975, o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) autorizou a FCBTVE a instalar um transmissor e sistema irradiante na Serra Carioca, Alto Sumaré, para o Canal 2, desde que observadas algumas condições. A instalação deveria respeitar as características determinadas para o sistema irradiante e do equipamento transmissor. A FCBTVE ficava condicionada a reduzir sua potência efetiva irradiante em caso de interferência prejudicial. Dentro de um prazo de 24 meses, contados da publicação da Portaria do DENTEL, a Fundação deveria efetivar as providências autorizadas e requerer vistoria sob pena de cassação de sua concessão.[416]

O diretor da Divisão de Radiodifusão do DENTEL, em agosto de 1975, por meio da Portaria n° 1961, de 20 de agosto de 1975, autorizou a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão para enlace entre o estúdio do Canal 2 e o seu transmissor por prazo indeterminado. O local da transmissão seria os estúdios da sede da Fundação e o local de recepção seria a Serra da Carioca, no Alto do Sumaré.[417] Pela Portaria n°1962, de 20 de agosto de 1975, o diretor da Divisão de Radiodifusão do DENTEL autorizou a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão, para

---

[413] **Veja**, Rio de Janeiro, 2 maio 1973, p. 72.
[414] BRASIL. Decreto n° 72.634, de 16 de agosto de 1973.
[415] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[416] MINICOM. **Autorização do Dentel para a instalação do serviço de radiodifusão educativa pela FCBTVE**. Brasília, 1975.
[417] DENTEL. Portaria n° 1961, de 20 de agosto de 1975. Autoriza a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão, para enlace entre estúdio e transmissor.

reportagens externas, em caráter permanente, por prazo indeterminado, por meio da estação móvel de propriedade da FCBTVE.[418] O diretor da Divisão de Radiodifusão do DENTEL, por meio da Portaria n° 2034, de 28 de agosto de 1975, autorizou a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão para comunicação por prazo indeterminado, podendo operar quatro transceptores portáteis na área do Grande Rio.[419] A FCBTVE foi autorizada, em 15 de outubro de 1975, pelo diretor regional do DENTEL, no Rio de Janeiro, a realizar transmissões em caráter experimental.[420]

O canal 2, do Rio de Janeiro abrigara a TV Excelsior até o dia 1° outubro de 1970, quando foi retirada do ar, findando sua história como a primeira rede de televisão brasileira cassada oficialmente, após uma série de arbitrárias e injustas perseguições promovidas pelo regime militar.[421] Entretanto, vinte e um anos após a iniciativa frustrada do grupo encabeçado por Roquette-Pinto, o canal 2 do Rio de Janeiro foi finalmente destinado à televisão educativa.

Dos nove canais educativos em funcionamento até 1981, os da região Norte e Nordeste do país foram criados com objetivos claros: chegar onde a escola deveria chegar e não chegava, e onde as carências educacionais brasileiras eram mais evidentes. As emissoras educativas do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte foram instaladas nas suas respectivas capitais, mas visando expandir cada vez mais para o interior, sanando as ineficiências do ensino escolar em seus respectivos estados. A TV Educativa do Amazonas tinha objetivos ainda maiores, pois visava atingir, além do território do seu estado, boa parte do Norte do Brasil. Outras emissoras, além de buscarem atender seus respectivos estados, tinham objetivos de serem centros produtores para alimentar a rede de emissoras educativas, como a TVE do Rio de Janeiro, a TV Cultura de São Paulo e a TV Universitária, de Pernambuco. Esta última com objetivos ainda maiores de ser um centro multinacional. A TV Educativa do Rio Grande do Sul, apesar de não ser a única com problemas de planejamento, não aparentava ter diretrizes muito claras, e sobre a do Espírito Santo encontramos poucos dados nas fontes consultadas para este trabalho.

---

[418] DENTEL. Portaria n° 1962, de 20 de agosto de 1975, autoriza a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão para reportagens externas.
[419] DENTEL. Portaria n° 2034, de 28 de agosto de 1975, autoriza a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão para comunicação de ordens de serviço.
[420] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[421] Cf. BUSETTO, Áureo. Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009.

Outras concessões foram outorgadas pelo governo federal para o estabelecimento de emissoras educativas, visando atender todo o território nacional, como a concessão do canal 9 de Salvador, por meio do Decreto n° 61.285, de 5 de setembro de 1967, para Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado da Bahia. A capital da Bahia foi a segunda cidade a receber a concessão de um canal para a televisão educativa. A sede da TVE baiana teria 9 mil metros de área construída. A partir de 1969, foi adotada a sua primeira etapa, que consistiu na transmissão de aulas de maneira experimental em circuito fechado. A Secretaria de Educação da Bahia promoveu um curso no qual selecionou as pessoas que iriam chefiar os primeiros setores. Posteriormente, seguiriam para França, a fim de fazer estágio em televisão educativa. Ao voltar, o grupo elaborou um relatório que foi enviado ao CONTEL pretendendo o estabelecimento da televisão educativa de Salvador. O grupo de coordenação tinha planos para o interior do estado, onde o número de escolas era pequeno. As prefeituras ficariam responsáveis pela instalação de telepostos.[422] Dois anos após sua concessão, os equipamentos para a TV Educativa da Bahia ainda estavam sendo comprados. Havia muitos planos, mas a escassez de verbas impedia que o trabalho andasse.[423] Em 1971, a televisão educativa da Bahia ainda aguardava seus equipamentos. Apesar da manutenção do funcionamento de seu circuito fechado e do treinamento de pessoal.

A Universidade Federal de Santa Maria obteve a concessão do canal 8 da cidade homônima, no Rio Grande do Sul, por meio do Decreto n° 62.418, de 15 de maio de 1968. Com uma população de 200 mil habitantes, sendo que 160 mil eram moradores da zona urbana, o município de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, possuía um dos percentuais de alfabetização mais elevados do Brasil. Entretanto, a falta de recursos impossibilitou a montagem da emissora de televisão educativa. Como uma solução temporária, a reitoria da universidade firmou um convênio com a TV Imembuí, emissora comercial, e teria 120 minutos diários para transmitir seus programas educativos e preparar técnicos e professores para a sua futura emissora. A busca da universidade por novas técnicas de ensino era antiga. Em 1968, foi instituído o seu circuito fechado de TV, conforme mencionamos no primeiro capitulo deste trabalho. Em 1968, mediante convênio com a UNESCO, foram realizados cursos de preparação de pessoal técnico e de professores para a televisão,

[422] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 abr. 1969, p. 35.
[423] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 out. 1969, p. 31.

com a colaboração da FCBTVE. Desde 1967, funcionava a Rádio Universidade que atingia mais dez municípios com os seus programas educativos, num total de aproximadamente 3 mil alunos. Em 1969, a Universidade de Santa Maria já havia adquirido um terço do equipamento necessário para a sua TV Educativa. Para o restante dos equipamentos esperavam-se recursos provindos de convênios com organismos internacionais ou doações particulares.[424]

A Universidade Federal de Goiás obteve a concessão do canal 11, de Goiânia, por meio do Decreto n° 63.074, de 5 de agosto de 1968. A TV Universitária de Goiás começaria a funcionar em 1972 segundo anúncio da Divisão de Cultura do Departamento de Educação e Cultura da UFG.[425]

A Fundação TV Educativa de Alagoas obteve a concessão do canal 3, de Maceió, por meio do Decreto n° 65.977, de 29 de dezembro de 1969. A Fundação foi criada em maio do mesmo ano para desenvolver atividades educacionais e sociais no estado. A TV Educativa de Alagoas deveria entrar em funcionamento em 1970 segundo a Secretária de Educação do estado.[426]

Apesar de obterem suas concessões, as emissoras educativas do estado da Bahia, da Universidade de Santa Maria, da Universidade Federal de Goiás e a do estado de Alagoas, acabaram não entrando no ar até 1981, o principal motivo alegado foi a falta de recursos financeiros.

Outras iniciativas para a implantação de emissoras educativas foram estabelecidas em estados como o de Minas Gerais, Amapá, Santa Catarina e Sergipe. O projeto da TV Educativa de Minas Gerais era um dos mais elogiados no Brasil, notadamente porque surgiu em decorrência de um plano global elaborado a partir de objetivos educacionais definidos. Apesar de ser considerado um projeto modesto, a TVE mineira concentraria sua produção em programas de ensino profissionalizante. Utilizaria o canal 9, de Belo Horizonte e operaria a partir de julho de 1975.[427]

Em 1973, o governador do Amapá, Comandante José Lisboa Freire, durante uma visita do ministro de Educação Jarbas Passarinho ao estado, repetiu o pedido para instalação de uma emissora de televisão educativa em Macapá. Anteriormente, já teria sido enviado uma solicitação para o Ministério das Comunicações, que enviaria

[424] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1969, p. 51.
[425] **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 maio 1972, p. 2.
[426] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 maio 1969, p. 5.
[427] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 1974.

dois técnicos para estudar a viabilidade do projeto. O Amapá, caso fosse aprovado, seria o primeiro território a possuir uma TV educativa.[428]

Em 1974, foi concluída a minuta do convênio entre MEC-USAID, assinado entre o MEC e o governo de Santa Catarina para aplicação de 9 milhões de dólares no Plano Setorial de Educação. Seriam beneficiadas as áreas de construção e equipamento de estabelecimento de ensino de 1° e 2° graus, além da implantação da TV Educativa de Santa Catarina.[429] Em Sergipe, o governo do estado criou uma fundação para o estabelecimento de uma emissora educativa.[430]

Mesmo com todos os incentivos do governo federal para o estabelecimento de emissoras televisivas educativas, apenas nove se estabeleceram efetivamente no Brasil até 1981. Muitos estados resolveram aderir à tendência de criação de emissoras educativas, atendendo às diretrizes federais, mas sem elaborar projetos consistentes ou sem ter previamente uma projeção para as necessidades financeiras. Mesmo com as emissoras educativas que conseguiram se efetivar, estaria longe a constituição de uma rede de emissoras com essa finalidade para atingir os seus objetivos de suprir as falhas do sistema convencional de ensino e do próprio sistema comercial de televisão. As concessões outorgadas obedeceram a uma lógica para atender a todo o território nacional por meio da televisão educativa. Os projetos e realizações nessa área, somados, poderiam ter constituído uma efetiva rede de emissoras educativas que cobrisse todo o território nacional e com a coordenação da FCBTVE. Entretanto, essa também enfrentou problemas financeiros para iniciar efetivamente suas atividades. Mas, mesmo em seu perfeito funcionamento, dificilmente conseguiria gerir projetos concebidos de maneira isolada e tão díspares. Mesmo que contribuindo de acordo com as suas possibilidades, a FCBTVE foi estabelecida concomitantemente com as inciativas para o estabelecimento de emissoras educativas nos estados e territórios. Para a constituição de uma rede nacional de televisão educativa, além de projetos uniformizados para o estabelecimento de emissoras educativas, seria necessário que o organismo responsável pela coordenação das atividades dessa rede já estivesse em pleno funcionamento.

Somando-se a isso o próprio governo federal ainda não havia resolvido qual seria o melhor caminho para levar a teleducação a um maior número de brasileiros:

---

[428] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 maio 1973, p. 24.
[429] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1972, p. 18.
[430] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1972, p. 10.

emissoras educativas que alcançassem todo o território ou a opção do satélite. O MEC parecia mais inclinado pela solução das emissoras, a mais barata, embora não deixasse de lado a hipótese de vir a utilizar satélites. A defesa do satélite era feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O argumento básico era de eliminar a etapa de utilização de emissoras de televisão educativa, pois a transmissão por meio de satélite seria dirigida a centros de retransmissão próprios ou diretamente aos receptores.[431]

Entretanto, conforme afirmou Gilson Amado, o que o MEC pretendia por meio da FCBTVE era exatamente o contrário. Seria a difusão da educação por emissoras que estavam sendo montadas em diferentes estados, a utilização dos horários obrigatórios e gratuitos da rede de emissoras comerciais para esse fim, preparação de recursos humanos e produção de teleaulas e telecursos. Para Gilson Amado, “a televisão educativa era uma coisa, atividades espaciais, outra”.[432]

Por outro lado, o diretor do INPE, Fernando Mendonça afirmava que equipamentos seriam fáceis de comprar, contudo, o que sempre era esquecido era que seriam necessários quase “200 pessoas/hora para cada produção de TVE” e que cada hora de produção custaria no mínimo três mil cruzeiros. Calculava que para produzir os quatro primeiros anos de escola primária, levaria “cerca de um milhão de homens/hora em TVE”. Isso com “muita criatividade, muita pesquisa e muita organização”.[433]

3.2 Conflitos e sobreposição de funções na coordenação da televisão educativa no Brasil

Apesar dos incentivos e da liberação de concessões por parte do governo militar visarem atender todo o território nacional com televisões educativas, as emissoras educativas começaram atuando de maneira isolada, com as mais variadas concepções e vinculações, estaduais e federais, ligadas a secretarias de educação, universidades ou fundações. Ademais, muitos projetos para o estabelecimento de emissoras educativas acabaram não saindo do papel, ou foram colocados em prática

[431] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1° dez. 1972, p. 14.
[432] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1° dez. 1972, p. 14.
[433] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1° dez. 1972, p. 14.

de maneira parcial. As emissoras televisivas educativas que conseguiram entrar em funcionamento até 1981 sofriam, umas mais outras menos, com os mais diferentes problemas, como a falta de objetivos sólidos, recursos financeiros, administração competente e uma audiência mínima que justificasse sua existência. Também não foram estabelecidos, efetivamente, intercâmbios de experiências entre essas emissoras, visando, principalmente, não recorrerem aos mesmos equívocos ou acelerarem os seus respectivos desenvolvimentos. A essa série de fatores, somavam-se os problemas, notadamente financeiros, enfrentados pela FCTVE, que deveria coordenar as atividades nesse sentido, mas que até 1972 ainda estava às voltas para estabelecer o seu centro de produção de programas educativos, conforme será abordado no próximo capítulo.

Com objetivo de sanar esse quadro e coordenar as atividades das emissoras educativas de rádio e televisão de forma articulada com a política nacional de teleducação para um esforço comum, foi criado o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), por meio do Decreto n° 70.185, de 23 de fevereiro de 1972. O PRONTEL era um órgão de natureza provisória e ligado ao Ministério da Educação e Cultura, responsável por assumir a coordenação de todas as atividades ligadas à teleducação, atribuição que conflitava com as responsabilidades da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

Os objetivos do PRONTEL foram definidos explicitamente. A atividade fim seria de promover a utilização racional das tecnologias educacionais, primordialmente da teleducação, para a universalidade do ensino. Atender às prioridades educacionais fixadas pelos departamentos do MEC, por intermédio da sua Secretaria Geral. Prover ao MEC e demais ministérios, órgãos governamentais, as secretarias de educação e instituições educacionais, know-how nas áreas das tecnologias educacionais. Subsidiar outros ministérios e órgãos governamentais nos projetos e prioridades passíveis de atendimento pelas tecnologias educacionais. E, por fim, desenvolver uma consciência nacional para utilização dos meios de comunicação para a educação.[434]

As atividades meio do PRONTEL seriam: integrar as atividades relacionadas com a teleducação; racionalizar as atividades existentes na área; otimizar o sistema de teleducação de modo a permitir uma operacionalidade mais eficiente; promover e incentivar a preparação de recursos humanos necessários para a melhoria e

[434] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 36-41.

expansão da área de tecnologias educacionais; prover as entidades componentes do "Sistema Nacional de Televisão Educativa" de pessoal qualificado para o desempenho eficiente de suas funções; encorajar o desenvolvimento de equipamentos nacionais para tecnologias educacionais; incentivar e incrementar as técnicas de planejamento, administração, desenvolvimento, controle e avaliação, no uso das tecnologias educacionais em programas e projetos, tendo em vista seu melhor planejamento.[435]

Segundo os objetivos do PRONTEL, sua finalidade com relação à televisão educativa seria servir de meio para fins de outrem, quer do MEC, quer das emissoras educativas. Mas também era função precípua do PRONTEL desenvolver a própria área de tecnologia educacional, consolidando conceitos, desenvolvendo conhecimentos a respeito da utilização dos diversos meios, quer o rádio, a televisão, os filmes, os computadores ou os audiovisuais, quer a combinação desses meios.[436]

O PRONTEL criaria um centro de informação e intercâmbio, que deveria entrar em funcionamento até 1974, levando às secretarias de educação, aos órgãos do MEC, e às entidades de televisão educativa em funcionamento, incluindo a FCBTVE, informação e conhecimento essenciais ao seu trabalho. O PRONTEL iria coordenar a produção para que os programas educativos elaborados pelas emissoras educativas e pela FCBTVE atendessem às necessidades do MEC. Junto aos secretários de Educação, às universidades, entre outros, iria decidir e destacar, respeitando a autonomia universitária e a autonomia estadual, os programas a serem implementados e prever, com antecedência, os materiais e sistema de apoio necessário à implementação de tais programas.[437]

Na área de recursos humanos, o PRONTEL atenderia três prioridades. Primeiro, as carências das emissoras educativas em funcionamento. Segundo, a implementação de cursos na área de tecnologia educacional junto às universidades. Terceiro, a promoção do desenvolvimento de cursos e pesquisas em áreas afins, tais como: Economia de Educação, Administração Educacional, Comunicação, Sistemas Tecnológicos de Custo/Efetividade, entre outros. O PRONTEL iria operacionalizar as normas necessárias ao funcionamento da área, para o MEC e para outros órgãos envolvidos, a fim de que novos centros de produção, de emissão e difusão, de rádio

---

[435] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 36-41.
[436] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 36-41.
[437] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 36-41.

e televisão ou de filmes se coadunassem com a política e as diretrizes previstas no Plano Nacional de Tecnologias Educacionais (PLANATE), possibilitando assim um sistema flexível e efetivo de tecnologias educacionais.[438]

Segundo o documento do MEC relativo à teleducaçao no Brasil, durante o governo Médici, a desproporção entre oferta e procura nos vários níveis do ensino e da cultura se apresentavam ao planejador educacional de maneira desafiadora. Por outro lado, a escassez de recursos materiais, financeiros, de prédios construídos, de infraestrutura, entre outros, seriam variáveis respeitáveis e relevantes que dificultavam a obtenção de uma situação desejável e compatível com a demanda. A carência de recursos humanos, tanto na área de professores, quanto na área de administradores educacionais era, também, uma das grandes variáveis que se apresentava de maneira gigantesca diante do planejador educacional.[439]

Para o governo militar, a velocidade com que se processaria o desenvolvimento do Brasil, a demanda por mão-de-obra qualificada e especializada em diversos setores, o surgimento de novas profissões, a cada dia, nos diversos ramos do saber e da prática, bem como o consumo cada vez maior dos produtos da sociedade, teria imprimido um ritmo social que o sistema educacional não estaria preparado para enfrentar. A preocupação com a escolarização, com a especialização profissional aliadas ao aumento da oferta de oportunidades educacionais, estariam levando a população a procurar uma escolarização que nem sempre poderia ser atendida com as escolas disponíveis ou com as escolas que se poderia prever para um futuro próximo. Essas contingências do desenvolvimento aplicadas não só ao problema de escolaridade, mas também ao problema de educação de um modo geral, quer a educação física, quer os desportos, quer a cultura, quer a informação, entre outros. Nesse prisma, a teleducação e as tecnologias educacionais poderiam se constituir num desses mecanismos capazes de provocar certos impactos desejáveis no sistema, de maneira a torná-lo mais eficiente, mais dinâmico e flexível, mais condizente com as exigências do desenvolvimento e da demanda de qualidade cada vez maior.[440]

Segundo os dirigentes do MEC, dentro desse contexto e de formas diversas, as tecnologias educacionais estariam atendendo, de maneira bastante efetiva, as

---

[438] MEC**. Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 36-41.
[439] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 17-20.
[440] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 17-20.

necessidades de países em diversos graus de desenvolvimento. Em países como El Salvador, Colômbia, Nigéria, Costa do Marfim, ou mesmo a Austrália, a utilização maciça das tecnologias educacionais estavam revolucionando todo o sistema educacional e proporcionando resultados satisfatórios e, em muitos casos, com efetividade comprovada. Estados Unidos, Japão, Suécia, a Alemanha e outros países europeus usavam as tecnologias educacionais não só para resolver problemas quantitativos mas qualitativos relacionados à educação. Na Inglaterra, por exemplo, existia a Universidade Aberta, que estava proporcionando ensino de qualidade. Assim, olhando para o futuro, tentando deixar alguma esperança de que o problema criado pela demanda escolar e a fome cultural, bem como a necessidade de soluções estariam encaminhados em termos de soluções viáveis, o MEC aprovou no final de 1973, o Plano Nacional de Tecnologias Educacionais (PLANATE), devendo ser coordenado e gerenciado pelo PRONTEL.[441]

O PLANATE partiria de uma filosofia do MEC sobre a utilização das tecnologias educacionais e daria diretrizes seguras e específicas para as diversas funções a serem executadas. Os centros de produção seriam responsáveis pela confecção dos programas educativos e culturais conforme indicado pelo PRONTEL, no caso das entidades sobre sua coordenação. Eles seriam tão centralizados e inter-relacionados quanto os princípios da administração científico-racional e as necessidades de um sistema de elevada razão efetividade/benefício o exigissem. Para isso, o MEC já havia providenciado junto ao Ministério das Comunicações a ampliação da reserva de canais de rádio e de televisão para a educação, a partir do que seria possível propor ao MEC uma política de normas quanto a uma rede brasileira de radiodifusão educativa centralizada.[442]

O Plano Setorial de 1975/79 aboliu o termo teleducação e indicou o uso de uma conceituação mais ampla: tecnologias educacionais. Nesse sentido, o PRONTEL deixaria, cada vez mais, de ser o órgão de teleducação e passaria a ser, conforme diretrizes definidas pelo MEC, o órgão coordenador das atividades e proponente da política na área de tecnologias educacionais.[443]

O termo teleducação representava a educação por meio das telecomunicações. Segundo Norma Porto, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da

---

[441] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 21-36.
[442] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 21-36.
[443] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 18.

Educação e Cultura, em 1971, o termo teria sido consagrado na quarta e quinta reuniões da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), realizadas respectivamente em Assunção e Lima.[444]

O Decreto n° 65.239, de 26 de setembro de 1969, criou uma estrutura técnica e administrativa para a elaboração do projeto de um sistema avançado de tecnologias educacionais, incluindo rádio, televisão e outros meios. Seu artigo primeiro criava uma Comissão Interministerial, integrada pelos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral, da Educação e Cultura, das Comunicações, do Ministério das Relações Exteriores e da Fazenda, bem como pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), para, sob a presidência do primeiro, fixar as diretrizes gerais de uma política integrada de aplicação de novas tecnologias educacionais no país e decidir sobre a implementação das medidas sugeridas pelo Grupo Técnico de Coordenação, integrado por representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (IPEA), do CONTEL, do Ministério das Relações Exteriores, do Conselho Federal de Educação, da Comissão Nacional de Atividades Espaciais e da FCBTVE.[445]

Em 1977, visando cada vez mais controlar e homogeneizar as iniciativas relacionadas à televisão educativa, o PRONTEL solicitou ao Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas Aplicadas ao Trabalho do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (CEPPAT/ISOP/FGV) uma análise dos perfis das ocupações em teleducação. O Sistema Nacional de Teleducação estaria sentindo, em função de sua expansão e aprimoramento, sérios problemas de carências quantitativas e qualitativas de recursos humanos para conseguir alcançar seus objetivos. O desenvolvimento tecnológico levava a uma divisão cada vez mais acentuada, em que proporcionalmente as ocupações tornavam-se cada vez mais particulares, com o crescente grau de especialização, o que implicaria sérios problemas à previsão, controle e expansão das atividades em teleducação. Portanto, julgou-se necessário estudos e pesquisas visando definir as características básicas dos sistemas de trabalho, suas variáveis mais relevantes e, sobretudo, critérios

[444] JORNAL DO BRASIL. **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1969, p. 17-20.
[445] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1969, p. 17-20.

operacionalmente definidos para a previsão das atividades, controles de tarefas e dos produtos e elaboração de programas de expansão.[446]

O projeto apresentado pela FGV compreendia quatro metas distintas a saber: classificação e descrição das ocupações existentes no sistema de teleducação; diagnóstico das características sócio-profissionais do pessoal alocado; montagem de perfil das ocupações existentes e obtenção de metodologias de gerência de recursos humanos para utilização nas entidades de teleducação.[447]

A classificação e descrição das ocupações existentes no sistema de teleducação permitiu a identificação e classificação de 71 ocupações no subsistema de rádio educativo e 130 ocupações no de televisão educativa, todas elas acompanhadas de descrição das tarefas e operações desenvolvidas, o que tornou possível a sua organização em grupos de base formando o que foi denominado no projeto da FGV “Classificação de Ocupações de Sistema de Teleducação – Rádio e Televisão”. Essa classificação seria de singular importância a todos os futuros empreendimentos na área de recursos humanos em teleducação, visto que a base para tais processos era o conhecimento pormenorizado de todas as ocupações e sua organização.[448]

O diagnóstico das características sócio-profissionais do pessoal alocado permitiu, a partir de levantamentos de dados pessoais junto a 1122 profissionais, de sete entidades de teleducação de diferentes estados, definir as características básicas dos elementos que faziam a teleducação no Brasil naquele momento. O estudo tornou possível estabelecer a linha base para os futuros projetos de desenvolvimento de recursos humanos, e fixar os objetivos, adequando os programas à realidade. Por outro lado, as informações sobre os profissionais atuantes naquele momento ofereceram o conhecimento das fontes de recrutamento da mão-de-obra que tinha conseguido levar adiante o projeto de teleducação no Brasil. Assim, conhecendo as características pessoais dos sujeitos, sua formação específica, seus trabalhos e empregos anteriores, seria possível definir o fluxo de mão-de-obra, saber de onde provinha esse pessoal e como ele veio a se estabelecer na teleducação. Ao mesmo tempo, se possuíam meios para identificar os cursos existentes sobre a especialidade,

[446] FGV. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.
[447] FGV. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.
[448] FGV. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.

quais foram frequentados pelo pessoal e, a partir daí, poder-se-iam propor novos programas a esses mesmos sujeitos ou aos novos contratados.[449]

A consecução dos perfis para a execução da análise do trabalho das ocupações do sistema de teleducação permitiu, paralelamente, a detecção de inúmeros fatores que matizam o contexto daquele momento com relação à teleducação. Segundo o relatório da FGV, a Teleducação não teria merecido, como deveria, um capítulo à parte como forma independente de comunicação e educação. Coube-lhe, sim, um parágrafo disperso entre os progressos da comunicação de massa e os entraves filosóficos da pedagogia tradicional. Daí a uma estrutura que visava sanar, por meio do ensino de massa, alguns problemas educacionais do Brasil, construíram-se em inúmeras formas de atuação e compromissos entre a comunicação e a educação. Porém, mais que a fusão de sistemas e estruturas que se complementavam na realização de um objetivo, a teleducação era uma construção erguida pelo homem e, portanto, tornava-se necessário analisar os fatores que se cotizavam para levar adiante essa realidade do projeto teleducativo.[450]

Um dos pontos que mereciam maior destaque dizia respeito à forma de abordagem dos recursos humanos no sistema teleducativo. Sob esse ângulo, seria inútil clamar por um processo nos moldes da máxima seletiva do “homem certo no lugar adequado” uma vez que inexistia, sob ponto de vista da teleducação, o homem certo e menos ainda o lugar adequado para esse homem atuar. Em relação à primeira asserção, carecia o Brasil de tradição na área e, apesar dos esforços, poucas foram as entidades que se destinaram a formar profissionais na área de radiodifusão, especialmente teleducativa, originando assim formação tipicamente empírica e, como tal, bem pouco flexível. Com respeito à segunda afirmativa, a teleducação poderia ser definida como produto da sala de aula tradicional com a televisão comercial. Embora coubesse exagero nas palavras precedentes, conforme o estudo da FGV, teria faltado ao Brasil um modelo próprio que compactuasse com os estágios, quer educacionais quanto televisivos, em que se encontravam, de forma a combinar desempenho mais efetivo, no que concerne ao campo do ensino, com veículo capaz de competir com seus congêneres que buscam outros objetivos.[451]

---

[449] FGV. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.
[450] FGV. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.
[451] FGV. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.

Segundo o texto da FGV, as emissoras educativas teriam um caminho mais promissor se optassem efetivamente pelo treinamento do pessoal destinado a atuar na teleducação. Porém, o treinamento não deveria ser visualizado apenas sob o ângulo de formação de pessoal. Mas merecia parcela de atenção a readaptação dos profissionais provenientes de sistemas afins. Esses profissionais, principalmente os advindos dos setores pedagógicos tradicionais e de formação técnica não especificamente ligados a televisão ou rádio, necessitariam receber o devido instrumental que os capacitasse a emitir comportamentos adequados à satisfação das exigências inerentes a cada ocupação. Dessa forma revestia-se de inegável importância a fixação de períodos de estágio de adaptação como forma de introduzir o indivíduo no sistema. Durante esse estágio de adaptação, o profissional teria limitada sua atenção junto à ocupação a qual se destina sua atuação, visando com isso a adaptação gradativa aos métodos e características peculiares do trabalho em teleducação. Esse processo de especificação e ensaio do cargo a ocupar visaria o progressivo afastamento do profissional polivalente que atuava em todas as áreas, porém sem a profundidade necessária, de forma a dar um caráter delimitado às funções que ocupava. O projeto da FGV não apregoava a redução de uma visão global do campo de atuação, mas, sim, minimizar as improvisações que eram lugar comum na teleducação.[452]

Entretanto, apesar de alguns esforços e estudos para o aprimoramento da televisão educativa, o PRONTEL nasceu com a difícil missão de entrosar as repartições do MEC com os departamentos de ensino (fundamental, médio e complementar), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Instituto Nacional do Cinema, a EMBRAFILME e a FCBTVE. Ademais, viria para resolver um quadro difícil no campo da teleducação: atividades isoladas e não coordenadas, grande dispersão e duplicação de esforços, desequilíbrio regional, inexistência de um sistema de teleducação, falta de uma didática aplicada com fundamentação cientifica e de um apoio adequado da teleducação ao ensino convencional.

No início da década de 1970, além do aparente conflito sobre qual seria a melhor estratégia para que a televisão educativa chegasse ao maior número possível de locais, atendendo aos interesses educacionais e de segurança nacional, se por

[452] FGV. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.

meio de satélite ou pela constituição de emissoras educativas, o governo federal criou organismos relacionados à teleducação que aparentemente eram conflitantes. O PRONTEL deveria assumir a coordenação de todas atividades ligadas à educação por meio de rádio e televisão. Entretanto, tal atribuição já havia sido prevista, com relação à televisão, como responsabilidade da FCBTVE, que já teria a incumbência de analisar e dar suporte aos projetos de emissoras educativas, além de coordenar as atividades dessas emissoras e fornecer programas educativos.

Na prática, a FCBTVE teria mantido sua atuação normalmente, como se o PRONTEL não existisse. Segundo Haddad, a FCBTVE continuou a se dirigir diretamente ao secretário geral do MEC ou ao próprio ministro da Educação e Cultura. A influência e o prestígio de Gilson Amado contribuiu para esta situação. De um modo geral, o PRONTEL interferiu timidamente nas atividades da FCBTVE, embora, em certas ocasiões, reagindo contrariamente à programação realizada pela entidade.[453]

Entretanto, logo em seu início, o PRONTEL, de acordo com as marcas do período, com características centralizadoras e autoritárias, delegou as primeiras atribuições que deveriam ser cumpridas pela FCBTVE e pelas emissoras educativas. O coronel Daniel Marcondes, secretário executivo do PRONTEL, afirmou que, em 1973, toda a produção dos centros de televisão educativa do Brasil seria considerada assuntos prioritários e teria de ser coordenada, aprovada e recomendada pelo PRONTEL. Seria urgente a instalação de um canal de TV educativa em cada estado. Naquele momento atuavam no setor os canais de Pernambuco, São Paulo, Amazonas e Maranhão.[454] Nesse ano foi feita a concessão do canal 2, do Rio de Janeiro, para a FCBTVE.

Contudo, o PRONTEL não teria conseguido se manter com força política. Suas diretrizes e imposições não teriam sido amplamente discutidas com os organismos executores, como a FCBTVE, as secretarias de educação dos estados e as fundações mantenedoras de emissoras educativas. Na prática, o PRONTEL pouco conseguiu como coordenador das atividades dos centros produtores e das emissoras educativas, assim como estimulador da criação de novas emissoras com finalidades educacionais. Em 1978, foi criado o Departamento de Aplicações Tecnológicas (DAT), que herdou

[453] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 281.
[454] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. 1972.

o acervo e as funções do PRONTEL, que acabou extinto. No ano seguinte, o DAT foi transformado em Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT).

O Departamento de Aplicações Tecnológicas do MEC foi transformado em Secretaria por decreto do presidente militar João Batista Figueiredo. A nova secretaria englobaria as atividades do PRONTEL, objetivando maior amplitude operacional. O DAT possuía a finalidade de planejar, coordenar e executar as atividades de desenvolvimento e aplicação de tecnologias adequadas a processos educacionais e culturais, bem como prestar cooperação técnica e assistência financeira às unidades federadas e às instituições particulares de ensino, voltadas ao uso e desenvolvimento de tecnologias na área de educação. Em sua criação já havia sido prevista que o DAT poderia ser transformado em secretaria, o que segundo o ministro da Educação, Eduardo Portella, ampliaria a sua dimensão. A SEAT deveria supervisionar as atividades da FCBTVE e as medidas relacionadas ao estudo e coordenação de todas atividades que visavam a aplicação de novas tecnologias no âmbito da educação.[455]

Reynaldo Valhinho, poeta e romancista, deixou em 1981, o cargo de dirigente da SEAT, em função de seu trabalho ter sido “prejudicado pela máquina burocrática”. Em seu discurso de despedida queixou-se de que a aprovação e publicação do regimento da SEAT somente foi conseguida mais de meio anos após sua criação. Afirmou que tentou equipar as emissoras de televisão educativas localizadas nas áreas geograficamente prioritárias, Norte e Nordeste, mas “fatores burocráticos de emperramento da máquina administrativa e os efeitos conjunturais da situação econômico-financeira do país impediram a realização desse objetivo”. Concluindo, fez queixas mais profundas com relação à educação brasileira. Segundo Valhinho, 96% da população pré-escolar do Brasil não recebia atendimento, não recebia merenda escolar; 60% dos que cursavam a primeira série do 1° grau não conseguiam aprovação e incrementavam o índice de evasão escolar; 27% dos que deveriam cursar o 1° grau, dos 7 aos 14 anos, ficavam fora da escola, o que corresponderia a 7 milhões de crianças e adolescentes. À pergunta sobre aonde iriam esses deserdados, sem preparação para o trabalho, sem educação, segundo o poeta, seria respondida diariamente nos noticiários.[456]

Em março de 1978, seria tomada mais uma iniciativa de organização do setor de radiodifusão educativa, com a realização do I Encontro Nacional de Dirigentes e

[455] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 nov. 1979, p. 13.
[456] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jan. 1981, p. 9.

Assessores de TVE, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Em setembro de 1979, por iniciativa das emissoras do Norte e do Nordeste, houve uma reunião em Fortaleza, Ceará, da qual participou um representante da FCBTVE e na qual foi apresentada uma proposta de sistema. A SEAT assumiu as negociações e, em dezembro de 1979, começou a funcionar o Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED). Seu objetivo geral seria a "produção e a circulação de bens culturais, em nível nacional, por meio da expansão do tráfego e da veiculação de programas informativos e educacionais produzidos por todas as emissoras que aderiram ao Sistema, e cuja coordenação caberia à SEAT.[457]

O SINTED funcionou de maneira precária até agosto de 1983, quando, recorrendo à Portaria do MEC n° 344, de 9 de agosto de 1983, foi criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), congregando, além das emissoras de televisão educativas, as emissoras de rádio com a mesma finalidade. O SINRED teria como finalidade viabilizar uma ação integrada e coordenada das emissoras de radiodifusão educativa sonora e de sons e imagens, de maneira a colaborar com a política de desenvolvimento do Brasil, atendendo às carências nacionais, regionais e locais, ampliando as oportunidades de participação das populações na área da educação. Durante muitos anos o SINRED funcionou, na área da televisão, tendo por base a programação produzida pela FCBTVE e suas sucedâneas, e com o aproveitamento de alguns programas produzidos pelas emissoras educativas, principalmente os da TV Cultura de São Paulo. Na área do rádio nunca houve uma programação conjunta, havendo apenas tentativas de execução de projetos culturais que foram transmitidos por algumas emissoras.[458]

Em meio a essa profusão de siglas criadas basicamente com o mesmo objetivo e que, de certa maneira, conflitavam e tiravam autonomia da FCBTVE, e dentro da característica de centralização das decisões no executivo federal, o governo militar instituiu a Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS). Criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, dispunha no item I de seu artigo primeiro que competiria somente à RADIOBRÁS "implantar e operar as emissoras, e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal". Assim, foi criado um obstáculo legal com relação a três emissoras educativas criadas antes dessa lei: a TVE, do Rio de

[457] FRP. **Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa**. Rio de Janeiro, s. d..
[458] FRP. **Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa**. Rio de Janeiro, s. d..

Janeiro, TV Universitária, de Pernambuco e TV Universitária, do Rio Grande do Norte.[459]

Segundo o Relatório de Atividades da RADIOBRÁS de 1978, publicado no *Jornal do Brasil*, ao se decidir pela sua criação, o governo objetivou, em princípio, unificar o comando operacional das emissoras de sua propriedade, existentes há anos sob a orientação de diferentes órgãos de administração direta. Ao mesmo tempo, visou à ocupação dos espações vazios do território nacional, pela implantação de emissoras de rádio nas regiões de pouco ou nenhum valor atrativo à iniciativa privada, locais cujos habitantes vinham sendo submetidos a um "processo de desnacionalização cultural por meio da presença de mensagens oriundas de emissoras estrangeiras". A missão da RADIOBRÁS era implantar e operar as emissoras de radiodifusão do Governo Federal, bem como suas próprias redes de repetição e retransmissão; explorar comercialmente os serviços prestados; produzir e difundir programação informativa e de recreação, assim como difundir a programação educativa do órgão federal especializado, a FCBTVE; promover e estimular a formação e o desenvolvimento de pessoal necessário às atividades de radiodifusão; prestar serviços especializados em radiodifusão; e executar atividades afins, por atribuição específica do Ministério das Comunicações.[460]

Quando da sua criação, a RADIOBRÁS recebeu recursos do Tesouro Nacional num total de 121 milhões de cruzeiros para fazer face às despesas de custeio e implantação. As emissoras de rádio incorporadas à RADIOBRÁS foram a Nacional e MEC, de Brasília; Nacional, Ipanema, Rural Brasileira e MEC, do Rio de Janeiro; e as Nacional, de Roraima, Macapá, do Acre e Amazonas; além da emissora de televisão TV Nacional, de Brasília, canal 3, do Distrito Federal.

A Rádio Nacional de Brasília era voltada para o público em geral, por meio de uma programação com ênfase em serviços de utilidade pública. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro possuía programação voltada à informação, esportes, música, religião e variedades. A Rádio Ipanema, antiga Rádio Mauá, focava sua programação musical e informativa, dirigida principalmente ao público jovem.[461]

---

[459] FRADKIN, Alexandre. A TVE ou não é?. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2016.
[460] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1979, p. 35-6.
[461] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1979, p. 35-6.

A RADIOBRÁS passou a dispor de apenas um canal de televisão, a TV Nacional, canal 3, de Brasília, recebida em condições precárias, ainda operando em preto e branco[462]. A emissora teve de ser totalmente reconstruída, passando a operar em cores a partir de 1978. Por ser emissora isolada, produzia apenas noticiário local. Sua programação era composta por esportes amadores e se posicionava como opção às demais redes televisivas.[463]

Os investimentos feitos pelo governo militar na TV Nacional de Brasília soaram para alguns como ameaça de estatização das emissoras comerciais, pois demonstraria o desejo do governo federal de torná-la uma emissora mestra de uma rede nacional de televisão estatal, cujos programas seriam produzidos pela empresa governamental RADIOBRÁS.[464]

Com a RADIOBRÁS, o Ministério das Comunicações se tornaria proprietário de todas as emissoras educativas pertencentes ao Ministério da Educação e Cultura. Restaria ao MEC a missão de estabelecer as diretrizes gerais da programação das emissoras educativas e produzir programas educativos por meio dos centros de produção, como o da FCBTVE.[465] Ela foi criada com a justificativa de preencher os vazios culturais da Amazônia, além de operar as emissoras de rádio e televisão federais, das quais cuidaria também da programação informativa e de entretenimento.[466] A RADIOBRÁS tinha o objetivo de levar o rádio e a televisão a pontos extremos do Brasil. Segundo o ministro das Comunicações do governo Geisel, Quandt de Oliveira, ela permitiria aos habitantes da Amazônia e do Oeste brasileiro receberem programas de rádios nacionais, contribuindo para a integração nacional pelos meios de comunicação. O governo federal deveria criar “condições para que, em breve, todos os brasileiros tivessem a possibilidade de ter meios de telecomunicações à sua disposição imediata”.[467]

Além da educação, a segurança nacional recorrendo aos meios de comunicação era uma das preocupações dos governos militares. A presença do Estado na radiodifusão brasileira se deu sempre de forma complementar à iniciativa

---

[462] Em 1972, iniciaram-se no país as transmissões regulares em cores, geradas por diversas emissoras, ainda que poucas horas por dia.
[463] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1979, p. 34.
[464] **O Estado de S. Paulo**, 23 set. 1973, p. 41.
[465] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 282-3.
[466] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1977, p. 12.
[467] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 maio 1977, p. 13.

privada, funcionando em regiões desinteressantes comercialmente ou em áreas não rentáveis do rádio e da televisão. Assim também se deu no caso das emissoras posteriormente instaladas em regiões críticas por questões de segurança nacional, como a TV Nacional, de São Felix do Araguaia e a TV Nacional, de Fernando de Noronha.[468] Tais medidas visariam ainda tornar mais eficiente o processo de inculcação ideológica do regime militar brasileiro utilizando a televisão como veículo de integração nacional.

Com a RADIOBRÁS, mais uma vez foi gerado, por um órgão criado pelo governo federal, conflitos de interesses e atribuições com a FCBTVE. Esta, completando a estrutura física de seu centro de produção, obteve autorização para operar o Canal 2, do Rio de Janeiro, em 1973. Três anos depois, a TVE do Rio de Janeiro começou a operar em caráter experimental e, em termos definitivos, em 1977. Mas, como todas as emissoras de radiodifusão ligadas ao governo federal e de entidades sob supervisão ministerial deveriam ser vinculadas à RADIOBRÁS, o canal televisivo da FCBTVE deveria ser transferido à RADIOBRÁS.[469]

A administração da FCBTVE direcionava seu desempenho considerando, de um lado, o Centro Nacional de TV Educativa – TELECENTRO – e de outro, as atividades do Canal 2. O conselho curador da FCBTVE em reunião para aprovação do Plano de Atividades e a proposta orçamentária da FCBTVE para o ano de 1978, conforme sua competência estatutária, debateu particularmente sobre o cumprimento da Lei 6.301/75, que instituiu a RADIOBRÁS, em conexão com a legislação da FCBTVE e da teleducação em geral, determinando que fosse registrada a preocupação daquele conselho com relação à transferência do Canal 2 para a RADIOBRÁS. Para os conselheiros era necessário assegurar as conquistas da FCBTVE quanto à experiência adquirida e ao nível da especialização do seu pessoal técnico a serviço da causa da teleducação nacional. Portanto, que ficasse expressamente definido no âmbito dos ministérios da Educação e Cultura e das Comunicações a real responsabilidade administrativa da FCBTVE na condução das atividades pertinentes à transmissão de imagens pelo Canal 2, enquanto não formalizados os atos de transferência e de operação do canal, por meio de decretos

[468] LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras***:* relações entre cultura, Estado e televisão. São Paulo: Summus, 1988, p. 38.
[469] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 8.

e convênios, respectivamente, com vistas a resguardar a execução financeira do orçamento aprovado.[470]

Em 1977, foi formada uma comissão interministerial, do MEC e MINICOM, designada pela Portaria n° 546, de 15 de junho, para efetuar o arrolamento e avaliação dos bens móveis e imóveis do Canal 2 da FCBTVE, levantamento das doações orçamentárias e de pessoal, bem como sugerir os atos necessários para a transferência do canal televisivo para a RADIOBRÁS. A comissão, face às tarefas a ela atribuídas, resolveu iniciar os trabalhos procedendo um estudo para o que se baseou definir emissora de televisão no conceito de emissora de radiodifusão. Essa seria um conjunto de equipamentos e instalações destinados a gerar, processar e transmitir sinais modulados de radiodifusão. Embora reconhecendo a validade da definição, a comissão, em consonância com o presidente da RADIOBRÁS, limitou-se a receber apenas as partes referentes ao equipamento de transmissão e enlace, face à impossibilidade de a FCBTVE, naquele momento, dissociar e repassar de seu centro de produção, em pleno funcionamento, um estúdio e implementos a ele inerentes. Tal procedimento, exigia, porém, que, em instrumento especifico, ficassem regulados os procedimentos a dotar no relacionamento entre a FCBTVE, considerada exclusivamente como órgão de produção, e a RADIOBRÁS, como detentora do canal 2, até que esta, em um prazo definido, dispusesse de plenas possibilidades para a operação total da emissora de televisão, resguardadas suas atribuições como educativa.[471]

A Comissão indicou que as instalações do Sumaré, da TVE do Rio de Janeiro, constituíam um verdadeiro condomínio, pois nelas se encontravam localizadas, ou em vias de ser, os transmissores: do canal 2; da TV Guanabara, canal 7; da polícia militar do estado do Rio de Janeiro; da Rádio Nacional FM do Rio de Janeiro; e, ainda seria instalado o da Rede Ferroviária Federal. Segundo o levantamento de pessoal operando, com relação ao equipamento de enlace nos estúdios, não havia empregados fixos para tal função, normalmente exercida pelos técnicos da FCBTVE de plantão. Como eram escalados concomitantemente para operarem outros equipamentos de geração, foram considerados como encargo salarial da FCBTVE.

---

[470] FCBTVE. **Conclusão do Conselho Curador da FCBTVE a respeito do Plano de atividades para 1978**. Rio de Janeiro, 1978.

[471] MEC E MINICOM. **Relatório da Comissão Interministerial**: Portaria n° 546, de 15 de junho de 1977.

Com relação aos equipamentos do Sumaré, existiam seis funcionários. Os bens móveis foram considerados pelo seu valor de aquisição recente, tendo a comissão levado em consideração, em cada caso, despesas de instalação entre outras.[472]

Também seria prerrogativa da FCBTVE, segundo o relatório daquela comissão, apreciar os pontos conflitantes face à legislação então vigente, com referência ao previsto na lei de criação da FCBTVE, seu estatuto, do Decreto n° 69.038, de 9 de setembro de 1971 que modificou o Estatuto da FCBTVE em relação à constituição da Assembleia Geral, a outorga da concessão para explorar o canal 2, e os decretos 72.634, de 16 de agosto de 1973 e 72.996, de 24 de outubro de 1973, que dispunham sobre a cessão do uso gratuito do terreno no Sumaré para instalação de um sistema irradiante de televisão.[473]

Em janeiro de 1978, foi firmado um termo de convênio operacional entre a Empresa Brasileira de Radiodifusão – vinculada ao Ministério das Comunicações, com sede em Brasília e presidida por Paulo Wandeck de Leoni Ramos – e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – pessoa jurídica de direito privado, sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura, com sede no Rio de Janeiro – considerando a transferência da TV Educativa do Rio de Janeiro. Em atendimento ao trabalho realizado pela comissão interministerial deveriam ser transferidos para a RADIOBRÁS apenas o sistema de transmissão e os enlaces, deixando de sê-los os respectivos estúdios pertencentes à FCBTVE, diante da circunstância de que essa permaneceria com a incumbência legal de central produtora de programação educativa, não podendo, assim, privar-se dessa infraestrutura.[474]

A RADIOBRÁS, no exercício desse convênio, se comprometeria a mobiliar recursos para estruturar plenamente o Canal 2, instalando estúdios e implementando-os. Diante das impossibilidades de transferência para a RADIOBRÁS, das dotações orçamentárias consignadas ao PRONTEL e a Fundação, uma vez que essa permaneceria com a sua condição de produtora de programação educativa, constatou

---

[472] MEC E MINICOM. **Relatório da Comissão Interministerial**: Portaria n° 546, de 15 de junho de 1977.
[473] MEC E MINICOM. **Relatório da Comissão Interministerial**: Portaria n° 546, de 15 de junho de 1977.
[474] RADIOBRÁS. **Termo de convênio operacional entre a Empresa Brasileira de Radiodifusão e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa**. Rio de Janeiro, 1978, p. 1-5.

ser impraticável a separação das parcelas destinadas à operação e manutenção das transmissões e do enlace a serem transferidos à RADIOBRÁS.[475]

Ficou estabelecido entre as duas entidades que, com a transferência para RADIOBRÁS do direito de explorar uma emissora de radiodifusão de som e imagem educativa, na cidade do Rio de Janeiro, utilizando o canal 2, imediatamente a ela caberia o exercício de todos os direitos e deveres previstos na legislação para os exploradores desse tipo de serviço público de telecomunicações. Face à impossibilidade de, diante das circunstâncias do momento, o Canal 2 gerar ou produzir a programação informativa e de recreação que lhe competia legalmente realizar, como emissora integrante da RADIOBRÁS, acordaram as partes que tal programação seria inicialmente produzida pela FCBTVE, até que, na medida e na oportunidade que o permitissem suas condições técnicas e financeiras, pudesse a RADIOBRÁS executá-la plenamente. Durante a fase de transição seriam mantidas estritas ligações entre a direção de produção e programação das duas entidades, devendo a RADIOBRÁS assumir gradualmente a produção dos programas de sua competência especifica.[476]

Até que a RADIOBRÁS tivesse condições orçamentárias próprias para atender às despesas especificas de operação do canal 2, a FCBTVE deveria reembolsá-la, sem quaisquer acréscimos, de todas as despesas com a manutenção e a operação adequadas dos equipamentos de enlace e de transmissão da emissora, inclusive às relativas a compra de peças, componentes de reposição, indenização dos gastos com o consumo de energia elétrica, pagamento de pessoal vinculado às atividades de transmissão e manutenção e respectivos encargos trabalhistas, sociais e previdenciários. O reembolso seria efetuado mediante apresentação pela RADIOBRÁS à FCTVE de notas de débito, as quais deveriam ser liquidadas no prazo de trinta dias, contados da data de sua apresentação.[477]

A RADIOBRÁS obrigava-se a realizar, com prioridade, a difusão da programação educativa produzida pela FCBTVE. Na vigência do convênio, o canal 2 transmitiria as produções da FCBTVE constantes de seu Plano de Atividades para 1978. A Fundação concederia a RADIOBRÁS, até a data que esta última pudesse

---

[475] RADIOBRÁS. **Termo de convênio operacional entre a Empresa Brasileira de Radiodifusão e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa**. Rio de Janeiro, 1978, p. 1-5.
[476] RADIOBRÁS. **Termo de convênio operacional entre a Empresa Brasileira de Radiodifusão e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa**. Rio de Janeiro, 1978, p. 1-5.
[477] RADIOBRÁS. **Termo de convênio operacional entre a Empresa Brasileira de Radiodifusão e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa**. Rio de Janeiro, 1978, p. 1-5.

contar com os seus próprios estúdios, prioridade para a utilização dos seus estúdios e instalações técnicas, mediante o reembolso dos custos correspondentes. As duas entidades comprometeram-se a utilizar todos os seus recursos humanos e técnicos para manter, em “alto nível”, a qualidade de produção e de veiculação, preservando as características da TVE do Rio de Janeiro, bem como a desenvolver esforços conjuntos para a continuidade de seu funcionamento. O convênio referente a transferência e exploração da TVE seria vigente até 31 de dezembro de 1978, com a possibilidade de prorrogação, por consenso das partes, até que a RADIOBRÁS dispusesse de dotação orçamentária e de estúdios próprios.[478]

No dia 9 de junho de 1978, reuniu-se o Conselho Diretor da FCBTVE. Gilson Amado reproduziu para os membros do Conselho algumas das dificuldades surgidas para o lançamento e a permanência no ar da programação da TVE do Rio de Janeiro, dada a exigência do DENTEL de 12 horas, no mínimo, de programação diurna e noturna. Carlos Dondeo Júnior, diretor executivo da FCBTVE, com relação à transferência do Canal 2 para a RADIOBRÁS, fez exposição de todos os passos tomados e que suas ideias teriam sido vitoriosas e que a RADIOBRÁS não teria condições, naquele momento, de assumir todos os encargos do canal, excluindo-se de plano de qualquer possibilidade de transferência de outro bem que não seja circunscrito ao sistema de transmissão e enlace, dada a indisponibilidade da estrutura eletrônica do TELECENTRO, que atuava por meio de um controle mestre. Além de expor as tratativas para a transferência, o diretor executivo, chamou a atenção para o fato de que o Canal 2 representava 80% dos recursos da entidade, sendo sumariamente importante que o MEC decidisse alocar recursos para uma situação criada, e cujo retorno seria bastante difícil. Com o canal foram produzidos 2.424 programas em 1977, o que representaria um acréscimo de 181% em relação ao ano anterior, sem mencionar a superação de problemas para deslanchar projetos especiais.[479]

Efetivamente, a lei de criação da RADIOBRÁS não foi integralmente aplicada, e a transferência da TVE do Rio de Janeiro acabou não acontecendo. Entretanto, após a instituição da RADIOBRÁS, o desenvolvimento da radiodifusão educativa foi

---

[478] RADIOBRÁS. **Termo de convênio operacional entre a Empresa Brasileira de Radiodifusão e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa**. Rio de Janeiro, 1978, p. 1-5.
[479] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 7-11.

bastante afetado. Mais nenhuma emissora federal foi implantada e a atuação das rádios estaduais foram limitadas, além de reprimidas a criação de novas.[480] Ademais, a lei de criação da RADIOBRÁS teria causado uma grave distorção nos anos que se seguiram, pois qualquer organismo federal que objetivasse estabelecer uma emissora educativa, de rádio ou televisão, seria obrigado a criar, dentro de sua própria estrutura orgânica, uma fundação privada para solicitar, por meio dela, uma concessão para radiodifusão.[481]

Para solucionar a maneira como as emissoras educativas foram criadas no Brasil, foram instituídos siglas e órgãos que visavam uma racionalização das atividades e centralização do controle nas mãos do governo federal. No entanto, evidenciaram uma falta de coerência e planejamento do próprio governo, pois, além de criar atribuições conflitantes, notadamente com relação à FCBTVE, a maior parte dos objetivos dos organismos criados não foram atingidos.

3.3 A reestruturação da FCBTVE

As alterações promovidas pelo governo federal com a justificativa de otimizar a organização dos esforços para um sistema nacional de televisão educativa, com as características centralizadoras e autoritárias do período, obrigaram a FCBVTE a fazer adaptações e alterações em sua estrutura administrativa. A principal ocorreu em 1977, com a criação do cargo de diretor executivo. A ele foi atribuída a responsabilidade do controle da administração e da estrutura burocrática da entidade, incluindo a ordenação de despesas, funções que cabiam anteriormente ao presidente. Carlos Dondeo Júnior, foi o primeiro diretor executivo da FCBTVE, ex-ministro do tribunal de contas do Paraná e chefe de gabinete do então ministro da Educação, Ney Braga, por longos anos.[482] O que aparentou, além da busca por uma racionalização das atividades e de “um toque empresarial” apregoadas, uma intervenção ainda maior por parte do MEC na administração da Fundação.

---

[480] HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, p. 283.

[481] FRADKIN, Alexandre. **A TVE ou não é?**. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2016.

[482] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 7-11.

Devidamente empossado, Carlos Dondeo Júnior apresentou ao conselho curador da FCBTVE as diretrizes para 1978. A principal medida seria promover pesquisas e estudos em conexão com as demais emissoras educativas, no sentido de redefinir e explicitar os objetivos de todas e de cada uma em particular, de forma a otimizar o desempenho e minimizar os custos globais. Com relação estritamente à produção, a diretriz era para a confecção de programas educativos com vistas à exibição em qualquer emissora do país, devendo, para isso, abordar temas de interesse nacional.[483] Porém, a prioridade apontada pelo primeiro diretor executivo da FCBTVE conflitava com as atribuições do PRONTEL e de seus sucedâneos.

Em 1978, foi aprovado um novo regimento interno para FCBTVE, visando principalmente definir as atribuições do novo cargo, diretor executivo, e redefinir as prerrogativas do presidente da instituição. Segundo a nova regulação, caberia ao presidente encaminhar, por meio da direção executiva para cumprimento, as deliberações da assembleia geral e dos colegiados da FCBTVE. Presidir grupo de criação integrado, entre outros, pela superintendência de produção e programação, para supervisionar as linhas de programação da entidade, de modo a compatibilizá-la com os objetivos traçados pelos órgãos de administração superior da FCBTVE. O diretor executivo, como ordenador de despesas, decidiria sempre objetivando a eficiência dos meios e a eficácia dos fins, exercendo a movimentação de pessoal por deliberação do presidente. O conselho curador resolveu arbitrar em um salário referência à remuneração devida por sessão, representando esse valor o mais aproximado da média de remuneração atribuída aos demais conselhos das fundações congêneres.[484] Até então, os conselheiros não eram remunerados. Para se ter uma ideia, o presidente da FCBTVE, Gilson Amado, somente teria recebido seu primeiro pró-labore em janeiro de 1972.[485]

Carlos Dondeo Júnior mencionou em reunião do conselho curador da FCBTVE a situação conflitante que encontrou ao assumir o cargo. De um lado, teria a incumbência de imprimir sentido empresarial a FCBTVE. De outro, a inexistência de equipamento ocioso que pudesse gerar receitas. Somados a esses fatores, havia a

---

[483] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 7-11.
[484] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 12.
[485] MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 36.

necessidade de operar um canal de televisão em circuito aberto, com o agravante dele estar em fase de transferência para a RADIOBRÁS.[486]

Além de procurar imprimir um sentido empresarial à FCBTVE, foi intentado intensificar os esforços de captação de recursos por meio de fontes diversificadas. Segundo o primeiro diretor executivo, faltava a FCBTVE ter efetiva autonomia financeira e administrativa. O que estava longe de acontecer, pois 90% de sua receita era originária do poder público. Por esse motivo, foi considerado que o orçamento é um documento estimativo do comportamento financeiro da instituição, sujeito a alterações decorrentes inclusive da prestação de serviços para terceiros. A seguir, referiu-se à redução das cotas de importação de equipamentos estrangeiros, e a decorrentes limitações no que se refere à aquisição de material técnico no mercado externo. Entretanto, teriam sido alcançados alguns resultados satisfatórios, como a importação de equipamento suplementares indispensáveis, com a ampliação de cota conseguida junto ao MEC.[487]

O diretor executivo Carlos Dondeo Júnior em reunião do Conselho Curador apresentou as atividades iniciadas por ele, visando, principalmente, o melhor posicionamento da entidade com relação a alguns órgãos, como o PRONTEL, a RADIOBRÁS, a EMBRATEL e a Secretaria Geral do MEC, objetivando maiores perspectivas de recursos, a fim de tornar possível a plena execução das atividades previstas para a FCBTVE. Os entendimentos com o PRONTEL resultaram na destinação de 60% de seus recursos para o ano 1977, o que possibilitaria o custeio das despesas da FCBTVE até setembro do mesmo ano.[488]

Os recursos financeiros sempre estiveram entre os principais entraves para o desenvolvimento da televisão educativa no Brasil. No início da década de 1970, durante o 2° Seminário de TV Educativa, foram analisados os problemas relacionados com a criação de fontes específicas de financiamento para a televisão educativa brasileira. Na oportunidade, Gilson Amado apresentou a hipótese da criação de uma taxa de serviço em função do salário mínimo, a ser arrecadada pelos fabricantes de aparelhos, ou uma contribuição mínima anual com base na implantação de um registro

---

[486] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 7-11.
[487] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 7-11.
[488] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980.

nacional de televisores. Não seria possível expandir o sistema nacional de televisão educativa sem a previsão de receita.[489]

Em 1973 aventou-se a possibilidade de criação de um Fundo Nacional de Televisão Educativa.[490] Em 1975, Gilson Amado propôs à Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados a cobrança de uma taxa anual aos proprietários de televisores para financiamento da produção de programas educativos. Existiriam no Brasil 10 milhões de televisores e a cada ano outros dois milhões seriam fabricados. A arrecadação seria revertida parcialmente para a manutenção da FCBTVE e para financiar programas educativos a serem exibidos também pelas emissoras comerciais. A cobrança da taxa, segundo sua sugestão, poderia ser feita no momento da compra do aparelho novo, ou por meio das contas de luz. Nesse último caso, os funcionários da empresa concessionária de eletricidade apontariam as casas onde existiam aparelhos de TV, e a cobrança viria com a conta mensal.[491] Entretanto, nenhuma taxa foi criada e a televisão educativa no Brasil sempre sofreu com a falta de recurso.

As fontes de financiamento para o funcionamento da FCBTVE, segundo seu *Relatório de Atividades* de 1977, proviam de receitas especiais, como a da Loteria Esportiva e a do Salário-Educação, por meio da transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN), cuja coordenação e distribuição cabiam ao PRONTEL. Contavam-se, ainda, recursos ordinários, provenientes do Tesouro Nacional, bem como os resultantes de receita própria, por prestação de serviços técnicos (gravação, filmagens e geração de imagens) e realização de projetos especiais para produção de programas educativos, em articulação com entidades públicas e privadas, e que poderiam receber também recursos de um determinado órgão público de acordo com o enfoque do programa.[492]

Além de seus funcionários diretos, a FCBTVE exercia administração de todo o pessoal, contratado em regime de CLT, dos órgãos do MEC, vinculados à área de teleducação. Em 1977, o total de servidores da FCBTVE alcançou 839 funcionários, distribuídos em 125 cargos diferenciados. A maior parte dos funcionários, 72,4%,

---

[489] **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1970, p. 20.
[490] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1973, p. 43.
[491] **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1975, p. 10.
[492] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 30-1.

atuavam na área de operação e produção. Na área de logística eram empregados 24,4% e 4,2%, nas áreas de diretoria e assessoria. O grau de qualificação do pessoal era: nível superior 19,2%; nível médio 58,6%; e, qualificação inferior ao nível médio, 22,2%. A estrutura etária do pessoal era: 43% até 30 anos; 39,9% de 30 a 45 anos; e 17,1% acima de 45 anos. O salário médio da FCBTVE calculado era de 5 mil 784 cruzeiros, em relação à clientela do mercado de mão-de-obra, situava-se na faixa média inferior.[493]

A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa se encontrava em uma fase de modificações buscando melhorar as condições e programação do Canal 2 e do TELECENTRO. No complexo de salas da presidência e da diretoria-geral, de onde emanavam as principais decisões, seria possível observar os sintomas dessa reformulação. O professor Gilson Amado já não era mais "o centro monopolizador da ação propulsora da entidade", de acordo com suas próprias palavras. O "centro monopolizador" passou a ser Carlos Dondeo Júnior. Nos bastidores da FCBTVE, os comentários se multiplicavam na tentativa de explicar os motivos da ida de Dondeo Júnior para a FCBTVE. Alguns afirmavam que se tratava de "intervenção branca", para apurar problemas financeiros e de pessoal. Um produtor teria admitido que a FCBTVE teria o dobro de funcionários de qualquer emissora de televisão comercial. Seria necessário aumentar a dedicação e a produção de todas as áreas, pois Dondeo Júnior planejaria uma reformulação geral, em todos os setores.[494]

Carlos Dondeo Júnior afirmou que sua ida para FCBTVE era com o intuito de transformá-la em empresa, porque a "fantasia" da televisão educativa exigia organização. Pois, a FCBTVE era uma empresa e deveria ser administrada como tal. Segundo o primeiro diretor executivo, nascida do idealismo de Gilson Amado, a FCBTVE cresceu muito, a ponto de se tornar necessário uma pessoa para organizá-la. Portanto, ele teria sido chamado para ordenar essa situação. Com relação a corte de pessoal, segundo Carlos Júnior, se fosse constatada a necessidade funcional, a dispensa de funcionários seria feita. E, reafirmou que seria necessário um exame racional da situação, pois a fundação era "uma empresa".[495]

A repórter Odacy da Costa, que trabalhou na FCBTVE de julho de 1976 a março de 1977, relatou, em entrevista para o *Jornal do Brasil*, que o amadorismo dos

[493] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 32-3.
[494] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.
[495] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.

funcionários da FCBTVE atingia todos os escalões. A FCBTVE não se desenvolveria em um ritmo profissional de televisão. Para ela, o trabalho do dia-a-dia lembrava “mais o de uma repartição pública”. O objetivo de todos parecia ser apenas fazer andar a máquina burocrática. Enquanto que, implantar uma televisão exigiria muito mais, como conhecimento e familiaridade com o veículo e sua linguagem. Entretanto, na opinião da repórter, seria difícil para a FCBTVE conseguir elevar o nível profissional de sua equipe, principalmente devido aos baixos salários que oferecia. Os seus profissionais mais qualificados, na maioria das vezes, trabalhavam em outros lugares também.[496]

Em função das mudanças administrativas ocorridas na FCBTVE, notadamente pela imposição do MEC pela criação do cargo de diretor executivo, que recebeu uma série de atribuições que antes pertenciam ao presidente da entidade, e que na prática era quem teria passado a mandar na FCBTVE, surgiram rumores sobre a saída de Gilson Amado. O descontentamento do presidente da entidade decorreria de sua perda de atribuições somada as criações, pelo governo federal, de organismos como o PRONTEL, que possuía objetivos conflitantes com os da FCBTVE, e a RADIOBRÁS, que encamparia o Canal 2, do Rio de Janeiro. A FCBTVE e seu presidente e principal idealizador aparentavam estar perdendo atribuições e poder.

Após boatos e anúncios de descontentamento e da hipótese da saída de Gilson Amado da FCBTVE, o próprio escreveu uma carta ao *Jornal do Brasil*, confirmando sua permanência e buscando encerrar o assunto. Afirmou que a entidade manteria a essência de sua estrutura administrativa e que o cargo de diretor executivo só viria para somar aos esforços da entidade. Com relação aos organismos criados pelo governo federal relativos à radiodifusão educativa, declarou que já havia ficado claro que o PRONTEL assim como a RADIOBRÁS, não tinham a intenção de operar centros de produção diretamente. Ademais, o Ministério das Comunicações não iria obstruir um órgão integrante de outro ministério como era o caso da FCBTVE, vinculada ao MEC. Além disso, o próprio ministro das Comunicações, Said Farah, contaria com a cooperação da FCBTVE para recuperar a TV Nacional de Brasília, incorporada à RADIOBRÁS.[497]

---

[496] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.
[497] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1° jul. 1979, p. 88; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.

Entretanto, Gilson Amado acabaria não ficando muito mais tempo na presidência da FCBTVE, não por sua vontade, mas por uma fatalidade. Gilson Amado sofreu um infarto enquanto jantava no restaurante Monte Carlo, em Copacabana, morrendo no dia 26 de novembro de 1979, aos 71 anos de idade.[498] No seu sepultamento, como não poderia deixar de ser, muitos exaltaram seus feitos com o rádio e a televisão educativos. Alguns presentes teriam sugerido ao ministro da Educação, Eduardo Portela, que o nome da FCBTVE, que Gilson presidiu desde sua criação, em 1967, fosse mudada para Fundação Gilson Amado de Televisão Educativa.[499]

Entre as homenagens espontâneas e comoventes, esteve a do ex-líder sindical, Otacílio Barbalho de Oliveira, que falou em nome dos ex-alunos dos telecursos produzidos pela FCBTVE. Ele teria se alfabetizado pela televisão e que, se naquele momento possuía diploma, seria graças aos cursos ministrados pela “Universidade do Ar” de Gilson Amado. Jonas Resende, funcionário da FCBTVE, destacou que “a TV Educativa não foi feita para criar doutores, mas para educar analfabetos”.[500]

Entre as mais de 500 pessoas, de altas autoridades a funcionários da FCBTVE, passando por educadores e membros da Academia Brasileira Letras, entre os que destacaram sua obra considerada pioneira no campo da televisão educativa no Brasil e lamentaram sua morte súbita, o ministro Eduardo Portella, teria afirmado que todos deveriam estar possuídos de um extremo pesar pelo falecimento de Gilson Amado. Ele teria sido, sobretudo, “pioneiro e todos deveriam reverenciar os pioneiros”. Segundo o ministro da Educação, “os pioneiros teriam, inclusive, direitos que os continuadores não têm, os pioneiros podem falhar”. Gilson Amado teria sido “um pioneiro que se doou de corpo e alma às suas ideias”. O secretário estadual de Educação, Arnaldo Niskier, afirmou que a educação devia a Gilson Amado a utilização da tecnologia no processo pedagógico e a criação de milhares de oportunidades de qualificação para os mais humildes. O prefeito Israel Klabin, declarara que Gilson Amado foi responsável por ligar, por meio da televisão, “as pessoas que sabem com as que querem aprender”.[501]

---

498 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1979, p. 31.
499 **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1979, p. 16.
500 **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1979, p. 16.
501 **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1979, p. 16.

Além de seus feitos, notadamente relacionados com a televisão educativa, o que lhe renderam a alcunha de “pai da televisão educativa no Brasil”, em 1972, Gilson Amado foi nomeado pelo presidente Médici como Cavalheiro da Ordem Nacional do Mérito Educativo. Dois anos depois, um júri de jornalistas o elegeu “O Homem da Televisão do Ano”. Ademais, foi reconhecido pela Academia Brasileira de Letras, que, em 3 de janeiro de 1977, lhe conferiu a Medalha João Ribeiro, láurea antes somente conferida a Gustavo Capanema e Paschoal Carlos Magno, também pelos relevantes serviços prestados à cultura brasileira.[502]

Pouco tempo após a morte de Gilson Amado, no dia 29 de novembro de 1979, já era veiculado que o novo presidente da FCBTVE seria o professor Emmanuel Carneiro Leão, diretor dos cursos de Comunicação da UFRJ. Carneiro Leão foi aluno de Heidegger e, segundo constava, o mestre o considerava o melhor discípulo que teria tido em toda vida.[503] O filósofo Emmanuel Carneiro Leão, ao assumir, foi obrigado a deixar de lado seus estudos sobre Heidegger para concentrar-se nos problemas orçamentários da FCBTVE. As perspectivas de recursos do Departamento de Aplicações Tecnológicas do MEC, órgão que dava o suporte financeiro naquele momento, eram sombrias.[504]

A escolha do novo presidente da FCBTVE teria causado estranhamentos pelo aparente paradoxo que existiria em um filósofo estar à frente de uma televisão. Entretanto, em entrevista ao jornal *O Globo* ele afirmou que não teria função administrativa já que existia um diretor executivo para isso. A sua função era de representar a FCBTVE e definir suas linhas gerais. Emmanuel Leão, anteriormente à presidência, prestava assessoria cultural à FCBTVE.[505]

A FCBTVE, após um mês sob o comando de Emmanuel Carneiro Leão, sofria com um escasso pessoal efetivo, 480 funcionários e de recursos financeiros ainda mais escassos. A TV Globo, por exemplo, teria 600 funcionários, apenas na área de jornalismo, e a TVE do Rio de Janeiro apenas oito.[506] Com pouco mais de seis meses no cargo já era noticiada a substituição de Emmanuel Carneiro Leão na presidência da FCBTVE por Guilherme Figueiredo.[507] Somando-se a essa mudança, o adido

[502] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1979, p. 20.
[503] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 nov. 1979, p. 11.
[504] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1979, p. 6.
[505] **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1979, p. 35.
[506] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1980, p. 56.
[507] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1980, p. 30.

Cultural da Embaixada do Brasil em Londres, Antônio Olinto, teria sido convidado para assumir a direção executiva da FCBTVE.[508] Todavia, essas alterações acabaram não ocorrendo.

Após Carlos Dondeo Júnior, a diretoria executiva da FCBTVE foi exercida por Ronaldo de Azevedo Nordi, funcionário com carteira número um da FCBTVE, que jamais teria tirado férias e integrou a entidade desde quando ela não passava de um projeto. Sempre ocupando cargos de direção, assumiu o de diretor executivo em 1979, deixando de ser superintendente técnico. Com a morte de Gilson Amado, passou a trabalhar ao lado do professor Emmanuel Carneiro Leão e de Muniz Sodré. [509]

Em março de 1981, a diretoria executiva foi assumida por Roberto Parreira. O secretário-geral do MEC, Sério Pasqualli, ao empossar o novo diretor executivo, afirmou que, com a experiência que desenvolveu na Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Parreira poderia imprimir a FCBTVE o dinamismo e a modernização necessários para o cumprimento de suas atividades. O novo diretor executivo daria prosseguimento e modernidade à obra de Gilson Amado. Para tanto, pedia apoio e a compreensão das emissoras do SINTED e das emissoras comerciais.[510]

Roberto Parreira deixou a direção executiva da FUNARTE, com receita própria de 100 milhões de cruzeiros, para assumir a da FCBTVE, no momento com apenas 350 mil em caixa e com equipamentos obsoletos. Para ocupar a superintendência de produção foi convidado Fernando Barbosa Lima.[511] Ronaldo Nordi passou da direção executiva para a consultoria. A principal preocupação, como de praxe, era com a falta de verbas. Uma suplementação teria sido aprovada pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas do MEC e a FCBTVE deveria receber a primeira parcela de um total de 91 milhões de cruzeiros.[512]

Em 1981, a FCBTVE contava com 927 funcionários espalhados, dos quais cinco estavam na diretoria, vinte e cinco em cargos administrativos, duzentos e vinte e cinco na produção, trezentos e trinta e três na área de operação, e quarenta que integravam o grupo de apresentação, composto por locutores, comentaristas, atores

---

[508] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1980, p. 34.
[509] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1981, p. 35.
[510] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 mar. 1981, p. 22.
[511] Fernando Barbosa Lima participou de produções da FCBTVE na década de 1970 e já havia ocupado o cargo de superintendente de produção em 1977. Diretor de TV e jornalista, foi responsável por diversos programas inovadores e de grande repercussão, como o *Preto no Branco* (TV Rio,1957), *Jornal de Vanguarda* (TV Excelsior, 1963) e *Abertura* (TV Tupi, 1979). Com a falência da TV Tupi, em 1980, retornou a FCBTVE.
[512] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1981, p. 35.

e músicos. O orçamento para 1981 se aproximava dos 600 milhões de cruzeiros, dos quais 400 milhões já haviam sido deferidos. Nessa verba estavam as despesas com pessoal (Cr$ 384 milhões), sem contar os reajustes semestrais, com a produção (Cr$ 84 milhões), com a operação (Cr$ 90 milhões), com equipamento (Cr$ 20 milhões) e com a administração (Cr$ 112 milhões).[513]

No dia 16 de maio de 1981, em reunião do Conselho Diretor da FCBTVE, conforme solicitação do diretor executivo, professor Roberto Daniel Martins Parreira, tratou-se da situação financeira da FCBTVE, informando que, com recursos adicionais solicitados pela administração anterior e afinal recebidos da Secretaria de Aplicações Tecnológicas do MEC, assim como em cooperação praticamente assegurada da Caixa Econômica Federal, por meio de acordo, seriam liquidados vários débitos, restando solucionar o maior problema, decorrente do não recolhimento, oportunamente de ISS, que estava sendo negociado na área do Estado, felizmente com possibilidade de solução favorável, havendo, em função disso, perspectiva de equilíbrio das finanças da FCBTVE.[514] Parreira teria um bom relacionamento com Claudio Figueiredo, Secretário de Aplicações Tecnológicas do MEC, o que aparentemente facilitou um pouco sua empreitada na direção da Fundação.

Mas, os dias da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, pelo menos da forma como foi concebida, estariam contados. Em outubro de 1981, em meio a mais uma série de reformas administrativas visando a racionalização das atribuições do MEC, o ministro da Educação, Rubem Ludwing, criou um novo complexo de rádio, televisão e cinema educativos, estruturando-os em torno de uma fundação que, para não implicar em alteração da lei, continuaria chamando Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, mas a sigla mudaria de FCBTVE para FUNTEVÊ. Esse complexo, cuja programação deveria ser baseada na educação formal e na informação cultural e desportiva, iria absorver as atribuições da FCBTVE, de centro produtor, operador do Canal 2 e coordenação do SINTED, somados a um centro de rádio, que iria resultar no Sistema Nacional de Rádio Educativo (SINRED), que sairia da responsabilidade direta do MEC e iria para a FUNTEVÊ; além de um centro de cinema educativo, que era integrado à EMBRAFILME, e um centro de informática.[515]

---

[513] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1981, p. 35.
[514] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 21-2.
[515] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 1981, p. 12.

A criação da FUNTEVÊ surgiu dentro de uma reforma administrativa, objetivando a racionalização das atividades do MEC, após a posse do ministro da Educação Rubem Ludwing. Foram instituídos outros órgãos como o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE), que teria como função pesquisar equipamentos e construção de escolas de níveis básico, médio e superior. O CEDATE foi criado a partir da fusão de Programa de Melhoria e Expansão de Escolas de Ensino Superior (PREMESU), Programa de Melhoria das Escolas de Ensino Médio (PREMEM) e Coordenação para Melhoria do Ensino Básico (CEBRACE). Seriam criados ainda o Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), que substituiria o Serviço Nacional de Teatro (SNT). O INACEM congregaria as atividades relacionadas ao teatro, dança, circo e ópera.[516]

O objetivo principal da criação da FUNTEVÊ seria a promoção e utilização plena dos canais de televisão e rádio educativos brasileiros, com os programas a serem produzidos e divulgados por órgãos e entidades públicas e privadas, especialmente escolas, universidades, centros de produção, cooperativas, sindicatos, associações, embaixadas e, por intermédio de suas próprias emissoras, junto ao público em geral. O ministro da Educação já havia sugerido o nome de Cláudio Figueiredo para a presidência da FUNTEVÊ. Ele dirigia a Secretária de Aplicações Tecnológicas do MEC, que foi extinta, com a passagem de suas atribuições para a nova FUNTEVÊ. Já haviam sido escolhidos, no entanto, os novos diretores de TV e rádio: Roberto Parreira, que ocupava a direção executiva da FCBTVE, dirigiria o Centro de Televisão; e, Heitor Sales, que ocupava a direção da Rádio MEC, dirigiria o Centro de Rádio Educativa. Ainda não haviam sido escolhidos os diretores de cinema educativo e de informática.[517]

Na reformulação feita pelo Ministério da Educação e Cultura, além dos órgãos que ficaram propriamente no assessoramento direto do ministro, o secretário geral ocupava o degrau logo abaixo e imediatamente abaixo dele vinham as secretarias-fim do MEC, que tinham o controle dos segmentos da política nacional de educação. Assim, existia uma secretaria para o ensino superior, uma para o ensino de primeiro e segundo grau, uma de cultura, uma de esporte e educação física. Os demais órgãos existentes do MEC foram colocados nessa linha, para fazer apoio desses segmentos. Junto, porém, à Secretaria Geral, foi criada a FUNTEVÊ, por fusão de outros órgãos

[516] **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 out. 1981, p. 8.
[517] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 1981, p. 12.

existentes, para poder fazer apoio ao conjunto desses órgãos encarregados da política de consecução da educação.[518]

A FUNTEVÊ surgiu pela fusão da antiga Secretaria de Aplicações Tecnológicas do MEC, do Serviço de Rádio Educativo do MEC, e da FCBTVE, e foi colocada no nível da Secretaria Geral do MEC e, não, na linha daquelas secretarias-fim, porque ela teria que apoiar a todas, basicamente, na aplicação das tecnologias educacionais. Para realizar esse tipo de trabalho a FUNTEVÊ disporia da presidência, diretoria de planejamento e diretoria de administração; e centros de produção de televisão, rádio, cinema e informática educativos, que além de cuidar da parte vegetativa de informática do MEC – processamento de dados – cuidaria também da informática na educação e da educação para a informática.[519]

A missão da FUNTEVÊ era apanhar conteúdos de ensino junto às secretarias-fim do MEC e, por intermédio do tratamento correspondente, colocá-los junto às carências educacionais existentes regionalmente no Brasil, acelerando o processo de educação daqueles que não tiveram oportunidades pela educação convencional, trazendo-os a uma situação melhor de vida. Para tanto, ela devia implementar e subsidiar a política do MEC na área de tecnologia educacional e produzir e apoiar projetos de tecnologias educacionais das secretarias estaduais de educação, das entidades que trabalham com tecnologias educacionais em todo o país, coordenando e executando essas atividades relativas à transmissão de programas com as emissoras educativas existentes e nos espaços reservados nas emissoras comerciais de rádio e de televisão para colocação de programas especificamente educacionais.[520]

A FUNTVÊ seria um órgão de tecnologia educacional, mas que disporia de uma emissora de televisão e uma de rádio, responsáveis por capitanear um sistema de emissoras educativas existentes. Eram nove emissoras de televisão e vinte e três estações de rádio educativas que compunham o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, que daria a possibilidade de uma opção a esses carentes educacionais de não receberem somente o sinal das emissoras comerciais de rádio e televisão

[518] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, ano 1, jun. 1983, p. 2-4.
[519] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, ano 1, jun. 1983, p. 2-4.
[520] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, ano 1, jun. 1983, p. 2-4.

comerciais que teriam outros intentos, mas também, por suprimento ou por suplência, a educação que lhes faltava.[521]

Um obstáculo à extinção da FCBTVE e à criação da FUNTEVÊ foi o mandato de seu presidente, Emmanuel Carneiro Leão, que iria até 1982. Em reunião com o secretário-geral do MEC, Sérgio Pasquale, em Brasília, Emmanuel Leão afirmou, o que já havia dito várias vezes, que não renunciaria ao mandato que foi investido pela assembleia geral da FCBTVE, e que o cumpriria até o fim. Diante do impasse, o secretário-geral do MEC sugeriu que a assembleia geral da FCBTVE decidisse, em sessão plenária, a extinção de todos os cargos da entidade. Extinto o cargo, estava extinto o mandato. Carneiro Leão definiu tal alternativa como uma violência. Em meio a essas tratativas, os atos necessários para criação da FUNTEVÊ já estavam nas mãos do ministro da Educação e o seu primeiro presidente já estava escolhido: Cláudio Figueiredo, que apesar do sobrenome em comum, não era parente do presidente da República.[522] Emmanuel Leão, após a destituição de todos os cargos da FCBTVE, foi convidado, por Mario Pasquali, para integrar a nova Fundação, a FUNTEVÊ, como funcionário, talvez pertencente ao quadro diretor.[523]

As decisões sobre a criação da FUNTEVÊ e extinção da FCBTVE foram internas, porque não poderia se tratar da criação de uma nova fundação. A mudança do nome da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa significaria criar uma nova fundação e, assim, foi considerado inconveniente. Ela se chamaria Fundação Brasileira de Tecnologia Educacional. Entretanto, foi mantido o nome e mudada a sigla. Na prática criou-se uma nova fundação em cima de uma já existente, com um novo estatuto próprio. A nova fundação seria regida pela Lei 6.733, de 4 de dezembro de 1979, que determinava que somente ao presidente da República caberia a escolha do presidente das fundações. Como a FCBTVE foi criada antes desta legislação, seus presidentes até então foram escolhidos por sua assembleia geral. O estatuto da FUNTEVÊ foi aprovado no dia 2 de outubro de 1981.[524] Portanto, nessa data, a FCBTVE deixou de existir para dar lugar a FUNTEVÊ. Sua presidência e sua diretoria foram destituídas e seu patrimônio, recursos humanos e atribuições foram incorporados pela nova fundação.[525]

---

[521] **Espaço Funtevê**. Rio de Janeiro, ano 1, jun. 1983, p. 2-4.
[522] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1° out. 1981, p. 7.
[523] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 out. 1981, p. 9.
[524] **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 out. 1981, p. 10.
[525] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 3 out. 1981, p. 10.

Visando um maior controle sobre as fundações existentes e para a instituição de novas entidades da mesma espécie, o governo militar promulgou, além da Lei 6.733, o Decreto n° 84.716, de 19 de maio de 1980, reservando ao presidente da República, além da nomeação dos presidentes das fundações federais a designação dos membros dos conselhos diretores e curadores das fundações. O controle que o Governo Federal passou a exercer sobre as suas fundações, significou o início da tutela administrativa e a fiscalização estatal pelo Tribunal de Contas da União.[526]

Apesar de continuar regido pela legislação trabalhista, o estabelecimento de normas para controle dos salários do pessoal das fundações passou a ser feito por um organismo criado especialmente para a finalidade, ou seja, a Secretaria de Controle das Estatais (SEST), posteriormente substituído pelo Conselho Interministerial de Salário das Estatais (CISE), que estabeleceu para as fundações, a criação de planos de cargos e salários. A era ainda livre de algumas restrições administrativas das fundações terminou com a Constituição Federal de 1988, ao incluí-las entre a estrutura da administração pública.[527]

Uma nova dinâmica no campo da tecnologia educacional com o uso dos meios de comunicação era a promessa do MEC, no início da administração de Rubem Ludwing, para a criação de um novo órgão para atuação no setor. Segundo o primeiro presidente, Cláudio Figueiredo, quando ele foi convidado para dirigir a Secretária de Aplicações Tecnológicas do MEC, já tinha a incumbência de criar um órgão que abrangesse todos os meios de comunicação educativos. O Centro de Informática seria dirigido por Jair Lapa e o de Cinema Educativo por Nelson Pereira Santos, que além de possuir bagagem cinematográfica, era professor da Universidade Federal Fluminense, já havendo produzido vários filmes educativos e acabado de realizar um trabalho junto à FCBTVE.[528]

Apesar de todas as justificativas, os objetivos da FUNTEVÊ eram os mesmos de sempre, apenas ampliados para o cinema e informática: congregar esforços para sanar os problemas educativos e de integração nacional, pois um país com gigantescas dimensões territoriais como o Brasil não poderia abrir mão dos meios de

---

[526] Segundo Ata da reunião do Conselho Curador da FCBTVE de 29 de março de 1977, o Tribunal de Contas da União aprovou as prestações de contas da FCTBVE até o exercício de 1975 sem qualquer exigência ou ressalva. Gilson Amado recebeu voto de louvor pelo feito, pois várias entidades teriam recebido pedidos de esclarecimentos por aquele órgão federal com relação às suas prestações de conta.

[527] FRP. **A fundação Roquette-Pinto e as suas dificuldades atuais**. Rio de Janeiro, 1990-1997.

[528] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 1981, p. 19.

comunicação para atender à população que estava à margem do sistema escolar; coordenar as atividades com relação aos meios de comunicação educativos para um esforço comum; produzir e coordenar a produção de conteúdos educativos; intensificar a formação de profissionais para atuarem nas áreas relativas aos usos educativos das tecnologias disponíveis; e, buscar uma linguagem própria para utilização dos meios de comunicação a serviço da educação e da cultura nacional.[529]

Em novembro de 1981, o ministro da Educação, Rubem Ludwing, aprovou a sugestão do presidente da FUNTEVÊ, Cláudio Figueiredo, de dar o nome de Gilson Amado para a área de televisão educativa da nova entidade. Justificando sua proposta, Figueiredo lembrou que Gilson foi o principal responsável pela criação da FCBTVE, afirmando que todos se sentiriam orgulhosos em homenagear a memória de quem dedicou a vida à televisão como instrumento de educação.[530] No dia 26 de novembro de 1981, segundo aniversário da morte de Gilson Amado, em homenagem ao pioneiro fundador da TVE, o centro de televisão da FUNTEVÊ passou a chamar-se Centro Brasileiro de TV Educativa Gilson Amado.[531] Roquette-Pinto também foi homenageado na estruturação da FUNTEVÊ. O centro de rádio da nova fundação, inaugurado em dezembro de 1981, foi batizado de Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette-Pinto e seria responsável pelas Rádio MEC do Rio de Janeiro e de Brasília.[532]

Em 1990, após a alteração de sua razão social, a FUNTEVÊ se transformou em Fundação Roquette-Pinto (FRP). No entanto, as finalidades e objetivos foram preservados. A partir de 1993, a FRP e suas emissoras, a TVE do Rio de Janeiro e a Rádio MEC, enfrentaram uma séria crise econômica, resultando no declínio de sua programação e numa diminuição significativa do apoio técnico e financeiro que prestavam às coirmãs. Em 1997, iniciaram-se as negociações, no âmbito do Governo Federal para a extinção da Fundação Roquette-Pinto e sua substituição por uma Organização Social, fato que se concretizou, em janeiro de 1998, com a implantação da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP). Em 2007, a

[529] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 1981, p. 19.
[530] **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1981, p. 6.
[531] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[532] **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1981, p. 8.

ACERP repassou suas concessões para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a TV Educativa do Rio de Janeiro extinta para dar lugar a TV Brasil.[533]

[533] Cf. MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

4 A FCBTVE E A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

4.1 O Centro Nacional de Televisão Educativa - TELECENTRO

A principal preocupação para o início efetivo das atividades da FCBTVE era a criação de um centro produtor de programas educativos. Com a legislação obrigando as emissoras comerciais a cederem espaços de maneira compulsória em suas grades de programação para transmissões educacionais e como raras empresas destinavam as suas verbas de publicidade aos programas educativos, os concessionários cobraram do governo meios para o cumprimento daquela obrigatoriedade. Portanto, num primeiro momento, a FCBTVE seria necessária principalmente como centro produtor e distribuidor de programas educativos para emissoras comerciais, pois as emissoras educativas ainda estavam sendo criadas.

Entretanto, passado um ano da aprovação de sua criação, a FCBTVE na prática ainda não funcionava. As verbas destinadas à fundação, embora aprovadas, ainda não haviam sido liberadas. Sendo assim, em 1968, ela se estabeleceu de maneira provisória em um edifício comercial em Copacabana. Nesse local, após licitação realizada pelo engenheiro Orestes Polverelli, foi instalado um sistema de circuito fechado de televisão, que dispunha apenas de um estúdio de 14 metros quadrados, destinado especificamente ao treinamento de pessoal docente, técnico e de produção, além de funcionar como laboratório para a realização de programas experimentais.[534]

Posteriormente, a esperança aumentou com a liberação das verbas federais que estavam previstas mas ainda não havia sido transferida para FCBTVE. Buscou-se então pôr em prática o projeto do futuro Centro de Produção, denominado TELECENTRO, que seria o laboratório de produção de aulas, cursos, programas didáticos, educativos e culturais em videoteipes e filmes 16 mm. Para tanto, foi aberto um edital de concorrência para aquisição de equipamentos indispensáveis ao TELECENTRO. Os estudos da FCBTVE, para um plano integrado de TV educativa para o Brasil, estaria em fase final. A fundação estava em fase de implantação de sua estrutura técnica e administrativa, sendo necessária a organização de um centro de

[534] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

formação e aperfeiçoamento de pessoal. Sua tarefa seria de harmonização da televisão educativa com o sistema de ensino brasileiro. A FCTVE ficaria com a coordenação das atividades das emissoras educativas na parte da programação pedagógica, possibilitando o intercâmbio dessas experiências. Até que fosse possível dispor do seu TELECENTRO, ela iria começar a produzir, em caráter experimental, aulas, flashes didáticos e de cultura geral e intervalos artísticos e culturais mediante a busca pelo estabelecimento de convênios de cooperação com emissoras comerciais.[535]

Paralelamente à preocupação com a estrutura física e técnica do centro de produção de programas educativos, a FCBTVE buscou promover a capacitação de profissionais, por meio de cursos especializados, para suas produções, expediente iniciado antes mesmo de sua formalização em 1967, conforme buscamos apresentar no primeiro tópico do capítulo anterior. A Fundação promoveu a vinda de instrutores do *Center of Educacional Development Overseas* (CEDO), da Grã-Bretanha, além de encaminhar elementos de seus quadros aos cursos de aperfeiçoamento intensivo, promovido pela antiga Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE). Esse suporte, aliado ao instrumental e às instalações já disponíveis, permitiu-lhe efetivar projetos mais ambiciosos, até então inviáveis, dada a precariedade de recursos.[536]

O conselheiro executivo da FCBTVE, o capitão Paulo Dias, acompanhado do professor Nilo Miranda Ruschel, diretor da emissora de rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do professor Wilson Almeida de Aguiar, chefe do Departamento de Comunicação Audiovisual da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, visitaram o Centro Ultramarino de Televisão Educacional da Grã-Bretanha. Primeiramente, eles foram para Londres conhecer a sede da BBC. Posteriormente, rumaram para Escócia ao encontro do professor J. F. Gillingham, superintendente do Comitê de Ligação por Televisão da Universidade de Edimburgo. Gillingham apresentou aos visitantes brasileiros detalhes sobre o funcionamento do sistema pelo qual uma universidade e uma emissora de televisão comercial cooperavam na preparação de programas em videoteipe para as faculdades de Medicina e Odontologia. Posteriormente, o grupo brasileiro percorreu os estúdios do Departamento de Televisão Educativa de Glasgow, de onde programas de

[535] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1968, p. 16.
[536] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-5.

Matemática e de Francês eram regularmente transmitidos para centenas de escolas.[537]

No final de 1968, foi realizado o I Seminário Internacional de Televisão Educativa, no Museu de Arte Moderna. Teve como objetivo contribuir para implantação de uma sistemática para planificação da televisão educativa no Brasil, inserindo-se como etapa do programa de cooperação entre a UNESCO e o MEC, por meio da FCBTVE. Nessa oportunidade, foram elaborados estudos que dariam uma visão integrada da problemática brasileira no que se referia à televisão educativa, permitindo a formulação dos princípios fundamentais que conduziriam a planificação de recursos e objetivos para o aproveitamento do sistema federal de emissoras de TV orientado para finalidades educativas e culturais. Seriam examinadas, entre outros assuntos, a preparação de professores que possuíssem comunicabilidade, além de competência e experiência; organização de um quadro técnico-pedagógico para preparação de uma didática compatível com as características da televisão; e os recursos e meios auxiliares necessários ao funcionamento da televisão educativa.[538]

Participaram do Seminário os professores Léo Lesh, especialista inglês que já vinha ministrando cursos em São Paulo, Recife e Santa Maria; Ítalo Néri, da Rádio-Televisão Italiana; Henry Cassirer, francês da UNESCO; e Galvez y Fuentes, diretor do Instituto Audiovisual do México. Delegados e técnicos dos ministérios das Comunicações, da Educação, das Relações Exteriores, da Saúde, do Planejamento e do Interior cooperariam no levantamento geo-pedagógico das áreas prioritárias da televisão educativa e nos balanços conclusivos de sua importância como fator de desenvolvimento social e econômico. O trabalho seria complementado com ensinamentos vindos da experiência de outros países, sobretudo em projetos especiais de ensino e educação coletiva, realizados em áreas em desenvolvimento, com auxílio de organismos internacionais.[539]

O ministro da Educação, Tarso Dutra, na abertura do I Seminário Internacional de Televisão Educativa, afirmou que a iniciativa do evento demonstrava o esforço que estava sendo feito para utilizar a televisão com propósitos educativos. Alertou para a necessidade de urgência na instalação da TV educativa, pois a educação brasileira exigiria soluções eficientes e imediatas. O professor Gilson Amado, coordenador geral

---

[537] **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 mar. 1968, p. 11.
[538] **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1968, p. 21.
[539] **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1968, p. 14.

do evento, declarou que deveria haver duas televisões: a TV organizada para dar ao povo essencialmente o que ele gostava e a televisão educativa para proporcionar ao povo o que ele precisava. Os dois sistemas poderiam interligar-se e complementarem-se mutuamente, em fórmulas variáveis visando ao rendimento máximo dos investimentos feitos com recursos oriundos, em última análise, da mesma fonte. Milhões de brasileiros que não tiveram acesso à escola na época própria poderiam recuperar o tempo perdido por meio da televisão educativa. Seriam projetos prioritários do planejamento sócio pedagógico do Brasil, a alfabetização funcional, a recuperação do ensino primário, a educação de nível médio diversificada em função da demanda do mercado de mão-de-obra, a formação de artífices, a suplementação tecnológica, a formação tecnológica, a formação e aperfeiçoamento do magistério, ao lado da iniciação mais intensa das classes populares no mundo da cultura, ainda confinada a processos de transmissão limitados, senão aristocráticos.[540]

A comissão que se reuniu no Simpósio estudou os temas prioritários para a televisão educativa brasileira e para a FCBTVE: formação de uma rede nacional de emissoras educativas, complemento da rede escolar em todos os níveis, formação de professores para a TV, iniciativas do poder público e da iniciativa privada, alfabetização, ensino médio, formação de mão-de-obra qualificada, telepedagogia, formação de professores, infraestrutura, concessão de canais, recursos, satélite e cooperação internacional.[541]

O professor Gilson Amado afirmou que para 1969, com a entrada em operação do centro de produção de programas educativos e o investimento na formação de pessoal docente e técnico, a colaboração da televisão brasileira ao ensino seria significativamente ampliada, principalmente por meio de teipes e filmes que poderiam ser transmitidos em projetos simples para todo o país. Segundo Amado, a televisão educativa se configuraria em mais uma vitória do Brasil sobre o “negativismo, a indiferença, a omissão e a improvisação”.[542]

Segundo o artigo 16 do Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967, o CONTEL deveria baixar normas determinando a obrigatoriedade de transmissão de programas educativos nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário,

[540] **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1968, p. 21.
[541] **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1968, p. 21.
[542] **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1968, p. 21.

duração e qualidade desses programas.[543] Em 29 de julho de 1970, o ministro das Comunicações, Higino Caetano Corsetti, e o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, regulamentaram dispositivos do Decreto-lei n° 236 que alterou e complementou o Código Brasileiro de Telecomunicações, expedindo a Portaria 408, determinando o tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais de rádio e televisão deveriam destinar à transmissão de 5 horas de programação educativa por semana. Essa mesma portaria criou um grupo tarefa para promover a execução das atividades nela previstas, sob a coordenação e com o apoio financeiro, técnico e administrativo da FCBTVE.[544]

Os ministros das Comunicações e da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Título IV da Constituição, no Título V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Decreto n° 61.312, de 8 de setembro de 1967, que tratava sobre a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização e, ainda, em obediência ao Decreto-lei n° 236, de 26 de fevereiro de 1967, resolveram determinar, por meio da Portaria n° 408, de 29 de julho de 1970, que o tempo obrigatório e gratuito, que as emissoras comerciais de radiodifusão deveriam destinar à transmissão de programas educacionais, de cinco horas por semana, deveriam ser distribuídos em 30 minutos diários, de segunda a sexta-feira, e 75 minutos, aos sábados e domingos, no período entre as 7 e às 17 horas.[545]

Segundo aquela Portaria, os programas educacionais poderiam destinar-se à “complementação do trabalho de sistemas educacionais regulares, à educação supletiva de adolescentes e adultos ou à educação continuada”. Poderiam, ainda, “abranger, em qualquer nível de escolaridade, setores de divulgação e de orientação educacional, pedagógica e profissional, ou de informações sobre unidades ou sistemas escolares de interesse das audiências”.[546]

Caberia ao MEC a responsabilidade pela execução e coordenação das atividades previstas na Portaria n° 408, constituindo um programa especial, dirigido por um grupo-tarefa, integrado por representantes da FCBTVE, por representantes do Serviço de Radiodifusão Educativa e por representantes do Ministério das

---

[543] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1969, p. 17-20.
[544] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[545] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1969, p. 17-20.
[546] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1969, p. 17-20.

Comunicações. O MEC poderia utilizar os horários acima referidos, diretamente, ou, mediante convênios, delegá-los, total ou parcialmente, às Secretarias de Educação dos estados, Distrito Federal e departamentos de Educação dos territórios federais.[547]

Após realizar um levantamento, em âmbito nacional, no sentido de avaliar as condições para que a Portaria 408 fosse posta em prática, a FCBTVE concluiu que, em sua maioria, as emissoras comerciais brasileiras não teriam capacidade de cumpri-la com produções próprias. A FCBTVE promoveu, então, em regime de urgência, a transformação de seus sistemas de circuito fechado em um centro de produção de programas educacionais para serem distribuídos às emissoras carentes desse material, a fim de viabilizar a execução daquela Portaria em todo o território nacional. Para a distribuição da programação educativa produzida pela FCBTVE foi montado um sistema de tráfego de videoteipes, para atender cerca de 30 emissoras comerciais espalhadas pelo país.[548]

A rede inicial de transmissão era constituída apenas pelas emissoras que dependiam das produções da FCBTVE para preenchimento dos horários obrigatórios. Posteriormente, porém, a FCBTVE firmou acordos com a quase totalidade das emissoras comerciais e educativas do país para fornecimento de produção destinada ao preenchimento de horários espontâneos, tanto diurnos como noturnos, fora da faixa obrigatória.[549] A Portaria n° 408 de 1970 foi revogada em 1980. Em seu lugar foi promulgada a Portaria n° 568, de 1980, mantendo-se as atribuições da FCBTVE como centro produtor e distribuidor de programas para o atendimento de horários compulsórios.[550]

No governo Médici, a ideia de campanhas para resolver os programas educacionais se intensificaram, incluindo os projetos que passaram, sobretudo, a utilizar-se dos horários compulsórios ou disponibilizados pelas emissoras comerciais. No meio radiofônico existia, sobretudo, o Projeto Minerva, que era basicamente escolar, com alguns programas extras denominados “informativo-culturais”. O Projeto Minerva, utilizando os horários da Portaria 408 dispunha, em tese, de 1 mil e 100 estações de rádio em todo território nacional. Cada uma reservando 5 horas por

---

[547] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan. e fev. de 1969, p. 17-20.
[548] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[549] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-5.
[550] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

semana para uso educativo. Duzentos mil estudantes teriam se beneficiado dos programas educativos transmitidos pelo rádio a partir do Projeto Minerva.[551]

Com a necessidade de intensificação dos programas educativos a serem exibidos pelas emissoras comerciais, a FCBTVE necessitaria apressar o início das atividades do TELECENTRO. Ainda em 1969, havia discussões sobre onde ele deveria ser construído. O assessor do ministro das Comunicações e membro do conselho diretor da FCBTVE, general Taunay Reis, escreveu uma carta para Gilson Amado, publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 7 de agosto, a respeito do centro de produção ser estabelecido fora da Guanabara. Vale lembrar que, conforme mostramos no capítulo anterior, a FCBTVE deveria ser estabelecida no Rio de Janeiro até que sua transferência para o Distrito Federal fosse possível. Na opinião de Taunay Reis, havia duas cidades com as condições necessárias para abrigar o TELECENTRO: São Paulo e Rio de Janeiro. Os pontos explorados para essa afirmação foram: a maior possibilidade de contratação de professores qualificados, o que facilitaria a seleção para produções educativas; valores quantitativos e qualitativos de engenheiros e técnicos em eletrônica e telecomunicações, assim como especialistas ligados aos setores de produção; maior número de pessoas com formação específica em televisão educativa, por meio de cursos no país e no exterior; valores quantitativos e qualitativos de artistas plásticos, músicos, atores, produtores; e existência, em maior número e importância, de museus, instituições científicas e de pesquisa, filmotecas, laboratórios, jardim botânico e zoológico. Segundo Taunay Reis, em experiências estrangeiras, os melhores centros de produção de televisão educativa estavam localizados nas cidades que reuniam esses fatores.[552]

O estado de São Paulo já havia adquirido uma emissora de televisão e criado a Fundação Padre Anchieta para acolhê-la, que iria contar com um centro de produção próprio, com sede na capital do estado. Portanto, destacava-se o Rio de Janeiro com as melhores condições de infraestrutura para serem empenhadas no trabalho de produção para televisão educativa. Em termos econômico-financeiros, as vantagens proporcionadas pelo Rio de Janeiro valeriam mais que doações de equipamentos ou terreno que pudessem ser condicionados à localização do TELECENTRO em outra cidade. Embora Porto Alegre, Recife, Brasília, Salvador e Belo Horizonte tivessem

[551] MEC. **Reunião dos dirigentes do Programa Nacional de Teleducação (Prontel)**, 1974, p. 3.
[552] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, 135-142.

boas possibilidades, nenhuma delas ofereceria tantas vantagens para o estabelecimento do centro de produção quanto o estado da Guanabara. Para Taunay Reis, a cidade do Rio de Janeiro deveria ser a escolhida, aproveitando as melhores condições, evitando protelações e precipitações, pois, a curto e médio prazo, dificilmente seria possível o Governo Federal arcar com as responsabilidades e os ônus de um outro centro produtor de programas educativos.[553]

A FCBTVE amparada pelos gozos de sua criação como forma de fundação, conseguiu montar a estrutura destinada a atender suas atividades fim e meio, sem as tutelas administrativas que recaiam sobre os órgãos da administração direta e indireta. A FCBTVE poderia receber doações de equipamentos e materiais de entidades estrangeiras para equipar sua área de produção de programas, além de outros bens, sendo que todos usufruíram de isenção de impostos e taxas, conforme o previsto em sua legislação.[554]

Para as instalações de seu TELECENTRO, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa conseguiu que os equipamentos necessários fossem doados pela fundação alemã Konrad Adenauer[555], por meio de um acordo internacional celebrado entre Brasil e Alemanha. Esse acordo previa também prestação de auxílio técnico da fundação alemã para a brasileira.

A Fundação Konrad Adenauer (FKA) já atuava para o desenvolvimento da televisão educativa na América Latina. Em 1969, ela patrocinou um debate sobre o tema, realizado em Berlim. Nessa oportunidade surgiu a ideia de criação de um organismo que reunisse teleducadores da América Latina visando uma colaboração mútua. A Associação Latino-Americana de Teleducação foi fundada oficialmente em 1970, no México, quando quase cem diretores de programas educacionais de rádio e televisão se reuniram para tratar dos problemas da educação por meio dos meios de comunicação. Essa associação teria por fim primordial integrar os agentes e instituições envolvidos em teleducação, procurando o progresso qualitativo e quantitativo dos sistemas e a capacitação e aperfeiçoamento de profissionais. No ano seguinte, passou a contar com noventa e dois sócios, entre pessoas físicas e jurídicas

[553] REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil, 1958-1970**: organização e planejamento – uma contribuição. 1972, 135-142.
[554] FRP. **A fundação Roquette-Pinto e as suas dificuldades atuais**. Rio de Janeiro, 1990-1997.
[555] A Fundação Konrad Adenauer é uma instituição política alemã, independente e sem fins lucrativos. Desde sua criação em 1956, atua com base nos valores da União Democrata-Cristã, partido político alemão. Presente em mais de cem países, atua no Brasil desde 1969.

vinculadas à televisão educativa. A maior dificuldade da Associação Latino-Americana de Teleducação era conseguir recursos para sua subsistência. Segundo seu primeiro presidente, comandante Paulo Dias de Sousa, era muito comum entre os latino-americanos encontrar “entusiastas que após pouco tempo desistiam de seus compromissos”. A FKA prometeu ajuda financeira para aquela associação por dois anos. Com a assistência dos alemães foi possível estabelecer a sua sede em Lima, no Peru. A FKA também se responsabilizou pelo pagamento de transporte e estadias para a realização dos encontros e seminários da Associação Latino-Americana de Teleducação.[556]

Segundo o presidente da Associação Latino-Americana de Teleducação, o que o Brasil necessitava para o desenvolvimento da televisão educativa era uma política nacional de teleducação que deveria ser empreendida pelo MEC e sua transmissão seria de responsabilidade do Ministério das Comunicações. A população brasileira crescia a uma taxa de quase 3% ao ano, portanto, seria impossível atingir toda a população com o sistema convencional de educação. Todos estariam de acordo sobre a necessidade de utilização de outros veículos como o rádio e a televisão.[557]

Paulo Dias de Sousa afirmou que os países da América Latina haviam buscado diferentes direções no uso educativo dos meios de comunicação e que, por isso, seria necessária uma troca de experiências para o aprimoramento da teleducação. O México criou a *Telesecundaria*, sistema que visava suprir a deficiência do ensino secundário no país. A Colômbia teria a maior audiência de televisão educativa dos países latino-americanos. O Peru possuía o Instituto Nacional de Teleducação, que coordenava nove centros de televisão educativa, em nove cidades diferentes. O Centro de Lima dirigia-se à teleducação de adultos e ao primário. O de Cusco, por exemplo, se dedicava à integração dos trabalhadores rurais. No Uruguai, “a televisão educativa era cultural”, não possuía um sistema educacional próprio. O sistema de ensino de El Salvador foi reformulado a partir da televisão educativa. A mudança foi planejada para o quinquênio 1968-1972 e levou em consideração a implementação de novos planos e programas de estúdio, técnicas de avaliação, programas de capacitação e treinamento de professores, com base num sistema de televisão central. Em El Salvador existiam dois métodos de teleducação: as escolas radiofônicas, que atendiam 6 mil estudantes adultos, principalmente na zona rural,

[556] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan./fev. 1971, p. 47-9.
[557] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan./fev. 1971, p. 47-9.

objetivando a alfabetização e o curso primário; e a *Dirección de Televisión Educativa*, instituição estatal, criada em 1964.[558]

Em novembro de 1969, a FKA, ainda antes do acordo para cessão de equipamentos para o TELECENTRO, patrocinou, juntamente com o MEC e MOBRAL, o I Encontro Nacional de Tele-Educação de Adultos, realizado na Casa Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Na oportunidade, o professor Wolfgang Seeger relatou a atuação do Instituto de Solidariedade Internacional (ISI), no qual exercia a função de encarregado do projeto de teleducação para a América Latina. Sua atividade era "ajudar eficazmente a formação dos dirigentes em importantes setores para o desenvolvimento integral e harmônico dos povos latino-americanos". [559]

Ligado à FKA, o ISI estruturou um plano de assistência técnica, por meio de um programa de seminários no campo da educação. Esse projeto contava com a participação de dezesseis países latino-americanos, e desde 1967 teriam realizado oito seminários internacionais. Segundo o representante alemão, a educação pela televisão ofereceria a possibilidade de uma solução rápida, econômica e eficaz para resolver os problemas educacionais. Era necessário usar os meios de comunicação "como instrumento de formação e instrução no processo de desenvolvimento social e econômico". Essa seria "uma forma de melhorar o nível educativo dos numerosos grupos de população que constituem um obstáculo e um freio ao desenvolvimento da integração sociocultural de cada país".[560]

O acordo entre a FCBTVE e a FKA foi celebrado em 1970. Segundo documento da Ministério das Relações Exteriores, o convênio sobre o fomento da televisão educativa no Brasil era complementar a um acordo básico de cooperação técnica celebrado em 30 de novembro de 1963 entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Federal da Alemanha. O acordo assinado em Brasília no dia 2 de outubro de 1970, estabelecia que o governo alemão forneceria, três meses após cumpridas as exigências necessárias, porém não antes de 1° de novembro de 1971, às suas custas, o equipamento técnico de um estúdio de televisão e assumiria a responsabilidade pela sua montagem. Os equipamentos acordados para serem doados eram: quatro câmeras *Orthicon*, com tripés e cabos de câmera; equipamento

[558] **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Rio de Janeiro, n. 28, jan./fev. 1971, p. 47-9.
[559] **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 nov. 1969, p. 7.
[560] **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 nov. 1969, p. 7.

de controle e amplificação, correspondente às câmeras; uma mesa de mixagem de vídeo com monitores e equipamento de efeito; um telecine de 16mm para filmes, diapositivos e cartões, com *multiplexer*; dois gravadores, reprodutores de fita de vídeo de 2”, incluindo equipamento de corte; e, até vinte e cinco unidades de equipamento de vídeo de fita magnética de 1” para distribuição por empréstimo às emissoras brasileiras de televisão que não possuíssem equipamento apropriado para reprodução dos programas produzidos pelo TELECENTRO. O governo alemão deveria ser informado sobre a quantidade necessária dessas unidades de fitas magnéticas de vídeo nove meses antes de o estúdio estar em funcionamento, por meio de uma relação das emissoras de televisão provavelmente interessadas.[561]

A FKA doaria ainda: sete equipamentos de fita magnética de vídeo 1”, para produzir cópias dos programas do TELECENTRO a serem transmitidas pelos equipamentos de fita magnética de vídeo de 1”; um equipamento completo de som, com microfones, mesa de mixagem, gravadores de fita, toca-discos e mesas de comando para um estúdio; um conjunto básico de aparelhos de medição para o equipamento de vídeo e som; equipamento de iluminação necessário para um estúdio; todas as conexões de câmeras e microfones para um segundo estúdio; dois equipamentos de filmagem em 16 milímetros, completo com equipamento de som e iluminação; e, um conjunto de gravação e regravação de som para filmes.[562]

Os equipamentos doados, ao chegarem em território brasileiro, passariam para o patrimônio da República Federativa do Brasil, sob condição de ficarem à livre disposição dos especialistas alemães durante o desempenho de suas atividades. A Alemanha enviaria, às suas custas, três especialistas em programação e produção por um período de três anos, além de dois engenheiros de televisão pelo período de dois anos.[563]

Para a efetuação da doação de equipamentos, o governo alemão exigia que o governo brasileiro, às suas custas, providenciasse um prédio localizado na cidade do Rio de Janeiro, dotado de isolamento acústico adequado para a instalação do equipamento; instalação de ar condicionado para o prédio mencionado e para os

---

[561] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de Atos Internacionais**, *n° 656*, 1971, p. 1-10.
[562] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de Atos Internacionais**, *n° 656*, 1971, p. 1-10.
[563] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de Atos Internacionais**, *n° 656*, 1971, p. 1-10.

equipamentos técnicos de televisão; instalações para corrente de luz e corrente de pequena amperagem para todo o edifício; instalação dos circuitos para holofotes nos estúdios; instalação para abastecimento de voltagem, um regulador de voltagem e mantenedor de voltagem constante de 220 volts; e um conjunto de ligação de terra para todos os aparelhos técnicos de televisão. Essas exigências deveriam ser cumpridas até 15 de outubro de 1970, cabendo ao governo brasileiro comunicar o governo alemão sobre elas.[564]

O governo brasileiro deveria, ainda, disponibilizar: artífices e auxiliares brasileiros necessários para a montagem do equipamento mencionado; a emissora TV Nacional de Brasília para a irradiação dos programas produzidos; técnicos e especialistas brasileiros necessários para a produção e distribuição de programas, bem como pessoal administrativo; e, os veículos motorizados que fossem necessários. Ficou também estabelecido que o governo brasileiro deveria tomar providências para que os especialistas alemães, após o término de suas atividades no Brasil, fossem substituídos por especialistas brasileiros, devidamente habilitados, com suficiente antecedência e com formação técnica correspondente à dos especialistas alemães. O Brasil designaria, antes, os técnicos mencionados, dos quais até seis poderiam ser treinados, na Alemanha, para o manejo dos equipamentos a serem fornecidos, ficando o governo alemão responsável pelas despesas de viagem e estada dos técnicos.[565]

A execução do projeto seria confiada conjuntamente pelo governo alemão à FKA e pelo governo brasileiro à FCBTVE. A cooperação das duas fundações realizar-se-ia em correspondência com acordo assinado entre ambas, não podendo ser estabelecidas obrigações que ultrapassassem as competências jurídicas das duas fundações.[566]

Visando à concretização do convênio estabelecido entre o Brasil e a Alemanha, a FKA e a FCBTVE estabeleceram entre si que o projeto apresentava- se como um meio e como um serviço concebido em benefício da educação e da formação para o bem-estar do povo brasileiro. Seu campo de atribuições abrangeria a criação,

---

[564] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de Atos Internacionais**, *n° 656*, 1971, p. 1-10.
[565] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de Atos Internacionais**, *n° 656*, 1971, p. 1-10.
[566] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de Atos Internacionais**, *n° 656*, 1971, p. 1-10.

produção, multiplicação e distribuição de programas educativos de televisão em diversos níveis. A FCBTVE e a FKA, em estreita colaboração mútua, fariam o que estivesse ao alcance para efetivar o projeto dentro das metas estabelecidas. Em tudo o que fosse relacionado com a realização do projeto, ambas as instituições comprometeram- se em intercambiar as informações existentes. A FCBTVE daria aos assessores alemães o apoio necessário para que pudessem cumprir a missão prevista para eles. Competia à FCBTVE decidir sobre o planejamento e sobre a realização dos programas que seriam produzidos e distribuídos. Os especialistas de produção da Alemanha colaborariam na planificação e na realização dos programas, na qualidade de assessores. Para esse fim, eles receberiam as informações que se fizessem necessárias, participando de todas as reuniões. Os técnicos brasileiros a serem formados na Alemanha seriam selecionados de comum acordo entre as fundações. A formação técnica a ser ministrada na Alemanha orientar-se-ia no sentido da missão que futuramente eles teriam que cumprir na concretização do projeto do TELECENTRO e sua duração seria de aproximadamente seis meses.[567]

Simultaneamente às tratativas do acordo entre os governos brasileiro e alemão, a FCBTVE havia começado a se mobilizar para conseguir cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido, que estavam apalavradas, para poder receber as doações e as cooperações técnicas alemãs. Gilson Amado protagonizou uma verdadeira saga para conseguir um terreno adequado e para cumprir as demais exigências para o recebimento dos equipamentos alemães, avaliados em 2,5 milhões de dólares, para as instalações do futuro TELECENTRO.

Em 16 de setembro de 1970, Gilson Amado escreveu ao governador da Guanabara, Negrão de Lima, sobre uma possível localização para o TELECENTRO e os principais tópicos que dependeriam de estudos e decisões específicas da administração estadual. Anteriormente a FCBTVE encaminhou uma representação ao governo da Guanabara, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, tratando sobre a necessidade do estabelecimento do TELECENTRO na cidade do Rio Janeiro, em cumprimento ao acordo de doação de equipamentos estabelecidos com o governo da Alemanha. Segundo Gilson Amado, os estudos realizados para a seleção do terreno para construção da sede da Fundação e dos estúdios do TELECENTRO, após análise de várias outras soluções, conduziram a conclusão de que o local mais indicado seria

[567] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de Atos Internacionais**, *n° 656*, 1971.

a área destinada aos centros tecnológicos da Barra da Tijuca, cujo planejamento estava sendo desenvolvido pelo arquiteto Lúcio Costa. Para presidir o grupo de trabalho incumbido dos estudos da localização e da construção do TELECENTRO, foi nomeado o engenheiro João Ferreira Durão, um dos diretores da EMBRATEL.[568]

O governo da Guanabara já havia concedido, por meio de convênio, à Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia, 300 mil metros quadrados na Barra da Tijuca. Reservou também 60 mil metros quadrados para a instalação da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE), estando em vias de ser assinado o convênio respectivo na Secretaria de Ciências e Tecnologia. Conforme a carta do presidente da FCBTVE, essa deveria ter condições de prioridade em relação aos projetos das duas outras entidades indicadas, por força do prazo marcado nos entendimentos com o governo alemão. Caso os prazos não fossem cumpridos o acordo perderia seu efeito.[569]

Segundo Gilson Amado, o projeto da FCBTVE mereceria receber diretamente o terreno, tal como estabelecido em referência às outras duas entidades. Entretanto, a Secretaria de Ciências e Tecnologia entendeu como difícil a concessão direta, indicando que a FCBTVE deveria participar da concessão do CNAE, com assentimento daquela secretaria. A CNAE teria decidido favoravelmente ao desdobramento do terreno em favor da FCBTVE. Como os prazos acordados com o governo alemão já estavam correndo, Gilson Amado pedia atenção pessoal do governador para a matéria, pois teria que comunicar uma solução sobre o terreno para os alemães dali a um mês, pois a fabricação do equipamento a ser doado para a FCBTVE possuía um cronograma calculado em função do início da construção do TELECENTRO.[570]

Alguns dias depois, no dia 21 de setembro de 1970, Gilson Amado endereçou uma carta a Arnaldo Niskier, do CENAE, relatando que, após a visita do governador Negrão de Lima aos estúdios da FCBTVE, ele havia enviado uma carta, apelando por uma dedicação especial para o assunto e solicitando esclarecimentos explícitos das

[568] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970, p. 1-3.
[569] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970, p. 1-3.
[570] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970, p. 1-3.

perspectivas do CNAE para que ele pudesse transmitir à Fundação Konrad Adenauer uma informação precisa.[571]

Gilson Amado, visando o cumprimento dos prazos acordados com o governo alemão, endereçou uma carta para o ministro da Educação Jarbas Passarinho, datada de 24 de setembro de 1970. Nela declarou que as decisões definitivas de que dependiam a construção do TELECENTRO estavam condicionadas a providências a serem adotadas pelo secretário de Ciências e Tecnologia da Guanabara, Arnaldo Niskier. Como já era sabido pelo ministro, após longo estudo de locais para instalação do centro de produção da FCBTVE, foi escolhida a opção de utilização do terreno de propriedade do estado da Guanabara, na Barra da Tijuca, integrante de uma vasta área, onde seria instalado o centro tecnológico do estado.[572]

Com a manifestação do interesse da FCBTVE em contar com área de terreno naquele local, foi resolvido, inicialmente, que 20 mil metros quadrados seriam distribuídos a ela, da área de 60 mil metros quadrados cedida à CNAE que teria concordado expressamente. No entanto, a FCBTVE já estava atrasada em relação às etapas previstas nos entendimentos com os doadores alemães para as definições básicas. Lothar Kraft, da Fundação Konrad Adenauer, teria manifestado suas preocupações sobre assunto em carta endereçada à FCBTVE. Portanto, Gilson Amado relatou que teria mantido contatos pessoais com o secretário Arnaldo Niskier e com o governador Negrão de Lima, e temia que se as providências finais viessem a ser postergadas caso o MEC não manifestasse seu interesse na solução do assunto. O presidente da FCBTVE encerrou a carta pedindo uma intervenção do ministro da Educação junto ao governo do estado da Guanabara e ao secretário de Ciência e Tecnologia dada a urgência de uma definição para o terreno do futuro TELECENTRO.[573]

No dia 6 de outubro de 1970, o governador da Guanabara declarou a impossibilidade de cessão do terreno pretendido pela FCBTVE na Barra da Tijuca. Diante disso, Gilson Amado endereçou uma nova carta ao ministro da Educação e Cultura, datada de 10 de outubro de 1970, na qual, diante da falta de solução para o

---

[571] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.
[572] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.
[573] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.

recebimento da doação do terreno na Barra da Tijuca, relatou aparentar estar cada vez mais difícil uma definição com relação a uma localização para o centro de produção da FCBTVE. No dia seguinte ao da data da carta, seria assinado formalmente o convênio entre o governo brasileiro e o governo alemão. Entretanto, a FCBTVE teria recebido mais de uma correspondência da Fundação Konrad Adenauer cobrando o desempenho do cronograma estabelecido.[574]

Como alternativa, após várias pesquisas para outra solução, surgira uma perspectiva que seria merecedora de exame. O engenheiro João Ferreira Durão, diretor da EMBRATEL, e chefe do grupo técnico criado pela FCBTVE para encaminhar a construção do TELECENTRO, analisou a possibilidade da compra do terreno onde estava localizado o Teatro República, situado na avenida Gomes Freire, de propriedade do industrial Paulo Ferraz, cuja empresa se encontraria em más condições financeiras. Gilson Amado solicitou então ao ministro Jarbas Passarinho autorização para iniciar estudos detalhados sobre a hipótese de compra daquele terreno.[575]

A solução do Teatro República para instalação do TELECENTRO apresentava algumas vantagens. Permitiria o pagamento a médio e longo prazo, o que não aconteceria com a construção na Barra da Tijuca, que exigiria desembolso total no prazo de um ano, mesmo com a cessão gratuita do terreno. A adaptação do teatro, em função do pé direito elevado e do amplo espaço disponível, possibilitaria a preparação de dois estúdios para receber os equipamentos alemães. Ademais, o local permitia novas construções a médio prazo, para acomodação de outros serviços da FCBTVE ou do MEC. Dada a situação do proprietário, não se acreditava que os custos dessa operação ultrapassasse as despesas previstas para a instalação do centro de produção na Barra da Tijuca, que necessitaria de trabalhos de infraestrutura, remoção de terra, ligações elétricas, água, entre outras. Portanto, Gilson Amado pedia ao ministro, “embora em caráter informal, o seu sinal verde” para andamento nos estudos para a compra do referido terreno.[576]

---

[574] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.
[575] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.
[576] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.

Após realizado um estudo econômico-financeiro do terreno proposto e uma avaliação da Caixa Econômica Federal, o conselho curador da FCBTVE se posicionou favoravelmente e o ministro da Educação aprovou a compra. O edifício situado na avenida Gomes Freire n° 474 e seu respectivo terreno, que media 20,5 metros de largura de frente, igual largura de fundos, por 35 metros de extensão em ambos os lados, custariam 323 mil 858 cruzeiros e mais 10% de pena convencional, com juros de 10% ao ano, elevado de mais 1% em caso de mora, a vencer em três anos.[577]

Por meio de um ofício, de 27 de novembro de 1970, a Fundação Konrad Adenauer aprovou expressamente as condições do terreno da avenida Gomes Freire. No dia 3 de fevereiro de 1971, o Ministério da Educação e Cultura endereçou um ofício ao presidente da FKA informando que a FCBTVE já havia recebido autorização para adquirir o imóvel na cidade do Rio de Janeiro para abrigar o seu centro de produção e receber as contribuições alemãs. O MEC ressaltou que asseguraria financeiramente as obras de adaptação daquele imóvel e que elas seriam concluídas no prazo estabelecido.[578] Lembrando que a condição essencial do acordo com a FKA para a doação de equipamentos para a televisão educativa brasileira era a construção dos estúdios, e o prazo final estabelecido para isso era 1° de novembro de 1971.

A aquisição do imóvel foi efetuada com o patrimônio institucional da FCBTVE, em depósito inativo no Banco do Brasil, realizando-se, em seguida, a concorrência pública para a reforma projetada. A firma contratada foi a Construtora Pederneiras, que se comprometeu a entregar a obra em menos de cinco meses. Apesar das condições rígidas do acordo, a FCBTVE cumpriu os prazos estipulados para a entrega do bloco principal do edifício, indispensável à instalação dos equipamentos que seriam doados e a conclusão dos trabalhos de instalação do teto metálico de iluminação do estúdio principal.[579]

Em 17 de fevereiro de 1972, realizou-se, no estúdio principal do novo prédio, situado na avenida Gomes Freire, número 474, a entrega formal dos equipamentos pelo embaixador da República Federal da Alemanha ao representante do governo brasileiro, o então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. A doação

---

[577] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.
[578] FCBTVE. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.
[579] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

envolveu a instalação técnica, aparelhagem e instrumental para funcionamento de um estúdio de 480 metros quadrados, o de maior área no TELECENTRO, no que se incluía o comentado teto metálico de iluminação, inovação da tecnologia alemã para estúdios de televisão, dotado de 150 *dimers* de 5 quilowatts cada um.[580]

O instrumental de apoio, com elevado nível de aperfeiçoamento técnico-eletrônico, exigiu o acoplamento, ao estúdio principal, de dez salas técnicas. Esses equipamentos permitiriam que a FCBTVE, utilizando os referidos recursos disponíveis em seu estúdio principal, iniciasse o desenvolvimento de novos padrões de produção compatíveis com as emissoras comerciais de primeiro nível. O TELECENTRO era composto por mais dois estúdios, de 220 metros quadrados cada um, ambos com boa qualidade acústica. Um deles recebeu os equipamentos que estavam anteriormente na sede provisória, em Copacabana, onde funcionava o sistema de circuito-fechado da FCBTVE, e que ganhariam condições de espaço e acústica mais favoráveis à produção dos programas educativos.[581]

Finalmente, em setembro de 1972, no seu quinto ano de existência, a FCBTVE mudou-se para o TELECENTRO, sua sede definitiva. Pouco tempo depois foi aberto um processo de licitação para a compra de uma unidade móvel de gravação. O patrimônio da FCBTVE atingiu, no final de 1972, o valor aproximado de 25 milhões de cruzeiros, tendo recebido, nesse exercício, recursos de 12 milhões de cruzeiros. Antes da transferência definitiva para a nova sede, a Fundação Konrad Adenauer promoveu o treinamento técnico, durante nove meses na Alemanha, de quatro engenheiros brasileiros que, após o curso, retornaram ao Brasil para trabalharem no recém inaugurado centro de produção da FCBTVE.[582]

Dos entendimentos realizados entre os governos do Brasil e da República Federal da Alemanha, além da doação de equipamentos e da capacitação de pessoal na Alemanha, técnicos alemães vieram ao Brasil e prestaram consultoria técnica nas áreas de Pedagogia, Produção, Eletrônica e Iluminação para a FCBTVE.[583]

Simultaneamente às tratativas e às obras, a FCBTVE promoveu um programa intensivo de treinamento de pessoal técnico para operar o TELECENTRO, além dos cursos especializados em cerca de dez estados para a preparação de pessoal

---

[580] FRP. **Centro Nacional de TV Educativa Gilson Amado**: histórico. Rio de Janeiro, s. d..
[581] FRP. **Centro Nacional de TV Educativa Gilson Amado**: histórico. Rio de Janeiro, s. d..
[582] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[583] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-5.

destinado a atividades de televisão educativa. Por intermédio do Conselho Britânico e de missão especial do *Center of Educacional Development Overseas* (CEDO), quatro especialistas de renome internacional realizaram um curso no TELECENTRO, durante doze semanas. Ainda em 1972, foram realizados cursos de planejamento de produção, dirigido por John Tiffin, e o curso de reciclagem do grupo de artes, dirigido pelo professor Roberto Eppinghaus.[584]

Em 1974, após quatro anos de permanência no Brasil, o representante geral da FKA, Lothar Kraft, embarcou de volta para Bonn. Segundo ele, as experiências brasileiras em televisão educativa eram as melhores da América Latina, principalmente as do Maranhão, São Paulo e Guanabara. Depois de tantos preparativos, acreditava que a televisão educativa brasileira se encontrava numa fase decisiva, graças a recursos maiores, planejamentos mais racionais e ordenação das prioridades. Sociólogo especializado em Comunicação e Educação, Kraft era adepto da transformação total dos sistemas de ensino do momento. A escola tradicional estaria morta. Não havia mais lugar para um ensino dogmático e sem abertura. Tudo no sistema escolar deveria ser mudado. Ele era válido no século XIX, mas, naquele momento, com o progresso cientifico alcançado, principalmente com o avanço dos meios de comunicações, o sistema de conhecimento mudaria com tal rapidez que exigiria outra resposta. A escola seria um velho nome para novos processos de aprendizado. O maior problema seria ensinar os professores a utilizar todos os recursos da comunicação. Mas a falta de vontade em mudar de comportamento, como também a falta de motivação pela ausência de treinamento apropriado, seriam os maiores entraves para uma verdadeira reforma do ensino.[585]

Lothar Kraft projetava que levaria tempo para os resultados da reforma do ensino tornarem realidade em face dos problemas “gigantescos” que o Brasil teria que enfrentar. Seria necessário integrar todos os brasileiros que não recebiam ensino, fazer frente ao nível educacional dos brasileiros que tinham acesso ao ensino, enfrentar o crescimento demográfico com uma estrutura de ensino capaz de absorver todo novo estudante e eliminar o problema da evasão nas escolas. A televisão educativa seria uma ferramenta que poderia ser utilizada para a reforma total de todo o sistema de ensino brasileiro. Ela teria a função do bombeiro. Viria resolver,

---

[584] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[585] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jan. 1974, p. 44.

primeiramente, os problemas de urgência, ou seja, os que a escola tradicional não conseguia solucionar naquele momento. O MOBRAL viria resolver o primeiro estágio, o da alfabetização por meio de uma organização que respeitasse as diversidades regionais. A segunda fase deveria ser solucionada pela televisão educativa e pelo rádio por meio de projetos como o Minerva e *João da Silva*, que trataremos no próximo tópico.[586]

Segundo o representante da FKA, após muitas pesquisas, a televisão educativa entrava em uma fase decisiva no Brasil, com possibilidades de alcançar um nível internacional com a elaboração do Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL). Salientou que a televisão educativa não deveria se preocupar com os índices de audiência, pois ela não daria grandes índices de audiência. A televisão educativa alemã alcançava apenas 3% de audiência e, mesmo assim, não hesitava em gastar altas somas por ano. Cada programa de televisão educativa possuía um público limitado que Kraft chamou de “minoria flutuante”. Um programa de ópera reuniria os interessados por esse gênero musical. Uma aula sobre resistência de materiais atrairia estudantes de Física. Português reuniria os alunos do grau que estaria sendo ensinado, e assim por diante. O importante seria atingir de maneira satisfatória essa minoria flutuante e, se 90% dos alunos não guardam 90% da aula, pode estar certo que houve falha do professor e do método de ensino. Segundo Lothar Kraft, por meio da televisão, os índices de sucessos da educação seriam espantosos.[587]

O aumento da procura dos programas educativos produzidos pela FCBTVE e o desenrolar de sua capacidade para planejar e desenvolver projetos específicos de teleducação, além da obtenção de uma concessão para operar um canal próprio de televisão, acarretou na necessidade de estabelecer diretrizes visando a sua ampliação física e a multiplicação de recursos instrumentais, visando uma produção compatível com os mais aperfeiçoados padrões nacionais e internacionais, a partir da formação de um quadro qualificado de técnicos e especialistas.[588]

Somado à sua necessidade de expansão e à atualização de seus equipamentos, havia o desafio de ordem tecnológica das transmissões em cores. O governo federal definiu, após estudos e debates desde meados da década de 1960, que o sistema a ser adotado no Brasil seria o PAL-M. Em 1972, iniciaram-se no país

---

[586] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jan. 1974, p. 44.
[587] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jan. 1974, p. 44.
[588] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-5.

as transmissões regulares em cores, geradas por várias emissoras, ainda que por poucas horas por dia. No decorrer do ano de 1974, com recursos concedidos pelo MEC, a FCBTVE promoveu a introdução do estágio em cores no seu sistema, mediante a aquisição de uma unidade móvel, de fabricação inglesa, e dos equipamentos complementares indispensáveis à produção colorida. No mesmo ano, foram realizadas algumas obras de expansão do TELECENTRO, as quais compreenderam a construção de um anexo ao edifício-sede. [589]

A FCBTVE formulou, e remeteu ao PRONTEL, o Projeto 25, que era composto por três fases. As duas primeiras eram referentes à complementação do TELECENTRO e a terceira relativa a sua expansão. As áreas que precisavam de alterações eram a de Controle Central, Estúdio I, Estúdio III e Sumaré. A insuficiência na área de controle central não era física, mas era necessária a preparação e a aquisição de equipamentos. Para as três primeiras áreas necessitava-se da aquisição de aparelhos de videoteipes, equipamentos de monitoração e testes, aquisição de uma ilha de telecine em cores, além de uma melhor distribuição de áudio e vídeo e pulso. No Estúdio I seria necessário instalar uma iluminação adequada que contribuísse para a melhoria da qualidade dos programas televisivos com substancial economia de tempo.[590]

No Sumaré, onde foi instalada a torre de transmissão do Canal 2 da FCBTVE, existia a insuficiência de equipamentos teste e equipamentos de rádio comunicação, além de não possuir energia elétrica da concessionária. Seria necessária a permanência do esquema inicial com três geradores e obtenção de instalação para receber fornecimento de energia elétrica da concessionaria Light, baixando o custo, melhorando a confiabilidade e facilitando as operações. Também era necessária a instalação de equipamento de monitoração e de comunicação para operação e manutenção da emissora televisiva.[591]

Com relação a recursos humanos para a área técnica, a FCBTVE possuía três equipes operacionais com possibilidades de 108 horas de trabalho semanais. Essas equipes eram empregadas tanto nos estúdios quanto na unidade móvel. Com dois estúdios funcionando 12 horas por dia, 6 dias na semana, poderia atingir 144 horas

---

589 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-5.
590 FCBTVE. **Reformulação do Plano de Expansão do Telecentro em sua 1° etapa da 2° fase, acrescido da instalação da torre do Sumaré**. Rio de Janeiro, 1974, p. 1-8.
591 FCBTVE. **Reformulação do Plano de Expansão do Telecentro em sua 1° etapa da 2° fase, acrescido da instalação da torre do Sumaré**. Rio de Janeiro, 1974, p. 1-8.

de operação. Com a contratação de mais uma equipe operacional de estúdio seria possível a utilização plena dessas 144 horas disponíveis. Para melhor utilização da potencialidade da unidade móvel, seria necessária a contratação de mais uma equipe. No total seriam cinco equipes de operações. Para o controle mestre também era preciso contratar dois operadores e dois técnicos de apoio. Com dois estúdios em funcionamento, quatro equipes de operação, seis dias por semana, obrigaria uma compressão média de 8:1 para produção de 900 horas de programação por ano. O terceiro estúdio, que exigiria mais duas equipes de operação permitiria a compreensão média de 12:1, melhor ajustada para o trabalho. Como só possuía uma ilha de edição, impunha-se um regime de trabalho de 24 horas por dia, durante sete dias por semana, durante 52 semanas por ano, para atingir as 900 horas de programação prevista por ano. Sem contar o tempo indispensável de manutenção. Portanto, seria necessária uma aquisição de uma segunda ilha. Com o aumento do número de equipamento seria conveniente reforçar a equipe de manutenção. Para o Sumaré deveriam ser contratados: um técnico, dois operadores, três auxiliares, quatro vigias, um encarregado de material, um servente, dois motoristas e um técnico responsável.[592]

Após a reestruturação administrativa da FCBTVE, em 1977, o diretor executivo Carlos Dondeo Júnior teria se preocupado fundamentalmente em redefinir e explicitar os objetivos do centro de produção, readequando-o efetivamente às diretrizes emanadas do MEC e às carências educacionais detectadas nos estados federativos brasileiros, com vistas ao suprimento de programas, às emissoras educativas e comerciais e à operação do Canal 2 no Rio de Janeiro.[593]

A operação em definitivo do Canal 2 do Rio de Janeiro, a partir de 1977, teve como consequência imediata um maior número de horas de emissão, o que implicou em um desdobramento da capacidade de produção do TELECENTRO, por meio da adequação de pessoal técnico em todas as áreas; otimização da capacidade instalada do TELECENTRO, para assegurar a produção de programas sem comprometer a continuidade dos trabalhos de gravação e reprodução dos projetos especiais; ampliação das faixas de horários de operação de equipamento e áreas destinadas à emissão de programas.[594]

---

[592] FCBTVE. **Reformulação do Plano de Expansão do Telecentro em sua 1° etapa da 2° fase, acrescido da instalação da torre do Sumaré**. Rio de Janeiro, 1974, p. 1-8.
[593] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 6.
[594] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 21.

A administração da FCBTVE teria dado enfoque à execução de diversas obras no prédio sede da instituição, bem como a aquisição de equipamento eletrônico, aquisição essa limitada nas cotas de importação que vieram a ser relativamente ampliadas em virtude de pedidos junto ao Ministério da Educação e Cultura. Além disso, houve um investimento para a renovação da frota de veículos. No mesmo período, houve o estabelecimento de um convênio com a Rede Bandeirantes de Televisão referente à locação de parte da torre da FCBTVE, o que possibilitou a operação do Canal 7 a partir do mês de julho de 1977.[595]

No dia 16 de outubro de 1978, em reunião do Conselho Diretor, Gilson Amado apresentou que, em face ao fluxo financeiro observado no exercício, tornou-se necessária a revisão da proposta orçamentária correspondente ao Plano de Atividades programadas para 1978. O diretor executivo, Dondeo Júnior argumentou que, como a FCBTVE dependia de recursos aleatórios, seria necessário que periodicamente se procedesse uma revisão orçamentária, sendo ao mesmo tempo feitas distribuições conforme plano de metas compatibilizadas com tais recursos. Registrou que, em face ao acréscimo de receita, além dos quantitativos necessários para atender a dispêndios empenhados, foi considerado recomendável o estabelecimento de uma política de investimento, objetivando expansão física capaz de permitir a readequação do equipamento ao ritmo das atividades desenvolvidas, de modo a propiciar um melhor desempenho. Seria necessário dobrar os investimentos, capaz de possibilitar uma política agressiva de aquisição, para renovação do equipamento que há vários anos dava suporte a toda a programação, do centro produtor e do Canal 2, seja com os programas da Portaria 408, seja com os programas fornecidos às emissoras educativas. Em vez da aquisição de peças de reposição, planejou-se a aquisição de equipamentos, mais importante para a manutenção da unidade eletrônica do TELECENTRO.[596]

O conselheiro curador Edson Motta elogiou a organização e a objetividade do trabalho elaborado e, considerando o valor do empreendimento que representava a FCBTVE, julgou como extremamente modesto os quantitativos indicados. Gilson Amado expôs que, enquanto a TVE do Rio de Janeiro possuía três câmeras em cores para produção de toda a sua programação, a Rede Globo, só no Rio de Janeiro,

---

[595] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 9.
[596] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 14-16.

contava com vinte e uma. Ponderando que a implantação do Canal 2 coincidiu com um período de crise internacional, resultando em dificuldades de importação de equipamentos, uma vez que de 1,25 milhão de dólares, a quota para importação, em 1975, foi reduzida, para 70 mil dólares no ano seguinte. Lembrou ainda que naquela época ocorreu colapso no tocante a material de reposição, tudo ocorrendo para o agravamento das condições de operação do Canal 2.[597]

Até o ano de 1981, o prédio do TELECENTRO não teria sofrido uma reforma que visasse luxo. Foi apenas conservado, desde que foi construído às pressas para receber o equipamento técnico da Fundação Konrad Adenauer. A arquiteta Sônia Alheira, que acumularia os cargos de superintendente de administração geral e responsável pelas obras, sem receber a mais por esse acúmulo, confirmava a quase obsolescência do equipamento. Ele funcionaria vinte e quatro horas por dia. A cota de importação era de 350 mil cruzeiros. Seria necessária prioridade nas áreas ligadas à importação, pois seria preciso, no mínimo, dobrar essa cota para cobrir as importações iniciadas em 1979 e que não puderam ser confirmadas até 1981. Só era permitido à FCBTVE pedir financiamento a agências bancárias oficiais e levavam cerca de um ano para conseguir aval do Banco do Brasil e mais seis meses para o certificado de prioridade, nas últimas importações, em Brasília. Era necessário dar um descanso para o equipamento para que sua manutenção fosse possível.[598]

Para o diretor executivo da FCBTVE, Roberto Parreira, a questão do equipamento seria resolvida a médio prazo com o apoio às SEAT. À FCBTVE caberia encontrar uma padronização básica com um ajuste ao novo tempo. Buscar polos regionais de produção e realizar um intercâmbio também de equipamentos ou usar o de outras emissoras.[599] Claudio Figueiredo, Secretário de Aplicações Tecnológicas do MEC, avalizava os planos de Parreira e estava confiante em sua administração.[600]

No dia 16 de maio de 1981, em reunião do conselho diretor da FCBTVE, conforme solicitação do diretor executivo, professor Roberto Daniel Martins Parreira, foi tratado principalmente sobre a limitação de espaço para funcionamento satisfatório dos órgãos de produção da FCBTVE, problema para cuja solução pretendia a autorização daquele conselho para alugar um prédio próximo, situado também na

---

[597] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 14-16.
[598] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1981, p. 35.
[599] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1981, p. 35.
[600] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1981, p. 35.

avenida Gomes Freire, operação já autorizada pelo conselho curador. Esclareceu que, para evitar aumento de custos, a FCBTVE deixaria de ocupar, como locatária, outro imóvel, e, conforme acerto realizado com as firmas COLORTEL e IBM, locatárias de áreas do terreno localizado no Sumaré, ondem funcionavam os transmissores da TVE, foi obtido, de cada uma delas, aumento dos respectivos aluguéis. Após a exposição do diretor executivo, o conselho diretor concedeu a autorização para locação do prédio situado na avenida Gomes Freire 447.[601]

Com relação à área de capacitação de recursos humanos, após a reestruturação da FCBTVE em 1977, foi realizado um curso de composição visual sob a coordenação da divisão de montagem e implementação, a realização de estágios para técnicos da Secretaria de Educação do Estado de Rio de Janeiro, técnicos do Departamento de Polícia Federal e estudantes de Comunicação Pedagógica, Letras e Engenharia Eletrônica, entre outros, além da participação de técnicos da FCBTVE em diversos encontros e seminários ligados ao ensino e à teleducação.[602]

Em 1977, além do Seminário Preparatório do Projeto da Alfabetização Funcional por Televisão, houve a participação da área pedagógica da FCBTVE nos seguintes eventos: encontro, em Brasília, promovido pelo secretário geral do MEC, para tratar da criação do banco de material audiovisual; Seminário de Educação Pré-Escolar, produzido pela Associação Brasileira de Teleducação e seminário sobre a violência na televisão, promovido pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.[603]

A FCBTVE conseguiu, a duras custas, construir e equipar seu TELECENTRO. A burocracia e a falta de recursos levaram a FCBTVE estar sempre um passo atrás da demanda por programas educativos. O TELECENTRO encontrou dificuldades para se atualizar tecnologicamente e para atender o contínuo aumento da demanda por programas educativos. Pois, precisava produzir para as emissoras comerciais, que aumentavam e pressionavam, principalmente por meio da ABERT, por alternativas para cumprirem suas obrigações legais relacionadas à exibição de programas educativos, e para as emissoras educativas que foram se estabelecendo. Ademais,

---

[601] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 21-2.
[602] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 9.
[603] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 25

houve a necessidade de um alargamento e diversificação da programação produzida pela FCBTVE em função da operação da TV Educativa do Rio de Janeiro.

4.2 Produções do TELECENTRO

O colunista Fausto Wolff, do *Jornal do Brasil*, afirmava no final da década de 1960: “Enquanto milhões de brasileiros não tinham acesso à escola, a televisão comercial lhes dava em troca para mitigar seu desespero apenas um grito em uníssono: Teresiiiiinhaaaa!”, destacando o conhecido bordão do popular apresentador de programa de auditório Chacrinha.[604]

Tendo em vista que a programação das emissoras brasileiras não se restringia à disputa por índices de audiência, o CONTEL iniciou um diálogo com os produtores televisivos. A pretensão do CONTEL era fazer cumprir integralmente o Código de Ética e o Código Brasileiro de Telecomunicações, com complementações e mudanças promovidas pelo Decreto n° 236 de 1967, além da Portaria 408 de 1970, idealizados para regular as atividades das emissoras de televisão e para promover a televisão educativa.

Para convencer os anunciantes que seus programas eram os que tinham os maiores índices de audiência, garantindo assim uma larga penetração para os produtos anunciados, as emissoras comerciais recorriam ao IBOPE. Os anúncios eram garantidos mediante, principalmente, os altos índices de audiência de um determinado programa. No Rio de Janeiro, em 1968, havia 2 milhões de telespectadores assistindo diariamente em 600 mil aparelhos ligados, dos 968 mil 784 televisores existentes na cidade no período. Os programas mais assistidos eram as telenovelas e os programas de auditório. Nesse momento, os cinco programas de maior audiência já eram os da TV Globo: a telenovela *Homem Proibido*, que atingia índices de 52% dos aparelhos ligados, o *Discoteca do Chacrinha*, com 45%; o *Hora da Buzina*, com 42,4%; a telenovela *Sangue e Areia*, com 41,8%; *Derci de Verdade*, com 37,8%.[605]

Era comum na programação televisiva um animador jogando bacalhau, feijão e batatas para a plateia, a exploração de fatos sobrenaturais, calouros sendo

[604] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1968, p. 22.
[605] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1968, p. 20.

ridicularizados e a miséria como tema de humorismo. A televisão ganhava cada vez mais espaço na vida dos brasileiros, notadamente das classes menos abastadas. Não era raro nas favelas os que possuíam aparelhos televisivos e ainda aguardavam dinheiro para comprar uma geladeira. Os televisores eram colocados em lugares estratégicos para que pudessem ser vistos da janela pelos vizinhos. A televisão carioca estava bem equipada tecnicamente e gastava milhões com suas produções. Artistas como Abelardo Barbosa, o Chacrinha, ganhavam verdadeiras fortunas.[606]

A concorrência teria criado um mercado hiperinflacionado, que acabou inclusive abalando a situação financeira da maioria das emissoras comerciais. Segundo Carlos Alberto, diretor artístico da TV Rio, a televisão brasileira era uma máquina pré-estabelecida, que funcionava em termos superados, sem nenhuma ambição de renovação. Em todos os setores prevaleciam o "modismo, politicagem, a mediocridade". Somente quando a "tirania do IBOPE acabasse" talvez alguma coisa diferente fosse feita.[607]

O presidente da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa não nutria esperanças em mudanças nas práticas das emissoras comerciais, e achava que o Brasil já havia perdido essa batalha. Gilson Amado, que era "boicotado" pelo IBOPE e, consequentemente, pelos anunciantes, quando responsável pelo *Mesas Redondas* da TV Continental, cujo índice de audiência era inferior a 1%, segundo o IBOPE, mas considerado pela crítica especializada como o melhor programa cultural da televisão brasileira, anunciava que na década de 1970 os programas educativos chegariam a todos os brasileiros por meio da televisão.

O TELECENTRO da FCBTVE iniciou suas produções visando as emissoras educativas que estavam sendo criadas, como as de Recife, São Paulo, Porto Alegre, Manaus e Santa Maria, e a TV Nacional de Brasília, além das emissoras comerciais que cederiam espaços compulsórios em suas grades de programação. A televisão educativa não se ateria exclusivamente ao ensino, embora essa fosse a sua principal finalidade, mas apresentaria também programas culturais, artísticos e, sobretudo, procuraria interessar o telespectador a partir da problematização do cotidiano e por meio da discussão dos temas importantes da contemporaneidade.[608]

---

606 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1968, p. 20.
607 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1968, p. 20.
608 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1968, p. 20.

Para Gilson Amado, além de complementar a programação comercial, a televisão educativa poderia contribuir para a reforma educacional brasileira, “tendo em vista que a crescente demanda de oportunidades de ensino dificilmente poderá ser atendida pela expansão vegetativa dos sistemas educativos convencionais”. Segundo ele, em um ano, a televisão educativa reduziria substancialmente o índice de analfabetismo no Brasil.[609]

O Departamento Nacional de Educação do MEC, sob direção da professora Alfredina de Paiva e Souza, elaboraria os cursos especiais que seriam oferecidos por meio das emissoras educativas.[610] A primeira gravação realizada no TELECENTRO foi uma aula de português produzida pela professora Alfredina de Paiva e Souza, dirigida por Eldo Perachi Filho, com apresentação de Dulce Monteiro.[611]

Com a efetivação do TELECENTRO em 1972, o Brasil ampliou consideravelmente as suas condições de produzir projetos no campo da tele-didática. No mesmo ano, a FCBTVE desenvolveu um projeto-piloto que se destinava a elaborar, em nível correspondente aos das primeiras séries do primeiro ciclo escolar, um curso de preparação de alunos do primeiro grau de ensino, com prévia aprovação do Conselho Nacional de Educação. O currículo desse telecurso, que se chamou *João da Silva*, foi projetado em cima de pesquisas feitas em comunidades profissionais e familiares, de modo a atender aos interesses desses segmentos. A grande inovação foi um roteiro teatralizado, em estilo de novelas dirigido por Jacy Campos. Para complementar as aulas, a FCBTVE editou cinco livros de acompanhamento e apoio, que seriam diferentes das apostilas convencionais. O curso foi lançado em três faixas diferentes, por três emissoras do Rio de Janeiro. Sua primeira transmissão foi em 26 de novembro de 1973, pela TV Rio; em 2 de dezembro de 1973, foi ao ar também pela TV Tupi; e, em 5 de março de 1974, estreava na TV Globo.[612]

O curso supletivo *João da Silva* destinava-se aos adolescentes e adultos que não cursaram ou concluíram as quatro séries do 1° grau, composto pelas seguintes áreas: Comunicação e Expressão, Ciências, Matemática e Estudos Sociais.[613]

---

[609] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1968, p. 16.
[610] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1968, p. 16.
[611] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[612] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[613] Durante a ditadura militar, a disciplina de Estudos Sociais se constituiu na junção de Educação Moral e Cívica, de estudos históricos e temas de Geografia. Desta maneira, os conteúdos de História e

Pretendia fornecer informações básicas relativas à saúde, cidadania e vida profissional, levando a compreensão do valor desses conhecimentos para a melhoria da própria vida no lar, no trabalho e no meio social. O perfil do programa consistia em uma telenovela didática por meio da qual as situações encenadas geravam a apresentação de conhecimentos, hábitos e atitudes de acordo com o currículo escolar para aquele nível de ensino.[614]

A FCBTVE não foi a primeira em produzir uma telenovela didática. Pouco tempo antes, em 1971, a TV Cultura de São Paulo iniciou a produção de sua primeira telenovela educativa, *Meu Pedacinho de Chão*, que foi escrita por Benedito Ruy Barbosa, experiente em telenovelas, em trabalhos anteriores na TV Tupi. O objetivo da novela da emissora educativa paulista seria "transmitir ao telespectador da cidade e do campo noções básicas de higiene, saúde, assim como alguns princípios de agricultura". Como se tratava de uma novela rural, a produção era muito dispendiosa, pois as cenas exigiam muitas cenas externas. Portanto, foi buscado o estabelecimento de parceria para uma coprodução, que acabou acontecendo entre a TV Cultura e a TV Globo. A ideia sofreu algumas críticas, pois indicaria uma guinada mais "popular" para a "cultural e elitista" TV Cultura. A TV Cultura foi inclusive acusada de produzir uma telenovela comercial convencional disfarçada de educativa. *Meu Pedacinho de Chão* era exibida quatro vezes por dia: às 18 e às 20 horas, na TV Cultura, e às 13 e às 18 horas, na TV Globo.[615]

Segundo o Relatório de Atividades da FCBTVE, o formato escolhido para o projeto *João da Silva* foi motivado pela ampla aceitação das telenovelas pela coletividade brasileira, visando ampliar a motivação e o interesse. As pesquisas realizadas junto à "clientela" a qual se destinava a produção tencionavam expurgar as noções "excêntricas acadêmicas". O telecurso em formato de telenovela foi produzido em 100 capítulos de 40 minutos de duração, além de 4 programas preliminares de 30 minutos, 25 aulas retrospectivas e dez programas complementares de 30 minutos. Para complementar os conceitos ministrados diretamente pela televisão, a FCBTVE editou cinco livros de acompanhamento e apoio, com características originais,

---

Geografia foram esvaziados, ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista, destinado a justificar o projeto político do regime militar. (Cf., Lira, 2010)

614 FUNTEVÊ. **TV-Educativa, Rio de Janeiro, Canal 2**. Rio de Janeiro, 1982.

615 Cf. BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

diferentes das apostilas convencionais. A telenovela *João da Silva* teve inicialmente recepção organizada em seis estados e dois territórios do Brasil.[616]

Paralelamente à elaboração de *João da Silva*, desenvolveu-se todo um sistema de controle, acompanhamento e avaliação, visando dimensionar a eficácia do projeto. A recepção controlada teria atingido o número de quase 34 mil alunos. Um número que seria expressivo, pois a maioria das secretarias de Educação dos estados e territórios ainda não dispunham de infraestrutura específica de apoio à teleducação. Os livros para acompanhamento contemplavam todos os conteúdos da telenovela didática. Sua distribuição teria obedecido a critérios estabelecidos em convênios com as entidades regionais, tendo alcançado mais de 121 mil volumes. Mais de duas mil pessoas, que teriam passado por trinta e cinco cursos de treinamento, realizados em diversas cidades, teriam dado apoio e supervisão, nos trezentos e seis postos de atendimento.[617]

O Departamento de Ensino Supletivo do MEC pretendia dar oportunidades aos alunos do telecurso *João da Silva*, aos alunos da educação integral do MOBRAL e a todos que iniciaram e não concluíram esses estudos. Assim, encerrada a transmissão do *João da Silva*, foram elaboradas as provas pelos órgãos oficiais e realizados os exames com a participação de 15 mil candidatos. Em junho de 1974, realizaram-se as provas finais do curso, organizadas pelas secretarias de Educação da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro. Em outubro do mesmo ano, houve um segundo exame final.[618]

Dada a complexidade dos problemas relacionados com a criação e manutenção do sistema de recepção organizada, imprescindível ao processo de avaliação, o curso supletivo *João da Silva* foi implantado gradualmente nos estados, territórios e no Distrito Federal. Em 1974, iniciou-se a transmissão do *João da Silva* em Recife, pela TV Universitária. No ano seguinte, o telecurso estreou no Rio Grande do Sul, Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá e Pará. Em dezembro do mesmo ano, o professor Jairo Bezerra participou das cerimônias de encerramento dos cursos nesses estados e territórios, além de avaliar os resultados obtidos.[619]

---

[616] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-9.
[617] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[618] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[619] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

João da Silva só foi ao ar na íntegra, pela TV Educativa do Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1976. Em 1977, *João da Silva* foi transmitido pela TV Cultura de São Paulo, pela TV Educativa do Ceará, pela TV Gazeta de Alagoas, TV Nacional e TV Globo do Distrito Federal, TV Cultura do Espirito Santo, TV Educativa do Amazonas, TV Amazonas, e TV Itacoatiara do Amazonas, TV Universitária de Recife, TV Rondônia e TV Guajaramirim de Rondônia, resultando em 60 mil horas 710 minutos de veiculação, por meio de quase 2 mil emissões.[620] Em 1980, o curso foi retransmitido em cadeia pelas emissoras educativas. No total, a telenovela didática esteve no ar por oito anos, de novembro de 1973 a outubro de 1981.[621]

Era notória a precariedade de registros de índices de audiência, especialmente nas regiões onde ainda não haviam sido implantados os "modernos processos de mercadologia", relacionados à comercialização dos horários das emissoras de rádio e televisão. A audiência cativa do *Curso João da Silva* estimada em 980 mil pessoas referia-se exclusivamente às áreas do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e do Distrito Federal, nas quais o instituto de aferição de audiência, IBOPE, emitia boletins regulares.[622]

O curso supletivo *João da Silva* foi apresentado ao júri internacional do Prêmio Japão de 1973 e mereceu Prêmio Especial, entre os trabalhos educativos apresentados por outros cento e dois países concorrentes.[623] Especialistas em educação de vários países visitaram a FCBTVE visando a adaptação do projeto em outros países, entre eles o México. Em 1973, em seminário realizado na Basiléia, Suíça, o projeto *João da Silva* foi alvo de interesse de várias entidades ligadas à Teleducação.[624]

Para dar continuidade à *João da Silva*, a FCBTVE produziu, em convênio com o Departamento de Ensino Supletivo do MEC, a telenovela didática *A Conquista*, destinada a suprir as quatro últimas séries do 1° grau. Essa produção completaria o 1° grau em termos de ensino supletivo pela televisão, uma vez que complementaria a telenovela *João da Silva*, que cobrira as primeiras quatro séries. No Relatório das

---

620 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 20.
621 MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 58.
622 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 24.
623 Criado em 1972 pela cadeia de TV japonesa NHK, o Concurso Internacional de Programas Educativos, conhecido como Prêmio Japão, visava reunir as melhores produções didáticas das televisões de todo o mundo (JB, 1981, p. 37)
624 FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

Atividades da FCBTVE de 1977, no que se refere, especificamente, ao TELECENTRO, foi destacada a produção e gravação de 32 capítulos da telenovela *A Conquista*.[625]

Superadas as fases de planejamento e as preparatórias da implementação da telenovela *A Conquista*, bem como a adequação da unidade móvel às exigências especiais de seu projeto, foi possível ajustar o rendimento das gravações ao cronograma, com boas perspectivas de otimizá-lo, de forma a cumprir os prazos previstos. O lançamento da telenovela didática *A Conquista*, em âmbito nacional, estava previsto para 1978.[626]

Carlos Dondeo Júnior, diretor executivo da FCBTVE, em reunião de seu conselho curador, apresentou o contrato feito com a TV Gazeta de São Paulo, para que, em troca de empréstimos de filmes do acervo da FCBTVE e o pagamento da importância de um milhão de cruzeiros, a emissora da Fundação Casper Líbero cedesse sua unidade móvel para a FCBTVE, a ser utilizada durante seis meses nos trabalhos de gravação da série de programas integrantes do projeto *A Conquista*. Essa quantia seria paga pelo Departamento de Ensino Supletivo do MEC, por força de convênio celebrado com a FCBTVE para a produção da telenovela. O acordo foi necessário porque a unidade móvel da FCBTVE estava comprometida com outros projetos e parcerias.[627]

O curso supletivo *A Conquista* era composto por 152 programas de 45 minutos, em forma de telenovela colorida. Era dedicado ao público em geral, particularmente aos estudantes de curso supletivo, em nível de quinta a oitava série do 1° grau. Buscava-se proporcionar, em caráter intensivo, àqueles que completaram as quatro primeiras séries do 1° grau: aquisição de conhecimentos referentes às quatro últimas séries do ensino de 1° grau; participação mais completa na vida comunitária; e, compreensão do mundo físico e da posição do homem em seu contexto. Por meio das situações apresentadas pela telenovela buscava-se a transmissão dos conhecimentos correspondentes às disciplinas: Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais.

---

625 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-9.
626 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 25
627 FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980.

A telenovela *A Conquista* era transmitida pela TVE do Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, às 20 horas. Nos mesmos moldes da *João da Silva*, haveria a disponibilização de telepostos, assim como livros para acompanhamento, e as avaliações seriam dadas nos próprios telepostos. Em 1979, passou a ser transmitida para 15 estados brasileiros, atingindo cerca de 38 mil alunos.[628]

Entretanto, o projeto da telenovela didática *A Conquista* foi interrompido abruptamente em 1981. Apesar dos 28 milhões de cruzeiros gastos pelo MEC entre 1975 e 1980, ele foi desativado para dar lugar ao *Telecurso 1° Grau*, da Fundação Roberto Marinho (FRM) e da Universidade de Brasília (UnB). A desativação da telenovela didática teria gerado um conflito entre a FCBTVE, a FRM, a UnB e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). Esse conflito seria o responsável pelo afastamento do diretor executivo da FCBTVE, Ronaldo Nordi, que se recusava a interromper o projeto e tirá-lo do ar pela TV Educativa do Rio de Janeiro, substituindo-o pelo *Telecurso 1° Grau*, produzido pela FRM, com recursos da SEPLAN repassados pelo MEC.[629]

Os avanços da televisão educativa e o alinhamento da TV Globo com o governo militar proporcionaram a criação, em 1977, da Fundação Roberto Marinho, sem fins lucrativos, que, por isso, passou a receber verbas públicas e abatimento de impostos para projetos de teleducação, resultando na produção e veiculação dos telecursos relativos ao primeiro e ao segundo grau do ensino regular. Os empreendimentos de Roberto Marinho no setor de telensino se constituiria em um elemento de legitimação política de suas ações, e por extensão da Rede Globo, quer dentro do campo televisivo, quer no campo político. Com a produção ou coprodução de programas educativos, a TV Globo atendia à diretriz do regime militar em prol da televisão educativa, uma vez que fora tão beneficiada pelo mesmo, e atrelava sua imagem também para essa vertente de programação, exercendo um domínio ainda maior no setor televisivo brasileiro.[630]

A FRM criou, primeiramente, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo, o *Teleceurso 2° Grau*, voltado para

---

[628] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

[629] MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 58-63.

[630] Cf. OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2° Grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011.

preparação de jovens e adultos, maiores de 21 anos, aos exames supletivos. A parceria entre as duas fundações começou ainda em 1977, antes mesmo da inauguração oficial da FRM. O *Telecurso 2° Grau* foi lançado no dia 16 de janeiro do ano seguinte, primeiramente exibido em São Paulo, posteriormente para outros estados do Brasil. No Rio de Janeiro, o programa seria veiculado a partir do dia 8 de maio de 1978, em quatro horários, às 7h30 e às 8h15, pela TV Globo, e às 16h30 e 19h30, pela TV Educativa, além de reprises aos finais de semana. *O Telecurso 2° Grau* teve sua iniciativa elogiada inclusive pelo presidente da FCBTVE, Gilson Amado.[631]

A FRM, muito provavelmente, iniciou suas atividades com a produção de um telecurso voltado para o segundo grau porque a FCBTVE já havia se ocupado da produção da telenovela didática *João da Silva*, que corresponderia ao primeiro grau do ensino regular, apesar das justificativas apresentadas oficialmente estarem voltadas somente para as carências educacionais do ensino de segundo grau. Entretanto, com o relativo sucesso do *Telecurso 2° Grau*, além das ambições de Roberto Marinho de legitimação de suas ações no setor televisivo, somadas aos recursos que vinham do governo federal para esse tipo de produção, foi feito o projeto do *Telecurso 1° Grau*.

O sucesso da estratégia da FRM fica evidente quando o presidente Geisel, registrando elogios à iniciativa do *Telecurso 2°*, os dirigiu exclusivamente à Rede Globo, denotando que, mesmo oficialmente o programa sendo uma iniciativa da FRM em parceria com a FPA, quem mais se legitimava, além do próprio Roberto Marinho, era a TV Globo. Afinal, se até mesmo o presidente da República entendia o programa como uma produção da Rede Globo, o que dizer da audiência regular do *Telecurso 2° Grau* que assistia os atores consagrados pelas telenovelas da emissora lecionando disciplinas diariamente.[632]

Segundo Milanez, conforme o diretor executivo da FCBTVE, Ronaldo Nordi, a suspensão da exibição de *A Conquista* pelas emissoras educativas foi causada pelo Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro n° 01 de 1980, celebrado entre

---

631 Cf. OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2° Grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011.

632 Cf. OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2° Grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011.

a FRM e o MEC, para o projeto do *Telecurso 1° Grau*. O acordo, assinado pelo ministro da Educação, Eduardo Portella e pelo presidente da FRM, Roberto Marinho, tendo como testemunhas José Bonifácio Sobrinho e José Mauro Dias da Cruz Gonçalves, previa o crédito orçamentário, para as despesas de 1980, no valor de 250 milhões de cruzeiros que seriam repassados à FRM, em seis parcelas mensais consecutivas.[633]

O convênio assinado entre a FRM e o MEC, para a elaboração do *Telecurso 1° Grau,* não contou com a participação da Fundação Padre Anchieta. Essa situação teria incomodado os dirigentes da FPA, somadas ao fato de que a exibição do *Telecurso 2°* acontecia em rede nacional pela Rede Globo, passando a ser comum as pessoas identificarem o programa somente como dessa emissora, desprezando a FPA.[634]

A FRM, por meio de suas relações com os governos militares, demonstrou como uma emissora comercial poderia cumprir as determinações legais de programação educativa e ainda obter lucro e vantagens sobre suas concorrentes. Pois para os demais concessionários seria impensável - considerando que o modelo da televisão brasileira era estritamente comercial - obter vantagens financeiras em produções educativas. Ademais, eles não tinham o mesmo poderio político, financeiro e tecnológico da Rede Globo. Mesmo ocupando horários marginais na grade de programação da Rede Globo, os telecursos produzidos pela FRM conseguiram se consolidar como programas de sucesso da televisão brasileira.[635]

A parceria entre MEC e FRM não passaria incólume nem dentro do governo federal. A Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT) disporia de 128,5 milhões de cruzeiros para o exercício de 1980, representando um decréscimo de 60% em relação ao ano anterior. Esse valor era inferior ao destinado à FRM para execução do *Telecurso 1° Grau*. Luiz Eduardo Nascimento, diretor da TV Educativa do Espírito Santo, em 1980, relatou que o MEC repassou à FRM, por determinação do ministro do planejamento, Delfim Neto, a quantia de 285 milhões de cruzeiros para a realização do curso supletivo de primeiro grau. Enquanto a SEAT desenvolvia esforços “sobre-humanos” para realizar suas atividades, a FRM obtinha grandes somas de recursos

633 MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 58-63.
634 Cf. OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2° Grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011.
635 Cf. OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2° Grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011.

que poderiam ser destinadas não só para as emissoras educativas e para a FCBTVE, como para as universidades que passavam por problemas financeiros. Luiz Nascimento afirmou que a Rede Globo era “um país dentro de um país”, enquanto as emissoras educativas passavam pelos mais variados tipos de dificuldades, que iam desde o relacionamento com a EMBRATEL, que beneficiava a Rede Globo em detrimento das demais emissoras, até a falta de verbas para a compra de equipamentos básicos, como videocassete, a FRM recebia facilmente altas somas para seus programas educativos.[636]

As ineficiências em montar uma rede de emissoras educativas e o aumento do aproveitamento da transmissão de programas educativos pelas redes comerciais de televisão teria encontrado alguns oponentes, principalmente com relação às emissoras comerciais que funcionavam como meros retransmissores dos programas educativos produzidos no Rio de Janeiro e em São Paulo. A teleducação no Brasil estaria seguindo um caminho perigoso, porque estaria se transformando em monopólio de redes comerciais como, principalmente, a Rede Globo, montando um sistema que poderia descambar para o risco de “vender” educação.[637] Com os telecursos de primeiro e segundo grau produzidos pela FRM, a Rede Globo, que dominava desde o início da década de 1970 a produção do entretenimento e a informação no Brasil, conquistava o terceiro elemento da produção televisiva: a educação.[638]

Com o *Telecurso 1° Grau*, a FCBTVE foi obrigada a transmiti-lo no lugar de *A Conquista*, pela TV Educativa do Rio de Janeiro, a partir de 1981. Após ficar mofando nas prateleiras da FCBTVE até 1982, *A Conquista* foi relançada com o nome de *Tempo de Atualização*. Não mais como fora concebido pela FCBTVE e pelo MEC, mas como um programa educativo, com o tempo reduzido para 25 minutos, sendo excluídas as cenas no formato telenovela e mantidas apenas as explicações didáticas.[639]

---

[636] OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2° Grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011, p. 112-3.
[637] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 1980, p. 34.
[638] A tríade sagrada dos meios de comunicação social seria: informação, entretenimento e educação. Conforme abordamos anteriormente, como no Brasil se estabeleceu um modelo comercial, haveria um desequilíbrio maior na programação das emissoras comerciais, que privilegiariam o entretenimento e a informação (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 193).
[639] MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 58-63.

Antes da criação da FRM e do imbróglio de *A Conquista*, com relação ao ensino pré-escolar, a FCBTVE produziu, em parceria com a Rede Globo de Televisão, o programa *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, dentro do projeto de adaptação para a televisão de obras infantis de Monteiro Lobato, o Projeto Lobato. Na primeira fase desse projeto foram realizadas pesquisas de audiência entre crianças que assistiam televisão, destinadas a orientar a programação infanto-juvenil da FCBTVE. A segunda fase do Projeto Lobato, iniciada em 1977 objetivou caracterizar hábitos de audiência das crianças de 7 a 11 anos, no estado do Rio de Janeiro, bem como formular, produzir e testar programas educativos, cuja linguagem fosse destinada a aumentar a qualidade do ensino pela televisão.[640] O Projeto Lobato contou com a verba de quase 555 mil cruzeiros do Instituto Nacional de Pesquisa (INEP). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinou quase 4 milhões de cruzeiros para a produção do *Sitio do Pica-Pau Amarelo*.[641]

A parceria entre FCBTVE e TV Globo para a produção do *Sítio do Pica-Pau Amarelo* foi detalhada em uma carta que José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, diretor de produção da TV Globo, enviou ao presidente da FCBTE, Gilson Amado, em 1° de agosto de 1975. A Rede Globo detinha os direitos de produção e transmissão da obra infantil do escritor José Bento de Monteiro Lobato, adquiridos por contrato firmado com os seus herdeiros. A FCBTVE teria o interesse educativo e a disponibilidade de pessoal de televisão para participar no projeto da série *Sitio do Pica-Pau Amarelo*. O acordo entre Rede Globo e FCBTVE previa a produção de um mínimo de 260 e um máximo de 375 episódios da série. Os programas seriam realizados com gravações externas em locais cedidos ou designados pela TV Globo e em estúdio da FCBTVE.[642]

A TV Globo seria responsável pelos custos de produção assim especificados: direção do projeto, direção dos programas, produtores, atores, figurinistas, elenco e desenhistas e forneceria o material básico de película para filmagens, fita de videoteipe para gravações, edições e tráfego, material de cenografia, figurino,

[640] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-9.
[641] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 30-1.
[642] OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio. **Carta endereçada ao presidente da FCBTVE**: termos de entendimento para a produção do Sítio do Pica-pau Amarelo. Rio de Janeiro, 19 ago. 1975.

bonecos, músicas especiais e assessoramento técnico e administrativo de toda a produção.[643]

A FCBTVE forneceria todo equipamento de televisão e pessoal necessários às gravações, edições e sonorizações, bem como para filmagens e montagens de filmes, assessoramento psicológico e assistência pedagógica à produção, editores de videoteipe e cinema, sonoplastas, maquiadores e cabeleireiros, pessoal cenográfico para os serviços de carpintaria, marcenaria, montagem, contrarregra, atendentes, camareiros e todos os demais necessários às diversas operações de produção.[644]

A unidade móvel da FCBTVE, quando do acordo com a TV Gazeta, estava comprometida principalmente com a gravação da série *Sitio do Pica-Pau Amarelo*, conforme compromisso assumido com a rede Globo de Televisão e o departamento de Ensino Fundamental do MEC.[645]

A direção executiva do projeto seria de Wilson Aguiar e a direção dos programas de Geraldo Casé. A Globo cederia à FCBTVE os direitos de exibição da série nas emissoras de televisão sem finalidades lucrativas, assim como em circuito fechado, com finalidade educativa, podendo para isso organizar recepções especiais, captar o programa do ar, de qualquer emissora da Rede Globo e de suas afiliadas, em escolas públicas e particulares e em telepostos. Nas cidades onde havia uma estação da Rede Globo ou afiliada, as emissoras sem finalidades lucrativas somente poderiam exibir os programas depois de decorridos 30 dias de sua transmissão pelas emissoras da Rede Globo.[646]

Nos créditos de abertura e encerramento apareceriam os logotipos da FCBTVE e da Rede Globo. A TV Globo ouviria a FCBTVE ao se propor a negociar, com emissoras do exterior, os direitos da série *Sitio do Pica-Pau Amarelo*. A FCBTVE teria direito, depois de ouvida a TV Globo, de encaminhar proposta para comercialização e exibição da série a emissoras educativas nacionais e estrangeiras. A participação da TV Globo e da FCBTVE nos lucros provenientes das vendas seria proporcional aos investimentos realizados, por cada uma das partes, no financiamento da produção da

---

643 OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio. **Carta endereçada ao presidente da FCBTVE**: termos de entendimento para a produção do Sítio do Pica-pau Amarelo. Rio de Janeiro, 19 ago. 1975.
644 OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio. **Carta endereçada ao presidente da FCBTVE**: termos de entendimento para a produção do Sítio do Pica-pau Amarelo. Rio de Janeiro, 19 ago. 1975.
645 FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980.
646 OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio. **Carta endereçada ao presidente da FCBTVE**: termos de entendimento para a produção do Sítio do Pica-pau Amarelo. Rio de Janeiro, 19 ago. 1975.

série. A TV Globo continuaria como detentora exclusiva de todos os direitos cedidos pelos herdeiros de Monteiro Lobato.[647]

Em 1977, foram produzidos 192 capítulos do *Sitio do Pica-Pau Amarelo* e iniciado o processo de observação do programa em telepostos, junto à rede de ensino do Estado de Rio de Janeiro, em convênio com o Departamento de Ensino Fundamental do MEC.[648]

A adaptação para a televisão da obra infantil de Monteiro destinado ao ensino pré-escolar foi transmitida pela TVE do Rio de Janeiro e demais emissoras educativas, e pela Rede Globo para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Pernambuco. Esse programa educativo, segundo o *Relatório de Atividades*, de 1977, da FCBTVE, obteve excelentes índices de audiência, com relação aos programas do mesmo gênero, sobretudo junto ao público infantil. A fase assim cumprida, de produção e geração, completaria um ciclo considerado suficiente pela área de avaliação da FCBTVE para orientar os trabalhos de pesquisa e acompanhamento.[649]

O *Sitio do Pica-Pau Amarelo* era a continuação do *Projeto Garibaldi*, um desdobramento do programa *Vila Sésamo*, produzido pela TV Globo em parceria com a TV Cultura. Era a versão nacional do estadunidense *Sesame Street*, um programa planejado por diversos organismos americanos especializados em educação. *Vila Sésamo* era destinado a crianças de 3 a 6 anos e seu primeiro piloto foi gravado em 1971. No ano seguinte, foi vitorioso do prêmio APCA como melhor programa didático e do Troféu Helena Silveira de melhor programa cultural. A atriz Sonia Braga, por sua atuação em *Vila Sésamo*, ganhou o prêmio de revelação feminina.[650]

Em 1978, *Sítio do Pica-Pau Amarelo* foi vendido para a Iugoslávia, que era o maior comprador das produções da TV Globo naquele momento. No final da década de 1970, a Rede Globo deu uma arrancada rumo ao mercado internacional, conseguindo colocar seus programas em 45 países. O principal gênero comercializado eram as telenovelas, como *Gabriela*, protagonizada por Sônia Braga, sucesso na televisão portuguesa e alguns países americanos. Apesar de ser produzido também pela FCBTVE, a venda do *Sítio do Pica-Pau Amarelo* para o

---

[647] OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio. **Carta endereçada ao presidente da FCBTVE**: termos de entendimento para a produção do Sítio do Pica-pau Amarelo. Rio de Janeiro, 19 ago. 1975.
[648] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 25
[649] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-9.
[650] BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

exterior foi anunciada pela revista *Veja* como uma produção da Rede Globo, expediente que também aconteceu com os telecursos da FRM quando noticiados pelos periódicos de grande circulação no período.[651]

Roberto Marinho, em 1979, na capital francesa, fez a entrega formal da doação de vinte capítulos do *Sitio do Pica-Pau Amarelo* ao secretário geral da UNESCO, incorporando-os ao patrimônio daquele organismo da ONU. A UNESCO se encarregaria de dublar nas línguas dos países membros que se interessassem pela adaptação daquela obra de Monteiro Lobato.[652]

O sociólogo Marcos Amazonas, ex-diretor do Departamento Educacional da TV Globo, deu um depoimento ao *Jornal do Brasil*, em 1977, sobre sua experiência com o programa *Vila Sésamo* e do motivo que o levou a demitir-se: o "desfiguramento" da obra de Monteiro Lobato, que seria constatado quando o programa *Sítio do Pica-Pau Amarelo* entrasse no ar. Segundo Marcos Amazonas, deslumbrado com as possibilidades da televisão educacional o governo federal vinha dando apoio ao *Villa Sésamo* e apoiaria o *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, coproduzido pela TV Globo e FCBTVE. O governo teria dado uma verba de 6 milhões de cruzeiros e mais as instalações da FCBTVE. Segundo o ex-diretor da área educacional, toda a responsabilidade da produção era da Rede Globo. Ele teria se demitido por não concordar com a linha que a produção queria dar ao *Sitio do Pica-Pau Amarelo*, notadamente pelas "formas americanas". Os personagens do programa não teriam nada a ver com o Brasil. O burro era bípede e com penas, "um horror", segundo Marcos Amazonas. Para ele, o problema era que Monteiro Lobato ia "virar Disneylândia". O ex-diretor da Rede Globo afirmou que educacionalmente o programa não existiria. Era para atingir o pré-escolar, mas a Rede Globo resolveu colocá-lo no horário nobre. E, para as pessoas não acharem que o programa era para crianças, transformaram-no em programa educacional de até 17 anos.[653]

Conforme Marcos Amazonas, a atualização que a Rede Globo fez de Monteiro Lobato não tinha nada a ver com o escritor. Teriam transformado o texto em uma telenovela comum. Nos episódios havia sempre um suspense no começo, para manter a audiência. Então, inventava-se histórias compostas por urnas árabes, detetives entre outras criações que seriam boas histórias de suspense, mas que não

---

[651] **Veja**, São Paulo, 14 fev. 1979, p. 64-6.
[652] **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1979, p. 6.
[653] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1977, p. 35.

tinham absolutamente nada a ver com a obra de Monteiro Lobato. O ex-diretor classificou a produção como um negócio de grandes proporções, pois o projeto envolvia revista, gibi, bonequinhos e joguinhos da Estrela.[654] A tendência era se transformar o *Sitio do Pica-Pau Amarelo* no "Disney Brasileiro". Por fim, declarou que o governo federal confiar à TV Globo uma produção que deveria ser da FCBTVE, seria o "maior absurdo do mundo", pois ela estaria interessada em ganhar dinheiro, "por mais que se diga da bem-aventurada, da preocupação com as crianças pobres do Brasil", a Rede Globo nunca iria "fazer um programa educativo".[655]

Também dedicado ao pré-escolar, a FCBTVE produziu a série *Patati-Patatá* realizada pelo seu núcleo de produção didática em convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O programa, lançado em novembro de 1980, era destinado para crianças de quatro a sete anos. *Patati-Patatá* era transmitido pela TV Educativa do Rio de Janeiro nas tardes de segunda e quarta-feira e nas manhãs de terça e quinta-feira. Cada programa tinha a duração de 20 minutos, sendo 15 deles exclusivamente para crianças e o restante para orientação aos pais, professores e adultos em geral. Nos 15 primeiros programas foram desenvolvidos, em caráter experimental, três temas: o circo, o campo e a cidade. A base pedagógica da série *Patati-Patatá* tinha por objetivo desenvolver atividades que estimulassem as crianças a trabalhar a psicomotricidade, as artes, a afetividade e as estruturas cognitivas. Pretendia-se que os telespectadores infantis não ficassem passivos diante dos televisores, mas que tivessem todas as oportunidades para expressarem livremente por meio das artes, numa preparação para a aprendizagem da leitura e da escrita.[656]

Em 1981, *Patati-Patatá* conquistou o Prêmio Japão, promovido pela rede de televisão NHK, como o programa de melhor conteúdo pedagógico entre produções de cerca de cem países participantes.[657] Após o recebimento do prêmio, o secretário de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Arnaldo Niskler, um dos idealizadores da série, afirmou que a preocupação daquele tipo de produção era com os 13 milhões de crianças que estavam na faixa pré-escolar e não tinham nenhum tipo de assistência educacional. O que se visava com o uso da televisão era que mais pessoas fossem

---

[654] Criada em 1937, a Estrela é a maior fabricante de brinquedos do Brasil. Com o sucesso das séries televisivas, ela produziu bonecos de vários personagens, como a boneca Emília, do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Expediente que ia ser ampliado pela empresa nas décadas seguintes.
[655] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1977, p. 35.
[656] **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 nov. 1980, p. 8.
[657] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

abrangidas pelas atenções do sistema, e que houvesse uma “educação de massas que não se perdesse na massificação”.[658]

Outro expediente que gerou críticas e uma certa polêmica envolvendo a Rede Globo e a FCBTVE ocorreu nos anos de 1976 e 1977. Nesse período, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, tendo que aumentar sua produção em função do início da operação do canal 2, do Rio de Janeiro, a FCBTVE cedeu seu Estúdio III, o mais completo deles, para gravações de capítulos das novelas *Saramandaia*, *O Feijão e o Sonho* e *A Escrava Isaura*, em função da Rede Globo ter sofrido um incêndio em suas instalações. O jornalista Villas-Bôas Corrêa, que havia trabalhado na FCBTVE, indagava se aquela seria uma decisão correta para uma emissora que dependia de recursos públicos e passava por dificuldades financeiras. Ademais, o que pensariam os contribuintes se soubessem que cooperavam para o soerguimento da Rede Globo. E, por fim, questionava se uma fundação tão carente de recursos não poderia extrair algum lucro alugando seu estúdio, em vez de simplesmente ceder.[659]

Seguindo na área infantil a FCBTVE firmou um contrato, assinado por Daniel Azulai e Ronaldo de Azevedo Nordi, diretor executivo da FCBTVE, com a Daniel Azulay Produções (DAP) para prestação de serviços de produção, apresentação, veiculação e comercialização de uma série de programas diários para televisão, com a duração de até 50 minutos, de segunda a sexta-feira, denominada *Turma do Lambe Lambe*. Eram obrigações da DAP a produção e apresentação dos programas, compreendendo o fornecimento de todos os materiais gráficos e visuais utilizados, incluindo as criações artísticas e figurinos. À FCBTVE cabia a orientação pedagógica e a supervisão geral da produção, compreendendo definição e comportamento educacional para os conteúdos, formatos e objetivos dos programas produzidos; o fornecimento dos elementos de apoio à produção, compreendendo produtores, assistentes de produção e serviços de contrarregra; o fornecimento das equipes técnicas, estúdios e demais elementos operacionais necessários à produção dos programas; e, à execução da montagem de cenários.[660]

Pelos serviços prestados pela DAP, FCBTVE pagaria pelos direitos autorais e conexos referentes à produção, compreendendo a exibição dos programas pelas

---

[658] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 non. 1981, p. 37

[659] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.

[660] FCBTVE. **Contrato de prestação de serviços de produção, apresentação, veiculação e comercialização de uma série de programas diários de televisão, entre FCBTVE e Daniel Azulay Produções***.* Rio de Janeiro, 1979.

emissoras educativas, sob gerenciamento da TV Educativa do Rio de Janeiro, bem como em circuitos fechados, incluindo qualquer plano de integração escolar que fosse realizado em escolas públicas ligadas às Secretarias de Educação dos estados, assim como remuneração pelos serviços de produção e apresentação dos programas, além do fornecimento de todos os materiais necessários à sua produção.[661]

Os programas produzidos poderiam ser comercializados pela FCBTVE, no Brasil, isoladamente ou como integrantes de uma faixa geral da programação da TVE. No caso de comercialização, caberia à DAP remuneração pelos direitos autorais e conexos às exibições realizadas. Essa remuneração seria calculada proporcionalmente ao tempo de duração da exibição, ao nível de qualificação artística, na faixa geral da programação contratada, admitindo-se para o valor global desses direitos de toda a referida faixa de programação, até 30% da importância bruta obtida na comercialização. Na hipótese da comercialização do programa isolado no exterior, desse valor poderia ser reduzido em favor da TVE ou DAP até 25% para as despesas operacionais de comercialização, rateando-se o restante em parcelas de 50% para ambas.[662]

Para todos os efeitos legais, os programas produzidos pela TVE eram de sua propriedade e somente poderiam ser negociados mediante a sua interveniência. Os materiais de divulgação da DAP, que envolviam comercialização da programação contratada como a TVE, deveriam ser objeto de prévia análise e liberação, visando à preservação da imagem e dos aspectos educativos da programação de sua única e exclusiva responsabilidade perante os órgãos públicos de educação e cultura. O contrato era de doze meses para produção e de mais doze meses para exibição e comercialização.[663]

A Turma do Lambe-Lambe tinha como objetivo estimular a criatividade por meio da sugestão de atividades a serem desenvolvidas durante e após o programa. Pretendia desenvolver a percepção, o senso crítico e a observação. Buscava familiarizar a criança com motivos, temas e tipos brasileiros, por meio de personagens

---

661 FCBTVE. **Contrato de prestação de serviços de produção, apresentação, veiculação e comercialização de uma série de programas diários de televisão, entre FCBTVE e Daniel Azulay Produções***.* Rio de Janeiro, 1979.

662 FCBTVE. **Contrato de prestação de serviços de produção, apresentação, veiculação e comercialização de uma série de programas diários de televisão, entre FCBTVE e Daniel Azulay Produções***.* Rio de Janeiro, 1979.

663 FCBTVE. **Contrato de prestação de serviços de produção, apresentação, veiculação e comercialização de uma série de programas diários de televisão, entre FCBTVE e Daniel Azulay Produções***.* Rio de Janeiro, 1979.

idealizados por Daniel Azulay e situações criadas a cada programa. Tinha em mente telespectadores de 3 a 18 anos, buscava desenvolver a capacidade de criar e se expressar, a partir do estímulo à construção de brinquedos, jogos, brincadeiras e à elaboração de desenhos, além do incentivo à participação grupal, por meio das situações criadas com os personagens da *Turma do Lambe-Lambe*. Era apresentado recorrendo a módulos que correspondiam às diversas atividades propostas: jogos, montagem de desenhos, brinquedos, pequenas histórias ilustradas, dramatizações, "teletestes", situações com personagens, incluindo desenhos enviados pelas crianças por correspondência.[664]

Segundo o colunista Paulo Maia, do *Jornal do Brasil*, a *Turma do Lambe-Lambe,* além de ser criativo, tinha um brilho incomum. Exibido na programação diária vespertina da TV Educativa do Rio de Janeiro e de outras emissoras educativas teria invertido dois teoremas que prejudicavam seriamente a televisão brasileira: "o de que qualquer criança é um débil mental em potencial e de que cultura não pode divertir ninguém, educação e diversão estariam dissociados irremediavelmente". Conforme o colunista, os personagens do programa infantil criavam momentos de "mais puro entretenimento sadio, agradável, original" e representavam a melhor alternativa na programação diária da televisão "ao veneno pronto e acabado dos velhos desenhos animados comprados em pacote da televisão estadunidense.[665]

Levado ao ar de segunda a sexta-feira, às 17h e 30m, pela TV Educativa do Rio de Janeiro, o caleidoscópio de Daniel Azulay, que de camisa azul, suspensórios coloridos e uma gravata borboleta vermelha, contava histórias, animando-as com desenhos elaborados na hora, e fazendo o papel de "irmão mais velho e não de senhor ou professor", para Paulo Maia, era um ótimo momento na programação infantil da televisão brasileira, que, normalmente, apresentava um acúmulo de lamentáveis equívocos. E, no momento que o apresentador assoviava, pondo o dedo na cabeça e desejando algodão doce a seus pequenos amigos, estaria mostrando "um caminho eficiente à programação educativa de nossas deficientes emissoras estatais".[666]

Daniel Azulay foi ganhador da Antena de Ouro, indicado para o Golfinho de Ouro na área de televisão e Personalidade Internacional da Criança, título conferido pela União Brasileira de Escritores. Desenhista, escritor, apresentador e criador da

---

[664] FUNTEVÊ. **TV-Educativa**, *Rio de Janeiro, Canal 2*. Rio de Janeiro, 1982.
[665] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1980, p. 29.
[666] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1980, p. 29.

Turma do Lambe-Lambe, ele fez curso nos Estados Unidos em programa de intercâmbio cultural e participou do seminário *Books and Broadcasting For Children*, realizado em Boston, em 1979. Nos EUA, Azulay viveu uma rica experiência em escolas, universidades e emissoras de TV, juntamente com mais 29 representantes de outros países. Dos 30 participantes do Seminário, ele foi o único a levar um programa completo. Segundo Daniel Azulay, mesmo contando com poucos recursos para realizar a *Turma do Lambe-Lambe*, os participantes do evento teriam ficado impressionados com a criatividade do programa e de seu apresentador.[667]

Posteriormente, no início da década de 1980, Daniel Azulay apresentou um programa que desejava estimular nas crianças o gosto pelo desenho livre. Intitulado com o nome do apresentador, buscava-se proporcionar às crianças momentos de lazer, por meio de desenhos, informações e histórias, utilizando o desenho como meio de introduzir temáticas do momento, desenvolver a habilidade de desenhar, de forma descontraída, em razão do enfoque informal da série, despertando o interesse pela aquisição de novos conhecimentos e pesquisa. Com duração de 25 minutos, cada programa focava em assuntos como datas comemorativas, Ciências, Geografia, Arte e História, adaptados às faixas etárias do público-alvo. Quanto ao formato, os programas tinham uma narração e descrição de fatos ou histórias ilustradas com desenhos que o apresentador ia executando durante as exibições.[668]

Nos mesmos moldes do contrato com o Daniel Azulay, em 1981, a FCBTVE, representada pelo seu diretor executivo Roberto Daniel Martins Parreira, firmou um contrato com a empresa Migliaccio Produções Artísticas para produção e apresentação do programa *Tio Maneco*. Cada edição do programa educativo teria a duração de 15 minutos e visava a transmissão diária, de segunda a sexta-feira, pela TV Educativa do Rio de Janeiro. Pelo acordo, aquela empresa ficava responsável pela produção e apresentação dos programas com a participação pessoal do ator Flavio Migliaccio[669]; direção artística do seriado, fornecimento de um calhambeque, um robô e figurino dos personagens; fornecimento de cenas do filme *Tio Maneco*; cessão para a FCBTVE dos direitos sobre os personagens criados para o seriado; e reponsabilidade pelo ensaio dos atores; e supervisão dos roteiros do programa. A FCBTVE se responsabilizava pela orientação pedagógica e supervisão geral de

[667] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 nov. 1979, p. 67.
[668] FUNTEVÊ. **TV-Educativa**, *Rio de Janeiro, Canal 2*. Rio de Janeiro, 1982.
[669] Flavio Migliaccio era um ator originalmente de teatro, mas com algumas atuações pela Rede Globo.

produções, compreendendo comportamento educacional para os conteúdos, formatos e objetivos dos programas produzidos; e, fornecimento dos elementos de apoio operacional, técnico e de produção. A Migliaccio receberia pelos serviços prestados e teria direito de aprovar as veiculações comerciais.[670]

Destinado ao público infanto-juvenil, dos 3 aos 12 anos, a FCBTVE produziu *Era uma vez*. Esse programa tinha como objetivo a divulgação da literatura brasileira, promovendo autores nacionais e regionais, por meio de "uma fiel transcrição de suas obras". Buscava incentivar a leitura por meio de um constante remeter ao livro e ao autor de maneira a estimular uma infância e adolescência que pouco liam a adquirir o hábito da leitura, estimulando a visão crítica das obras por meio dos comentários efetuados antes e depois da sua narração. Em termos de linguagem televisiva, a possibilidade de uma história ser contada por um apresentador, por uma representação e pela própria criação musical, exploraria a capacidade da TV enquanto síntese dessas linguagens. Objetivava ainda a recreação e o estímulo à imaginação, recorrendo à valorização do fantástico e do lúdico, presentes nos bonecos e cenários que "contavam" a história narrada nos livros e na música, criados especialmente para cada edição do programa. No compacto exibido aos domingos, a apresentadora, professora Laura Sandroni, então presidente da Associação Nacional do Livro, iniciava chamando a atenção para certos pontos fundamentais do livro, do autor, efetuando uma síntese de toda a sua obra. Após a narração, o livro escolhido para uma determinada edição era analisado e comentado, permitindo sua avaliação crítica por parte dos telespectadores. Foi apresentado pela TVE do Rio de Janeiro no início da década de 1980, de segunda a sexta-feira, às 18h15, além de um compacto exibido aos domingos, às 17 horas.[671]

Além dos programas relacionados ao currículo escolar nacional, infantis e juvenis, no mesmo período, a FCBTVE produziu programas como *Decisão Pública*, que visava o público em geral. Seus objetivos eram propiciar condições para o julgamento consciente e fundamentado, sobre fatos sociais, políticos e da vida cotidiana, além de incentivar a participação na busca de soluções para os problemas da vida individual e comunitária. Consistia na apresentação de um documentário dramatizado, de um tema relativo a "fatos mobilizadores da opinião pública", para o

---

[670] FCBTVE. **Contrato de prestação de serviços de produção de uma série de programas diários para televisão, entre FCBTVE e Migliaccio Produções Artísticas**. Rio de Janeiro, 1981.
[671] FUNTEVÊ. **TV-Educativa, Rio de Janeiro, Canal 2**. Rio de Janeiro, 1982.

debate por especialistas e julgamento por um júri popular. Era apresentado pela TV Educativa do Rio de Janeiro às quartas-feiras, às 21 horas,[672]

A FCBTVE era responsável também pela geração de som e imagem, em cadeia nacional, dos pronunciamentos do Presidente da República e dos principais eventos cívico-nacionais, além de colaborar na produção e realização de "filmetes" de divulgação das atividades do Governo, por meio da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Além de inserções, chamadas e mensagens para: Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME); Companhia Nacional de Alimentação Escolar (CNAE); Movimento brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); Serviço Nacional de Teatro (SNT), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE); Departamento de Educação Física e Desportos (DED/MEC); Departamento de Divulgação e Documentação (DDD/MEC); Departamento de Assuntos Culturais (DAC/MEC); Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME); Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM); entre outros.[673]

A FCBTVE produziu programas especiais em atendimento a diversas áreas do MEC. Coube à Fundação, por exemplo, a produção, gravação, edição e sonorização de programas de treinamento para a Inspetoria Geral de Finanças do MEC; *Flashes* para a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); especial *Sete de Setembro* em homenagem à Independência do Brasil; *Congresso de Atualização em Cardiologia*, cobertura conjunta, via satélite, para o Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nova Iorque.[674] Entre as produções para o Ministério da Educação se destacaram: *Especial sobre Érico Veríssimo*, destinado a subsidiar a maratona promovida pelo MEC entre estudantes de 1° grau, com vistas a melhorar o nível de redação e o conhecimento dos valores da língua brasileira; e *Coisas Nossas*, buscando divulgar manifestações culturais do povo brasileiro e a participação do MEC.[675]

Atendendo ao MEC e em convênio com a FUNARTE, a FCBTVE produziu *Educação, Passaporte para o Futuro*, em que foi relatada a situação da educação no Brasil, nos diversos graus de ensino, com ênfase na evolução de matrículas nos diversos anos e o aperfeiçoamento do corpo docente. Em convênio com o Serviço Nacional de Teatro (SNT), a FCBTVE produziu o teleteatro *Rio de Janeiro de José de*

---

672 FUNTEVÊ. **TV-Educativa, Rio de Janeiro, Canal 2**. Rio de Janeiro, 1982.
673 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-12.
674 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-25
675 FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-25

Alencar, com o objetivo de comemorar o centenário da morte do escritor do título. O SNT destinou 86.000 cruzeiros para a produção.[676]

Em parceria com o Departamento de Educação Física e Desportos do MEC, que destinou a verba de quase 4 milhões de cruzeiros, a FCBTVE gerou *Esporte Amador*, tencionando difundir as atividades físicas, desportivas e recreativas, principalmente entre o público infanto-juvenil, em conformidade com o Plano Nacional de Educação Física e Desportos; *Cobertura do Campeonato Mundial de Voleibol Juvenil*, realizado no Brasil; e *Cobertura dos Jogos Escolares Brasileiros*.[677]

Ainda sobre esporte amador foi produzido o programa *Stadium*. Consistia em uma edição por semana, exibido aos sábados, visando o público em geral. Seu objetivo era orientar a prática do desporto, e discutir as técnicas próprias, em todas as suas modalidades olímpicas, segundo currículo próprio proposto pela Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC. Com base num evento desportivo relevante, mostrado no início do programa, era feita uma apresentação didática da matéria por um "expert" no assunto, focalizando as origens da modalidade esportiva em questão e o desenvolvimento de suas técnicas e práticas, com ilustrações, por meio de teipes e filmes. Objetivava a intensificação do interesse pelo esporte amador, em suas modalidades olímpicas, assimilação das técnicas das modalidades amadoras e conscientização da necessidade do aprimoramento físico-mental e da preservação da saúde.[678]

Em 1980, a FCBTVE estabeleceu um convênio com o MEC, por meio da Secretaria de Assuntos Culturais, à qual a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME) era vinculada. O objetivo seria a coprodução e a transmissão de uma série de programas intitulada *Olho Mágico*, para a televisão, destinada a divulgar matéria de linguagem cinematográfica para o público infanto-juvenil, constituída de 52 programas com duração de 30 minutos cada, para transmissão em horário diurno, nos fins de semana, por intermédio da TV Educativa do Rio de Janeiro e do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED). Os custos diretos de produção seriam rateados em parcelas iguais. Os custos indiretos caberiam à FCBTVE, como fornecimento de sua capacidade técnica de produção.[679]

---

[676] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-25
[677] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-25
[678] FUNTEVÊ. **TV-Educativa**, *Rio de Janeiro, Canal 2*. Rio de Janeiro, 1982.
[679] FCBTVE. **Convênio entre Embrafilme e FCBTVE para coprodução de uma série de programas para televisão destinado ao público infanto-juvenil***.* Rio de Janeiro, 1980.

Caberia à FCBTVE a participação nos custos diretos de coprodução, representada pela contratação do elenco e fornecimento de fitas necessárias ao programa, bem como custos de laboratório, referentes à revelação de filmes fornecidos pela EMBRAFILME; a contratação dos serviços do CINEDUC – Cinema e Educação, para elaboração dos roteiros e supervisão dos programas da série; a direção e a coordenação técnica da produção; o fornecimento de estúdios, equipes técnicas necessárias à realização dos programas, incluindo montagem cenográfica e demais elementos de apoio às operações de produção; a responsabilidade pela transmissão da série no Canal 2 e demais emissoras do SINTED.[680]

A EMBRAFILME teria participação nos custos diretos de coprodução, por meio do fornecimento de filmes virgens necessários à produção da série; o assessoramento, eventualmente e a seu critério, recorrendo a pessoal especializado de seu quadro de servidores; cessão dos roteiros cujos direitos foram adquiridos anteriormente pela EMBRAFILME ao CINEDUC. Caberia à SEAC a participação nos custos diretos da coprodução e assessoramento técnico-cultural necessário à produção dos programas.[681]

Os programas produzidos na FCBTVE seriam de propriedade das três partes. A guarda e a conservação seriam de responsabilidade da FCBTVE. Em caso de comercialização da série, a receita seria dividida igualmente entres as três partes. A parte referente à SEAC seria recebida em forma de prestação de serviço ou permuta, pela FCBTVE ou pela EMBRAFILME. A supervisão técnica dos programas seria feita pelo CINEDUC e submetida à apreciação da gerência da área na FCBTVE. Caberia às partes o direto de designar um representante para acompanhamento da produção. Poderia ser vetado o programa que, por insuficiência de qualidade ou desacordo com os objetivos do projeto inicial não obtivesse o consenso de três quartos dos avaliadores, ou seja dos representantes dos produtores e do supervisor técnico. Os recursos em dinheiro ou em material seriam geridos pela FCBTVE.[682]

Olho Mágico foi exibido aos domingos pela TVE do Rio de Janeiro, das 15 às 16 horas. A ideia geral do programa era mostrar “o cinema por dentro”, revelando ao

---

[680] FCBTVE. **Convênio entre Embrafilme e FCBTVE para coprodução de uma série de programas para televisão destinado ao público infanto-juvenil**. Rio de Janeiro, 1980.
[681] FCBTVE. **Convênio entre Embrafilme e FCBTVE para coprodução de uma série de programas para televisão destinado ao público infanto-juvenil**. Rio de Janeiro, 1980.
[682] FCBTVE. **Convênio entre Embrafilme e FCBTVE para coprodução de uma série de programas para televisão destinado ao público infanto-juvenil**. Rio de Janeiro, 1980.

espectador infanto-juvenil os detalhes de todos os elementos que concorreriam para a feitura de um filme, valorizando principalmente o significado de cada um desses elementos: planos, sequências, cortes e som. Visava desvendar a produção da imagem cinematográfica, provocando o senso crítico e o estímulo ao fazer, no lugar de apenas receber imagens passivamente.[683]

Cada programa se preocupava com um elemento específico, trabalhando-o por meio de demonstrações em cena, com atores e explicações. O objetivo geral do programa não era ensinar crianças a fazer cinema, mas a "ver", a utilizar tanto quanto possível sua visão, tanto nos meios de comunicação audiovisuais quanto em todas as coisas ao seu redor. Não se destinava "a quem tinha câmera, mas a quem tinha olho". Buscava fazer ver que quem exercia seu senso crítico não estava sendo receptor passivo das mensagens alheias, mas estava de alguma forma atuando sobre o produto. Pretendia acabar com a ideia de que a expressão criativa era privilégio de uma "casta" a quem a sociedade delegava poderes para isto: os chamados artistas. Destinado aos telespectadores de 7 a 18 anos, o objetivo específico da série era exercitar o telespectador no desenvolvimento da construção da imagem, chamando a atenção para a intencionalidade do que era selecionado, incentivando o espectador a criar imagens visuais e atuar criticamente no que lhe era exposto.[684] Anteriormente ao convenio firmado entre EMBRAFILME e FCBTVE, elas produziram programas como *Cinemateca*, visando a difusão e divulgação do cinema brasileiro nas suas diversas fases.[685]

Objetivando cumprir com maior eficácia os dispositivos contidos na Portaria Interministerial n° 408, de 1970, a FCBTVE, no ano de 1975, passou a emitir via EMBRATEL, em âmbito nacional, programação educacional. Tal procedimento possibilitou maior atualidade da programação, despertando, consequentemente, maior interesse por parte das emissoras. Embora prevalecesse o sistema de transmissão direta, algumas emissoras que vinham sendo abastecidas por meio do tráfego, direto e indireto, de fitas de videoteipe e videocassete, deixaram de ser atendidas em decorrência das dificuldades de disponibilidade desse tipo de material, haja vista as limitações para sua aquisição no mercado. O sistema, por meio do tráfego de fitas, basicamente, só podia ser feito com a utilização de teipes próprios

[683] FUNTEVÊ. **TV-Educativa, Rio de Janeiro, Canal 2**. Rio de Janeiro, 1982.
[684] FUNTEVÊ. **TV-Educativa, Rio de Janeiro, Canal 2**. Rio de Janeiro, 1982.
[685] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-25

das emissoras interessadas. Para suprir esse atendimento, nos moldes dos anos anteriores, a Fundação teria que contar com a plena capacidade de copiagem, que se encontrava bastante prejudicada face às limitações de equipamentos, principalmente em decorrência do aumento da demanda e pela restrição de importação de aparelhos, além da falta de recursos para a compra desses.[686]

Em 1977, a implantação e o acompanhamento desses programas instrutivos fizeram com que o Centro de Produção consolidasse sua estrutura de software, o que determinou a ampliação das equipes interdisciplinares e a readequação dos sistemas de tráfego e "copiagem". A abrangência da rede que exibia programação educacional da FCBTVE nos horários compulsórios, em cumprimento à Portaria 408 dos Ministérios das Comunicações e da Educação e Cultura, era de dezoito unidades da federação, por meio de trinta emissoras comerciais que, recorrendo ao tráfego de fitas e via Embratel, transmitiram 468 mil minutos de programas educativos, em 10.800 emissões. As emissoras eram: TV Difusora e TV Piratini, de Porto Alegre (RS); TV Cultura, de Florianópolis (SC); TV Coroados, de Londrina, TV Cultura, de Maringá (PR); TV Esplanada, de Ponta Grossa (PR); TV Paraná, de Curitiba (PR); TV Tibagi, de Apucarana (PR); TV Gazeta, de São Paulo (SP); TV Globo, de São Paulo (SP); TV Globo, do Rio de Janeiro (RJ); TV Tupi, do Rio de Janeiro (RJ); TV Itacolomi, de Belo Horizonte (MG); TV Industrial, de Juiz de Fora (MG); TV Triângulo, de Uberlândia (MG); TV Uberaba (MG); TV Cultura, de Vitória (ES); TV Itapoã, de Salvador (BA); TV Atalaia, TV Sergipe, de Aracaju (SE); TV Gazeta, de Maceió (AL); Rádio Clube, de Recife (PE); TV Ceará, de Fortaleza (CE); TV Rádio Clube, de Teresina (PI); TV Difusora, de São Luiz (MA); TV Marajoara, de Belém (PA); TV Goiânia (GO); TV Morena, de Campo Grande (MT); TV Nacional, TV Brasília, de Brasília (DF).[687]

A crescente valorização do know-how de produção e geração de imagens e sons da FCBTVE e do aperfeiçoamento de seus padrões técnicos resultou no interesse espontâneo das emissoras pela inclusão de programação fora dos horários compulsórios, incluindo a faixa de horário considerada nobre. Entretanto, vale ressaltar que muitas das emissoras educativas e comerciais passavam por problemas financeiros e que as produções da Fundação se apresentavam como uma alternativa de custo-benefício.

---

[686] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 16
[687] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 17

Em 1977, por meio de horários não compulsórios, isto é, fora da Portaria 408, também por meio de fitas ou da EMBRATEL, foram feitas 6 mil 947 emissões dos programas produzidos no TELECENTRO, proporcionando 333 mil 398 minutos no ar por 64 emissoras educativas e comerciais, eram elas: TV Educativa, de Porto Alegre (RS); TV Globo, de Porto Alegre (RS); TV Piratini, de Porto Alegre (RS); TV Difusora, de Porto Alegre (RS); TV Gaúcha, de Porto Alegre (RS); TV Tibagi, de Apucarana (PR); TV Paranaense, de Curitiba (PR); TV Cultura, de Maringá (PR); TV Coroados, de Londrina (PR); TV Paraná, de Curitiba (PR); TV Coligadas, de Florianópolis (SC); TV Bandeirantes, TV Cultura, TV Gazeta, TV Globo, TV Record e TV Tupi, de São Paulo (SP); TV Globo, TV Guanabara, TV Silvio Santos e TV Tupi, do Rio de Janeiro (RJ); TV Alterosa, TV Vila Rica, TV Itacolomi e TV Globo, de Belo Horizonte (MG); TV Industrial, de Juiz de Fora (MG); TV Triângulo, de Uberlândia (MG); TV Uberaba, de Uberaba (MG); TV Cultura, TV Gazeta e TV Vitória, de Vitória (ES); TV Itapoã, de Salvador (BA); TV Atalaia e TV Sergipe, de Aracaju (SE); TV Gazeta, de Maceió (AL); TV Globo, TV Jornal do Comércio, TV Rádio Clube e TV Universitária de Recife (PE); TV Universitária de Natal (RN); TV Educativa, TV Verdes Mares e TV Rádio Clube, de Fortaleza (CE); TV Rádio Clube, de Teresina (PI); TV Difusora e TV Educativa de São Luiz (MA); TV Guajarã, TV Liberal e TV Marajoara, de Belém (PA); TV Amazonas, TV Educativa e TV Baré, de Manaus (AM); TV Acre, de Rio Branco (AC); TV Amapá, de Macapá (AP); TV Rondônia, de Porto Velho (RO); TV Roraima, de Boa Vista (RR); TV Centro América, de Cuiabá (MT); TV Morena, de Campo Grande (MT); TV Brasil Central e TV Goiânia, de Goiânia (GO); TV Brasília, TV Globo, TV Nacional e TV Record, do Distrito Federal (DF). [688]

Em 1977, o número de emissoras que exibiam programas produzidos pela FCBTVE registrou um total de 24 mil 439 emissões, 57% maior que no ano anterior, resultado decorrente dos seguintes números e respectivos percentuais: horários compulsórios, 10.800 emissões, 44,2%; Projetos Especiais 3.954, 16,2%; Horários não compulsórios, 6.947, 28,4%; Canal 2, do Rio de Janeiro, 2.738, 11,2%.[689]

As atividades implementadas pela área pedagógica da FCBTVE abrangeram os setores de produção, de pesquisa, incluído o planejamento de seminários, cursos de treinamento e aperfeiçoamento, entre outros. Visando o acompanhamento da avaliação sistemática da programação, por meio de articulação com a Secretaria

[688] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 18-9.
[689] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 22.

Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, a área pedagógica realizou pesquisa destinada a verificar a assistência a programas educativos pelos estudantes do 1° grau e aproveitamento da programação educativa por parte dos professores.[690]

A assessoria de avaliação da FCBTVE, em janeiro de 1981, realizou uma pesquisa do efeito de suas produções junto aos alunos da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Essa pesquisa centrou-se nos efeitos de 8 programas da TVE, realizada com um público composto de crianças e adolescentes, na faixa etária entre 7 e 16 anos, totalizando aproximadamente 2.080 alunos, em 74 turmas, da primeira à oitava série do primeiro grau, de dez escolas, localizadas em Ramos, Cachambi, Maracanã, Tijuca, Vista Alegre, Pavuna, Jacarepaguá, Estácio, Lins de Vasconcellos e Oswaldo Cruz. Cada programa foi analisado em dois níveis: como o programa afetou o público quanto ao formato, conteúdo e objetivos; e as diferenças verificadas entre as respostas dos alunos das escolas de diferentes níveis socioeconômicos. Essa experiência integrava o projeto *TV na Escola*, que estava em sua primeira etapa, e forneceria subsídios para a efetiva utilização da programação da FCBTVE, com propósitos educativos, em um número cada vez mais amplo de escolas da rede municipal do Rio de Janeiro. Participaram do trabalho as técnicas em avaliação Maria Georgina Wolfer e Regina Maria de Sousa e Mello, a tecnologista educacional Nora Wilson e a estagiária Cristiane Orazem Ramos, sob a coordenação da primeira.[691]

O programa *Os 3 porquinhos pobres* teria sido bem aceito pelo público, muito mais pelo seu formato que pela compreensão aos conteúdos da história apresentada. Supunha-se que teria prendido a atenção do público por ser uma história dramatizada e animada por bonecos. Os resultados obtidos mostraram que os aspectos de divertimento foram mais importantes para as crianças entre 7 e 9 anos que os visuais. Por meio da avaliação informal das professoras, as falhas relativas aos conteúdos eram atribuídas à história ser longa, e, portanto, cansativa para essa faixa etária e as vozes dos personagens serem pouco claras. No entanto, concluiu-se que o objetivo maior do programa foi atingido, uma vez que teria motivado o desejo de ler o livro correspondente ao programa. Observou-se que os alunos das escolas onde frequentavam alunos de estratos menos abastados da população foram os que mais

[690] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 25.
[691] FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.

manifestaram o desejo de ler o livro. Tal situação poderia ser explicada por não existir a oportunidade de ouvirem e lerem histórias.[692]

Os alunos que assistiram ao programa a *Turma do Lambe Lambe* encontravam-se na faixa etária entre os 6 e 15 anos (maioria entre 7 e 8) e manifestaram sua aceitabilidade aos diversos módulos que compunham o programa. Os alunos demonstraram preferências pelos módulos de jogos e desenhos, explicado pela possibilidade de levar a uma ação mais imediata que implicaria na utilização do raciocínio, da imaginação e da criatividade. Os módulos de brinquedos não eram os preferidos por implicarem a disponibilidade de material, além da habilidade manual, o que provavelmente, as crianças de 7 a 8 anos ainda não possuíam. A parte do programa destinada à leitura de correspondências teve um baixo índice de aceitação, pois não estimularia a criatividade e as habilidades, e, portanto, induzia o telespectador a uma certa passividade. Quanto aos conteúdos que compunham o módulo de jogos, não foram evidenciadas dificuldades na resolução de problemas, o que pode indicar a correta adequação dos jogos propostos ao público, e a consequente aceitação ao módulo. As "historinhas" também foram muito bem aceitas, provavelmente por estarem adequadas à compreensão do público, além de serem ilustradas com desenhos, contribuindo o visual para prender a atenção. O índice de aceitação aos objetivos do programa pode ser atribuído ao fato de que o público gostava de ser estimulado a agir de modo criativo, por meio de ações que implicassem uma relação estímulo/resposta. Por meio das respostas dos alunos das escolas de "nível popular", constatou-se que as maiores preferências recaíram sobre desenhos e historinhas, no lugar de jogos, que foram preferidos pelos demais. Seria bem provável que essas crianças não dispusessem de condições que lhes permitisse o exercício de sua criatividade, manifestando, assim, seu interesse maior por esses módulos, e não pelo módulo de jogos que requeria um desenvolvimento mais acurado de percepção. Quanto à série *A Turma do Lambe Lambe* recomendou-se a produção de outras edições que estimulassem a ação e a imaginação não só durante, mas também após o programa.[693]

Com relação ao *O Jogo do Contrário*, procurou-se testar prioritariamente o formato, pois no momento da pesquisa nas escolas cariocas o programa tinha acabado de ser lançado. Ele foi transmitido para alunos de 7 a 16 anos, sendo a

[692] FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.
[693] FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.

maioria entre 9 e 10 anos. A receptividade desse programa não foi favorável. Os resultados e a avaliação feita pelas professoras e pelos alunos indicaram que poucos gostaram do formato e da história. Não conseguiram entender que o programa era composto por duas histórias intercaladas, qualificando-o como “confuso, chato, infantil, desinteressante”. Provavelmente, o fato de existirem duas histórias, não perfeitamente entendidas, ocasionou a perda do fio do raciocínio e da continuidade narrativa, motivando o desinteresse pelos alunos dessa faixa etária. Os aspetos que mais agradaram foram as explicações sobre o “ponto e a linha”, os personagens e a “relatividade de perto e longe”, que objetivavam mostrar as várias possibilidades de se ver a realidade. Os alunos das escolas de “nível popular”, segundo a pesquisa, foram os que apresentaram os índices mais altos de erros quanto à percepção dos conteúdos, o que foi atribuído ao “nível de desenvolvimento cultural” deles. Recomendou-se a produção de programas que propiciassem o desenvolvimento do pensamento e da percepção e que tivessem uma estrutura mais simples e acessível ao entendimento público.[694]

O programa *Tá Contigo* foi realizado em caráter experimental pela área infanto-juvenil, e encontrava-se inserido na categoria de “especial” da série *Caleidoscópio*. Por ser um programa recém lançado, que tinha como propósito estimular o conhecimento de diferentes situações da realidade dos jovens, procurou-se verificar a aceitação do público ao formato. Quanto a esse aspecto, ele foi muito bem aceito pela grande maioria dos jovens da faixa de 9 a 16 anos. Pudemos supor que a boa aceitação ao programa se deveu ao fato dele permitir que os jovens se expressassem livremente, tendo oportunidade de manifestar suas opiniões a respeito de assuntos variados. O público que assistia o programa pôde se identificar com linguagem que era empregada e, ao mesmo tempo, com a possibilidade de conhecer novas situações e realidades típicas da juventude. A avaliação feita pelos professores considerou muito marcante a divisão entre crianças da zona norte e crianças da zona sul, concluindo que, na zona norte, a maior parte das crianças não tinha a devida instrução. Mas, os alunos das escolas “de nível popular” foram os que mais facilmente perceberam que na sociedade brasileira os cidadãos não tinham as mesmas oportunidades, provavelmente por reconhecerem e identificarem essa problemática em sua própria realidade. Para o programa *Tá Contigo* foi recomendado que a

[694] FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.

produção de programas levasse ao conhecimento dos telespectadores diferentes realidades, sem, no entanto, conferir demasiada ênfase às situações sociais focalizadas.[695]

Com o desenvolvimento dessas atividades de pesquisa, o projeto *TV Na Escola* adquiriu outra dimensão, no sentido de se examinar a viabilidade de utilização da programação das produções da FCBTVE como um todo, e não apenas a análise da programação infanto-juvenil. Os programas da área de lazer cultural também poderiam ser aproveitados no projeto, muito embora não fossem produzidos com a destinação de atingir o público jovem, afinal as crianças e adolescentes também eram telespectadores de programas supostamente endereçados ao público adulto.[696]

O programa *Este Rio Carioca* era da área de lazer cultural, destinado ao público adulto. Na pesquisa de aceitação do programa junto aos do primeiro grau, cujas idades variaram entre 7 e 16 anos, ele teria despertado a atenção das crianças. Foi considerado atrativo e os conteúdos culturais foram vistos de modo positivo. Pôde-se supor que esse programa estava totalmente adequado, do ponto de vista cultural, não só à faixa etária, mas também ao currículo escolar. Os alunos das escolas de "nível popular", no tocante à percepção dos objetivos do programa, foram os que mais se interessaram por carnaval e futebol, por se relacionarem com aspectos de sua vivência e lazer imediato.[697]

O Programa *A Riqueza dos Instrumentos Musicais Pobres* também era da área de lazer cultural, destinado ao público adulto. Sua receptividade junto aos alunos do primeiro grau foi favorável. A maioria dos alunos considerou o programa instrutivo e divertido, embora um número razoável de alunos o tenha classificado de cansativo. Verificou-se que a grande maioria dos alunos dessa faixa, dos 11 aos 13 anos, aceitava e desejava assistir a programas de música jovem, e que fossem capazes de estimular a criatividade. Os resultados deram margem de se supor que a percepção aos conteúdos educativos e culturais intrínsecos à mensagem poderia ser mais e melhor explorada caso o programa fosse produzido com uma finalidade especificamente educativa e adequado ao currículo de ensino. Os alunos das escolas "de nível popular" foram os que mais classificaram o programa de cansativo.[698]

---

695 FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.
696 FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.
697 FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.
698 FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.

A série *Decisão Pública*, da área de lazer cultural, destinada ao público adulto, foi experimentada na pesquisa com alunos de primeiro grau, cujas idades variavam de 12 a 19 anos, maioria de 14 e 15, por suposição de que o tema enfocado era de interesse dessa faixa etária, uma vez que abordava aspectos da vivência e do cotidiano dos adultos. Essa suposição pareceu se confirmar pelos resultados obtidos, que indicaram que a grande maioria manifestou sua aceitabilidade ao programa. As técnicas de comunicação utilizadas para a realização do programa, debates, filmes, fotos, entre outros, possibilitaram a boa receptividade ao formato e um maior interesse por parte do público quanto aos conteúdos veiculados. A discussão em torno de um tema polêmico da atualidade mobilizava a atenção dos telespectadores mirins.[699]

Em uma das edições do programa *Decisão Pública* exibida para os alunos, o tema era “Na separação dos pais, os filhos devem ficar com quem?”. A necessidade da troca de informações e de opiniões entre jovens e adultos e a perspectiva de o jovem se beneficiar da experiência dos mais velhos, explicam a aceitação aos objetivos e ao formato do programa com assuntos discutidos por meio de diálogos e debates. A aceitabilidade do público jovem ao programa também foi atribuída ao fato de que ele proporcionou uma participação dinâmica, na medida em que as várias opiniões expostas contribuíram para formar uma ideia mais ampla dos assuntos expostos. O público que assistiu a esse programa, pela sua faixa etária, reivindicou poder discutir juntamente com seus pais e participar das decisões que afetavam sua situação familiar. Foi concluído que, dentre as necessidades e expectativas do público adolescente, manifestou-se o interesse por programas que lhes permitissem formar a sua própria opinião, por meio da troca de informações. Nessa exibição não foram encontradas diferenças significativas por classe social.[700]

Outra edição do programa *Decisão Pública* apresentada para os alunos das escolas cariocas teve a temática: “Os pais devem castigar filhos”. O diálogo entre pais e filhos, o amor e a compreensão, foram consideradas como as melhores formas de educar e definiam um tipo de relação tida pela grande maioria dos jovens como a mais adequada e melhor. No conjunto global das respostas, pôde-se considerar como exceção os alunos das escolas de “nível popular”, que valorizaram muito a figura da professora e entendiam os castigos e as agressões como formas de educar. Poucos

[699] FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.
[700] FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.

reconheceram os problemas pessoais como a causa para os castigos, e achavam que eram castigados porque mereciam.[701]

4.3 A TVE do Rio de Janeiro

As principais produções do TELECENTRO se dirigiam a programas educativos vinculados ao currículo escolar, além das produções oficiais e parcerias com órgãos públicos, a serem transmitidos pelas emissoras comerciais, nos horários que eram concedidos por força de lei, e pelas emissoras educativas, criadas até aquele momento. Para operar um canal próprio, a produção de programas da FCBTVE precisaria ser expandida e diversificada.

A FCBTVE recebeu a concessão do canal 2, do Rio de Janeiro, em 1973. Dois anos depois, no dia 5 do novembro, começaram as experiências para o funcionamento da TV Educativa, do Rio de Janeiro. No dia 30 de novembro de 1975, a emissora transmitiu sua primeira programação, entre as 19h22 e as 22h35, apresentando *João da Silva*, o *Prêmio Japão* e flashes de alguns outros programas. Nesse primeiro momento, a programação da TVE do Rio de Janeiro foi ao ar aos domingos, com duas horas de duração.[702]

A programação exibida pela TVE do Rio de Janeiro foi aumentando gradativamente, até que, em 4 de fevereiro de 1977, esgotado o prazo para funcionamento provisório, a emissora entrou no ar em termos definitivos, com 6 horas diárias de emissões. A busca da FCBTVE em compartilhar as atividades do TELECENTRO com a operação do Canal 2, conforme preconizado no Plano de Ação de 1977, teria sido coroada com êxito. Foi possível a realização dos projetos instrutivos: *A Conquista* e *Sitio do Pica-Pau Amarelo*, a reprodução do curso supletivo *João da Silva*, a trasnmissão de diversos especiais, bem como a prestação de serviços técnicos de gravação, sonorização e edição. A produção realizada em 1977 foi classificada seguindo quatro categorias programáticas: educativa, cultural, informativa

[701] FCBTVE. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.
[702] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

e recreativa, tendo como objetivo geral “contribuir para a valorização sociocultural do povo brasileiro”.[703]

Segundo o diretor executivo da FCBTVE, Carlos Dondeo Júnior, a audiência da TVE do Rio de Janeiro pouco importava, as pesquisas de opinião só teriam finalidade “para quem deseja vender sabonetes”. O objetivo era informar a opinião pública e oferecer conhecimentos. A falta de recursos financeiros e humanos para manter as atividades de produção concomitantemente com a operação de um canal televisivo foram definidas por Carlos Dondeo Júnior como obra do “departamento de milagres” da FCBTVE.[704] Em 1977, o Canal 2 passou a operar em definitivo, o TELECENTRO produziu trinta e quatro programas, totalizando 2.242 edições, o que representou um crescimento de 181,6% em relação ao ano anterior.[705]

A FCBTVE buscou definir a programação da TVE do Rio de Janeiro com vistas a conquistar e aumentar o interesse do público, o que conduziria, indubitavelmente, à ampliação do custo-benefício da emissora educativa. O Canal 2 daria maior notoriedade à produção do TELECENTRO, ao mesmo tempo em que, pela sua dinâmica, levaria ao enriquecimento dessa mesma produção em termos de ritmo de trabalho e qualidade final do produto.[706] Entretanto, o caráter complementar da programação da TVE, com relação à programação das emissoras comerciais, ficaram evidentes na declaração de Fernando Barbosa Lima, superintendente de produção da FCBTVE, função que passou a exercer em 1977.

Segundo Fernando Barbosa Lima, assim como afirmava o diretor executivo da FCBTVE, o Canal 2, do Rio de Janeiro não estava procurando audiência. A proposta da TV Educativa do Rio de Janeiro era apresentar o que as emissoras comerciais não exibiam. A preocupação básica era a valorização do artista do cinema, teatro, música e do esporte brasileiro, especialmente o amador. Embora afirmasse que não tinha problemas com a falta de pessoal, pois dispunha de técnica e produção especializada, Fernando Barbosa Lima frisou que “aquilo ainda é um exército de Brancaleone”, em referência à comédia cinematográfica da década 1960, em que maltrapilhos atrapalhados buscam dominar um feudo. Não negava que muitos funcionários acumulavam dois empregos, pois recebiam pouco na FCBTVE, mas isso não

[703] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 10.
[704] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.
[705] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 10-1.
[706] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 8.

importava se levassem a sério o trabalho que faziam e se produzissem bem enquanto estivessem na emissora. Estava tentando criar o envolvimento de todos. A política do Canal 2, definiu Fernando Barbosa Lima, era a de "acrescentar alguma coisa ao telespectador". Mais que a audiência, procurava-se um "bom nível cultural". A programação da emissora se dirigia às classes com "maior nível cultural". A considerada "classe C" correspondia a 80% do público de televisão. Conforme o superintendente da FCBTVE, se a programação da TVE do Rio de Janeiro fosse dirigida para essa faixa de telespectadores, a emissora competiria com as emissoras comerciais, o que não era o seu objetivo. O objetivo da FCBTVE, de acordo com Fernando Barbosa Lima, era fazer do canal 2 uma emissora "basicamente cultural". A audiência era para as emissoras comerciais. Os cursos regulares produzidos pela FCBTVE atingiriam o grande público por meio daquelas emissoras e não das educativas, apesar destas também os exibirem. Por fim, admitiu algumas dificuldades do trabalho em uma emissora educativa, como a necessidade da abertura de concorrência para compra de qualquer material ou equipamento.[707]

Essa linha de pensamento, que era recorrente em outras emissoras educativas, recebeu diversas críticas por parte dos jornais de grande circulação do período. As emissoras educativas eram consideradas sisudas.[708] Artur da Távola, colunista de *O Globo*, afirmava que a TVE do Rio de Janeiro ao dedicar-se a ser uma emissora "cultural", realizava um esforço digno, mas levaria "cultura" a quem "já tinha cultura" e não precisaria acessá-la via TV. Questionava se num país com graves carências educacionais como o Brasil a opção de divulgar "cultura de elite" para quem já possuía seria mais importante que a tarefa de levar "educação e cultura" para quem necessitava.[709] Maria Lúcia Rangel, colunista do Jornal do Brasil, afirmava ironicamente que para um povo "desenvolvido" como o brasileiro em que a maioria falava francês e inglês, nada melhor do que aulas de alemão, expediente adotado pela TV Universitária do Rio Grande do Norte.[710]

Cerca de 80% das emissões da TV Educativa do Rio de Janeiro eram produções próprias, feitas pela FCBTVE para as demais emissoras, ou exclusivamente para ela, buscando dispensar o uso de "enlatados". A construção da

[707] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.
[708] **Veja**, São Paulo, 19 dez. 1979, p. 82.
[709] **Jornal o Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1980, p. 36.
[710] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1980, p. 56.

grade de programação da TVE era planejada de acordo com a faixa etária do público alvo de cada programa. O horário compreendido entre 19 e 21 horas, durante o considerado “horário nobre”, era dedicado ao ensino supletivo, abrangendo a alfabetização de adultos, com os cursos de primeiro grau, como a telenovela didática *João da Silva*. A faixa seguinte da programação do Canal 2, entre 21 e 22 horas, era dedicada ao lazer e à cultura, com o objetivo de levar expressões artísticas que estimulassem a formação, critérios próprios de julgamento da realidade apresentada por parte dos telespectadores da emissora. Após as 22 horas, era reservado espaço para a informação. Aos finais de semana, a programação da TVE era dedicada à cobertura e análise de eventos esportivos, amadores e profissionais, como transmissões de futebol. Segundo suas diretrizes, o foco recairia a atender eventos esportivos que não eram contemplados pelas emissoras comerciais.[711]

No início da década de 1980, as diretrizes da TVE do Rio de Janeiro eram definidas com relação ao ensino, esporte e cultura. A função básica de uma emissora de televisão seria a produção e emissão de programas. No caso dela, tratava-se de produção e transmissão, via TV, de bens culturais que caracterizariam as carências básicas da população, em termos de informação e lazer, visando à melhoria de sua qualidade de vida. Tendo recebido do MEC a incumbência de atuar prioritariamente nas áreas de educação, cultura e desporto, a TVE passou a compor sua grade de programação diária, de modo a responder efetivamente a essa demanda. O conjunto dos programas e sua distribuição nas diferentes faixas de horário, das 7 às 24 horas, passou a atender à necessidade de fornecer aos telespectadores do Rio de Janeiro e, por extensão, aos de outros estados federativos, via Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED), uma alternativa à programação oferecida pelas emissoras comerciais, sem a pretensão competitiva, mas, antes, no sentido de incentivar à recepção de informações sob novos pontos de vista, seja em relação à linguagem específica da TV, seja em relação à opção por determinados temas alvo.[712]

As nove emissoras educativas criadas até 1981 ainda não seguiam uma política nacional de teleducação, porque, a rigor, ela ainda não estava definida pelo governo federal. Em 1978, o PRONTEL propôs uma espécie de pool entre as emissoras educativas do Brasil com a finalidade de um maior intercâmbio de programação. Enquanto a TVE do Rio de Janeiro ou a TV Cultura de São Paulo enviariam para

[711] MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 69-70.
[712] FUNTEVÊ. **TVE***:* objetivos e linhas gerais de ação. Rio de Janeiro, 1982.

Manaus seus telecursos, por exemplo, a emissora amazonense enviaria programas tipicamente regionais. Entretanto, essa proposta não se concretizou, porque, entre outras razões, emissoras como as de Manaus, Recife, Porto Alegre, São Luís e Natal não dispunham dos mesmos recursos para gerar seus programas como a TV Cultura de São Paulo e a FCBTVE.[713]

No final da década de 1970, a TV Cultura era considerada o melhor exemplo de emissora educativa do Brasil. Pois, assim como a TVE do Rio de Janeiro, além de buscarem cumprir o seu papel de gerar e veicular programas educacionais, possuíam fórmulas próprias de produção de programas educativos de diversos gêneros: esportivos, infantis e telejornalísticos. Situação bem diferente das enfrentadas pelas demais emissoras educativas do Brasil. A TV Educativa de Porto Alegre, por exemplo, não tinha sequer instalações próprias, funcionando precariamente. A TV Universitária do Recife pagava aos seus operadores de câmeras um valor muito abaixo dos praticados na época. Portanto, as emissoras educativas dependiam principalmente da importação de programas gerados no eixo Rio-São Paulo pela TV Cultura ou pela FCBTVE.[714]

Em 1979, com o funcionamento do SINTED, a TVE do Rio de Janeiro deveria ser a cabeça de rede, coordenando a programação nacional, contando com a colaboração das demais emissoras educativas do Brasil. O SINTED, ao contrário do modelo adotado pelo *broadcasting* comercial, apoiava-se no intercâmbio e na reciprocidade.[715] Em abril de 1980, já em funcionamento, o SINTED era composto pelas emissoras educativas do Rio de Janeiro, Manaus, Vitória, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife e São Paulo, além da TV Nacional de Brasília, nesse momento já sob responsabilidade da RADIOBRÁS. A TVE, como cabeça do sistema, era responsável por quatro horas e meia diárias de programação.[716] No dia 9 de março de 1981, em reunião do conselho diretor da FCTBVE, o diretor executivo, Ronaldo Azevedo Nordi, enalteceu o crescimento da TVE do Rio de Janeiro consubstanciado pela instalação definitiva do Sistema Nacional de TV Educativa (SINTED), com quatro horas e meia de programação diária geradas pela FCBTVE.[717]

---

[713] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 1980, p. 34.
[714] **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 1980, p. 34.
[715] FRP. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..
[716] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1981, p. 35.
[717] FCBTVE. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980, p. 20.

Antes de o SINTED entrar em funcionamento, a TVE do Rio de Janeiro, funcionou como cabeça de rede na transmissão das Eliminatórias da Copa do Mundo, realizada em Cali, na Colômbia, em 1977, em cadeia com emissoras educativas e comerciais; cobertura do Campeonato Brasileiro de Futebol; do Grande Prêmio do Brasil, no Hipódromo da Gávea; do Desfile das Escola de Samba, do carnaval carioca 1977, enriquecidas com pesquisas sobre as escolas de samba e as demais manifestações populares do carnaval. Em 1978, ressaltaram-se as atividades decorrentes de acordos e convênios internacionais. A FCBTVE gerou imagens para a transmissão internacional, como a dos Jogos Pan Americanos.[718] Além da transmissão conjunta dos jogos da Copa do Mundo de 1978, realizada em junho, na Argentina.[719]

Na área jornalística, a TVE era responsável pelo telejornal *1980*, cujas edições exibidas de segunda a sexta-feira tinham 60 minutos e aos sábados, 30 minutos. Visava o público em geral, e, em particular, adultos com formação universitária e pré-universitária, de acordo com as novas diretrizes para a Fundação no início dos anos de 1980. O objetivo do programa era proporcionar informações de maneira "objetiva e imparcial" sobre os fatos de interesse jornalístico e cultural, motivando a reflexão sobre os problemas nacionais e as principais ideias e propostas que suscitavam. Buscaria situar o espectador no universo dos acontecimentos nacionais, internacionais, locais e da vida cultural, de modo a estabelecer o seu inter-relacionamento. Diariamente, às 22 horas, era transmitido em rede, em seus primeiros 30 minutos, "objetivando estabelecer condições para a interação nacional por meio da informação, intercambiando noticiário e reportagem sobre a realidade e cultura regional". [720]

O telejornal era constituído de quatro segmentos. O primeiro, sobre temas e fatos de interesse nacional, com duração aproximada de 18 minutos e compreendia matérias geradas no Rio de Janeiro (TVE), Brasília (TV Nacional), São Paulo (TV Cultura) e das demais emissoras do SINTED. O segundo, de aproximadamente 10 minutos, utilizava imagens via satélite da BBC de Londres, por meio da *Visnews*. O terceiro, local, era produzido por cada uma das emissoras e tratava da vida comunitária, bem como de problemas estaduais e municipais. O quarto, de

[718] FCBTVE. **Relatório de Atividades**, 1977, p. 4-25
[719] FRP. **Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa**. Rio de Janeiro, s. d..
[720] FUNTEVÊ. **TV-Educativa, Rio de Janeiro, Canal 2**. Rio de Janeiro, 1982.

aproximadamente 16 minutos, cuidava da atividade cultural, “tanto da cultura instituída quanto da cultura de massa e da cultura popular”. O material era dominantemente produzido em gravação externa, com preocupação de testemunho e depoimento. Teria como missão o registro factual, sem exclusão dos aspectos emocionais da informação, e da interpretação baseada em entrevistas com especialistas, buscando um ponto de equilíbrio entre as opiniões contrapostas. Como telejornal educativo, buscava o desenvolvimento de uma reflexão crítica com relação a questões de ordem cultural, política e educacional.[721]

As linhas de condução da TVE do Rio de Janeiro, após a substituição da FCBTVE pela FUNTEVÊ continuaram basicamente as mesmas. A programação definida e colocada em prática desde 1981, a que se deu continuidade no decorrer de 1982, sofreu alterações apenas no que concerne à criação de novos programas e à substituição de outros, com a preocupação de atender com maior eficácia àquela estratégia geral já determinada. Houve uma ênfase crescente na programação didático-institucional, bem como no caráter pedagógico da orientação conferida à grande parte dos programas das áreas educativo-cultural, desportiva e jornalística.[722]

A FCBTVE vinha respondendo às prioridades educacionais definidas pelo MEC, nas áreas de cultura, educação e desporto, devidamente transportadas para o Canal 2 como área educativa-cultural, área didático-institucional, área desportiva e área jornalística. Sua grade de programação era composta por programas educativo-culturais, representando 61%, seguidos dos didático-institucionais, 17,5%, e dos jornalísticos, 7,5%.[723]

Segundo as linhas adotadas para a TVE do Rio de Janeiro, ela deveria ser informativa. Dessa forma, qualquer programa poderia ser enquadrado como didático. A avaliação crítica do produto televisivo seria uma prática permanente e uma das preocupações fundamentais na reciclagem periódica dos programas, visando atender às expectativas do público e às necessidades educacionais e culturais do Brasil. A TVE propunha que sua programação fosse modificada a cada seis meses. Isso não implicaria substituição total dos programas. Propunha-se que fossem criados horários mais ou menos fixos para determinados tipos de programas. A partir daí, a ideia era que, a cada seis meses, houvesse substituição de uma parte dos programas, e que

[721] FUNTEVÊ. **TV-Educativa, Rio de Janeiro, Canal 2.** Rio de Janeiro, 1982.
[722] FUNTEVÊ. **TVE***:* objetivos e linhas gerais de ação. Rio de Janeiro, 1982.
[723] FUNTEVÊ. **TVE***:* objetivos e linhas gerais de ação. Rio de Janeiro, 1982.

os demais recebessem novas roupagens. Com essa orientação, ao mesmo tempo que atualizaria sua programação e reavaliaria seus produtos, conquistaria o público, no sentido de formar nele o hábito de assistir à sua programação.[724]

A FCBTVE, que sofreu ao longo de sua história para conquistar sua autonomia administrativa, também penou com a falta de liberdade para escolher o que iria ao ar pela TV Educativa do Rio de Janeiro. A censura da ditadura militar, imposta aos meios de comunicação, como as emissoras comerciais de televisão, também se estenderia para as emissoras educativas. Foi comum Gilson Amado entrar em contato com o MEC para dar informações sobre o que iria ao ar, como os nomes de entrevistados, por exemplo. Havia até uma relação de vetados pelos censores, como Caetano Veloso, Ziraldo e Chico Buarque.[725]

Entre os funcionários do Canal 2 comentava-se que os critérios aplicados por Gilson Amado, sobre o que poderia ou não ser apresentado, seriam rigorosos demais até para o ministro da Educação. Como exemplo, um depoimento de Tônia Carreiro ficou engavetado muito tempo, até que o produtor do programa verificou pessoalmente em Brasília que nada havia contra a atriz. Chico Buarque pode? E Gilberto Gil, já foi liberado? Eram os tipos de dúvidas que assaltavam os produtores da TVE, pois os critérios da censura interna eram vagos. Em uma homenagem a Paulo Pontes, no Teatro João Caetano, foi permitida a gravação da palavra de Bibi Ferreira, mas não de Chico Buarque. Por falta de coordenação entre direção e produtores, muitas filmagens foram arquivadas, não chegando aos telespectadores. Ou, então, produtores foram advertidos por deixarem escapar algo como uma entrevista de Oscar Niemeyer, na qual ele dizia que trabalhava na Argélia com prazer, porque gostava do povo e da forma de governo do país.[726]

Em 1985, Fernando Barbosa Lima passou a exercer o cargo de diretor do Centro Nacional de TV Educativa Gilson Amado, quando foi lançado o slogan: *A nova imagem da liberdade*. A ideia era levar ao ar os programas que foram cesurados e convidar as pessoas que eram impedidas de aparecerem nas transmissões da TV Educativa do Rio de Janeiro. O marco dessa programação foi o programa *Sem*

[724] FUNTEVÊ. **TVE***:* objetivos e linhas gerais de ação. Rio de Janeiro, 1982.
[725] MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 72.
[726] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1977, p. 89-92.

Censura, que estrou em 1985, uma espécie de saudação ao fim do controle político ideológico dos militares.[727]

[727] MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 77.

CONCLUSÂO

A criação Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa foi um marco na política do regime militar de encampação das iniciativas relativas ao uso educativo da televisão no Brasil. Entretanto, durante sua existência, entre 1967 e 1981, ela se deparou com uma missão praticamente impossível. A FCBTVE deveria coordenar uma rede de emissoras educativas criadas de forma independente, a partir dos estímulos do governo federal, e que sofriam com as mais variadas carências. Além disso, sua principal missão era produzir programas educativos que fossem atrativos e substituíssem a escola formal, sanando os graves problemas educacionais do Brasil. Como se não bastassem esses encargos, a FCBTVE deveria operar um canal de televisão que servisse de modelo para as demais emissoras educativas e de cabeça de rede para as TVEs. Entretanto, o governo militar não proporcionou as condições necessárias para o cumprimento dessas atribuições. A FCBTVE sofreu com problemas financeiros, intervenções administrativas, disputas com órgãos criados para atividades que conflitavam com sua atuação, além de se estabelecer no mesmo momento em que as emissoras educativas estavam sendo criadas, não tendo ainda sua estrutura formada para poder coordenar as atividades ligadas à televisão educativa no Brasil.

A televisão educativa no Brasil foi concebida como substitutiva e complementar. Diferente do que ocorreu em outras partes do mundo, notadamente em países da Europa Ocidental, a televisão educativa brasileira visava substituir à educação formal, como solução para os graves problemas educacionais do país. Ela surgia como uma alternativa mais rápida e barata para levar educação às pessoas que estavam à margem do sistema escolar.

Complementar, em função de no Brasil o modelo comercial ser hegemônico, tendo como consequência a administração das emissoras girando em torno do lucro, com uma programação visando basicamente seus índices de audiência para a conquista de novos telespectadores e consequentemente de publicidade para os seus intervalos comerciais; sendo assim, a televisão educativa deveria preencher as lacunas deixadas por essa programação. As emissoras educativas objetivavam uma “programação cultural”, muitas das vezes com “ares elitistas”, diferente da “programação popular” apresentada pelas televisões comerciais. Mesmo quando o

tema era esporte, por exemplo, foi dada prioridade aos amadores ou aos eventos que as emissoras comerciais não se interessaram, notadamente por questões financeiras. Emissoras estatais também teriam uma característica complementar, pois deveriam ser criadas em zonas desinteressantes comercialmente, para a ocupação do território brasileiro pela televisão, principalmente por questões de segurança nacional e propaganda do regime militar.

Apesar de terem existido projetos e iniciativas para o estabelecimento da televisão educativa desde o início da televisão no Brasil, eles partiram de esforços individuais ou de pequenos grupos de entusiastas, como o formado por Roquette-Pinto, mas que não obtiveram as condições necessárias para a concretização de seus sonhos. A principal conquista nesse sentido foi o estabelecimento de alguns programas educativos, por vezes em parceria com o poder público, nas grades das emissoras comerciais de televisão. Ainda assim, os mais notórios, como os idealizados por Gilson Amado, foram utilizados para preencher a grade de programação da TV Continental, do Rio de Janeiro, que passava por problemas financeiros, sem condições de competir no setor televisivo com as mesmas práticas das suas concorrentes.

Assim, a televisão educativa só vai ter condições de ser estabelecida durante o regime militar. A partir de 1964, as iniciativas com relação aos usos educativos da televisão passam a ser uma diretriz da política federal. O governo militar encampou as definições e iniciativas com relação à televisão educativa e buscou criar condições para instituí-la como solução para as carências educacionais e televisivas. Durante a ditadura militar é que foi estabelecido no Brasil um modelo complementar à televisão comercial, a televisão educativa. Foi durante aquele regime que a televisão educativa foi estimulada por meio de medidas federais e passou a ter respaldo legal. Apesar de toda emissora televisiva brasileira ter seus compromissos com a educação desde os primeiros ordenamentos legais relativos à radiodifusão, foi durante o governo militar que o modelo televisivo educativo foi consagrado pela legislação, por meio do Decreto n° 236, de 1967. A partir desse decreto estava legalmente estabelecido o duplo setor no Brasil. O Decreto n° 236 somado à criação da FCBTVE marcam uma segunda fase para a televisão educativa no país. Ela estaria saindo da fase romântica para uma fase de racionalização de suas atividades.

O governo militar, estrategicamente, investiu pesado no setor das telecomunicações brasileiras. Esses investimentos proporcionaram o

desenvolvimento das emissoras comerciais que puderam estabelecer suas redes e aumentar sua presença no território brasileiro. Oportunidade que foi melhor aproveitada pela Rede Globo, que por meio de suas relações com os militares se consolidou como uma das maiores e mais influentes emissoras do mundo. A Rede Globo serviu aos governos militares como instrumento de inculcação ideológica do regime, ao mesmo tempo, que recebeu uma série de benefícios para tanto. Foi favorecida diretamente, como na CPI Globo/Times-Life, e indiretamente, na cassação da TV Excelsior.

O estabelecimento da televisão educativa no Brasil não possui origens estritamente nacionais. Havia iniciativas nesse sentido em diversas partes do globo, promovidas por uma série de fundações e associações, e pela UNESCO. A televisão era apresentada como uma ferramenta que poderia acelerar a resolução dos déficits educacionais em vários países. Além disso, onde foi estabelecido o modelo comercial de televisão, como México e Estados Unidos, as emissoras educativas surgiram com uma função complementar às emissoras comerciais. Boa parte das medidas tomadas pelo governo militar para o estabelecimento da televisão educativa no Brasil foi uma sobreposição das medidas tomadas, algum tempo antes, nos Estados Unidos. A influência estadunidense nos governos militares brasileiros, que abrangia a educação, foi estendida para a televisão educativa.

Entretanto, as medidas do governo federal para o estabelecimento da televisão educativa, na prática, se mostraram limitadas. Apesar da política de concessões ter visado atender todo o território brasileiro, as emissoras educativas criadas pelas secretarias de Educação, universidades e fundações, partiram do estímulo federal, porém com projetos únicos e isolados. Cada uma das nove emissoras que conseguiram se estabelecer em termos definitivos até 1981 teve uma concepção diferente. Muitos estados buscaram estabelecer suas emissoras apenas para atender as diretrizes federais, mas sem contar com o devido planejamento.

Com projetos singulares para a criação de emissoras educativas e com a FCBTVE tendo o seu desenvolvimento concomitante aos dessas emissoras, foi praticamente impossível a coordenação das atividades nessa área. Os organismos federais criados após a FCBTVE foram estabelecidos com os mesmos vícios. Apesar de poderem até ser bem concebidos, na prática eles quase não tiveram efetividade, pois careciam de estrutura física, de pessoal e financeira. Ademais, o conflito de atribuições em decorrência das séries de siglas criadas atrapalhou bastante um

sistema coeso e centrado na mão do governo federal como queriam os militares. Mesmo tentando à sua maneira tornar os órgãos responsáveis pela televisão educativa mais autoritários e centralizadores, com intervenções diretas, os resultados não apareceram.

A FCBTVE coordenaria todas as atividades relativas à televisão educativa no Brasil. Com a criação do PRONTEL, em 1972, ela não teria mais essa atribuição, mas na prática pouca coisa mudou. Posteriormente, no final da década de 1970, deveria responder à SEAT, perdendo ainda mais autonomia e funções de coordenação. Até que, em 1981, ela deixou de existir para dar a lugar a FUNTEVÊ, que integraria a televisão, rádio, cinema e informática educativos.

Com relação a ser responsável por um canal de televisão, que deveria ser um modelo para as demais emissoras educativas e cabeça de rede de uma futura rede de emissoras com essa finalidade, a FCBTVE também teve uma série de dificuldades. Primeiramente, ela encamparia a TV Nacional, de Brasília, buscando resolver dois problemas com uma medida só, pois a emissora ia de mal a pior. Posteriormente, como sua sede acabou não sendo estabelecida no Distrito Federal, passou a operar um canal televisivo no Rio de Janeiro. Entretanto, com a criação da RADIOBRÁS, começaram as incertezas sobre a TV Educativa do Rio de Janeiro, pois ela deveria ser transferida para o novo organismo, o que acabou não ocorrendo. Além de a RADIOBRÁS não ter as condições necessárias para a encampação, era praticamente impossível separar o que era da emissora e o que era do TELECENTRO. Mas, o “departamento de milagres” da FCBTVE conseguiu iniciar as transmissões em definitivo da TV Educativa do Rio de Janeiro, em 1977.

A atuação da FCBTVE como centro produtor de programas educativos foi sua atividade de maior sucesso. Apesar de ter funcionado em seus cinco primeiros anos de forma improvisada e precária, com o convênio estabelecido com o governo alemão as condições de produção mudaram sensivelmente. Mesmo com a falta de recursos necessários para a sua missão de atender à demanda de programas educativos atrelados aos currículos escolares a serem transmitidos pelas emissoras comerciais e educativas, além da necessidade de produzir para o seu Canal 2, por meio de parcerias com emissoras comerciais e com recursos de organismos públicos ligados a cada produção, foi possível atender a boa parte das necessidades com programas de relativa qualidade e com alguns programas de relativo sucesso.

No Brasil, das mais diversas formas e em diferentes momentos, foi defendida a mesma coisa: que um país com gigantescas dimensões territoriais não poderia abrir mão dos meios de comunicação, que iam se desenvolvendo, para sanar os graves problemas educacionais de seu povo. Apesar de uma política mal elaborada que obteve resultados práticos muito limitados quando comparados ao que foi propagandeado pelo próprio governo militar, a televisão educativa sempre foi plenamente justificável no país. Poucos se oporiam ao seu uso para sanar os problemas educacionais brasileiros. Como a causa era nobre, a televisão educativa pode até ter servido para fundamentar altos investimentos financeiros pelas esferas federais, municipais e estaduais.

Em linhas gerais, nem mesmo as emissoras comerciais eram contra as emissoras educativas, desde que fossem estabelecidas de maneira complementar e sem a possibilidade de competição pelo mercado publicitário e sem também efetivarem o fantasma da estatização de todo o sistema televisivo. As próprias emissoras educativas, notadamente a FCBTVE, produziriam conteúdos que seriam exibidos pelas emissoras comerciais em cumprimento aos horários compulsórios por força da lei. Mais que isso, a televisão educativa proporcionou até ganhos para emissoras comerciais. Algumas não tinham condições financeiras para preencher suas grades de programação e passaram a ter com os programas educativos produzidos e cedidos pela FCBTVE. Outras foram responsáveis por coproduções, como a Rede Globo, com financiamentos públicos, que lhes renderam prestígio público e ganhos financeiros, ajudando a consolidá-la frente às suas concorrentes.

Entretanto, as poucas emissoras educativas que se destacavam conseguiam tal feito muito mais por seus projetos originais do que pelos incentivos federais. Os governos militares foram fundamentais para a criação das emissoras educativas, mas essas não contaram com uma organização sólida, fértil e coerente para o estabelecimento de uma rede nacional de emissoras educativas que chegasse a todos os brasileiros e atingisse os objetivos de “escola dos que não tinham escola”, sanando os déficits educacionais, e de “levar a cultura erudita às massas”, como alternativa às emissoras comerciais. As produções educativas recebiam críticas no sentido de serem de “elite” quando tratavam de cultura e de “chata” quando davam aulas, sendo então pouco atrativas.

Se, de um lado, entre os anos de 1964 até o início da década de 1980, as iniciativas por uma televisão educativa no Brasil, existentes desde o início da década

de 1950, foram encampadas e potencializadas pelo governo militar e concretizadas na criação e operação da FCBTVE e de emissoras educativas, os resultados almejados por meio desse modelo televisivo estiveram longe de se tornar uma realidade.

FONTES

Jornais

Diário de S. Paulo*,* São Paulo, período 01/1950 – 12/1974.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, período 01/1964 – 12/1981.

O Estado de S. Paulo*,* São Paulo, período 01/1950 – 12/1981.

O Globo, Rio de Janeiro, período 01/1964 – 12/1981.

Revistas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEDUCAÇÃO. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, período 01/1977 – 12/1977.

JORNAL DO BRASIL. **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**, Rio de Janeiro, período 1965-1974.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, período 01/1950-12/1974.

PN, Rio de Janeiro, 19 dez. 1960.

Veja, São Paulo, período 9/1968-12/1981.

Documentos do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. **Assistência Nacional de TV**, período 1977.

_____. **Assistência de Televisão Mensal**, período 1977-1978.

_____. **Boletim de assistência de televisão**, período 1954-1978.

_____. **Pesquisa sobre veículos**, período 1960-1961.

_____. **Programas que tiveram índices**, período 1968.

_____. **Televisão Diária Nacional**, período, 1975-1976.

_____. **TV Diária**, período, 1977-1979.

_____. **TV Geral**, período 1979.

_____. **Tabulação Diária de Televisão**, período 1978.

Documentos ministeriais

BRASIL. Departamento Nacional de Telecomunicações. Portaria n° 1961, de 20 de agosto de 1975. Autoriza a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão, para enlace entre estúdio e transmissor.

BRASIL. Departamento Nacional de Telecomunicações. Portaria n° 1962, de 20 de agosto de 1975. Autoriza a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão para reportagens externas.

BRASIL. Departamento Nacional de Telecomunicações. Portaria n° 2034, de 28 de agosto de 1975. Autoriza a FCBTVE a executar serviço auxiliar de radiodifusão para comunicação de ordens de serviço.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. **Programa Nacional de Teleducação**: reunião de dirigentes de órgãos do MEC. Brasília, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes básicas para a atuação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa**, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n° 562, de 16 de outubro de 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e Ministério das Comunicações. **Relatório da Comissão Interministerial**: Portaria n° 546, de 15 de junho de 1977.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Coleção de Atos Internacionais, n° 656**, 1971.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Autorização do Dentel para a instalação do serviço de radiodifusão educativa pela FCBTVE**. Brasília, 1975.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria n° 1961, de 20 de agosto de 1975.

REIS, Taunay Drummond Coelho. **Teleducação no Brasil***, 1958-1970*: organização e planejamento – uma contribuição. 1972.

Documentos da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e de suas sucedâneas

FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA. **Resumo do histórico da compra do terreno da av. Gomes Freire 474**. Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Reformulação do Plano de Expansão do Telecentro em sua 1° etapa da 2° fase, acrescido da instalação da torre do Sumaré***.* Rio de Janeiro, 1974.

_____. **Atas de reuniões do conselho curador e diretor da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1973-1980.

_____. **Carta ao Governador do Estado do Rio de Janeiro**: pedido de prorrogação de prazo para entrega do Telecentro. Rio de Janeiro, 10 jun. 1976.

_____. **Relatório de Atividades**, 1977.

_____. **Conclusão do Conselho Curador da FCBTVE a respeito do Plano de atividades para 1978**. Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Registro em Cartório da reforma no estatuto da FCBTVE**. Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa**. Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Contrato de prestação de serviços de produção, apresentação, veiculação e comercialização de uma série de programas diários de televisão, entre FCBTVE e Daniel Azulay Produções***.* Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Contrato de prestação de serviços de produção de uma série de programas diários para televisão, entre FCBTVE e Migliaccio Produções Artísticas***.* Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Convênio entre Embrafilme e FCBTVE para coprodução de uma série de programas para televisão destinado ao público infanto-juvenil***.* Rio de Janeiro, 1980.

_____. **Projeto TV na Escola**. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Revista Espaço Funtevê**, período, 01/1983- 12/1983.

FUNTEVÊ. **TVE***:* objetivos e linhas gerais de ação. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **TV-Educativa**, *Rio de Janeiro, Canal 2*. Rio de Janeiro, 1982.

FUNDAÇÃO ROQUETTE-PINTO. **A fundação Roquette-Pinto e as suas dificuldades atuais**. Rio de Janeiro, 1990-1997.

_____. **Centro Nacional de TV Educativa Gilson Amado**: histórico. Rio de Janeiro, s. d..

_____. **Dados informativos sobre a Fundação Roquette-Pinto, 1967-1998**. Rio de Janeiro, s. d..

_____. **Histórico da Fundação Roquette-Pinto (ex-FUNTEVÊ) TV Educativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s. d..

_____. **Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa**. Rio de Janeiro, s. d..

_____. **Relação de presidentes e diretores, 1967-2007**. Rio de Janeiro, 2007.

Outros documentos relativos a FCBTVE e a Teleducação no Brasil

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA EDUCAIONAL. **A proposta pedagógica da Fundação Maranhense de Televisão Educativa**, 1981.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Perspectivas para a educação brasileira – os meios de comunicação** – 1981.

ESTADO DO MARANHÃO. **Contrato de doação condicionada que entre si celebram o Estado do Maranhão e a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa**. São Luís, 1981.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Perfis das ocupações de teleducação**. Rio de Janeiro, 1977.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Projeção de Audiência e de Resultados de Aprovação dos Telecursos de 1° e 2° Graus**, 1982.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio. **Carta endereçada ao presidente da FCBTVE: termos de entendimento para a produção do Sítio do Pica-pau Amarelo**. Rio de Janeiro, 19 ago. 1975.

RADIOBRÁS. **Termo de convênio operacional entre a Empresa Brasileira de Radiodifusão e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa**. Rio de Janeiro, 1978.

Legislação

BRASIL. Decreto n° 20.047, de 27 de maio de 1931. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional.

BRASIL. Decreto n° 21.111, de 1° de março de 1932. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional.

BRASIL. Decreto n° 24.655, de 11 de julho de 1934. Dispõe sobre a concessão e a execução dos serviços de radiodifusão e dá outras providências.

BRASIL. Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

BRASIL. Decreto n° 52.026, de 26 de maio de 1963. Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

BRASIL. Lei n. 5.198, de 3 de janeiro de 1967. Cria sob forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa.

BRASIL. Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.

BRASIL. Decreto n° 60.959, de 13 de abril de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

BRASIL. Decreto n° 72.634, de 16 de agosto de 1973. Outorga a concessão à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa para estabelecer na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativo.

BRASIL. Lei n° 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidade da Administração Pública Federal e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n° 1.361, de 1° de janeiro de 1995. Dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta aos órgãos da Presidência da República e aos Ministérios.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 179-227. (Olhando para dentro: 1930-1964).

AMAYA, Martín; CALCAGNO, Juan Manoel. A televisão no Uruguai – TV empresarial e escassa produção nacional. In: REIMÃO, Sandra (Org.). **Televisão na América Latina**: 7 estudos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACCIN, Crisitna. A televisão aberta na Argentina: uma distribuição desigual e uma programação metropolitana. In: REIMÃO, Sandra (Org.). **Televisão na América Latina**: 7 estudos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. (O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX).

BARROS FILHO, Eduardo Amando; OLIVEIRA, Wellington Amarante. Entrevista com Évelyne Cohen. In: **Faces da História**, v.3, nº 1, p. 106-111, jan-jun. Assis: FCL-UNESP/Assis, 2016.

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública**: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

_____. **Apologia da história***, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?**. São Paulo: Paulus, 2007.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. **O Brasil republicano***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. (O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX).

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Cristina. As primeiras produções teleficcionais. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da Televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia***:* de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BUCCI, Eugênio; HAMBURGER, Esther (Orgs.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUSETTO, Áureo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 31, 2003, p, 127-146.

_____. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, no. 54, jul./dez, 2007, p. 177-196.

_____. Relações entre TV e poder político: dados históricos para um programa de leitura dos produtos televisivos no ensino e aprendizagem. In: PINHO, Sheila Zambelo; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa (Orgs.). **Núcleos de Ensino**. 1ª ed., v. 4. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

_____. A Mídia Brasileira como Objeto da História Política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et alii. **Dimensões da Política na Historiografia**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta: reflexões sobre mídia**. Niterói: EdUFF, 2009.

_____. Sintonia com o contemporâneo: a TV como objeto e fonte da história. In: BEIRED, José Luís; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (orgs.). **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

_____. Imagens em alta indefinição: produção televisiva brasileira nos estudos históricos. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) **Imagem em debate**. Londrina: Eduel, 2011.

_____. Vale a pena ver de novo: organização e acesso a arquivos televisivos na França, Grã-Bretanha e no Brasil. **História (São Paulo)**, Franca, vol. 33, n° 2, p. 380-407, jul./dez. 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CARMONA, Beth (org.). **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

CERTEAU, Michel de. **As invenções do cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger**. A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CIFUENTES, Diego Portales. Televisão pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, Omar (Org.). **TV Pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

COUTINHO, Josmar Brandão. **A relação entre o Estado e a TV educativa no Brasil**: a particularidade da TV Cultura do estado de São Paulo. Araraquara, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

CORNER, John. Finding data, reading patterns, telling stories: inssues in the histotiography of television. **Media, Culture & Society**, v. 25, n. 2, p. 273-280, mar. 2003.

COSTA, Osmani Ferreira da. **Rádio e Política**: a aventura eleitoral de radialistas no século XX. Londrina: Eduel, 2005.

_____. **Televisão e Política**: uma história dos canais e redes do Paraná (1945-1985). Londrina: Eduel, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

DORELLA, Priscila Ribeiro. **Octavio Paz**: estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e dabates midiáticos no México. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: **A Conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

ELENES, Laura Márques. México em tempos de televisão. In: REIMÃO, Sandra (Org.). **Televisão na América Latina**: 7 estudos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

ESPINO, Efraín Pérez. El monopólio de la televisión comercial em México (El caso Televisa). **Revista Mexicana de Sociologia**. v. 41, n. 4, p. 1435-1468, 1979.

FERNANDES, Ismael. **Telenovela brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3 p. 195-216. (O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964).

_____. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. (O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX).

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. (O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX).

FRADKIN, Alexandre. Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil. In: CARMONA, Beth (org.). **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

_____. **A TVE ou não é?**. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003. CD-ROM.

GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) **Imagem em debate**. Londrina: Eduel, 2011.

GOMES, Angela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 179-227. (Olhando para dentro: 1930-1964).

_____. População e sociedade. In: _____ (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, v. 4, p. 23-89. (Olhando para dentro: 1930-1964).

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 7. ed. 2009.

GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens**: de Cristovão Colombo à Blade Runner (1492-2019). São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

HADDAD, Sérgio**. Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

HAMBURGUER, Ester. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HINGST, Bruno. Uma visão histórica da televisão no Brasil. **Líbero**, São Paulo, n. 13/14, p. 25-39, 2004.

INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996.

JIMENEZ-OTTALENGO, Regina. El perfil de los médios de difusión massiva em México. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 38, n. 3, p. 609-625, 1976.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na Gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em Letra de Forma: Chatô, Wainer e Lacreda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras***:* relações entre cultura, Estado e televisão. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **A melhor televisão do mundo**: o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Jorge da Cunha. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MILANEZ, Liana. **TVE Brasil***:* cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d´Água, 2001.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____; ABREU, L. A. **Autoritarismo e cultura política**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS e FGV, 2013..

_____; REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. . **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB na era da TV. In: In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da Televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2° Grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Assis, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

PRIOLLI, Gabriel. Antenas da Brasilidade. In: BUCCI, Eugênio; HAMBURGER, Esther (Orgs.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

PRIZENDT, Benjamin. **Projeto Telescola**: recurso ou controle do professor. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

REIMÃO, Sandra (Org.). **Televisão na América Latina**: 7 estudos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

REIS, Daniel Arão (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 5. (Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010).

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. Uma história presente. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da Televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

RINCÓN, Omar. A televisão: uma das poucas coisas que unem a Colômbia. In: REIMÃO, Sandra (Org.). **Televisão na América Latina**: 7 estudos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

_____(Org.). **TV Pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

_____. Conclusões. In: RINCÓN, Omar (Org.). **TV Pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

RIXA; BRAUNE, Bia. **Almanaque da TV**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

RONDINI, Luiz Carlos. **Limites de uma proposta de entretenimento**: a TV Cultura de São Paulo. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, Cássia Regina Gonçalves. **Uma TV educativa para o Brasil**: dimensões da trajetória da TV Cultura de São Paulo – 1969/1997. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et alii. **Dimensões da Política na Historiografia**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo. In: REIS, Daniel Arão (Coord.). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 5. (Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010).

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa**: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa*, 1945–1948*. Assis, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, Sinvaldo Pereira da. Sistema público de comunicação do Canadá. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

SILVA JUNIOR, Luiz Fernando. **Haverá TV pública no Brasil?**: análise do papel da TV Educativa brasileira para a compreensão dos rumos da TV pública. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Anhembi Morumbi.

SIMÕES, Inimá. **A nossa TV brasileira**: por um controle social da televisão. São Paulo: Editora Senac, 2004.

SOUZA, Renata de Paula Trindade Rocha de. ***TVE***: matizes para uma nova cultura políticas culturais e televisão pública. Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEIXEIRA, Carla Drielly dos Santos. **Das ondas do rádio ao papel dos jornais**: desenvolvimento da radiodifusão e autonomia política da imprensa no Brasil, 1931-1937. Assis, 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

TORVES, José Carlos de Oliveira. **TVE-RS**: governos x conselhos deliberativos. Um estudo das operações ideológicas no comando da emissora. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério**. Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil**: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. Brasília, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília.

_____. Sistema público de comunicação da Alemanha. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

_____. Sistema público de comunicação da França. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

VILLANUEVA, Erick Torrico; MILLER, Karina Herrera Miller; Sardón, Esperanza Pinto Sardón. Trinta anos de televisão na Bolívia. In: REIMÃO, Sandra (Org.). **Televisão na América Latina**: 7 estudos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3 p. 195-216. (O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964).

ZOLEZZY, Pía; CASTELÓN, Lúcia; ARAOS, Carlos. A televisão no Chile – um panorama. In: REIMÃO, Sandra (Org.). **Televisão na América Latina**: 7 estudos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.